

PEDRO DEMO

Metodologia Científica em Ciências Sociais

3ª Edição Revista e Ampliada



EDITORA ATLAS S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384 (Campos Elísios)
01203-904 São Paulo (SP)
Tel.: (011) 221-9144 (PABX)
<http://www.editora-atlas.com.br>

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. – 1995

© 1980 by EDITORA ATLAS S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384 (Campos Elísios)
01203-904 - São Paulo (SP)
Tel.: (011) 221-9144 (PABX)

1. ed. 1980; 2. ed. 1989; 3. ed. 1995; 3ª tiragem

ISBN 85-224-1241-3

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A Lei nº 5.988/73 regula os direitos autorais e o Código Penal brasileiro estabelece no artigo 184 penalidades para quem infringir a lei.

Capa: Paulo F. Leite

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Demo, Pedro, 1941-
Metodologia científica em ciências sociais / Pedro Demo. – 3. ed. rev. e
ampl. – São Paulo : Atlas, 1995.

Bibliografia.
ISBN 85-224-1241-3

1. Ciências sociais – Metodologia 2. Ciências sociais – Pesquisa
I. Título.

95-0639

CDD-300.18

Índice para catálogo sistemático:

1. Metodologia : Ciências sociais 300.18

Para

MINHA MÃE,

incentivadora dos meus estudos.

Sumário

Introdução, 11

Parte I — Débito Social da Ciência, 15

1 DEMARCAÇÃO CIENTÍFICA, 16

- 1.1 Critérios de cientificidade, 18
- 1.2 Qualidade formal e política, 23
- 1.3 Objeto construído, 27
- 1.4 Ciência como fenômeno processual, 32
- 1.5 Crítica e utopia, 37

2 O ARGUMENTO DE AUTORIDADE, 41

- 2.1 Autoridade e verdade, 42
- 2.2 A intersubjetividade, 47
 - 2.2.1 Posição de perito, 48
 - 2.2.2 Posição/atribuição de prestígio, 49
- 2.3 Dificuldades do pluralismo, 50
- 2.4 Um elogio ao erro, 52
- 2.5 Mito do porto seguro, 56

3 PESQUISA METODOLÓGICA: POTENCIALIDADES E LIMITES, 59

- 3.1 Metodologia como pesquisa, 59
- 3.2 A criatividade socializada, 61
- 3.3 Antimetodologia, 66

4 NEUTRALIDADE CIENTÍFICA, 70

- 4.1 Problemas gerais, 72
- 4.2 Algumas distinções, 78
 - 4.2.1 Fato e valor, 78
 - 4.2.2 Meio e fim, 79
 - 4.2.3 Realidade e ideologia, 80
- 4.3 Algumas posições, 81
 - 4.3.1 Neutralidade esperta ou ingênua, 82
 - 4.3.2 Ativismos baratos, 83
 - 4.3.3 Posição histórico-estrutural, 84

Parte II — Abordagens Relevantes, 87

5 DIALÉTICA — PROCESSUALIDADE DE ESTRUTURAS HISTÓRICAS, 88

- 5.1 Categorias básicas, 89
 - 5.1.1 Pressuposto do conflito social, 89
 - 5.1.2 A totalidade dialética, 91
 - 5.1.3 Condições objetivas e subjetivas, 94
 - 5.1.4 Unidade de contrários, 97
 - 5.1.5 Teoria e prática, 100
- 5.2 Dialética e estrutura — um diálogo com Marx, 104
 - 5.2.1 Da dialética total à dialética não antagônica, 104
 - 5.2.2 Dialética marxista ortodoxa, 108
 - 5.2.3 Dialética e história, 115
- 5.3 Problemas e perguntas, 122
 - 5.3.1 Banalizações, 122
 - 5.3.2 Problemas da contradição dialética, 125
 - 5.3.3 Crítica sem prática, 127
 - 5.3.4 O que é revolução, 129

6 BASE EMPÍRICA DA PESQUISA SOCIAL — QUESTÕES DO EMPÍRISMO E DO POSITIVISMO, 133

- 6.1 O empírico como critério de cientificidade, 134
- 6.2 A base empírica em Popper, 142
- 6.3 Considerações críticas, 155
 - 6.3.1 Regra do fenomenalismo, 155
 - 6.3.2 Regra do nominalismo, 156
 - 6.3.3 Regra da neutralidade científica, 157

- 6.3.4 Crença na unidade do método, 158
- 6.3.5 Popper e Albert — positivismo arejado, 160
- 6.4 Experimento e operacionalização, 163

7 ESTRUTURALISMO — FORMALIZAÇÃO METODOLÓGICA EXTREMA, 171

- 7.1 Privilégio metodológico da “invariante”, 172
- 7.2 Pressupostos ontológicos, 178
- 7.3 Concepção específica de ciência, 183
- 7.4 Construção de modelos como método, 186
- 7.5 O problema da história, 193
- 7.6 Formalização metodológica, 198

8 ABORDAGEM SISTÊMICA E FUNCIONALISTA — VISÃO DINÂMICA DENTRO DO SISTEMA, 203

- 8.1 O ponto de vista do sistema, 203
- 8.2 O fenômeno cibernético, 207
- 8.3 Esperança na unidade das ciências, 209
- 8.4 Acentuação do aspecto relacional, 213
- 8.5 Circularidade sistêmica, 215
- 8.6 Aplicação à política, 218
- 8.7 Elementos do funcionalismo de Parsons, 221
 - 8.7.1 Sistema social e personalidade, 222
 - 8.7.2 Esquema básico, 223
 - 8.7.3 Traços metodológicos, 227

9 METODOLOGIAS ALTERNATIVAS — ALGUMAS PISTAS INTRODUTÓRIAS, 229

- 9.1 Pesquisa participante, 231
 - 9.1.1 Pontos de partida, 232
 - 9.1.2 Traços da pesquisa participante, 237
- 9.2 Avaliação qualitativa, 241
- 9.3 Hermenêutica, fenomenologia e outros saberes, 247
- 9.4 Limites, 255

10 CONCLUSÃO — CIÊNCIA E FELICIDADE, 258

Introdução

Tratamos aqui de **Metodologia**, que significa, na origem do termo, estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência. É uma disciplina instrumental a serviço da pesquisa. Ao mesmo tempo que visa conhecer caminhos do processo científico, também problematiza criticamente, no sentido de indagar os limites da ciência, seja com referência à capacidade de conhecer, seja com referência à capacidade de intervir na realidade.

Reconhecendo o caráter problematizante da metodologia, decorre ser mister aceitar que tudo em ciência é discutível, sobretudo nas ciências sociais. Não há teoria final, prova cabal, prática intocável, dado evidente. Isto é uma característica, não uma fraqueza, o que funda, ademais, à necessidade inacabável da pesquisa, seja porque nunca esgotamos a realidade, seja porque as maneiras como a tratamos podem sempre ser questionadas.

Alguns entendem por pesquisa o trabalho de coletar dados, sistematizá-los e, a partir daí, fazer uma **descrição** da realidade. Outros fixam-se no patamar teórico e entendem por pesquisa o estudo e a produção de quadros teóricos de referência, que estariam na origem da **explicação** da realidade. Descrever restringe-se a constatar **o que existe**. Explicar corresponde a desvendar **por que existe**. Outros mais acreditam que pesquisar inclui teoria e prática, porque compreender a realidade e nela intervir formam um todo só, tornando-se vício oportunista ficar apenas na constatação descritiva, ou apenas na especulação teórica.

De todos os modos, a atividade da pesquisa é reconhecida como a razão fundante da vida acadêmica, de tal sorte que a função docente dela decorreria, e mesmo a influência sobre a realidade circundante a suporia. Como a realidade social não é evidente, nem se dá à luz com facilidade, sendo muito diferente o que aparece à primeira vista

e o que encontramos na profundidade, pesquisar carece de método. Embora apenas instrumental, é indispensável sob vários motivos: de um lado, para transmitir à atividade marcas de racionalidade, ordenação, otimizando o esforço; de outro, para garantir espírito crítico, contra credulidades, generalizações apressadas, exigindo para tudo que se diga os respectivos argumentos; ainda, para permitir criatividade, ajudando a devassar novos horizontes.¹

Metodologia distingue-se em nosso meio de Métodos e Técnicas, por estar em jogo no segundo caso o trato da realidade empírica, enquanto no primeiro existe a intenção da discussão problematizante, a começar pela repulsa em aceitar que a realidade social se reduza à face empírica. Não se trata de rebaixar Métodos e Técnicas a atividade secundária. Para o trato da face empírica são essenciais. Metodologia adquire o nível de típica discussão teórica, inquirindo criticamente sobre as maneiras de se fazer ciência. Sendo algo instrumental, dos meios, não tem propriamente utilidade prática direta, mas é fundamental para a "utilidade" da produção científica. A falta de preocupação metodológica leva à mediocridade fatal.

Na produção científica nem tudo o que se afirma ou se faz tem a mesma solidez. Nas teorias, por exemplo, podemos perceber que alguns enunciados possuem a tessitura de uma **tese**, significando posturas mais ou menos aceitas. Outros são apenas **hipóteses**, ou suposições aceitáveis, no sentido de poderem ser argumentadas. Mas há também pontos de partida sem maiores rigores comprobatórios, e mesmo gratuitos, já que não poderíamos arcar com o compromisso de elucidar definitivamente toda e qualquer afirmação.

Aqui nos restringimos ao campo das ciências sociais e aplicamos um tipo de percepção metodológica calcada na sociologia do conhecimento, que o toma, a par de suas marcas epistemológicas, como produto social.² Acentuamos particularmente o débito social das ciências sociais, o que impede, ademais, de as reduzir às ciências naturais. Seu método, assim, em parte será igual ao das ciências naturais, em parte diverso, naquela face diversa da realidade social onde aparece o homem como ator.

Por esta razão não podemos deixar de reconhecer pelo menos quatro gêneros mais delineáveis de pesquisa, intercomunicados:

- a) há pesquisa **teórica**, dedicada a formular quadros de referência, a estudar teorias, a burilar conceitos;
- b) há pesquisa **metodológica**, dedicada a indagar por instrumentos, por caminhos, por modos de se fazer ciência, ou a produzir técnicas de tratamento da realidade, ou a discutir abordagens teórico-práticas;
- c) há pesquisa **empírica**, dedicada a codificar a face mensurável da realidade social;
- d) há pesquisa **prática**, voltada para intervir na realidade social, chamada pesquisa participante, avaliação qualitativa, pesquisa-ação etc.³

Nenhum gênero é estanque. Por exemplo, seria ativismo barato fazer pesquisa prática sem teoria. Por outra, esta visão leva a aceitar que o critério da prática é fundamental, mas não fatal, porque é tão importante quanto o da teoria.

Toda discussão metodológica guarda em si uma proposta, até porque é impossível não ter posição. Se insistíssemos em não ter posicionamento, isso seria o pior deles. Também por razões de formação acadêmica — ligada ao movimento da Escola de Frankfurt — nossa maneira de ver se inclui na dialética histórico-estrutural, que será embasada adiante, além de orientada pela busca atual de metodologias alternativas, que saibam unir teoria e prática, quantidade e qualidade. Mesmo assim, este trabalho deve ser entendido como convite à discussão, dentro do reconhecimento de que **só pode**

1. THIOLLENT, M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo, Polis, 1980. VERA, A. *Metodologia da pesquisa científica*. Porto Alegre, Globo, 1974. KOURGANOFF, V. *A pesquisa científica*. São Paulo, Difel, 1961. TRIPOLI, T. et alii. *Análise da pesquisa social*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975. KAPLAN, A. *A conduta na pesquisa: metodologia para as ciências do comportamento*. São Paulo, Herder, 1972. WEATHERHALL, M. *Método científico*. São Paulo, Polígono, 1970. MOLES, A. *A criação científica*. São Paulo, Perspectiva, 1971. CERVO, A. L. & BERVIAN, P. A. *Metodologia científica*. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1973. HEGENBERG, L. *Etapas da investigação científica*. São Paulo, EDUSP, 1976. v. 1. PIERSON, D. *Teoria e pesquisa em sociologia*. São Paulo, Melhoramentos, 1975. GALTUNG, J. *Teoria y métodos de la investigación social*. Buenos Aires, Ed. Univers. de Buenos Aires, 1966. 2 v. GOODE, W. J. & HATT, P. K. *Métodos em pesquisa social*. São Paulo, Nacional, 1973. RILEY, M. W. & NELSON, E. E. *A observação sociológica: uma estratégia para um novo conhecimento social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. FERNANDES, F. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo, Nacional, 1967. BERGER, P. L. *A construção social da realidade*. Petrópolis, Vozes, 1973. BASTIDE, R. et alii. *Pesquisa comparativa e interdisciplinar*. Rio de Janeiro, FGV, 1976. KAUFMANN, F. *Metodologia das ciências sociais*. Rio de Janeiro, F. Alves, 1977. SCHRADER, A. *Introdução à pesquisa social empírica*. Porto Alegre, Globo, 1974. MANN, P. H. *Métodos de investigação sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. DAVIS, J. A. *Levantamento de dados em sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. GRESSLER, L. A. *Pesquisa educacional*. São Paulo, Loyola, 1983. BARROS, A. J. P. & LEHFELD, N. A. S. *Fundamentos de metodologia*. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1986. MARINHO, P. *A pesquisa em ciências humanas*. Petrópolis, Vozes, 1980. RUMMEL, J. F. *Introdução aos procedimentos de pesquisa em educação*. Porto Alegre, Globo, 1981. KERLINGER, F. N. *Metodologia da pesquisa em ciências sociais*. São Paulo, EDUSP, 1980. ALVES, R. *Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras*. São Paulo, Brasiliense, 1982. LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. *Metodologia científica*. São Paulo, Atlas, 1982. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo, Atlas, 1982. CASTRO, C. M. *Prática de pesquisa*. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1977. FERRARI, A. T. *Metodologia da pesquisa científica*. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1982.

2. MANNHEIM, K. *Wissenssoziologie*. Berlin, Luchterhand, 1970. GURVITCH, J. A. *Os quadros sociais do conhecimento*. Lisboa, Moraes, 1969. MERTON, R. K. *Social theory and social structure*. New York, The Free Press, 1968. BERTELLI, A. R. et alii. *Sociologia do conhecimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974. PARETO, V. *Trattato di sociologia generale*. Milão, 1964.

3. DEMO, P. *Introdução à metodologia da ciência*. São Paulo, Atlas, 1985. Cf. Introdução. *Investigación participante: mito y realidad*. Buenos Aires, Kapelusz, 1985. Cf. introdução.

ser respeitado como científico aquilo que se mantiver discutível. Nada de dogmas. Nada de posições rígidas. Nada de proselitismo.⁴

Dividimos o trabalho em duas partes. Na primeira, tratamos de questões mais gerais, em que sobressai a perspectiva da sociologia do conhecimento na demarcação científica, na crítica ao processo científico, no desvendamento de compromissos escusos a título de neutralidade, na necessidade de buscar posturas alternativas. Na segunda, destacamos algumas abordagens metodológicas mais marcantes, nomeadamente: empirismo/positivismo, dialética, estruturalismo, sistemismo/funcionalismo, além da incursão em metodologias alternativas.

Não pode existir aqui pretensão de esgotar tamanha tarefa. Vamos apenas apresentar uma discussão que deveria interessar a todos os que se colocam no horizonte da qualidade científica, seja como competência acadêmica técnica, seja como potencialidade política, no sentido de mudar a sociedade em direções mais desejáveis. Construir ciências sociais não é pretender produtos acabados, verdades definitivas, mas cultivar um **processo** de criatividade marcado pelo diálogo consciente com a realidade social que a quer compreender, também para a transformar.⁵

Parte I

Débito Social da Ciência

4. HABERMAS, J. *Theorie des kommunikativen Handelns*. Frankfurt, Suhrkamp, 1981. 2 v. ———. *Zur Logik der Sozialwissenschaften*. Berlim, Suhrkamp, 1970. ———. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
5. COULSON, W. R. & ROGERS, C. R. *O homem e a ciência do homem*. Belo Horizonte, Interlivros, 1973. BEN-DAVID, J. *O papel do cientista na sociedade*. São Paulo, Pioneira, 1974. DEUS, J. D., org. *A crítica da ciência, sociologia e ideologia da ciência*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974. DEMO, P. *Ciência, ideologia e poder; uma sátira às ciências sociais*. São Paulo, Atlas, 1988. STINCHCOMBE, A. L. *La construcción de teorías sociales*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1970. CHISHOLM, R. M. *Teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974. RYAN, A. *Filosofia das ciências sociais*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977. CAMPOS, C. *O mundo como realidade*. Belo Horizonte, Gardal, 1961.

1

Demarcação Científica

Problema central da metodologia é a demarcação científica entre o que seria e o que não seria ciência. Caracteristicamente não há nada mais controverso em ciência do que sua definição, a menos que a consideremos produto de supermercado, que se compra pronto e se guarda na geladeira. A percepção comum de ciência está repleta de expectativas simplistas, sobretudo no sentido de que os cientistas seriam gente acima de qualquer suspeita, produzindo "oráculos" definitivos, detendo em suas mãos conhecimentos perfeitos. Ao contrário disso, é mister partir de que a demarcação científica coloca no fundo discussão inacabável, desde que não se aceite o dogma como algo científico. A metodologia não aparece como solução propriamente, mas como expediente de questionamento criativo, para permitir opções tanto mais seguras quanto mais consciência tiverem de sua marca aproximativa.

O maior problema da ciência não é o método, mas a realidade. Como esta não é evidente, nem coincidem completamente a idéia que temos da realidade e a própria realidade, é preciso primeiro colocar esta questão: o que consideramos real? Alguns julgam que realidade social é algo já feito, totalmente externo e estruturado. Outros concebem-na como algo a se fazer, pois seria criativamente histórica. Outros mais tentam misturar as duas posturas: em parte a realidade social está feita, em parte pode ser feita.¹

Dependendo da concepção de realidade social, vai variar o método de captação, que é logicamente posterior. Por exemplo, para

1. Cf. capítulos posteriores, onde serão estudadas várias abordagens, particularmente a dialética, o empirismo e o positivismo, o estruturalismo francês, o sistemismo e o funcionalismo, bem como metodologias alternativas. Cada metodólogo possui sua concepção própria, é claro, que pode ser surpreendida nas entrelinhas, ou nas linhas.

uma concepção dialética de realidade social cabe o método dialético, como cabe o método sistêmico para uma realidade concebida como sistema.

Tomamos aqui a realidade social como processo histórico em seu pleno sentido, significando que:

- a) está sempre **grávida**, em gestação, o que torna a mudança algo natural, de sua própria tessitura interna;
- b) existem **estruturas** na realidade social que são como formas ("fôrmas"), o que permite tomá-la como fenômeno regular, até certo ponto previsível e planejável; são estruturas, por exemplo, o complexo de necessidades materiais (a infra-estrutura), o conflito social, formas de comunicação e expressão simbólica etc.;
- c) dividimos o processo histórico em **condições objetivas e subjetivas**, significando as primeiras as estruturas externas ao homem, que as encontra dadas, e as segundas a capacidade política do homem de conquistar seu lugar;
- d) transformações sociais se dão nos conteúdos, em que a história pode ser radicalmente criativa, produtiva, dependendo, para tanto, de condições objetivas e subjetivas, cada qual detendo a mesma ordem de importância;
- e) o móvel próprio de mudança, nas condições subjetivas, é o conflito social, que significa a reação dos "desiguais" contra a opressão dos privilegiados; nas condições objetivas significa a dinâmica interna processual, que, embora estrutural, traduz estruturas da mudança, não do esfriamento da história;
- f) isso leva a conceber a história como sucessão de fases, em que cada fase gera em si mesma a próxima fase, por meio dos conflitos objetivos e subjetivos que tem de enfrentar;
- g) a expressão talvez mais adequada para esta concepção de realidade social é "**unidade de contrários**": o dinamismo provém da convivência de forças contrárias, que, ao mesmo tempo, se repelem e se necessitam.²

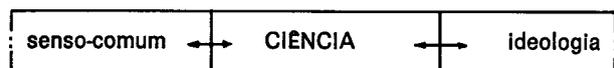
Esta postura preliminar será desdobrada passo a passo, principalmente no capítulo sobre dialética, servindo no momento apenas como entrada sugestiva para podermos realizar uma discussão mais

2. DEMO, P. **Avaliação qualitativa**. São Paulo, Cortez, 1987. Cf. Cap. 3. DUARTE JR., J. F. **O que é realidade**. São Paulo, Brasiliense, 1984. PEREIRA, O. **O que é teoria**. São Paulo, Brasiliense, 1982. CHAUI, M. **O que é ideologia**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

bem contextualizada sobre a demarcação científica e também para evitar vender tal concepção como única possível.

1.1 CRITÉRIOS DE CIENTIFICIDADE

É sempre mais fácil dizer o que não seria ciência. Simplificadamente, não são **ciência** a **ideologia** e o **senso comum**. Mas não há limites rígidos entre tais conceitos, pelo que aparecem sempre mais ou menos misturados. A ciência está cercada de ideologia e senso comum, não apenas como circunstâncias externas, mas como algo que está já dentro do próprio processo científico, que é incapaz de produzir conhecimento puro, historicamente não contextualizado. Na imagem de um contínuo interpenetrado, poderíamos visualizar assim:



O critério de distinção do **senso comum** é o **conhecimento acrítico, imediatista, crédulo**. O homem simples da rua também "sabe" de inflação, mas seu conhecimento é diferente do daquele do economista, que é capaz de elaborar uma teoria da inflação, discutir causas e efeitos. Pode-se colocar no senso comum modos ultrapassados de conhecer fenômenos ou também credídes sem base dita científica. O agricultor pode ter seu método de previsão de chuva, ligado a insinuações que considera indicativas, como certo comportamento de um pássaro; o agrônomo orienta-se por indicadores bem diferentes. O senso comum é, assim, marcado pela falta de profundidade, de rigor lógico, de espírito crítico, mas não possui apenas o lado negativo,³ a começar por ser o saber comum que organiza o cotidiano da maioria.

O lado mais positivo do senso comum é o **bom-senso**, entendido como saber ao mesmo tempo simples e inteligente, sensível ao óbvio, circunspecto. Entretanto, diante da ciência é considerado como postura deficiente e, no extremo, a própria negação dela.

O critério da **ideologia** é seu **caráter justificador de posições sociais vantajosas**. Enquanto o senso comum está despreparado diante de uma realidade mais complexa do que imagina sua visão

ingênua, a ideologia é intrinsecamente tendenciosa, no sentido de não encarar a realidade assim como ela é, mas como gostaria que fosse, dentro de interesses determinados. Para deturpar a realidade de acordo com seus interesses, a ideologia usa de instrumentos científicos, no que pode adquirir extrema sofisticação. Pode chegar à mentira, quando não só deturpa, mas inverte os fatos, fazendo de versões, fatos.

Sem entrar agora em detalhes maiores, ideologia é compreendida como sombra inevitável do fenômeno do poder, que dela lança mão para se justificar. Poder sagaz não diz que é poder, que deseja dominar, que busca vassallos, que detesta contestação. Diz que é participação, desígnio de Deus, mérito histórico, boa intenção em favor dos fracos. Ideologia não é apenas sistema de crenças, mundivisão, maneira particular de ver as coisas, mas específica justificação de serviço ao poder. A religião é ideologia, à medida que serve a posturas dominantes. Para além disso, pode ser nada mais que a satisfação de uma necessidade básica humana.⁴

Ideologia mais inteligente é a que se traveste de ciência. Por isso, seu arquiteto típico é o intelectual, figura importante na justificação do poder, como também no outro lado: na elaboração da contra-ideologia, com vistas a mudar a história dominante. Entre os intelectuais sobressaem os que têm origem nas ciências sociais e similares, porque estão mais afeitos às condições sociais da estruturação do poder e das vantagens. Neste contexto transparece já a tendência histórica das ciências sociais de estarem mais a serviço do poder,⁵ organizando técnicas de controle social, do que a serviço da emancipação dos desiguais.

Nas ciências sociais, o fenômeno ideológico é **intrínseco**, pois está no sujeito e no objeto. A própria realidade social é ideológica, porque é produto histórico no contexto da unidade de contrários, em parte feita por atores políticos, que não poderiam — mesmo que o quisessem — ser neutros. Não existe história neutra como não existe ator social neutro. É possível controlar a ideologia, mas não suprimi-la.⁶

4. DEMO, P. *Ciência, ideologia e poder*. Op. cit. CHAUI, M. Op. cit. BELL, D. *The sociology of ideology*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1966. SORG, R. *Ideologietheorien*; zum Verhaeltnis von gesellschaftlichem Bewusstsein und sozialer Realitaet Köln-Merlin, Kiepenheuer & Witsch, 1976. KOFLER, L. *Soziologie des Ideologischen*. Berlin, Kohlhammer, 1975. TJADEN, K. H. org. *Soziale Systeme*; Materialien zur Dokumentation und Kritik soziologischer Ideologie. Berlin, Luchterhand, 1971.

5. GRAMSCI, A. *A formação dos intelectuais*. Venda Nova Amadora, Rodrigues Xavier, 1972. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967. DEMO, P. *Intelectuais e vivaldinos*; da crítica acrítica São Paulo ALMED, 1982. LAKATOS, I. & MUSGRAVE, A., org. *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo, Cultrix, 1979. LOPES, J. L. *La ciencia y el dilema de América Latina*; dependencia o liberación. Buenos Aires, Siglo 21, 1972. *Ciência e libertação*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. FEYERABEND, P. *Erkenntnis fuer freie Menschen*. Frankfurt, Suhrkamp, 1979.

6. Cfr. DEMO, P. *Ciências sociais e qualidade*. São Paulo, ALMED, 1985: um dos critérios que fundam a "diferença suficiente" entre ciências sociais e ciências naturais é precisamente a ideologia intrínseca no cientista e na realidade social.

3. FERRAROTTI, F. *Uma sociologia alternativa*; da sociologia como técnica do conhecimento à sociologia crítica. Porto, Afrontamento, 1972. BRONOWSKI, J. *O senso comum da ciência*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1977. CARRAHER, D. W. *Senso crítico*; do dia-a-dia às ciências humanas. São Paulo, Pioneira, 1983.

Assim colocadas as coisas, a ciência está pervadida de senso comum e de ideologia. De senso comum, porque jamais conseguiríamos dominar de todo a realidade, ou discursar sobre ela com conhecimento especializado de todas as suas facetas. De ideologia, porque conhecimento é influenciado por interesses, além de estar sempre em contexto de prática histórica contraditória. A presença da ideologia decorre do débito social, como transudação normal de um fenômeno político.

Se ciência não é senso comum, nem ideologia, embora com eles conviva intrinsecamente, o que é, então?

Respeitando vezos acadêmicos comuns, podemos iniciar a discussão colocando **critérios internos e externos**. Os **internos** fazem parte da própria tessitura da ciência, são imanentes. Os **externos** são atribuídos de fora.

Alguns critérios internos são:

- a) **Coerência:** significa sua propriedade lógica, ou seja: falta de contradição; argumentação bem estruturada; corpo sistemático e bem deduzido de enunciados; desdobramento do tema de modo progressivo e disciplinado, com começo, meio e fim; dedução lógica de conclusões. Coerente é o discurso que, estabelecido seu ponto de partida, evolui sem entrar em contradição, tanto no sentido de não partir de premissas conflitantes como no de ter um corpo intermédio concatenado, e também no de chegar a conclusões congruentes entre si e com as premissas iniciais.
- b) **Consistência:** significa a capacidade de resistir a argumentações contrárias; difere da coerência porque esta é estritamente lógica, enquanto a consistência se liga também à atualidade da argumentação. Dos livros produzidos num ano, apenas alguns sobrevivem, bem como dos autores apenas alguns se tornam clássicos, porque produzem estilos resistentes de argumentação, tanto em sentido lógico, quanto em sentido de atualidade.
- c) **Originalidade:** significa produção não tautológica, ou seja, inventiva, baseada na pesquisa criativa, e não apenas repetitiva.
- d) **Objetivação:** significa a tentativa — nunca completa — de descobrir a realidade social assim como ela é, mais do que como gostaríamos que fosse. Como não há conhecimento objetivo, não existe o critério de objetividade, que é substituído pelo de objetivação. Ainda que

ideologia seja intrínseca, é fundamental buscar controlá-la, pois a meta da ciência é a realidade, não sua deturpação.

Estes quatro critérios tentam cercar a complexidade do fenômeno científico, sem poder esgotá-lo, até por uma razão lógica inerente. A seleção de critérios conduz a um regresso ao infinito, porque não há definição cabal de nenhum termo. Se definimos o científico como o coerente, é mister definir o coerente. Se definimos o coerente como o não-contraditório, é mister definir o não-contraditório, e assim indefinidamente. Quer dizer, o número quatro não é sagrado, ou seja, não fazemos “a” demarcação científica, mas uma versão possível dela.

Os quatro critérios são heterogêneos em certa extensão, embora se interpenetrem. São tendencialmente formais, destacando-se a coerência como apenas formal. Nada diz sobre conteúdos. Por isso, uma ideologia pode ser coerente, na forma de se desdobrar. Não se trata de defeito, mas de característica, e como tal é critério fundamental, por mais que possa decair em ritos vazios, ou seja, usar lógica impecável para um conteúdo irrelevante ou politicamente nefasto.

A consistência já admite conotação histórica, que vai crescendo nos critérios seguintes. Não se trata de estabelecer dicotomia entre critérios mais formais e mais históricos, porque o fenômeno científico é marcado pelos dois. Em outra linguagem, podemos falar de **qualidade formal** e de **qualidade política**. Por qualidade formal entende-se a propriedade lógica, tecnicamente instrumentada, dentro dos ritos acadêmicos usuais: domínio de técnicas de coleta, manuseio e uso de dados; capacidade de manipular bibliografia; versatilidade na discussão teórica; conhecimento de teorias, de autores; feitura de passos consagrados, como percurso da graduação, dissertação de mestrado, tese de doutorado etc. Embora tudo isso possa resultar no “idiota especializado”, são marcas fundamentais do processo científico.

O **critério externo** propriamente dito é a **intersubjetividade**, significando a opinião dominante da comunidade científica em determinada época e lugar. É externo porque a opinião é algo atribuído de fora, por mais que provenha de um especialista. Aqui transparece a marca social do conhecimento. Em si, o científico deveria ligar-se apenas a critérios de propriedade interna. Um enunciado dito por Marx, pelo Presidente da República, ou pelo homem simples da rua teria a mesma validade. Todavia, como não existe nada “em si”, mas tudo contextualizado na história conflituosa e desigual, o “argumento de autoridade” — que jamais seria argumento pela autoridade — acaba prevalecendo.

Dáí decorrem outros critérios externos, como a comparação crítica, a divulgação, o reconhecimento generalizado etc. De um lado, salta aos olhos a fragilidade, porque é possível descartar uma obra de grande qualidade científica só porque contraria expectativas dominantes (exemplo de Galileu, que foi mesmo condenado à época), ou salvar obras medíocres, só porque se encaixam nas estratégias vigentes de prestígio, comercialização e mesmo subserviência. De outro, aportam um aspecto fundamental da discussão, no sentido de ser a barreira típica contra o relativismo científico.

Se nada é evidente e conclusivo, poderíamos imaginar que "vale tudo". Cada qual define ciência como quer, aceita e rejeita o que quer. Primeiro, a postura relativista é logicamente incoerente, porque o enunciado "tudo é relativo" não é relativo, mas um discurso contraditoriamente absoluto. Segundo, é historicamente inviável, porque a sociedade produz cristalizações dominantes, que coíbem cada indivíduo de ter um mundo totalmente próprio de idéias e posturas. Assim, não existe relativismo, mas relatividade histórica, o que é um fenômeno que pervade também as ciências sociais, enquanto são fenômeno social como qualquer outro. Assim, não admira que tenham suas "vacas sagradas", seus pontífices, seus asseclas, seus corporativismos, e assim por diante.

Nesse sentido, é preciso fazer um reparo importante sobre a distinção entre critérios internos e externos de cientificidade. As atribuições ditas externas o são na origem, mas fazem parte integrante do jogo, desde que consideremos o débito social como componente da própria tessitura científica. Seria o mesmo erro de situar a ideologia como algo externo, estranho, como invasão indevida. Na verdade, ideologia é inerente, sempre está presente, embora possa vir de dentro (do sujeito) ou de fora (do objeto). Torna-se invasão indevida quando passa a predominar sobre a ciência, colocando o processo científico a serviço de pretensões ideológicas.

Para uma postura formalizante de ciência, que acredita em neutralidade, a distinção faz muito sentido, porque considera critérios externos, no fundo, espúrios e entende intersubjetividade menos como acerto social histórico do que como expressão objetiva de formalizações comumente reconhecidas. Tende-se a entender a produção científica como luta metodológica contra inimigos externos, que degradam a pureza formal de sua criação. Metodologia é treino para a neutralidade, tendo em vista a objetividade da realidade.

Não partilhamos desta visão. Acreditamos na mesma importância da qualidade formal e da qualidade política.⁷

1.2 QUALIDADE FORMAL E POLÍTICA

Um dos problemas centrais para a demarcação científica está na opção inicial entre ciências sociais imitativas das ciências naturais e ciências sociais com horizonte próprio. Não cremos que exista dicotomia entre as duas opções, porque, em parte, a realidade social é natural, ou seja, objetivamente dada e, em parte, é fenômeno próprio, ou seja, subjetivamente construído pelo ator político humano. Predomina a postura formalizante clássica, que prefere tratar na realidade social apenas as faces subsumíveis pelos métodos de captação consagrados nas ciências naturais. Podemos simplificar estas faces sob a designação de **quantidade**, o que demarcaria postura empirista e positivista, quando exclusiva. Trata-se somente aquilo que é empírico, mensurável, testável, operacionalizável, chegando-se ao extremo de considerar **real** apenas o que é empírico. Reduz-se a realidade social total à sua expressão empírica, sobretudo por razão do método. Além de uma "ditadura do método" que se sobrepõe à realidade, passando de meio a fim, existe a pretensa "despolitização" de um fenômeno intrinsecamente político, ao se pretender descartar o papel das condições subjetivas. Sujeito e objeto se distinguem claramente, bem como teoria e prática.⁸

Nesta concepção, a ciência caracteriza-se por ser instrumentação técnica, de teor formal, com vistas a dominar a realidade, sem, porém, discuti-la. O papel do cientista é estudar, pesquisar, sistematizar, teorizar, não intervir, influenciar, tomar posição. Retrata, descreve, dimensiona, mas não propõe, nem contrapõe, porque seria coisa de político. A qualidade do cientista está em ser competente formalmente: domínio dos instrumentos metodológicos; capacidade no trato dos dados, bem como em sua coleta; versatilidade teórica, comprovada no conhecimento que tem da matéria, das discussões em voga na praça, dos clássicos; raciocínio lógico, matemático; rigor e disciplina diante do objeto, que deve dissecar, analisar, decompor; superação formal das fases na formação, segundo os ritos usuais da academia; e assim por diante.

O cientista distancia-se dos conteúdos porque entende sua tarefa separada em si, como se fosse um reino lógico e matemático, asséptico e frio. Deve ser neutro, pois a realidade é objetiva. Estudar metodologia é precisamente treinar-se nesta postura até o extremo de definir ciência unicamente pelo seu aspecto formalizante: científico é aquilo que é feito com método, não importando o que se faz.

7. HABERMAS, J. *Conhecimento e Interesse*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. DEMO, P. *Avaliação qualitativa*. São Paulo, Cortez, 1987.

8. DEMO, P. *Ciências sociais e qualidade*. Op. cit. ——— *Investigación participante*. Op. cit. ——— *Avaliação qualitativa*. Op. cit. ——— *Pobreza política*. São Paulo, Cortez, 1988.

No caso da realidade social é claro que sua face quantitativa se adapta melhor a tal expectativa, porque é mais facilmente tratável como mero objeto. Assim, estudar a realidade social significa, logo de partida, buscar suas quantificações possíveis, para que estas possam ser tratadas de modo metodológico formal. Tal procedimento é fortemente questionado hoje, porque ciência puramente instrumental coloca precisamente uma questão política da maior relevância: a quem servem as ciências sociais. Quando se verifica, com extrema facilidade, que o produto tendencial das ciências sociais não é o enfrentamento dos problemas sociais na teoria e na prática, em favor dos desiguais, mas a fabricação competente de técnicas de controle social a serviço do grupo dominante, percebe-se que a neutralidade é sobretudo útil. Útil ao cientista, porque lhe é cômodo desconhecer a imbricação com os fins enquanto pode viver à sombra e com a sobra do poder vigente. Sobretudo útil ao poder vigente, que aproveita das ciências sociais seu potencial ideológico.⁹

O signo formalizante da ciência se depreende sobretudo na produção tecnológica, considerada certamente seu filho predileto. A tecnologia — por vezes a demonstração de extrema inventividade humana — se descola dos conteúdos históricos, o que tem levado a progressos inauditos em fins perversos, como a guerra, a destruição ecológica, a comunicação manipuladora, e assim por diante. Seria neutra a tecnologia? Em si, é neutra, assim como um artefato atômico poderia ser definido como instrumento para destruir, competentemente perfeito com o meio.¹⁰ Entretanto, não existe na sociedade esta separação na prática, embora tenha sentido lógico. O meio que tão persistentemente se faz a serviço de determinado fim acaba tomando a cor do fim na prática. Nem por isso a distinção lógica perde o sentido, até porque é na base dela que se aceita os fins não justificarem os meios. Ainda, a qualidade formal, por isso, não se secundariza ou degenera, porque há o lado positivo dela, certamente. Não é defeito o cientista ser competente na forma.

De todos os modos, tomando-se a sério o débito social das ciências sociais, é mister reconhecer que critérios de qualidade formal não bastam. Uma tese de doutorado pode ser formalmente aceita como perfeita, porque corresponde a todos os ritos acadêmicos e sobretudo é uma demonstração perfeita de domínio instrumental metodológico e teórico, mas pode igualmente ser irrelevante, no sentido de que não coloca problema de importância para a sociedade.

⁹ DIXON, B. *Para que serve a ciência?* São Paulo, Nacional, 1976. LOPES, J. L. *Ciência e libertação*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. BEN-DAVID, J. *O papel do cientista na sociedade*. São Paulo, Pioneira, 1974. — et alii. *Sociologia da ciência*. Rio de Janeiro, FGV, 1975. DEMO, P. *Participação é conquista*; noções de política social participativa. Fortaleza, Ed. Univ. Federal, 1986.

¹⁰ Cf. discussão em torno da "neutralidade" da tecnologia, em DEMO, P. *Ciências sociais e qualidade*. Op. cit.

Treina-se um doutor, que não passa de um "idiota especializado": bom na competência formal, ignorante, ingênuo ou malandro no plano dos conteúdos.

Qualidade política coloca a questão dos fins, dos conteúdos, da prática histórica. Aponta para a dimensão do cientista social como cidadão, como ator político, que inevitavelmente influencia e é influenciado. Preocupa-se, por exemplo, com a persistência com que as ciências sociais servem de instrumentação para o controle social e pergunta-se por que sabem muito mais como não mudar, como desmobilizar movimentos sociais, como justificar ricos e poderosos, do que comparecer como instrumentação e atuação em prol de transformações históricas consideradas estratégicas pelos desiguais.¹¹ Discute sobre a possibilidade de as ciências sociais serem móvel competente no estabelecimento de políticas sociais mais efetivas, na implantação de um estado de direito, na solidificação de uma sociedade mais democrática. Questiona se os estudantes na universidade são apenas objeto de treinamento técnico, ou se deveria haver processo definido de **formação**, no sentido educativo da gestação de atores políticos comprometidos com histórias menos desiguais.

Qualidade política não substitui nem é maior que a qualidade formal. Tem apenas seu lugar, pois, havendo ideologia intrínseca nas ciências sociais, é de igual maneira essencial demarcar qual sua ideologia predominante, a quem servem, que tipo de sociedade favorecem e coíbem. O homem é ser político, quer queira, quer não queira. Não pode ser neutro. Pode no máximo ser "neutralizado", seja no sentido de sua emasculação política, para servir sem reclamar, seja no sentido de uma estratégia de distanciamento, como forma de controle da ideologia.

É extremamente mais difícil tratar de qualidade política, porque não temos sequer linguagem adequada, marcada esta pela formalização obsessiva. Entretanto, é dimensão substancial da realidade, visualizada aqui através do termo "qualidade", que jamais será dicotômica à quantidade. Engloba todas as dimensões humanas que não se reduzem a expressões materiais, como cultura, educação, mundo simbólico, arte, ideologia, mas tem como conteúdo mais específico o fenômeno participativo, porquanto a sociedade participativa é a qualidade política mais qualitativa que a história poderia engendrar.

¹¹ DEMO, P. *Pesquisa educacional na América Latina e no Caribe*; tentativa de síntese e de discussão crítica. Brasília, Orealc, Ipea/Iplan, jul. 1987. 122 p. Mimeografado. — *Ciência, ideologia e poder*; uma sátira às ciências sociais. Op. cit. SMART, B. *Sociologia, fenomenologia e análise marxista*; uma discussão crítica da teoria e da prática de uma ciência da sociedade. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. p. 104.

Não deixa de ser estranho, para não dizer irônico, que as ciências sociais se restrinjam a horizontes limitados da vida social, abandonando necessidades humanas tão profundas como: felicidade, democracia, identidade cultural, prática cotidiana, cidadania... Tomam necessidades materiais, por serem geralmente mais imediatas, como mais importantes. A rigor, nenhuma necessidade humana pode ser taxada de mais ou de menos importante, se aceitarmos o homem como totalidade, e não como arranjo de pedaços.¹²

No fundo, está a rejeição pretensamente neutra da dimensão das condições subjetivas na história, supondo uma história objetiva, necessária, determinada. O homem a sofre, é objeto dela. Ou, no máximo, tomam-se tais condições a contragosto, como intervenções aleatórias, ou tipicamente secundárias, porque determinadas em última instância pelas questões materiais da produção econômica. Não se trata, também, de passar ao extremo oposto, como se o homem fosse decisor solene e livre da história. Mas de equilibrar os dois lados, que, no fundo, são o mesmo todo.

Diante dessa discussão, a demarcação científica ganha outros contornos. Primeiro, continua firme a importância de critérios formais, da competência instrumental no método e na teoria. Segundo, aparece a dimensão do cientista como ator político, ao lado de ser pesquisador disciplinado. Isto complica extremamente a questão, mas a enriquece sobremaneira, ao compreender as ciências sociais, não apenas como forma de abordagem, mas também como espaço de atuação social. Aparece a prática como componente do processo científico, nem superior, nem inferior à teoria. Aparece a imbricação ideológica intrínseca, marca de qualquer ator político no espaço do poder. Aparece a indistinção entre sujeito e objeto, dentro de uma história feita objetiva e subjetivamente. Aparece a dimensão da qualidade como desafio imponente, diante de uma atuação pequena e quase sempre apequenante das ciências sociais.¹³

O critério de cientificidade — em meio a esta polêmica interminável — que nos parece mais aceitável é o da **discutibilidade**,¹⁴ entendido como característica formal e política, ao mesmo tempo. **Somente pode ser científico, o que for discutível.** Significa, no lado formal, que o discurso:

- deve ser formalmente inteligível, lógico, bem sistematizado, competente em termos instrumentais;
- não deve levar à confusão, à indeterminação, mas à explicação, que permita aumentar o nível de compreensão da realidade;
- deve ser criativo e disciplinadamente voltado para a realidade.

Significa, no lado político, que:

- não se colhem resultados definitivos, a não ser nas ilusões totalitárias; não cabe o dogma;
- não param as ciências sociais no **discurso**, mas devem assomar como **diálogo**, ou seja, comunicação de conteúdos;
- não há como separar teoria e prática, a não ser para escamotear práticas escusas ou esconder interesses;
- o estudo dos problemas tem a ver com suas soluções; caso contrário, tornam-se ciências anti-sociais.

A discutibilidade marca a substância processual dialética das ciências sociais, além de permitir um tipo mais realista de controle da ideologia quando mantida discutível. Ideologia discutível não precisa deturpar em excesso, nem tornar a ciência subserviente. Pode-se defender uma ideologia cientificamente, desde que discutível, quer dizer, desde que recorra a argumentos, seja competente em termos formais, a par de disputar posições de poder.

1.3 OBJETO CONSTRUÍDO

Um dos problemas mais cruciais da ciência é sua coincidência com a realidade pesquisada. Será que a teoria da pobreza coincide de fato com a realidade da pobreza? A idéia que faço do Brasil é o Brasil real? Entre o pensamento e o pensado há correspondência exata, ou não?

Diz Habermas, expressando a posição da Escola de Frankfurt: "Não sabemos fundamentalmente nada a respeito de uma correspondência ontológica entre as categorias científicas e as estruturas da realidade."¹⁵ Não se pode confundir o plano da lógica (o pensar) com o da ontologia (realidade pensada). Contradizendo o empirismo,

12. CEPAUR/Fund. Dag Hammarskjöld. *Desarrollo a escala humana*. Santiago, CEPAUR, 1986. GOLDMANN, L. *Dialética e ciências humanas*. Lisboa, Presença, 1972 (v. I) e 1973 (v. II). FEINBERG, J. *Filosofia social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974. RUDNER, R. S. *Filosofia da ciência social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969. LAMBERT, K. & BRITTON, G. G. *Introdução à filosofia da ciência*. São Paulo, Cultrix, 1972. MORGENBESSER, S., org. *Filosofia da ciência*. São Paulo, Cultrix, 1975.

13. DEMO, P. *Investigación participante*. Op. cit. GROSSI, F. V. Sociopolitical implications of participatory research. *Convergence*, 14 (3): 44 ss. 1981. TANDON, R. Participatory research in the empowerment of people. *Convergence*, 14(2): 21 ss. 1981.

14. HABERMAS, J. *Theorie des kommunikativen Handelns*. Op. cit. DEMO, P. *Ciência, Ideologia e poder; uma sátira às ciências sociais*. Op. cit. Cf. conclusão — teoria prática do ardil.

15. HABERMAS, J. *Analytische Wissenschaftstheorie und Dialektik*. In: TOPITSCH, E., org. *Logik der Sozialwissenschaften*. Köln-Berlin, Kiepenheuer & Witsch, 1965. p. 292.

que não problematiza tal correspondência, aceita-se que a ciência trabalha com uma **realidade construída**. Esta posição pretende ser intermédia, entre o objetivismo empirista, que acredita impor-se o objeto ao sujeito, e o relativismo subjetivista, que inventa a realidade. Diz-se que uma família indígena compõe-se de pais, filhos e do antropólogo... Que vem a ser isso?

Não se trata de imaginar que a existência da família depende da elaboração formal do cientista. Quer dizer apenas que, como "objeto científico", necessita de quem o elabore, assim como não haveria antropologia sem o antropólogo. Conceitos científicos são construções sobre a realidade, o que já vem sugerido na origem do termo "conceito". É concebido, ou seja, não preexiste, tem pai, e por conseqüência, alguma marca hereditária. Não há conceito objetivo, porque seria elaborado sem sujeito.

A ciência é somente um modo possível de ver a realidade, nunca único e final. As próprias disciplinas acadêmicas representam recortes parciais de uma realidade complexa, que nunca é apenas sociológica, econômica, psicológica... Nesse sentido, é possível mesmo dizer que, não se esgotando nunca a realidade, o esforço de captação científica possui o lado da descoberta daquilo que se pode conhecer mais e melhor, bem como o lado do desconhecimento daquilo que está fora de interesse. A especialização faz isso sempre: volta-se para um ponto menor, que procura devassar, ignorando o resto, que geralmente não é resto, mas a maior parte.

Objeto construído significa relação diversa entre sujeito e objeto, a começar pela sua problematização. Não é da ordem do discurso formal, do retrato, mas do diálogo, do confronto. O sujeito é incapaz de apenas **descrever, retratar** o objeto, como se fosse mera fotografia. Aliás, esta imagem é feliz, porque sequer fotografia "objetiva" existe que apenas retrate a realidade: depende da qualidade do filme e da máquina, das condições ambientais objetivas e subjetivas, do fotógrafo, que pode fazer obra de arte ou simples "cópia". Na realidade social há no fundo coincidência entre sujeito e objeto, já que o sujeito faz parte da realidade que estuda. Assim, não há como estudar de fora, como se fosse possível sair da própria pele para ver-se de fora.

Por isso, não se coloca neutralidade, porque já seria forma de tomar posição. Assim como os não-alinhados se caracterizam não pela falta de linha, mas por outra. Substituímos objetividade por objetivação, porque é preciso controlar a ideologia, mas sem camuflar o fato de que faz parte da cena intrinsecamente. Este propósito é fundamental para não fazermos da atividade científica a produção **inventada** da realidade. Em vista disso, há razão lógica para o controle da ideologia, porquanto, mesmo se nos colocássemos a intenção

expressa de deturpar a realidade, a maneira mais lógica de o fazer seria conhecer a realidade assim como ela é, e não pela deturpação. O exemplo do advogado criminalista é claro: para inventar um álibi adequado para um crime indefensável é mister saber fidedignamente dos fatos.

A razão social para o controle da ideologia está na sua necessária discutibilidade. Nesse contexto, o controle não é feito pelo distanciamento, imitando as ciências naturais que estabelecem separação clara entre sujeito e objeto. O treinamento metodológico é o caminho mais promissor deste distanciamento, sobretudo quando assumido como técnica de tratamento de dados quantitativos, externos, frios, objetivos. O controle é feito, primeiro, pelo reconhecimento crítico e autocrítico de que todos somos inevitavelmente ideológicos e, segundo, pela submissão de toda postura ideológica ao critério da discutibilidade, impedindo que se torne fechada, fanática, ativista. Enquanto a manobra do distanciamento tende a camuflar e não a controlar, tal qual acontece com uma neurose reprimida, a segunda proposta busca enfrentar o problema, sem nada escamotear. É mais fácil controlar aquilo de que se tem consciência crítica e autocrítica, bem como é mais fácil contrapor-se a ela no caso de adversários.

Ideologia discutível deve satisfazer a critérios formais, do discurso lógico e inteligível, bem como a critérios políticos da comunicação dialogal, com vistas a se conseguir tratamento mais adequado da realidade social, em termos teóricos e práticos. Assim, o pretense distanciamento marcado pela manobra de apenas estudar a realidade, sem comprometer-se com qualquer intervenção nela, trai a presença da ideologia sob várias maneiras: de um lado, na divisão artificial e oportunista, entre teoria e prática, pressupondo que a atividade teórica é mais nobre; de outro, abrindo espaço para a ingenuidade de estar servindo a ideologias específicas, sem saber; ou o contrário, reservando o manto da neutralidade para esconder manobras ideológicas travestidas de ciência objetiva. É preciso entender que o poder vigente aprecia particularmente cientistas sociais neutros, ou seja, muito competentes nas instrumentações formais, e ao mesmo tempo desligados da discussão sobre fins, que são aceitos sem mais, em troca da sombra do poder.

A discutibilidade funda as condições objetivas e subjetivas do diálogo humano, que precisa de regras formais, mas igualmente de democracia. **Diálogo é uma fala contrária entre dois atores que se comunicam e se confrontam**. É mais fácil o desencontro, porque a sociedade é desigual. Também em nome do diálogo é mister controlar a ideologia, que pode ser entendida como ardil da subversão do diálogo, porque procura, mais que comunicar, dominar. O mesmo vale para as ciências sociais, vistas como diálogo com a realidade.

Além de sua qualidade formal, é mister inquirir a qualidade política, como obra histórica de construção de uma sociedade menos desigual, ou como instrumentação cada vez mais refinada do controle social. Esta também é a mensagem contida na expressão "objeto construído".

Ao contexto do "objeto" da pesquisa pertence também o sujeito. Ciências sociais são simplesmente o produto lógico e social da atividade científica dos cientistas sociais. É um produto impensável sem a marca do produtor. Isto explicita porque, embora todos procurem a mesma verdade, há tantas concepções diferentes e divergentes dela. Não é possível ver a realidade sem um ponto de vista, sem um ponto de partida, porque não há vista sem ponto, nem partida sem ponto. Este ponto é do sujeito, não da realidade. A ciência somente seria objetiva se o sujeito conseguisse sair de si e ver-se de fora.

Na prática, as ciências sociais são um fenômeno social comum, submetido aos condicionamentos históricos típicos. A par de marcas formais que sobrevivem ao tempo e ao espaço, como a própria lógica formal, variam, decaem, reinventam-se, formando também uma unidade de contrários em que não faltam a briga e a detração. Existem modas, vedetes e pontífices, que muito mais influenciam, impõem, do que argumentam. O cultivo de uma linguagem sofisticada encobre o temor da desimportância social, já que o senso comum atribui tanto maior importância quanto menos entende a questão. A idealização da atividade científica é uma ideologia de autodefesa, que esconde sobretudo a distinção classista entre trabalho intelectual e braçal, além de provocar respeito por parte da população, que internaliza a imagem do cientista como ser ilibado, acima de qualquer suspeita, capaz de — na mais insuspeita objetividade — proferir o veredicto sobre o bem e o mal.

O cientista social vive de fazer ciência, como o padeiro de fazer pão. Descrever a primeira atividade como superior é retratar o contexto da desigualdade em que é feita, mais do que seu amor à verdade. Embora isso possa existir como autêntica vocação acadêmica, não se faz ciência sem interesses sociais, que normalmente são seus móveis principais. Pesquisamos em primeiro lugar o que interessa ao poder e é por isso que tendencialmente se serve ao poder.¹⁶ Por ter escolaridade definida como "superior", deter saber

especializado e raro, e dedicar-se a tarefas nobres intelectuais, o cientista social aloca-se no grupo dominante, por mais que possa sofrer de processos históricos de empobrecimento. Geralmente não ganha o que julga merecer, mas está muito mais preocupado em melhorar sua situação sócio-econômica do que em assumir os riscos de uma luta pela emancipação dos desiguais. Deste fato — as ciências sociais não são construídas pelos deserdados da terra — decorrem muitas conseqüências, sobretudo a marca elitista, a dificuldade de identificação com causas populares, a tendência conservadora, à revelia de um discurso pretensamente radical. Nada é mais conservador do que um discurso radical em prática coerente porque, primeiro, não muda nada e, segundo, transmite para o sistema que se abjura a aura de democrático, visto que convive bem com a crítica radical.¹⁷

O débito social da ciência é algo fundamental que, em nenhum momento obscurece a marca da competência formal, mas que coloca a relevância da vida concreta, de carne e osso, onde o cientista é ator político, como qualquer cristão. Surgem escolas e seitas. Teorias contrárias e contraditórias. Grupos fanáticos, cuja pertença prefere o fiel ao competente. Manobras para ser importante, sem correr riscos, o que torna estratégica a separação oportunista entre teoria e prática. Não há a mínima relação adequada entre o que se progride em conhecimento dos problemas sociais, digamos da pobreza, e o que se resolve. Ora, se estudar a pobreza não leva a resolvê-la é porque manter a pobreza faz parte da produção científica.

A produção científica é o mundo que a ciência imagina, de certa maneira, ser seu mundo. Há interesse em apresentá-lo perfeito, atraente, acreditável. Entretanto, varia de escola para escola, ainda que, sob o peso normal da intersubjetividade, sempre existam consensos possíveis. Não é possível fundamentação última da ciência, não só por razões lógicas (regressão ao infinito dos critérios), mas também por razões sócio-históricas (a ciência tem gênese e é construída).¹⁸ Todo conhecimento está baseado em pré-conhecimento, em tradições herdadas, em pontos de partida ligados a mundivisões subjetivas. Toda demarcação científica revela esta problemática inerente, a começar pela concepção subjacente do que é realidade e do que é ciência para captá-la e influenciá-la.¹⁹

16. HABERMAS, J. *Conhecimento e Interesse*. Op. cit. VERÓN, E. *Condiciones de producción, modelos generativos y manifestación ideológica (hacia una teoría del proceso ideológico)*. In: LÉVI-STRAUSS, C. et alii. *El proceso ideológico*. México, Tiempo Contemporáneo, 1971. p. 251-92. TRINDADE, L. S. *As raízes ideológicas das teorias sociais*. São Paulo, Ática, 1978. WATKINS, F. M. *A idade da ideologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1966. SICHERE, B. *Sobre a luta ideológica*. In: ESCOBAR, C. H., org. *Psicanálise e ciência da história*. Rio de Janeiro, Eldorado, 1974. p. 161-82. HERBERT, T. *Notas para uma teoria geral das ideologias*. In: ESCOBAR, C. H., org. Op. cit. p. 183-204. BARIÓN, J. *Was ist Ideologie?* Stuttgart, Bowler, 1964. BLACKBURN, R., org. *Ideologia nas ciências sociais*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

17. SLATER, P. *Origem e significado da escola de Frankfurt*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. THERBORN, G. *La escuela de Frankfurt*. Barcelona, Anagrama, 1972. DEMO, P. *Intelectuais e vivaldinos*. Op. cit.

18. CHATELET, F. *A filosofia das ciências sociais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974. ———. *A filosofia do mundo científico e industrial (de 1860 a 1940)*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974. VILAR, P. *Marxismo e história; polémica com L. Althusser*. Lisboa, Praxis, 1974. ——— & FRAENKEL, B. *Althusser, método histórico e historicismo*. Barcelona, Anagrama, 1968. PECHEUX, M. & FICHANT, M. *Sobre a história das ciências*. Lisboa, Estampa, 1971. BAGU, S. *Tiempo, realidad social y conocimiento*. Buenos Aires, Siglo 21, 1973.

19. GADAMER, H. G. *Wahrheit und Methode*. Tübingen, Mohr, 1965. HABERMAS, J. et alii, org. *Hermeneutik und Ideologiekritik*. Frankfurt, Suhrkamp, 1973. DURHAM, E. R. *A recons-*

No fundo, nunca colocamos uma pergunta se nada sabemos da resposta. Se nada soubéssemos da resposta, nada teríamos a perguntar. Significa: temos de tudo alguma pré-noção, algum pré-conceito, porque não existe abordagem totalmente desarmada da realidade, assim como não existe sujeito objetivo. Quer dizer, o sujeito é objetivo como fenômeno, mas é necessariamente subjetivo na forma de captar os fenômenos sociais. Decorre disso também que nenhuma teoria explica tudo e completamente. A teoria pode cair na ilusão de extrema segurança em seus expedientes explicativos, porque reduz o mundo a seu tamanho. Tal teoria mais petrifica do que explica a realidade. Como seres condicionados que somos, produzimos teorias científicas também condicionadas, limitadas no tempo e no espaço, o que torna a lide científica um processo interminável, como a própria história. Só o autoritarismo pretende explicação única. Fora dele, o que existe são visões diversificadas e conflitantes, disputa por espaços científicos divididos em escolas, orientações, grupos e mesmo seitas.

O que percebemos da realidade é aquilo pelo qual a ciência se interessa. Não conhecemos tudo, nem qualquer coisa, mas aquela parte da realidade que possui para nós, ou para quem trabalhamos, relevância política. Em parte, a ciência é a ideologia do cientista, no sentido do instrumento que usa para promover-se, impor-se, regatear favores e privilégios, descartar adversários e inventar admiradores. Na verdade, ciência é necessária, porque não conseguimos devassar a realidade. Esta é sempre muito maior que aquela. Não fora antropomorfismo, diríamos que a realidade se ri da ciência, a começar pelo fato de que a ciência não vai além de uma reprodução construída.

1.4 CIÊNCIA COMO FENÔMENO PROCESSUAL

Dentro de uma visão dialética histórico-estrutural, é possível dar lugar adequado a parâmetros científicos formais, que não mudam, bem como a características processuais, ligadas ao devir histórico da vida concreta. A uma realidade histórico-estrutural cabe uma metodologia também histórico-estrutural. Embora isso venha mais sistematicamente desdobrado no capítulo sobre dialética e metodologias alternativas, aqui fazemos uma introdução, com vistas a contextualizar melhor a demarcação científica.

tituição da realidade. São Paulo, Ática, 1978. SMART, B. *Sociologia, fenomenologia e análise marxista: uma discussão crítica da teoria e da prática de uma ciência da sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. DOUGLAS, M., ed. *Rules and meanings*. London, Chaucer, 1973. DUARTE JR., J. F. *O que é realidade*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

A metodologia tradicional, fundada apenas na qualidade formal, não pode ser exclusiva. A lógica formal caracteriza-se pela pretensão de poder elaborar corpo acabado de "leis do pensamento". Tais leis seriam duradouras, porque são a própria estrutura dada do pensamento, um arcabouço objetivo, que, embora dentro da cabeça pensante, subjuga o pensar a leis imutáveis na forma. Seriam uma instância que se impõe, evidente, capaz de gerar verdade, pois não depende de ideologia e do processo de formação histórica. Princípios da lógica formal, tais como o de **identidade** — o que é, é; o que não é, não é —, o de **dedução** — se A é igual a B e se B é igual a C, segue que A é igual a C —, o de **tautologia** — um todo é exatamente igual à soma das duas metades —, são evidentes e a-históricos, o crivo perene que filtra o científico do não-científico. Impõe-se ao sujeito, que não os constrói, apenas os segue.

Esta parte da metodologia, que se confunde com epistemologia, definida como teoria formal do conhecimento, não é descartada.²⁰ Apenas é vista como metade da coisa. Na outra metade está ciência como fenômeno processual histórico, fazendo parte dos conteúdos da história, em sua prática contraditória. As ciências sociais não podem ser reduzidas a mero fenômeno de poder, circunstanciadas por simples querelas tópicas. Por outra, não são **determinadas**, mas **condicionadas** socialmente, porquanto na história não cabem determinismos, mas tendências típicas, que retratam regularidades, não leis. Os cientistas sociais não são determinados pela sua posição de modo geral privilegiada sócio-economicamente, mas condicionados por ela, o que permite dizer que possuem tendencialmente postura conservadora.

Esta seria sua marca processual, que aceita o cientista não apenas como criatura lógica, mas igualmente como criatividade histórica. A ciência tem história, não somente no sentido externo de que épocas se sucedem, como cientistas e escolas se sucedem, mas antes no sentido interno de que a demarcação científica varia naturalmente na história: o que tínhamos por científico pode ser posteriormente reconhecido como superado, como aconteceu com a ciência de estilo teológico, ou de estilo filosófico, ou de estilo quantitativo, a despeito de todas se estribarem na lógica.²¹

20. SCHAFF, A. *História e verdade*. São Paulo, Martins Fontes, 1978. CHISHOLM, R. M. *Teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974. HESSEN, J. *Teoria do conhecimento*. Coimbra, A. Amado, 1968. KOPNIN, P. V. *Fundamentos lógicos da ciência*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.

21. SARTRE, J. P. *A imaginação*. São Paulo, Difel, 1973. ———. *Questão de método*. São Paulo, Difel, 1972. LEFEBVRE, H. *Lógica formal lógica dialética*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. GOLDMANN, L. *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967. ———. *Sciences humaines et philosophie: pour un structuralisme génétique*. Paris, Médiations, 1966. KOPNIN, P. V. *A dialética como lógica e teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

Esta marca social permite visualizar certas propriedades intrigantes das ciências sociais, tais como:

- a) seu estudo não garante o resultado pretendido; é perfeitamente possível saber muito da ciência da educação e ser um péssimo educador, assim como um psicólogo pode ser tomado como competente para os outros, mas não garantir um mínimo de normalidade psicológica para si mesmo;
- b) guardam a ironia de ser um tratamento tendencialmente apenas teórico da prática histórica; para muitos cientistas sociais a prática aparece como espúria, como atividade menor, como incômoda; restringem-se à "prática teórica", seja como fuga de compromissos que trazem riscos, seja para evitar ter de corrigir a teoria sob o impacto da prática, seja para escamotear práticas conservadoras sob a capa de teorias pretensamente avançadas, seja para angariar a imagem de imparcial, acima de qualquer suspeita, o que lhe abre o caminho da manipulação "objetiva";
- c) distanciam-se sobremaneira do cotidiano, pelo que guardam pouco interesse social geral, mesmo para os cientistas que levam facilmente vida dupla nesse sentido: o que dizem na sala de aulas pode nada ter a ver com sua vida prosaica no dia-a-dia; nesta organizam-se pelo senso comum, no máximo pelo bom-senso, como qualquer cristão; apreciam tanta solenidade e se querem tão superiores, que já não servem para o concreto simples de cada dia.²²

Neste campo as ciências sociais poderiam ser extremamente diferentes, no que se refere à sua qualidade política. Poderiam, por exemplo, assumir compromisso mais claro com o enfrentamento prático dos problemas sociais, de sorte a diminuir consideravelmente sua tendência conservadora, revelada sobretudo na feitura de instrumentos eficientes de controle social. A economia dominante é de estilo operacional imediatista, dedicada a processos produtivos rentáveis no sentido de maximizar investimentos. Esta ciência social possui estudos importantes sobre desenvolvimento econômico, mas não se pode dizer que cultiva projeto alternativo para a sociedade, marcado pela superação dos principais problemas de pobreza

sócio-econômica, de dependência do centro capitalista, sobretudo em termos de investimento financeiro e acesso tecnológico, de desequilíbrios regionais, e assim por diante. A sociologia principal é de estilo nitidamente sistêmico, voltada a produzir políticas sociais compensatórias, assistencialistas, emergenciais, que nada têm a ver com as raízes das questões. Conhece, por vezes, com extremo detalhe os problemas, como é o caso da acumulação recente de estudos sobre pobreza, mas isso não se reverte, nem de longe, em alavanca concreta de enfrentamento. Ao contrário, com tais estudos conseguem-se sobretudo estratégias de desmobilização dos movimentos sociais que trazem risco à ordem vigente. Neste lastro, a sociologia é seguida arduamente pelo serviço social. A psicologia sabe sobretudo técnicas refinadas de manipulação da consciência, mormente no campo da comunicação social e dos meios modernos de comunicação, estando na base da indústria cultural.²³

Assim, dificilmente se poderia negar que as ciências sociais guardam em si um projeto conservador de sociedade, porque nela aparecem tendencialmente como beneficiárias. No quadro da dialética histórico-estrutural, existem estruturas formais, como a lógica, o poder, que condicionam a produção científica, mas existem igualmente horizontes processuais, nos quais as ciências sociais poderiam ser transformadas — respeitadas as condições objetivas — em móvel efetivo de mudanças sociais relevantes. Não precisam ser teóricas, desprezando a prática. Não precisam distanciar-se tanto do cotidiano. Não precisam envolver-se tão aferradamente nos controles sociais. Não precisam tratar a população apenas como objeto. Não precisam ser tão elitistas, embora sejam tudo isso tendencialmente.

Como produto político, entram na dinâmica da unidade de contrários, exalando ideologia por todos os lados e justificando posicionamentos sociais contraditórios, a começar pela forma neutralizada de engajamento que apreciam camuflar. Por outra, nisto está a oportunidade de influência social efetiva, seja porque influenciam de qualquer maneira, seja porque, conscientes disso, podem assumir rumos alternativos nos processos de transformação da história. Podem certamente influenciar também no espaço formal e guardam relevância nesse sentido. Mas sua relevância política mais efetiva e esperada está na rota de parceira possível de projetos sociais de libertação.²⁴

22. DEMO, P. *Ciência, Ideologia e poder; uma sátira às ciências sociais*. Op. cit. SMART, B. *Sociologia, fenomenologia e análise marxista*. Op. cit. DIAS, M. E. B. *A dialética do cotidiano*. São Paulo, Cortez, 1982. DION, M. *Sociologia e ideologia*. Lisboa, Prelo, 1974. PSATHAS, G. *Phenomenological sociology*. New York, Wiley, 1973. PACI, E. *The functions of the sciences and the meaning of man*. Evanston, Northwestern Univ. Press, 1972. DOUGLAS, M., org. *Understanding everyday life*. Hampshire, Routledge & Paul, 1971.

23. MEEK, R. L. *Economia & ideologia; o desenvolvimento do pensamento econômico*. Rio de Janeiro, Zahar, 1971. DUMONT, L. *Homo aequalis; genèse et épanouissement de l'idéologie économique*. Paris, Gallimard, 1977. GODELIER, M. *Racionalidade e irracionalidade da economia*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, s. d. FREITAG, B. *Política educacional e indústria cultural*. São Paulo, Cortez, 1987. COHN, G., org. *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo, Nacional, 1978.

24. FEYERABEND, P. *Erkenntnis für freie Menschen*. Frankfurt, Suhrkamp, 1979. DEMO, P. *Investigación participante*. Op. cit.

Ao mesmo tempo, colocamos os limites das ciências sociais, de ordem lógica e social, cuja consciência é fundamental para qualquer proposta alternativa. Não se pode mudar sem consciência crítica e autocrítica dos problemas que se quer mudar. A metodologia precisa, pois, reconhecer, crítica e autocriticamente, que:

- a) em ciência trabalhamos com um objeto construído e que muitas vezes é inventado;
- b) o pensamento nunca esgota o pensado: a realidade analisada é sempre mais rica que a análise;
- c) a ciência é também produto social, nunca é maior ou melhor do que a mão que o faz, leva a marca do homem, contém artificialidades, sofisticações rebuscadas, modismos conjunturais;
- d) a ciência vacila entre o absolutismo das discussões fechadas e o relativismo das discussões convencionalistas;
- e) a atividade científica é uma atividade social como outra qualquer, cujo prestígio social nem sempre possui base real;
- f) o primeiro passo de qualquer abordagem é gratuito: é inútil provar dialeticamente que a realidade é dialética, porque um termo supõe o outro; não podemos mais que tomar consciência disso hermeneuticamente;
- g) a ciência está sempre na iminência de se tornar sobretudo justificação social do cientista;
- h) a ciência não gera certezas cabais, seja porque precisa reconhecer sua ignorância diante de uma realidade que lhe escapa, seja porque certeza cabal é pura ignorância;
- i) o consenso científico é mais fácil na negação, ou seja, naquilo que não é ciência; o que ela é será sempre algo discutível, para poder ser também objeto científico;
- j) a ciência possui seus ritos, condensados sobretudo na intersubjetividade, que pode tender a ser mais prescritiva do que instância de promoção da criatividade;
- l) só podemos chegar à objetivação; o cientista social é alguém que também se orienta basicamente pelos seus interesses: quer vender suas idéias, sua imagem, faz carreira, prescreve, marginaliza os não-iniciados ou não-alinhados, usa o saber para se justificar e se valorizar; enfim, é perfeitamente mortal;
- m) o cientista social tem seus ídolos, que muito mais aceita do que critica; aprecia um tipo de impunidade típica, colocando-se acima da avaliação social como único avaliador competente, com vistas a não ser avaliado;

- n) a pretensa superioridade da atividade científica não é uma proposta científica, mas decorrência do elitismo, que pode ser extremamente lógico em suas propostas de influência e ocupação de espaço político.

1.5 CRÍTICA E UTOPIA

Envolver uma teoria com o manto da verdade é atribuir-lhe característica não realizável historicamente. Nada é mais prejudicial ao processo científico que o apego a enunciados evidentes, não discutíveis. Somente em teoria se pode dizer que a ciência é a interpretação verdadeira da realidade, porque na prática realiza apenas visão historicamente possível. A verdade é, pois, um conceito negativo, visto que diz muito mais o que as teorias não são. Mesmo assim, é indispensável para a inteligência do processo científico. Sem ele, perderíamos a noção da superação de teorias, porque é em nome de uma verdade historicamente inatingível que contestamos toda e qualquer teoria e que propomos outras. A crítica é precisamente a necessidade histórico-estrutural de alternativas, que, movendo-se dentro de limites estruturais dados e de formas próprias, busca criar espaços outros, menos limitados, sobretudo as transformações históricas que o ator político se coloca como relevantes. Todo cientista, ao fazer ciência, saberá que não faz a ciência, mas oferece apenas **um** enfoque, **um** ponto de vista, **uma** interpretação, já que ele próprio não passa de **um** cientista. Assim, o critério de demarcação científica mais importante será a discussão crítica, até o ponto de reconhecer como científico somente aquilo que se apresentar discutível e assim se manter. Manter-se discutível não é um projeto formalizante, para esfriar a dinâmica processual. Ao contrário, manter-se discutível é precisamente manter-se em movimento, adotar o vir-a-ser como modo de ser.

Embora toda teoria se faça tendencialmente pretensão absoluta, pois gostaria de explicar tudo, na prática — como toda proposta historicamente contextualizada — realiza apenas uma versão. Não pode haver interpretação unicamente verdadeira de Marx, por exemplo, porque, trabalhando as ciências sociais com um objeto construído, cada interpretação será uma forma de construir o autor. Mas isso não é tudo: o próprio autor nunca é exatamente o mesmo em todos os seus escritos; possui tomadas e retomadas, contradições e hesitações, desde que seja criativo. Mais do que nunca isso vale para Marx, pelo que não se admira sua divisão já clássica entre jovem e velho Marx, o Marx do Capital e o Marx da Comuna etc. Somente um apelo à autoridade pode imaginar a outorga de um consenso obrigatório, já não discutível.

Existe entre teoria e prática tensão tipicamente dialética. A prática só pode ser parcial porque está dentro de condições históricas objetivas e subjetivas. A teoria tende a ser absolutizante, como qualquer conceito que imagina valer para todos os casos concretos subsumidos, independentemente de espaço e tempo. O conceito de revolução se aplica, em teoria, a qualquer revolução. Teoricamente podemos definir democracia como governo do povo, pelo povo e para o povo. Com isso, porém, dizemos muito mais o que democracia na prática não é, porque toda prática "traí" a teoria. Teoricamente podemos definir a ciência como busca da verdade; praticamente, cada teoria realiza verdades parciais.²⁵ Podemos usar o conceito de verdade histórica, no sentido de que cada época ou cada escola teve sua demarcação científica e nela acreditou; não passou, porém, de uma fase do processo científico.

Não é que o critério exclusivo de verdade seja a prática. Este enunciado continua válido em uma direção: uma teoria que apenas for especulativa não pode referir-se à realidade social e será apenas invenção gratuita. Como, porém, da mesma teoria se retiram várias práticas contraditórias (por exemplo, da teoria marxista), não são todas verdadeiras pelo simples fato de serem práticas. Assim, na demarcação científica devem entrar critérios teóricos e práticos, com a mesma força. Isto está contido na idéia teórica e prática da discutibilidade, em sentido crítico e autocrítico.

A crítica não pode bastar-se com teoria, nem com prática, apenas. Não é suficiente apontar defeitos, porque seria cômodo ficar nisto. Numa realidade por definição problemática, a coisa mais simples é levantar problemas. Nem é suficiente afundar-se numa prática, elevada a parâmetro absoluto no interior do fanatismo ou do ativismo. Por isso, no movimento da crítica deve estar embutido, por pura coerência lógica e social, a autocrítica. Por coerência lógica, porque a autocrítica é a lógica da crítica, no sentido de que só pode criticar quem for crítico, e ninguém se torna crítico lógico sem autocrítica. Por coerência social, porque, ao criticar alguém, é preciso reconhecer que este alguém possui o mesmo direito à crítica, ou seja, o direito de exigir que o crítico não tenha os defeitos apontados no criticado.

Assim colocada a questão, é possível dizer que a discussão crítica, no horizonte da qualidade formal e política, é a alma do esforço científico. De um lado, aparece ciência como **utopia**, ou seja, como proposta perfeita de descoberta da verdade. Utopia é aqui tomada não como fuga da realidade, mas como presença do irreali-

zável dentro da realidade.²⁶ Engloba nossos desejos infinitos, nossas esperanças absolutas, nossas pretensões eternas, embora todos somente se realizem na relatividade histórica. Sem eles, porém, seríamos seres pobres, que não almejam nada além do dado. Sem utopia não há revolução, no campo das condições subjetivas. Assim, a ciência é utopia no seu plano teórico e usa para sua demarcação critérios absolutos, como pureza lógica, desprendimento total do cientista diante dos interesses políticos, isenção ante pressões, e assim por diante. Esta idealização da ciência faz parte de seu potencial renovador, porque não se submete às realizações históricas, sempre parciais. Se somente os fatos fossem argumento, não haveria sentido, por exemplo, em lutar pela igualdade social, já que toda história factual reproduz sociedades desiguais. Homem sem utopia é aquele que se conformou com a mediocridade histórica. Nestes termos, é condição de criatividade científica a pretensão indomável, persistente, absoluta, radical de crítica, em busca da verdade, já tão perfeita, que não poderia ser criticada. Mas isto é historicamente impossível, até porque utopia realizada deixa de sê-lo.

A realidade social é prenhe, sempre grávida, em gestação, em fermentação. Unidade de contrários. Não é equilíbrio, harmonia, estabilidade. Sua marcha, embora objetivamente não se repita, subjetivamente pode ser interpretada como regresso: uma sociedade "melhor" é tão possível quanto uma "pior". Há revoluções abortadas, e todas são no fundo traídas em sua utopia. Há tentativas de perenização do **status quo**, como há cultivo obsessivo da contestação. **"Sociedade é a inquietação na turbina da história"**, como dizia Freyer.²⁷ Não é viável imaginar um progresso linear contínuo, em que todo passo seria passo a frente. A utopia leva-nos a afirmar que o irrealizável também faz parte da realidade, por uma razão simples: se a realidade é um vir-a-ser, mais não é do que é; é apenas fragmentariamente; o que ainda não é, é essencial. A formulação do "princípio esperança" (Bloch) leva ao mesmo resultado: toda sociedade existente traz em si a esperança de uma melhor. Reflete o paradoxo de uma busca absoluta, insaciável, de felicidade, na certeza da realização relativa.²⁸

26. SZACHI, J. *As utopias*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972. DUMONT, R. *A utopia ou a morte*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. RIBEIRO, D. *Utopia selvagem: saudades da inocência perdida*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982. PETITFILS, J. C. *Os socialismos utópicos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. MARAVALL, J. M. *La sociologia de lo posible*. Buenos Aires, Siglo 21, 1972. BRESSER PEREIRA, L. C. *As revoluções utópicas: a revolução política na igreja, a revolução estudantil*. Petrópolis, Vozes, 1979. AXELOS, K. *Introdução ao pensamento futuro*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1969. GARAUDY, R. *O projeto Esperança*. Rio de Janeiro, Salamandra, 1978. FURTER, P. *Dialética da esperança*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974. COELHO, T. *O que é utopia*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

27. FREYER, H. *Sociologia; ciencia de la realidad*. Buenos Aires, EUBA, 1946.

28. BLOCH, E. *Das Prinzip Hoffnung*. Frankfurt, Suhrkamp, 1959. 2 vol. — Zur Ontologie des Noch-nicht-seins. Frankfurt, Suhrkamp, 1961.

De tudo isso, ressalta-se a precariedade da construção científica, que se presta às maiores banalidades, às convicções mais ingênuas, às teorias mais altissonantes. Em sua busca de racionalidade obsessiva, por vezes não vai além de inaugurar nova forma de religião barata. Quanto mais fechada for uma teoria, mais imagina explicar, porque reduz a realidade ao tamanho da teoria. Quanto mais vencida de si mesma, mais "tapada" é. Somente a violência é realmente "convicente"²⁹

2

O Argumento de Autoridade

Embora autoridade não seja, por si mesma, argumento algum, não se pode desconhecer o fenômeno constante de que a evocação de certas autoridades desperta imensa respeitabilidade. Para muitos, uma análise científica repleta de citações de Marx, Weber, Platão ou Florestan Fernandes será considerada especialmente científica, em vista do apelo a tais autoridades. A mesma análise, elaborada de próprio punho exclusivamente, poderá ser tachada de diletantismo de principiante. Escrevem-se obras para justificar alguma atitude dúbia de um mestre — por exemplo, o problema da anomia em Durkheim, da neutralidade em Weber, da tendência determinista em Marx, do isomorfismo em Parsons —, que pode ser repassada como momento de rara profundidade intelectual, deslocando-se então a dubiedade do mestre para o intérprete; neste, porém, se não for célebre, a dubiedade será declarada simplesmente como incompetência. Talvez seja um dos pontos mais infantis da produção científica o apego exagerado à credence na autoridade, o substituto moderno e elegante da justificação dogmática, típica da abordagem teológica. As ciências sociais estão repletas de monstros sagrados que estereotipam o trabalho científico preconceitualmente.

A título de exemplos hipotéticos podemos sugerir alguns estereótipos:

- a qualquer preço o cientista social procura repassar imagem de esquerda, de preferência de paladino do proletariado, em nome do qual se põe a falar, mesmo que não tenha qualquer mandato, nem identidade objetiva;
- confunde-se facilmente competência com adesão a grupos, pelo que se prefere o fiel ao competente;

29. Cfr. também: BACHELARD, G. *O novo espírito científico*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1968. ADORNO, T. et alii. *Soziologie zwischen Theorie und Empirie*. Frankfurt, Nyfphenburger V., 1970. HABERMAS, J. *Zur Logik der Sozialwissenschaften*. Frankfurt; Suhrkamp, 1970. BACHELARD, G. et alii. *Epistemologia: a teoria das ciências questionada por Bachelard*. Miller, Canguilhem, Foucault. *Tempo Brasileiro*, 28, 1972.

- sob pressão do corporativismo organizacional, praticam-se populismos pretensamente democráticos, como se eleição substituísse qualidade formal;
- não se aposta na formação do criador de ciência, mas prefere-se o reprodutor socializado, que repete os ritos e respeita o mestre;
- a discussão não distingue entre o cientista e a pessoa, de tal sorte que, refutando um argumento, agride-se a pessoa;
- o professor, o pesquisador, o técnico, o intelectual detestam ser avaliados, pois julgam que avaliar é prerrogativa exclusiva deles.

2.1 AUTORIDADE E VERDADE

Dizíamos que critérios formais não bastam para definir o teor científico de uma obra. É ainda mister averiguar sua qualidade política, por mais que isso seja complicado e arriscado. Se numa universidade o professorado em peso se inclina para a apreciação dialética da realidade social, qualquer outra ótica será facilmente tachada de não científica, embora em outra universidade possa acontecer o contrário. Tomando-se em conta os condicionamentos subjetivos da produção científica, não se poderia admirar que o científico acabe coincidindo com o dominante, ao sabor da intersubjetividade. Será tido por científico aquilo que os "donos" momentâneos da disciplina assim determinam.

Não vale dizer que se trata de intromissão espúria, porque o débito social não é mancha, sujeira, degeneração, mas característica histórica, condição de prática, pressuposto de atuação e influência. Mas é claro que, na expectativa da utopia da verdade, esta vale por si, não por qualquer autoridade que a venha assumir. Do ponto de vista apenas formal, autoridade é fator apenas perturbante, estranho, violador. Aí, fazer ciência significa também derrubar autoridades, buscando sempre restaurar a pureza formal, "doa a quem doer". Na prática, porém, por mais que relutemos contra o argumento de autoridade, o científico não se delimita sem ele.

A metodologia moderna certamente aprendeu a lição histórica: se, de um lado, a imbricação das ciências sociais em estruturas de poder tende a torná-las lacaias do poder, de outro, buscam elas precisamente aí o ímpeto da contradição, quando, em vez de apenas servirem aos detentores do poder e do dinheiro, partem para elaborar a contra-ideologia dos desiguais. Esta aparente dubiedade é característica: o poder, como forma, acarreta a existência estrutural do

conflito social e dói nos desiguais; mas, como história, origina a revolta, que pode estar na raiz de profundas transformações, sem esquecer as condições objetivas. Em toda análise há não só argumento, mas também ideologia, que é o tributo natural ao meio social em que se vive, a submissão a padrões mais aceitos do que discutidos. A metodologia existe não para lançarmos apelo desesperado contra a ideologia, a autoridade, a infiltração estranha, mas para armar estratagemas conscientes de seu controle.

Embora o argumento de autoridade seja parceiro inevitável do científico, mesmo porque o cientista se atribui autoridade, é preciso limitar sua abrangência. Muitas vezes usamos como critério decisivo do científico a maior ou menor adequação ao nosso modo particular de ver o científico. Isso equivale a dizer que, se estivermos de acordo, será científico; do contrário, não. Tal colocação é um equívoco, em todos os sentidos. Se metodologicamente a atividade científica produz posturas diferentes, é ilógico e injusto rebaixar o "diferente", só porque nos é adverso, ao "não-científico". Por isso, é imperialismo condenar a metodologia funcionalista por meio de uma interpretação dialética, ou vice-versa. Ao abordar a dialética com instrumental funcionalista, já nisto a condenamos. Para criticar a dialética, é mister partir dela, penetrar em sua intimidade, adentrar sua casa, com respeito e humildade, ou seja, fazer **crítica interna**. Crítica interna significa levantar objeções a partir da colocação contrária, não a partir das colocações próprias. Tem a vantagem de propor superações científicas por motivo da debilidade interna da teoria criticada, não por motivos externos de divergência de posição.

É preconceito medíocre desprezar a leitura de Parsons por ser funcionalista, de Marx por ser materialista, de Lévi-Strauss por ser estruturalista, sem passar pela crítica interna. Assim, rejeitar o funcionalismo pelas debilidades internas, por exemplo, ao não realizar o que a própria proposta promete, ao encontrar fenômenos que resistem a seu esquema explicativo, é algo cientificamente saudável, sobre o que se baseia o próprio progresso científico.¹

A presença da autoridade em ciência é algo do dia-a-dia. Podemos começar apontando para a presença do professor, que, diante do aluno, é autoridade, quer queira, quer não. Essencial seria que sua autoridade não se fundasse em arrogância ou prepotência, mas na competência comprovada. Em seguida, no processo de formação mais avançada surge a figura do professor orientador, no mestrado e no doutorado, que pode estabelecer com o orientando relação repressora, ou criativa. Dificilmente se pode fazer uma tese "contra

1. MILLS, C. R. *A Imaginação sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

o orientador”, embora seja viável encontrar orientador pluralista e democrático a este ponto. Ainda, toda instituição científica possui chefes, por vezes competentes na ciência, incompetentes na administração, e vice-versa; alguns, intrusos que jamais fizeram ciência, nem a sabem fazer. Por fim, lembre-se do problema típico do mérito acadêmico. Teoricamente é fácil defender que o pesquisador deve avançar na carreira por mérito, ou seja, pela demonstração objetiva que faz da produção científica própria. Não haveria nenhum sentido na progressão automática, própria de quem não tem mérito. Entretanto, é extremamente complexa a avaliação **inter pares**, seja porque entre os pares há os que são mais pares, seja porque sempre se pode assacar **parti pris**, seja porque a discussão sobre critérios “objetivos” de mérito é interminável. Sobretudo nesta questão, que o acadêmico acima de qualquer suspeita deveria poder resolver com tranquilidade e dever de ofício, ele mostra que é mortal. Na pirâmide acadêmica, nem sempre está em cima aquele que é mais competente, produziu mais e melhor, mostra vocação mais autêntica; simplesmente, está em cima o mais esperto.

Na discussão sobre mérito acadêmico e a conseqüente atribuição de vantagens sociais escancara-se o lado social da ciência, que facilmente passa a predominar sobre critérios formais e internos. Uma saída honrosa é o concurso público, apenas porque tudo o que acontece está exposto ao público, igualando as oportunidades pelo menos assim. Mas isso é bem teórico, porque não consegue coibir de todo cabalas obscuras que vagueiam por trás dos bastidores, sem falar que os examinadores não são apenas entes descarnados, cientistas puros, robôs da lógica, mas seres humanos, atores políticos, dotados de coragem e de medo. A isenção metodologicamente apreçada facilmente rui por terra.²

O estudante percebe este problema na hora da avaliação, quando se espera um julgamento pelo mérito. Mas que é mérito? Em toda **nota** entra subjetivismo, por vezes o bastante para torná-la prêmio ou castigo, ainda que, em si, do ponto de vista apenas formal, a nota nada devesse ter com isso. A “nota objetiva” seria aquela que não julga, mas somente retrata, fria e objetivamente, o patamar científico. Entretanto, isto seria algo tão artificial, que torna o processo de dar nota ainda mais suspeito.

No espaço da formação científica é típica a presença condutiva em excesso, que domestica o discípulo, coibindo o surgimento do mestre. Embora se coloque de outra maneira na teoria, na prática o processo formativo se assemelha muito mais à domesticação, na

qual o estudante é conduzido a ter as idéias do orientador, a repeti-lo, a consagrá-lo. O processo didático serve a isto, por vezes com fidelidade extrema, quando se propõe como tarefa científica apenas fichar livros, ler da página 40 à 42, resumir textos, copiar o que o professor diz e reproduzir na prova, e assim por diante. Não aparece o compromisso com a criatividade, com o produtor científico, com o mestre de idéias próprias. O estudante pode terminar o curso sem jamais ter escrito, com independência e originalidade, um trabalho científico de fôlego, onde seja capaz de mostrar a condução de uma hipótese de pesquisa, a capacidade de argumentar por uma postura teórica, a competência de fazer um projeto de estudo e de intervenção na realidade. O estudante chega apenas a ensaiar discussões preliminares, a ouvir leitura de terceiros, a reproduzir o que outros dizem. É extremamente pouco, seja em termos formais, seja em termos práticos.

Um exemplo interessante desta problemática pode ser visto na pretensa vocação transformadora das ciências sociais. Tomando o caso da educação, observa-se que há pouco tempo predominava a interpretação de que seria típico fenômeno de reprodução do sistema, porquanto na escola o aluno é “domesticado”, não educado. Como na família, em que o processo educativo se volta pertinazmente a reproduzir os mesmos valores e as mesmas posições de geração anterior. Pessoa educada é aquela que não “inventa moda”, mas se adapta às expectativas da ordem vigente, tornando-se seu avalista. A argumentação valia-se também da proposta explicativa do materialismo histórico, segundo a qual educação é superestrutura, determinada em última instância pela infra-estrutura. Toda transformação social provém da infra-estrutura e nela se consoma, pelo que educação não pode comparecer na cena com tal força. Ela mais propriamente reproduz, reflete, decorre.³

De repente, após a onda de Althusser, aparece Gramsci, que traz uma valorização inesperada das condições subjetivas para a transformação social, sobretudo na figura do intelectual orgânico da contra-ideologia, em defesa dos desiguais. Por conta disso, muitos educadores se descobrem ou se decretam intelectuais orgânicos, e buscam formar a imagem genérica de transformadores sociais.⁴ Esta virada mostra tipicamente o débito social da ciência, principalmente:

2. GIANNOTTI, J. A. **A universidade em ritmo de barbárie**. São Paulo, Brasiliense, 1986. SCHWARTZMAN, S. **Ciência, universidade de ideologia**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. DEMO, P. **A universidade precisa renascer. Cadernos de Pesquisa**, maio 1986. p. 86-95.

3. BOURDIEU, P. & PASSERON, J. C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975. ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa, Presença, 1980. DEMO, P. **Avaliação qualitativa**. São Paulo, Cortez, 1987. (V. último capítulo.)

4. SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo, Cortez, 1983. GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

- o modismo conjuntural que acomete o cientista social, mais atento às pressões dominantes e consideradas charmosas do que à fundamentação científica;
- a elevação de figuras científicas ao nível de autoridades intocáveis, bem como sua derrubada fácil, em outro momento;
- a falta de espírito crítico e autocrítico, preterido facilmente por adesões sectárias, nas quais predomina o discurso falastrão, sobre compromissos concretos e arriscados;
- a banalização conceitual e teórica, seja na interpretação marxista ortodoxa, seja na renovação gramsciana, seja na compreensão de transformação, já reduzida a meras verbalizações vazias;
- a fuga da argumentação sólida, que num momento considera fundamental a infra-estrutura, noutro a superestrutura, aceitando já que condições subjetivas bastam para efetivar transformações sociais.⁵

Neste mesmo quadro, pode-se colocar, a título de exemplo o problema clássico da **consciência verdadeira**. Como reconhecer a veracidade ou a falsidade da consciência? Marx e depois Lukacs aceitaram um tipo de abordagem que podemos resumir assim: a consciência verdadeira é determinada pelas relações de produção, embora não mecanicamente, o que leva a perceber que os proletários — espoliados pela mais-valia — só podem ter consciência verdadeira, e os capitalistas falsa.⁶ Esta argumentação não é muito consistente, mas pode oferecer suportes pertinentes: o proletariado é maioria absoluta, perfaz os oprimidos, representa a renovação possível. O capitalista está no outro lado, coibe a mudança e se baseia na exploração do trabalho alheio. No contexto do conflito de classes, só podem ter consciência verdadeira aqueles capazes de resolver este conflito. Esta argumentação não é conclusiva, porque, em si, o capitalista também poderia ter consciência verdadeira, se a tomássemos como consciência crítica teórica do conflito que está gerando, embora não se interesse em resolvê-lo. Ao mesmo tempo, o proletariado pode ter consciência falsa, porque ser explorado e ter consciência crítica da exploração não precisam coincidir.⁷

Parece fácil ver que a definição de consciência verdadeira está mais próxima da luta pelo poder do que da isenção científica. Tanto é assim que, para não proliferar querelas intermináveis, nos socialismos práticos a questão se resolve na cozinha política, rapidamente: consciência verdadeira é a do partido; quem está com ele, a tem; quem está contra, possui consciência falsa. Todavia, podemos perguntar: no caso do levante sindical da Polônia, em que a sociedade em peso se voltou contra o partido, quem teria consciência verdadeira? A questão não foi certamente resolvida na sala de aulas ou nos livros, mas na luta pelo poder. Assim, consciência irrefutavelmente verdadeira só pode ser uma imposição autoritária.⁸

Esta questão existe, guardadas as proporções, na academia. Podemos chamar de intersubjetividade a predominância de posturas reconhecidas como científicas apenas porque predominam. Tais posturas são “verdadeiras”. Quem as confronta pode ser caricaturado de desatualizado, incompetente, ou pelo menos de irreverente e desrespeitoso.

Onde há muita verdade, há mais autoridade que ciência. Não há nenhuma condição de demarcar uma consciência verdadeira apenas em teoria, na pura forma, porque lá nada é verdadeiro ou falso. Só no calor da história se podem colocar posições mais ou menos aceitáveis, quer dizer no contexto ideológico. A discussão consegue ser proficiente se adotar o critério da discutibilidade em sentido formal e político.

2.2 A INTERSUBJETIVIDADE

A intersubjetividade refere-se à opinião dominante de determinado tempo ou espaço sobre a produção científica. Dizíamos que este critério tem origem externa à obra científica, mas não é externo no sentido de estranho. A propriedade social da produção científica não é invasão, mas marca intrínseca. Por isso, o científico será sempre — em parte pelo menos, e por vezes na maior parte — a opinião dominante do clube dos grandes, das vacas sagradas, dos pontífices que fazem e manobram opiniões.

Trata-se aqui de, reconhecendo esta marca estrutural da ciência, refletir momentos mais e menos aceitáveis do argumento de autoridade. Pode-se apelar para argumentações de origem psicológica e

5. FERNANDES, F. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1977. — Universidade brasileira; reforma ou revolução? São Paulo, Alfa-Omega, 1975. CHACON, V. *História das idéias sociológicas no Brasil*. São Paulo, Grijalbo, 1977.

6. LUKACS, G. *História e consciência de classe*. Lisboa, Escorpião, 1974.

7. LUXEMBURG, R. de. *Reforma, revisionismo e oportunismo*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1975. POPLITZ, H. *El hombre alienado*. Montevideo, SUR, 1971. SCHAFF, A. *Entfremdung als soziales Phaenomen*. Frankfurt, Europaverlag, 1977.

8. BAHRO, R. *A alternativa: para uma crítica do socialismo real*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. GILLY, A. *Sacerdotes e burocratas; introdução ao socialismo real*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

antropológica, no sentido de que o homem contém a necessidade de se justificar perante si e perante a sociedade, produzindo para tanto discursos de convencimento, mais preocupados em se impor do que em se fundar racionalmente. Pareto, por exemplo, chegou a desenvolver teorias a esse respeito, partindo de que o científico deveria considerar-se apenas o **enunciado lógico-experimental**, de estilo positivista. A ciência é luta contra a invasão de irracionalidades, também de origem inconsciente, em nome de posturas neutras. Estigmatiza sobretudo a invenção de autoridades gratuitas, que nada teriam a ver com o processo científico.⁹

Aqui, ficamos apenas com uma argumentação sociológica, que retira a importância relativa do argumento de autoridade do próprio débito social da ciência, assumindo que é preferível propor estratégias de controle a imaginar sua supressão ingênua. Dois parecem ser os momentos mais notáveis de justificação possível e discutível da presença do argumento de autoridade: na posição do perito e na obtenção/atribuição de prestígio.

2.2.1 Posição do Perito

O saber especializado é uma das fundamentações mais racionais da autoridade científica. Se um engenheiro afirmar que um prédio não vai cair e cremos nele, estamos fazendo um ato de confiança na autoridade, mas é justificada, porque há razões suficientes para esperarmos que tenha competência técnica para garantir sua afirmação. Na verdade, se o prédio não cai, não é porque o engenheiro disse, mas porque é consistente em suas fundações e em suas estruturas. Por outra, não é a afirmação do engenheiro que faz o prédio consistente, mas sua solidez interna. Mas aí está o problema: quem entende de solidez interna de um prédio? Só pode ser um perito.

A posição do perito ganhou relevância modernamente por causa da complexificação crescente de nossa sociedade. Já não é factível o sábio universal. O dirigente de uma organização complexa não pode dominar todas as faces do problema administrativo, e cerca-se, em decorrência, de especialistas: gente que trata de finanças, de pessoal, da produção, da avaliação e controle, e assim por diante. É tamanha hoje a necessidade de especialização, que muitos observam o recuo do espaço político em favor de tecnocratas.¹⁰ Em resumo:

toda decisão política depende de sua viabilidade técnica, que pode facilmente condená-la. Esta postura é exagerada na prática, porque muitas decisões políticas são tomadas à revelia de laudos técnicos, como é clássico que planos de governo são feitos muito mais para legitimar gestões políticas do que para enfrentar os problemas aí diagnosticados. Mesmo assim, não é qualquer um que faz planos. Pelo contrário, só um especialista bastante refinado é capaz de fazê-lo, se exigirmos um plano sofisticado, com projeções, simulações, estratégias alternativas de enfrentamento dos problemas etc.

A especialização pode ser um vício, quando se torna idiotice especializada, pelo que se tem chamado a atenção para a necessidade de interdisciplinaridade. O generalista poderia ter visão de conjunto mais abrangente e cometer erros menores. Todavia, generalista também é especialista, apenas consciente de suas limitações e da necessidade de complementação.

O fato mais importante nesta parte, contudo, é a descoberta de um espaço de poder por meio do saber especializado, considerado bem raro. Ao lado da especialização propriamente dita, representada pela competência técnica na área, existe o elemento social da relevância política, à medida que se torna insubstituível e detentor de espaço próprio de poder. É um caminho para se tornar elite, para consagrar o trabalho intelectual, para elevar-se por cima da maioria coibida de acesso. Entretanto, pode-se justificar mais facilmente a autoridade fundada na competência. Diferente seria se a competência fosse fundada na autoridade, no sentido de se possuir "poder", mas não competência.

Esta relação atribui alguma congruência racional no espaço acadêmico, onde existem figuras detentoras de grande respeitabilidade pública porque são de fato competentes. Assim, poderíamos dizer que a citação bibliográfica, o apelo a posicionamentos de clássicos e de autores atuais, o apoio de especialistas reconhecidos no assunto são expedientes científicos normais, desde que tenham por trás o signo do saber especializado.

2.2.2 Posição/atribuição de prestígio

O problema do prestígio está em que se baseia na fama das pessoas, sem garantia de que corresponda a critérios mais sólidos. A rainha da Inglaterra terá talvez mais prestígio que seu primeiro ministro, embora este seja a figura decisiva na política concreta do país. O prestígio que não se refira à competência da respectiva pessoa, obtido pois por mérito, é atribuído por critérios outros, por vezes escusos ou obscuros, nos quais predomina a posição de poder sobre a capacidade técnica.

9. PARETO, V. *Trattato di sociologia Generale*. Milão, 1964.

10. DREITZEL, H. P. et alii. *Tecnocracia e ideologia*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975. HABERMAS, J. *Technik und Wissenschaft als "Ideologie"*. Frankfurt, Suhrkamp, 1969. BECK, U. *Risikogesellschaft; auf dem Weg in eine andere Moderne*. Frankfurt, Suhrkamp, 1986. DEMO, P. *Ciências sociais e qualidade*. São Paulo, Almed, 1985. ILLICH, I. *Selbstbegrenzung; eine politische Kritik der Technik*. Frankfurt, Rowohlt, 1975.

A escala de valores para atribuir prestígio segue muito mais critérios de ocupação de espaço de poder do que de espaço da competência ou de utilidade social. Seria possível admitir que a professora primária deve deter maior prestígio que um artista de novela. Entretanto, na indústria da comunicação, da propaganda e da cultura, o artista é tido como muito mais importante. A origem mais típica do prestígio é poder e dinheiro. Nesse sentido, muita gente competente tem pouco prestígio, bem como gente ignorante recebe notável destaque. Postos políticos freqüentemente são ocupados por pessoas que, se usados critérios de competência para a função, jamais seriam recomendadas.

A par da competência, o destaque pode ser atribuído pela experiência acumulada, que pode ser sucedâneo da competência. Em si, a especialização não se obtém pela acumulação de experiência, mas pelo seu domínio formal. Entretanto, a experiência pode enriquecer sobremaneira a especialização. Ademais, há atividades nas quais a experiência é a própria especialização, o que poderia justificar o respectivo prestígio. Não é o caso da ciência, cuja competência pode ser enriquecida pela experiência, mas somente será obtida pelo estudo disciplinado e metódico.

Pode haver **abuso da competência**, quando uma pessoa, por ser perita em certo ramo, se aproveita da ignorância ou insegurança de alguém que pede assessoria. O médico, por exemplo, tem condição de impingir ao paciente o diagnóstico que quiser. O advogado pode exigir do cliente pagamento muito superior aos custos da causa, pintando para ele dificuldades inventadas. É abuso da competência na universidade, por exemplo, apresentar-se para dar qualquer aula, como se dominasse qualquer assunto.

Pode haver **abuso do prestígio**, quando pessoas famosas, apenas por serem famosas, se dêem como tarefa pontificar sobre Deus e o mundo. Um exemplo corriqueiro é o "júri" de televisão. Praticamente só gente famosa pode pertencer a tais júris, porque a questão fundamental não é de técnica, mas de "audiência popular". Aí facilmente se pergunta a um jurado famoso o que acha da criminalidade urbana, ou da inflação, ou das reservas ecológicas do país. Pelo peso da fama, e neste caso pelo seu abuso, o que dizem é facilmente aceito como postura digna de respeito.

2.3 DIFICULDADES DO PLURALISMO

A atitude metodológica aqui argumentada pretende salvaguardar o pluralismo científico, definido como postura aberta a orientações contrárias, pelo menos no sentido de que, ao se refutar, se parta da

crítica interna. Do ponto de vista social, a relatividade de qualquer produção científica provoca a possibilidade de a tudo contestar. O pluralismo discutível tem faces atraentes: não só parte da crítica interna, quando contesta, mas igualmente baseia-se na autocrítica, à medida que se relativiza a si mesmo. Mas há um problema: se tudo se contesta, ou se tudo se aceita, chega-se ao imobilismo por excesso ou por carência.

A metodologia aberta, discutível, pode sucumbir à inércia, por temor de se fechar.

A total democracia, porém, só é possível em teoria. Na prática, temos de optar por uma versão, por mais que a consideremos a melhor possível no momento. Em nome da teoria da democracia, ou melhor, de sua utopia, podemos criticar a todas as surgidas ou por surgir; na prática, porém, temos de nos satisfazer com uma delas.¹¹ A insatisfação exageradamente cultivada pode virar esquizofrenia, quando se torna azedume diário de quem, sempre insatisfeito, também não consegue apresentar proposta que não tenha defeito.

O pluralismo não está em considerar todas as posturas de igual valor político, porque essa seria a pior postura imaginável, ou seja, a falta de postura. O pluralismo está, antes, no compromisso de abertura, em termos de discutibilidade. Ideologicamente falando, as posições nunca são iguais dentro de uma sociedade desigual. Preferimos uma posição à outra porque vemos nela vantagens específicas, ou, cientificamente, argumentos mais sólidos. Caso contrário, tanto faz ter esta ou aquela posição.

É diferente do homem eclético, ainda aceitável se o definirmos como aquele cuja posição é de buscar construir uma média das outras posições. Sendo uma construção, ainda que tendencialmente mediocre, pode ser vista como posição. Outra coisa é o "ecleticista", que, por falta de posição elaborada, fica com qualquer uma.

Em teoria, o pluralismo é sempre mais viável, à medida que ficamos no campo das hipóteses. Na prática, é muito difícil, e no limite inviável, porque não podemos ter, ao mesmo tempo, duas posições contrárias. No campo religioso a questão parece mais clara e aguda. Teoricamente não é tão difícil aceitar que Deus está em todas as denominações religiosas, podendo-se até tentar demarcar diferenças teóricas como secundárias. Na prática, porém, as pessoas são católicas, protestantes, batistas, islamitas etc., e não lhes parece que tanto faz estar numa ou noutra denominação. Qualquer grupo

11. BOTTOMORE, T. B. *Críticos da sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. SONTHEIMER, K. *Das Elend unserer Intellektuellen*. Frankfurt, Hoffmann, 1976. FRIEDMAN, Y. *Machbare Utopien; Absage an geläufige Zukunftsmodelle*. Frankfurt, Fischer Alternativ, 1979. ERZGRAEBER, W. *Utopie und Antlutope*. Frankfurt, Fink, 1980.

taxaria de traição o fato de alguém freqüentar denominações diferentes.

Na prática, o pluralismo esbarra na lógica dinâmica do poder, que não reconhece diferenças, mas desigualdades. Assim, formas diferentes de religião aparecem politicamente em níveis desiguais. Algo semelhante acontece no campo da cultura, onde diferenças fazem grande parte da substância enriquecedora. Entretanto, na prática, é muito difícil aceitar toda expressão cultural no mesmo patamar de importância, a começar pelo fato comum de que uma forma de cultura é dominante. O pluralismo tende a assumir a postura de concessão, como é o caso típico da Igreja Católica diante de grupos menores, que facilmente descreve como "seitas", ou o caso da cultura de elite que "tolera" a cultura popular.

Seja como for, o pluralismo, compreendido como componente da discutibilidade, é parte integrante do processo de criação científica, porque funda o direito de divergir, o direito de produzir com originalidade, o direito de ser diferente, o direito à alternativa. Monolitismo reproduz ciências oficiais, sempre mediócras, porque não são chamadas a criar, mas a bajular. Nesse sentido, democracia é uma das condições subjetivas vitais para a produção científica de qualidade.

2.4 UM ELOGIO AO ERRO

Segundo Canguilhem, Bachelard teria proclamado como uma de suas molas mestras metodológicas o "primado teórico do erro".¹² Esta asserção pode assustar o lógico formal, que, ao formalizar o discurso científico, veria no erro o contrário do científico, ou do verdadeiro. A visão formal, que tem seu protótipo na matemática — ciência da pura forma — constrói como seu pano de fundo um quadro típico de movimentação mental calcado na objetividade. A relação objetiva é aquela dada em si, uma estrutura formal não histórica, independente de qualquer iniciativa subjetiva. Não temos o poder de mudar, por exemplo, o princípio lógico de identidade. Nossa mente já está assim programada.

Todo discurso que satisfizesse as leis da lógica, por definição, seria um discurso sem erro, pois, sendo o erro uma incoerência, não cabe na lógica. Isto alimenta a expectativa formalista de que seria possível fundar uma ciência objetiva, nos quadros da objetividade, da evidência, da verdade.¹³ Entretanto, é mister distinguir entre o plano da forma e o do conteúdo. Uma ideologia também pode ser lógica na forma.

A **objetivação**, entendida como o esforço metodológico de fidelidade à realidade e como proposta de discussão crítica e autocrítica, pode ser mantida como ideal científico, porquanto não se satisfaz apenas com forma, mas alcança a problemática do conteúdo.¹⁴ Se a ciência fosse apenas algo formal, como quer o positivismo, não iria além da construção instrumental e formal. Não seria inventiva também, porque, dadas as formas, só há que descobri-las, como as leis, que não fazemos, apenas descobrimos. O problema é este: uma ciência formal serve para qualquer coisa. Ora, "servir para qualquer coisa" será algo apenas formal?

A processualidade dialética da ciência tem uma de suas raízes na idéia de que a presença do erro na produção científica pode ser aferida de dois pontos de vista. Do ponto de vista formal-lógico, o erro é defeito e como tal deve ser eliminado. Do ponto de vista do conteúdo, é a própria condição de sua processualidade, porque ciência sem erro é dogma. Ao falarmos de elogio ao erro, não queremos certamente significar que as portas da ciência estão abertas a ele arbitrariamente, mas apenas que sua presença na produção científica é muito mais certa que a certeza, sendo isso um defeito em parte superável, em parte inevitável. A renovação do conhecimento é diretamente proporcional à presença do erro.

Sem nos adiantarmos na discussão, mesmo no campo do positivismo, que normalmente insiste na objetividade científica, há vezes que desistiram da fundamentação última da ciência, passando a admitir como critério indispensável de demarcação o exercício irrestrito da crítica.¹⁵ Tal postura é derivada apenas de limites lógicos,

12. CANGUILHEM, G. Sobre uma epistemologia concordatária. Apud BACHELARD, G. et alii. Epistemologia: a teoria das ciências questionada por Bachelard, Miller, Canguilhem, Foucault. *Tempo Brasileiro*, 28: 47 ss, 1972. BACHELARD, G. *O novo espírito científico*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1968. ———. *Le rationalisme appliqué*. Paris, PUF, 1970. ———. *La philosophie du non essai d'une philosophie du nouvel esprit scientifique*. Paris, PUF, 1972. JAPIASSU, H. F. *Introdução ao pensamento epistemológico*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975. ———. *Para ler Bachelard*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976. QUILLIET, P., org. *Introdução ao pensamento de Bachelard*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. BACHELARD, G. *El compromiso racionalista*. Buenos Aires, Siglo 21, 1972.

13. NAGEL, E. *La lógica sin metafísica*. Madri, Tecnos, 1974. CHISHOLM, R. M. *Teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974. AYER, A. J. *The problem of knowledge*. London, Pelican, 1972. HESSEN, J. *Teoria do conhecimento*. Coimbra, Arménio Amado, 1968. HEMPEL, C. G. *Filosofia da ciência natural*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. GRANGER, G. G. *Pensamento formal e ciências do homem I e II*. Lisboa, Presença, 1976.

14. PECHEUX, M. & FICHANT, M. *Sobre a história das ciências*. Lisboa, Estampa, 1971. BAGU, S. *Tiempo, realidad social y conocimiento*. Buenos Aires, Siglo 21, 1973. BRAUDEL, F. *História e ciências sociais*. Lisboa, Presença, 1972. MORAZE, C. *A lógica da história*. São Paulo, Difel, 1970.

15. ALBERT, H. *Tratado da razão crítica*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1976. POPPER, K. R. *The logic of scientific discovery*. Londres, Hutchinson, 1965.

enquanto aqui acentuamos ademais a processualidade histórica, que se nutre, entre outras coisas, da limitação histórica do cientista. Em algum lugar, em algum tempo, o cientista erra, graças a Deus, e com isto a ciência continua, se renova, se retoma, se abandona, se reinventa.

O apelo ao teste crítico no plano da intersubjetividade não será, pois, entrega da ciência ao arbítrio da autoridade, mas o recurso realista e histórico ao contexto sempre também social da produção científica, que, não sendo evidente, pode, porém, ser controlável, dentro de esforço regido por regras críticas de jogo, que entendemos aqui como a discutibilidade. Toda produção científica em ciências sociais é provisória. Taxar de objetivo aquilo que a intersubjetividade julga consensual é tremenda metáfora, embora tenha seu lugar na relatividade histórica.

Dentro deste contexto, o erro não aparece como fatalidade, mas como condição processual: se é condição de cientificidade da teoria ser superável ou poder ser rebatida por críticos, então é correto afirmar que realiza apenas uma aproximação, um possível cerco, um dos horizontes da abordagem. O método aproximativo típico é **trial and error**, em que o erro e sua descoberta dão a possibilidade do passo seguinte. Contudo, é necessário entender que o erro identificado deve ser superado. Não se diz, pois, que uma teoria mais errada seja preferível a uma menos errada. Diz-se, porém, que a superação de uma teoria errada não leva a uma teoria certa, mas apenas talvez a uma menos errada, já que não eliminamos a perspectiva de mera aproximação.

De maneira geral, é possível catalogar dois tipos de erros: o **erro metodologicamente evitável** e o **erro inevitável**. Metodologicamente evitáveis são os erros qualificáveis como atentados contra a opção de determinado método de pesquisa, tanto em nível teórico, quanto prático, mas sobretudo erros de forma. Contradições, deduções contraditórias, infração aos princípios formais básicos da epistemologia, da matemática, são erros que devem ser evitados, porque não cabem na processualidade. Erros contra opções metodológicas específicas já possuem a contextualização relativa histórica, e por isso são erros relativos a determinada opção. Para o estruturalista é erro atribuir ao nível de consciência a importância explicativa dos fenômenos sociais, mas não seria erro dentro de certa dialética.

O **erro inevitável** também tem origem formal, no sentido de imperfeição estrutural, quando temos de aceitar, por exemplo, que nenhum conceito consegue se definir em termos finais, porque o

regresso ao infinito não permite. Entretanto, isto não é propriamente erro, mas limite estrutural. Erro, em pleno sentido, é a limitação social, voluntária ou involuntária, entendida como **infração deturpante**, particularmente a ideologia. Pela via da ideologia, inevitável e intrínseca em ciências sociais, penetra o erro inevitável, no sentido específico de proteção interesseira do ponto de vista. Assim, Weber tentou colocar teoria alternativa à de Marx, porque julgou ter encontrado neste um erro de perspectiva, a saber, a supervalorização da determinação infra-estrutural, enquanto lhe parecia que tal função caberia a componentes culturais, como a relevância da postura calvinista para a implantação e o progresso do capitalismo. A postura de Durkheim também parte de um revide a Marx, na base de um possível erro de perspectiva. A Escola de Frankfurt tentou trabalhar uma alternativa ao modo positivista de ver, instalando a teoria crítica como móvel principal da cientificidade.

Entretanto, embora cada teoria nova imagine poder superar o erro anterior, pelo que o considera evitável, o que consideramos inevitável aqui é que a próxima teoria não nasça sem erro. Portanto, é inevitável que uma teoria tenha erro, talvez também formal, mas sobretudo de caráter processual, o que torna o processo científico um diálogo polêmico a partir dos erros mútuos. Embora isso possa degenerar em ataque fútil, é da alma da ciência esta abertura oriunda da limitação processual também estrutural, que funda a discutibilidade.

O erro inevitável assim é por ser estrutural; está na estrutura lógica, por ser limite objetivo, e por isso não é propriamente erro; e está na estrutura processual, no sentido de que os cientistas produzem algo relativo a tempo e lugar, ideologicamente marcado, ou seja, um erro produzido dentro das condições subjetivas. Diz Bachelard, na interpretação de Canguilhem: "O primeiro axioma é o relativo ao **primado teórico do erro**. 'A verdade só ganha seu pleno sentido ao fim de uma polêmica. Não poderia haver aí verdade primeira. Não há senão erros primeiros.' Notemos de passagem o estilo pitagórico e cartesiano da forma gramatical. Verdade primeira está no singular, erros primeiros no plural. Mais lapidarmente o mesmo axioma se enuncia: 'Um verdadeiro sobre o fundo de erro, tal é a forma do pensamento científico.'" ¹⁶

16. CANGUILHEM, G. Sobre uma epistemologia concordatária. Apud BACHELARD, G. Conhecimento comum e conhecimento científico. In: _____ et alii. Epistemologia: a teoria das ciências questionada por Bachelard, Miller, Canguilhem, Foucault. **Tempo Brasileiro**, 28: 27-56, 1972. _____ A atualidade da história das ciências. In: _____ et alii. Epistemologia. Op. cit. p. 22-6.

2.5 MITO DO PORTO SEGURO

No reverso desta medalha aparece a tendência social de encobrir o erro, insinuando a possibilidade farsante de um "porto seguro", onde já não haveria erro, incerteza, crítica. Os **paradigmas científicos**, como Kuhn os colocou,¹⁷ representam também esta problemática, no sentido de que possuem a função inevitável de cristalizar caminhos reconhecidos como seguros em determinada época. A intersubjetividade vive disso, na prática, avaliando a produção científica sobre marcas de um paradigma dominante. A revolução científica se faz na quebra de paradigmas cristalizados, ou no choque entre eles, provocando renovações mais e menos radicais. Por outra, a novidade não traz o último passo da história ou a descoberta da verdade final, mas apenas outro paradigma, que vale o quanto pesa, em sua inevitável relatividade histórica.

Assim, Marx inaugurou novo paradigma científico, quando se pôs a superar a postura de Hegel (paradigma anterior), procurando explicações históricas que lhe pareciam mais profundas, mais realistas, mais capazes de ir à raiz dos fenômenos. Tomou outro ponto de partida, ou seja, considerou mais relevante na realidade a base material e se aproximou dos ideais então fortemente instigados da ciência natural nascente, o que lhe permitiria fundar uma ciência exata da história, como Darwin fundara a ciência exata (baseada em leis férreas) da evolução das espécies. Esta virada, por mais que seja discutível, como toda proposta científica, foi monumental e está na raiz de extensa produção científica alternativa.¹⁸

Entretanto, o novo paradigma, ao lado de trazer novidade de extrema relevância, também reproduz o mito do porto seguro, à medida que, de novo e inovador, passa a uma postura vigente e, em certos horizontes, dominante. No início, foi móvel fundamental da emancipação, ao tomar consciência das falhas do paradigma anterior e ao adotar exercício aberto de discussão crítica radical. Com o tempo, pode tornar-se camisa-de-força, e precisamente coibir a próxima emancipação.

Uma das fontes do porto seguro é o trajeto doloroso que provoca o processo de emancipação, pois obriga a assumir a insegurança,

o medo, a limitação, a partir do que se coloca a necessidade de construir caminho próprio, preferível a parasitar sobre rotas surradas e já desatualizadas. Por temor à emancipação, é comum no campo científico a escola corporativista, mais interessada em compor adeptos e em cultivar seu paradigma científico como intocável do que em produzir ciência nova. É mais cômodo parasitar sob o manto de um paradigma dado, sobretudo quando a ele se ligam figuras consideradas intocáveis. Ser original dá muito trabalho, geralmente custa muita polêmica, e supõe remar contra a maré. Assim, o paradigma científico está tanto na raiz da virada quanto na raiz da mediocridade. Uma escola acadêmica, inevitavelmente, tem figuras de proa, mas tem sobretudo um séquito de parasitas.

O exemplo marxista ainda é o mais ilustrativo. Marx dizia não ser marxista, sugerindo que o processo científico em que se encontrava tinha a marca processual da busca crítica, sem resultados definitivos. O problema são os discípulos, que o transformam de pesquisador discutível em matrona científica. A história, entretanto, mostra que o marxismo se revigora quando encontra o intérprete crítico, como a Escola de Frankfurt, como Althusser, como Offe, e assim por diante, nos quais, mais que se repetir, se renova. Precisamente esta era a expectativa de Marx.¹⁹

O porto seguro é uma ficção anticientífica, de origem social, particularmente de apego excessivo à tutela autoritária.

Todavia, criticar e ser criticado parece fórmula fácil, mas é extremamente difícil de praticar. Demonstra o valor da comunidade crítica, do professor aberto, do educador motivador, do pesquisador desarmado e produtivo. A comunicação crítica não supõe, porém, nem o consenso total, como se um dia todos pudessem ter a mesma postura homogênea, nem o dissenso total, como se a produção científica fosse possível na destruição mútua. Supõe, sim, que a existência de consenso é consequência apenas possível da superação de certos dissensos e que o possível consenso não se define pela inexistência de pontos de vista diversos e divergentes, mas pela renúncia crítica e autocrítica da absolutização de seu próprio. Exige, pois, tirocínio acerbo, ancorado em qualidade formal e política. Exige o convívio diário com a contingência científica: exige opção madura, a que se chega após o confronto com outras posições, embasada em crítica interna; exige o tratamento do ponto de vista alheio a partir dele mesmo, antes de refutar; e exige muita renúncia, porque consenso é talvez muito mais a média das desigualdades toleradas do que a média das igualdades fortuitas ou impingidas.

17. KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo, Perspectiva, 1975. ———. *Lógica da descoberta ou psicologia da pesquisa*. In: LAKATOS, I. & MUSGRAVE, M., org. *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo, Cultrix, 1979. p. 5-32. MASTERMAN, M. *A natureza de um paradigma*. In: LAKATOS, I. & MUSGRAVE, M., org. *Op. cit.* p. 72-108.

18. MARX K. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa, Estampa, 1973. GODELIER, M. et alii. *Epistemologia e marxismo*. Barcelona, Martinez Roca, 1974. GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. LEFÈVRE, H. *Sociologia de Marx*. Rio de Janeiro, Forense, 1968. GALVÃO, L. A. *Marx & Marx*. São Paulo, Ática, 1977.

19. WELLMER, A. *Kritische Gesellschaftstheorie und Positivismus*. Frankfurt, Suhrkamp, 1969.

Esta postura contém certamente uma fé: a fé na razão, que sendo muitas vezes insensata, é, apesar disso, quem pode qualificar e criticar a insensatez.²⁰ A discussão livre supõe o contexto da liberdade, que inclui, entre outras coisas, também a possibilidade de não-consenso. Supõe, por coerência, também, que se abuse da liberdade. Mas crê que a maneira mais segura de se conservar espírito crítico é manter o crédito que se dá à nossa instância crítica: a razão. Ela não precisa submeter-se sequer aos fatos. É em nome dela que, apesar de todos os fatos em contrário, não desistimos de uma sociedade mais igual, e, se possível fora, totalmente igual. A presença da utopia é a luta diária da razão contra os fatos, em nome da esperança. Se a razão pode desvirtuar a crítica, pois é ela que forja sofismas e ideologias, é capaz também de desmascará-los, à medida que exerce autocrítica. É dúbia e reflexa: racional e irracional; crítica e autocrítica; comete erros, mas a partir deles se supera.

Por isso, é critério arriscado e ambíguo. No entanto, é marca de sua processualidade dialética, na unidade de contrários. Do risco nasce a aventura da criação, como pode nascer o caos.

Na contramão surge a **credulidade**, porque ninguém consegue autocrítica perfeita, como se pudéssemos conhecer-nos irrestritamente. Por mais que seja marca da precariedade, a credulidade tem seu lado importante, porque é o acerto realista com o compromisso de crítica. Só criticar, além de atividade destrutiva parasitária, leva ao azedume profissional. Humanamente, é mister crer em alguma coisa, porque ninguém é tão perfeito que não sinta falta de uma bengala. A credulidade mais aceitável será aquela que opta por um tipo de metodologia, ciente de que não é a última palavra, mas de que, entre as opções possíveis, é a que lhe pareceu mais fundamental, por enquanto. Existe nisto credulidade, porque toda construção científica, sobretudo no seu espaço e tempo sociais, convive com ideologias e autoridades. Mas é uma credulidade "razoável", porque se alimenta da impulsividade e da insensatez da razão.

20. MARCUSE, H. *Reason and revolution; Hegel and the rise of social theory*. New York, Humanities, 1954. DUERR, H. P. *Traumzeit. Ueber die Grenzen zwischen Wildnis und Zivilisation*. Stuttgart, EVA, 1983. TRAUBE, K. *Wachstum oder Askese?; Kritik der Industrialisierung von Beduerfnissen*. Frankfurt, Rororo, 1982. GLASER, H. & STAHL, K. H. *Die Wiedergewinnung des Aesthetischen*. Stuttgart, Juventa, 1974. LEDERER, K, org. *Human needs; Delgeschlager*. Koenigstein, Gunn & Hain, 1980. FROMM, E. *Haben oder Sein; die seelischen Grundlagen einer neuen Gesellschaft*. Stuttgart, Deutsche Verlagsanstalt, 1976. DIRKS, W. et alii. *Existenzwissen*. Frankfurt, *Frankfurter Hefte*, Extra 5, Mai 1983.

3

Pesquisa Metodológica: Potencialidades e Limites

3.1 METODOLOGIA COMO PESQUISA

Metodologia é disciplina instrumental para o cientista social. Alguns se dedicam a ela especificamente e fazem dela um campo próprio de pesquisa. Mas, apesar de instrumental, é condição necessária para a competência científica, porque poucas coisas cristalizam incompetência mais gritante do que a despreocupação metodológica. Perguntar-se sempre o que faz científica a ciência é preocupação que está na origem da capacidade produtiva.¹

Como pesquisa, significa a produção crítica e autocrítica de caminhos alternativos, bem como a inquirição sobre os caminhos vigentes e passados. Conteúdos mais evidentes da preocupação metodológica seriam:

- a) Em primeiro lugar, a metodologia questiona a **cientificidade** da produção científica, colocando em discussão sua **demarcação**, coisa de que já tratamos com algum detalhe. Pode ser vista de modo apenas formal, como é uso em posturas positivistas e estruturalistas, e na confluência do formal e do histórico, como estamos tentando aqui.

1. CERVO, A. L. & BERVIAN, P. A. *Metodologia científica*. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1973. WEATHERHALL, M. *Método científico*. São Paulo, Edusp, 1970. LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. *Metodologia científica*. São Paulo, Atlas, 1982. ———. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo, Atlas, 1982. VERA, A. A. *Metodologia da pesquisa científica*. Porto Alegre, Globo, 1974. PRIM, R. & TILMANN, H. *Grundlagen einer kritisch-rationalen Sozialwissenschaft*. Muenchen, Quelle & Meyer, 1979. HABERMAS, J. *Zur Logik der Sozialwissenschaften*. Frankfurt, Suhrkamp, 1970. OPP, K. D. *Methodologie der Sozialwissenschaften und Positivismus*. Frankfurt, Rororo, 1976. TOPITSCH, E., org. *Logik der Sozialwissenschaften*. Koln-Merlin, Kiepenheuer & Witsch, 1965. SMART, B. *Sociologia, fenomenologia e análise marxista; uma discussão crítica da teoria e da prática de uma ciência da sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. DEMO, P. *Introdução à metodologia da ciência*. São Paulo, Atlas, 1985. TOPITSCH, E. & SALAMUN, K. *Ideologie; Herrschaft des Vor-urteils*. Frankfurt, Langen Mueller, 1972.

- b) Em segundo lugar, questiona-se a **construção do objeto científico**, dentro do contexto da discussão sobre “objeto construído”. A questão mais incisiva seria o desenvolvimento da concepção de realidade que está por trás da opção metodológica, dela dependente e mesmo decorrente. Isso ajuda a definir o paradigma científico, a contextualizar no espaço e no tempo, a elucidar os fundamentos formais e históricos, a antever horizontes ideológicos, e assim por diante.
- c) Em terceiro lugar, estudam-se **abordagens** metodológicas, clássicas e atuais, bem como alternativas, tais como: **empirismo, positivismo, dialética, estruturalismo, sistemismo, posturas alternativas do tipo pesquisa participante** etc.

Na segunda parte desta obra nos dedicaremos a tais abordagens. Aqui interessa preliminarmente apenas levantar pontos pertinentes da pesquisa metodológica. Assim, para cada abordagem é possível pensar em questionamentos, tais como:

- **categorias básicas:** todo corpo científico possui um punhado de categorias vitais, sobre as quais se centra, como é, por exemplo, a unidade de contrários para a dialética, a propriedade formal lógica para o positivismo, prática histórica para a pesquisa participante etc.;
- **autodefinição:** usando a crítica interna, trata-se de compreender como se põe cada abordagem, o que promete, o que imagina superar, o que deseja inovar;
- **fenômenos sociais privilegiados:** como a realidade toda não está em nenhuma abordagem, é fundamental desvendar o que se acha mais relevante na realidade, como a infra-estrutura econômica para certa dialética, o consenso social para o funcionalismo, o inconsciente para o estruturalismo;
- **pressupostos ontológicos:** mundivisão subjacente, mesmo em nível de pressupostos obscuros, que são pontos gratuitos de partida, impenetráveis à fundamentação científica posterior; para por-se a captar a realidade, supõe-se ter uma concepção dela, que vai delimitar a opção por métodos;
- **pretensão crítica:** que paradigma(s) busca refutar, e qual o novo que imagina inaugurar; qual sua originalidade;
- **ideologia:** a que tipo de projeto social serve, à revelia, por ingenuidade, ou por sagacidade;

- **escolas:** não existe uma dialética, um positivismo; todas as abordagens seguem interpretações internas heterogêneas e mesmo contraditórias;
 - **comparação crítica:** confronto das várias abordagens, partindo da crítica interna, para permitir opções conscientes, críticas e autocríticas;
 - **tendências atuais:** indagação sobre os rumos emergentes, revisões, polêmicas relevantes.
- d) Em quarto lugar, a metodologia dedica-se a **aferições metodológicas**, cujo conteúdo mais central é a análise minuciosa de determinada produção científica, de determinado autor, de determinada escola. Podemos imaginar alguns tópicos pertinentes:

- **aplicação de critérios de cientificidade**, sobretudo do ponto de vista da crítica interna, mas também da intersubjetividade, sem esquecer o problema da qualidade política;
- **modo peculiar de argumentação:** maneira pessoal ou típica de conduzir as fundamentações teóricas, que inclui pontos indiscutíveis de partida, teses aceitas, autoridades respeitadas e também propostas próprias bem ou mal conduzidas;
- **ideologia latente ou manifesta:** em termos de qualidade política, que tipo de projeto de sociedade está por trás dela, está explícito, ou ela esconde;
- **a que escola metodológica se filia**, ou se aproxima, ou de quais se afasta, e ainda que caminhos próprios sugere;
- **balanço entre teoria e prática:** como é tratado ou camuflado o problema;
- **lugar da teoria e da empiria:** como aparece a atividade específica do cientista — papel do teórico, papel do coletor, mensurador e analista de dados quantitativos, papel do crítico;
- **originalidade:** que traz de novo, que repete;
- **capacidade crítica**, sobretudo como autocrítica: o que derruba e o que constrói.

3.2 A CRIATIVIDADE SOCIALIZADA

Metodologia contém a idéia de **caminho a ser seguido**, podendo-se atribuir ao metodólogo a tonalidade moralizante do guarda de

trânsito. O rigor lógico pode ser tomado tão a sério que, em vez de ser caminho da produção criativa, se torna fim em si mesmo. O cientista "quadrado" pode originar-se da sujeição obtusa a normas metodológicas.

É preciso repisar que metodologia é instrumental para a pesquisa e não a pesquisa. Existe dificuldade real de se adequar a preocupação metodológica com a criatividade científica, se a definirmos como construção para além da tautologia, da repetição do já dito, insistindo-se na espontaneidade, mais que em cerceamentos, capaz de ver no método uma potenciação do inventivo, não a obsessão normativista. Talvez seja esta a mágoa do metodólogo: o espírito inventivo aprende metodologia mais para saber rejeitar do que seguir, assim como o artista aprende regras da arte sabendo que arte realmente criativa surge depois das regras e quase sempre contra as regras. Entretanto, para desprezar as regras, é mister dominá-las.

Dentro da conotação social do processo científico, é mais fácil interpretar esta limitação metodológica a partir da constatação corriqueira de que a **sociedade é uma norma**. Viver em sociedade significa inevitavelmente institucionalizar um tipo médio de comportamento, dito normal, porque seguido pela maioria. Se a toda hora inventássemos um comportamento inesperado, instalaríamos o caos. A sociedade e qualquer instituição funciona pela normalidade, repetindo todo dia o dia anterior. Torna-se tranqüila, previsível, funcional. No extremo, torna-se "camisa-de-força", quando se tolhe toda a individualidade própria, se impõe norma dominante que oprime pessoas e grupos. Em toda sociedade há uma estrutura de normas, valores, codificados na cultura, bem como de sanções, voltadas a garantir o seguimento deles. Esta é uma necessidade institucional, mas é igualmente o signo inevitável da mediocridade. É o reino do "bom menino", obediente, respeitoso, dócil, que os pais desejam para si.²

Se assim é, decorre que a **ciência também é uma norma**, porque, no lastro de uma produção também tipicamente social, não pode institucionalizar-se sem normas, valores, ritos e mitos, que conformam o comportamento dos cientistas. Metodologia aparece neste espaço como o reflexo mais direto desta decorrência. Em parte, pelo menos, a formação científica é **domesticação do candidato**, de quem se espera que assimile as regras da conduta científica e as reproduza com fidelidade. Pode-se dizer que o rigor metodológico prefere o fiel ao competente, porque tende a definir competência como fidelidade metódica.

Há um texto candente de McLuhan, que assim diz: "Já salientamos, muitas vezes, que o professor é o único profissional cujo fracasso é atribuído, automaticamente, a suas vítimas: **se o aluno não aprende, é que não estudou**, jamais foi culpa do professor... Toda máquina escolar é feita para garantir uma platéia (auditório) dócil ao professor, sem se indagar se o professor é um ator que mereça atenção. Qualquer ator adoraria dispor de uma máquina assim, que, se não aplaude, pelo menos não vaia... Muita vez, os professores são pessoas com profundos problemas de personalidade, chegando ao limiar da psicose, sem que os alunos possam alegar motivos como estes para rebelar-se, como acontece, tantas vezes, com relação a pais e mães esquizofrênicos ou maniaco-depressivos. Todos aceitam, facilmente, que todo professor (pai e mãe) seja normal e que os alunos que contra ele se rebelam sejam delinquentes... Os professores têm, pois, um **auditório-cativo**, por mais repugnantes que sejam suas 'aulas' para seus ouvintes. É evidente que as coisas não continuarão assim. No futuro, admitir-se-á (mesmo para os professores normais) que certos alunos não tolerem certas aulas, podendo fazer opções. Aliás, só agora se percebe o absurdo de fazer todos os alunos aprenderem as mesmas coisas, como nos restaurantes coletivos de internatos... A aprendizagem padronizada estimula o isolamento, porque priva da necessidade de **comunicação**: ninguém tem nada a dizer a ninguém... Quanto mais diferentes os indivíduos, mais possibilidades de transmitirem uns aos outros sua experiência (comunicação — tornar comum a experiência). O aluno, pois, como num supermercado, numa livraria, no **dial** do rádio ou da televisão, escolherá, das ofertas possíveis, a que melhor lhe convier. Ora, se a escolha é livre, o professor não terá de usar coação (punições, exames, diplomas) para obter resultados. Enquanto o professor tiver o poder de destruir o aluno mediante **reprovação**, o sistema escolar estará, fundamentalmente, corrompido pela coação irresistível. Não se trata de suprimir a **avaliação** (diagnóstico-prognóstico), mas de retirar da avaliação o poder de destruição e de atemorização, donde surge a fraude (cola). Daí a avaliação passar para a própria 'classe', entregando-se aos jovens o poder de autodiagnosticar. Quem já não viu os jovens formando um **time**, mediante 'par ou ímpar', sabe como eles são justos, rigorosos e objetivos em se autoavaliarem. Dessa forma, o 'técnico do time' não joga o jogo da educação: preside a atividade como um **expert** que critica, sugere, estimula, mas não decide. Não há **orador e auditório**, mas um grupo de trabalho assessorado pelo perito. Esta posição é muito mais dignificante para o 'professor' que a de carcereiro e carrasco, com que se deliciam os temperamentos sádicos."³

2. DAHRENDORF, R. Homo sociologicus. In: ———. **Ensaio da teoria da sociedade**. Rio de Janeiro, Zahar, 1974. p. 32-106. DAHRENDORF, R. **Sociedad y libertad: hacia un análisis sociológico de la actualidad**. Madrid, Tecnos, 1966. DEMO, P. **Sociologia: uma Introdução crítica**. São Paulo, Atlas, 1985. DAHRENDORF, R. **Sociedad y sociología**. Madrid, Tecnos, 1966.

3. Texto de McLuhan, citado em LIMA, L. O. **Mutações em educação segundo McLuhan**. Petrópolis, Vozes, 1971. p. 28-9.

Na concepção **nomotética** da ciência já existe a expectativa normatizante: a realidade tem comportamento necessário, regido por leis estritas, no contexto rígido de causa/efeito. Não há margem de liberdade, como se, de repente, uma pedra em queda livre "resolvesse" não cair. Em ciências sociais não há determinismos desta espécie, mas conserva-se a expectativa da regularidade, da média estatística, que está em todas as formas de institucionalização, fundada na normalidade.

Marcuse, ao analisar a propensão sistêmica da sociedade moderna, que prende a razão a um tipo de racionalidade funcional, coibindo mudanças importantes, parte para uma visão da necessidade de ultrapassar limites, soltando a criatividade. A unidimensionalidade desta sociedade está sobretudo na repressão sibilina e sagaz que faz das forças alternativas, sobretudo cooptando-se no sistema, e assim desfazendo seu potencial mobilizador.⁴ Dá importância a algumas categorias libertadoras, como a **fantasia, parceira da utopia, a arte e a dimensão estética**, bem como a expressões contíguas como a **intuição e o impulso lúdico**.⁵

Poderíamos talvez sintetizar esta preocupação tão interessante na concepção da **teoria crítica**, capaz tanto de atender aos reclamos da lógica e das formalidades estruturais e históricas quanto de jogar sobre tudo isso o desprezo consciente de sua tendência à mediocridade. É proibido proibir. A norma é a contranorma. A cultura é a contracultura. A ciência bem comportada cuida apenas da casca normal da vida e prefere tratar aquilo que na realidade apresenta face mensurável, quantificável, testável. Tende a considerar **mais** real aquilo que se **ensaca** mais facilmente nos estereótipos do método. Em vez de a metodologia aparecer como condição de emancipação da razão crítica, torna-se sua carcereira.⁶

"É que a realidade do mundo está sempre para ser retomada, estando sob a responsabilidade da razão. E a razão nunca parou de ser insensata para tratar de se tornar sempre mais racional. Se a

razão não fosse racional, acabaria um dia se contentando com seu êxito, dizendo sim a seu ativo. Mas é sempre não e não. Como explicar este poder de negação perpetuamente relançado? Numa admirável fórmula, Bachelard disse um dia que 'nós temos o poder de acordar as fontes'. Ora, encontra-se no coração mesmo do homem uma fonte que não se esgota nunca, que não precisa ser acordada e é a fonte mesma daquilo a que a filosofia durante muito tempo rendeu homenagens, ao sono do corpo e do espírito, a fonte dos sonhos, das imagens, das ilusões. É a permanência deste poder originário, literalmente poético, que constrange a razão a seu esforço permanente de denegação, de crítica, de redução. A dialética racional, a ingratidão essencial da razão pelos seus êxitos sucessivos não fazem senão designar a presença na consciência de uma força nunca esgotada de diversão (divergência) do real, de uma força que acompanha sempre o pensamento científico, não como uma sombra, mas como uma contraluz. Ao observar bem, poder-se-ia compreender, se fosse de outra maneira, que uma cascata ininterrupta de negações não terminasse enfim, de corte em corte e de resíduo em resíduo, no vazio e no nada? Se o espírito científico só pode constituir-se sobre as ruínas do espírito não científico, não é necessário admitir que este espírito não científico, que só se pode chamar assim pela sua relação com a ciência quando ela o negou, seja mais que uma vaidade entrevista no momento mesmo do seu desfalecimento? É preciso que ele seja, à sua maneira e por seu lado, uma força autêntica, mesmo que seja de jogo, e que obrigue a razão a se decidir e a se definir ela própria como força de o barrar."⁷ Esta passagem de Canguilhem sobre Bachelard realça de forma feliz o crédito depositado a favor da razão como força negadora e crítica. A "má vontade crítica", que chega mesmo a ser formulada como "anticiência" é colocada como mola mestra propulsora da atividade científica.⁸

Não se trata de um conceito racionalista formalista de razão, de estilo positivista. É todo o contrário, na unidade de contrários. A irracionalidade nem sempre é um lapso, mas o lado criativo da razão, quando aparece como poesia, como arte, como invenção, como revolução. Assim, ciência racional não é aquela que resseca o espírito, porque quer o homem como ator fora de cena; ao contrário, é aquela capaz de ver a forma, mas sobretudo de querer a felicidade

- MARCUSE, H. *Ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969. ILLICH, I. *Selbstbegrenzung; eine politische Kritik der Technik*. Frankfurt, Rowohlt, 1975. LOEW, J. *Ausbeutung des Menschen durch den Menschen*. Stuttgart, DIV, 1974. ULLRICH, O. *Technik und Herrschaft*. Frankfurt, Suhrkamp, 1977.
- MARCUSE, H. *Eros e civilização; uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968. HENTIG, H. *Magier oder Magister?: Ueber die Einheit der Wissenschaft im Verstaendigungsprozess*. Frankfurt, Suhrkamp, 1974. WOLFF, R. P. *In defense of anarchism*. New York, Harper & Row, 1970. JOUHY, E. *Bleiche herrschaft; dunkle Kulturen*. Stuttgart, IKO, 1985. GIZYCKI, H. & HABICHT, H., org. *Oasen der Freiheit; von der Schwierigkeit der Selbstbestimmung*. Frankfurt, Fischer Alternativ, 1979.
- RUSCONI, G. E. *Teoría crítica de la sociedad*. Barcelona, Martínez Roca, 1969. COOPER, D., org. *Dialética da libertação*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968. BAUMAN, Z. *Por uma sociologia crítica; um ensaio sobre senso comum e emancipação*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. FREITAG, B. & ROUANETT, S. P. *Habermas*. São Paulo, Ática, 1980. SEIFFERT, H. *Marxismus und buergerliche Wissenschaft*. Muenchen, Beck, 1971. HABERMAS, J. et alii, org. *Hermeneutik und Ideologiekritik*. Frankfurt, Suhrkamp, 1973. BIRNBAUM, N. *Toward a critical sociology*. Oxford, Oxford University Press, 1973.

- CANGUILHEM, G. Sobre uma epistemologia concordatária. In: BACHELARD, G. et alii. *Epistemologia*. Op. cit. p. 52-3. BACHELARD, G. *Épistemologie*. Paris, PUF, 1971. SPINNER, H. F. *Ist der kritische Rationalismus am Ende?* Berlin, Beltz, 1982.
- CANGUILHEM, G. Op. cit. p. 51-6. KELLERMANN, P. *Kritik einer soziologie der Ordnung*. Frankfurt, Rombach, 1967. JANICH, P. et alii. *Wissenschaftstheorie als Wissenschaftskritik*. Stuttgart, Aspekte, 1974. RAMSTEDT, O., org. *Gewaltverhaeltnis und die Ohnmacht der Kritik*. Frankfurt, Suhrkamp, 1974. HABERMAS, J. *Die neue Unuebersichtlichkeit*. Frankfurt, Suhrkamp, 1985.

histórica da sociedade, a cujo serviço deve estar a ciência. Ciência também como poesia, arte, felicidade.⁹

3.3 ANTIMETODOLOGIA

Antes de mais nada, é mister reconhecer que antimetodologia também é metodologia. Pretende-se, no fundo, oferecer sugestões de comportamento que, se seguidas, garantiriam a formação do espírito inventivo. Mesmo que negasse a importância de qualquer método, isso também seria método. A anarquia em si não é factível, a começar pela idéia de comportamento anárquico: se é delineável como comportamento, já não é anarquia. Comportamento anárquico há de significar o esforço de desprender, tanto quanto possível, a atividade científica de padrões tão rígidos que lhe entravam a criatividade.¹⁰

Os limites da antimetodologia são os mesmos da teoria crítica. Na teoria pode dar-se como radical, no sentido de não reconhecer qualquer necessidade de método, ou de pretender mostrar que criar somente se poderia fazer destruindo o método. Mas, desde que seja proposta concreta, incorre nas marcas típicas da vida social. De pouco adiantaria destruir tudo, até por ser comodismo barato. Se é para construir, mesmo que sobre os escombros dos métodos vigentes e considerados inúteis, temos que apresentar alguma coisa de concreto, com pé e cabeça, com começo, meio e fim, o que já significa algo não propriamente anárquico em sentido estrito. Segundo o espírito da coisa, que é o que conta aqui, antimetodologia é a crítica autocrítica da metodologia, na busca de metodologias alternativas, que sejam mais consentâneas com as marcas históricas da realidade social e falem da felicidade humana.¹¹

Ao mesmo tempo, é preciso ter em mente que, se a dita anti-metodologia se institucionalizar, tornando-se método corrente, perde seu "anti", assim como uma revolução institucionalizada, ao tornar-se ordem vigente, deixa de ser revolucionária. Da mesma forma, a contracultura, ao alcançar situação normalizada, torna-se cultura comum. Sociologicamente falando, esta problemática aponta outra vez para a dialética histórico-estrutural, que admite transformações históricas radicais nos conteúdos, mas convive com formas permanentes. Assim, é impossível uma produção científica sem qualquer estruturação institucionalizada, sem parâmetros lógico-formais, sem ritos sociais. Mas, no plano dos conteúdos, podemos reconhecer saltos históricos monumentais, como a guinada do materialismo histórico, a superação da teologia e da filosofia, o advento da pesquisa participante, e assim por diante.

Entretanto, toda novidade, ao sedimentar-se na história, sofre o desgaste da história. Se acreditamos que toda fase gera sua própria superação, tanto em suas condições objetivas quanto nas subjetivas, nenhuma antimetodologia consegue o milagre histórico de não ser tocada pela história. Ou seja, logo mais, se pegar, passa à normalidade, necessitando de outras tantas antimetodologias para se superar.

Por outra, a antimetodologia cumpre papel insubstituível na luta indócil contra as petrificações do método, tentando acompanhar no tempo a realidade também indócil. A atividade científica, como qualquer outra, envelhece, torna-se rotina árida, e pode mesmo virar idiotice nobre. Esses loucos, que dizem as coisas pelo avesso, que começam a frase com vírgula e terminam sem ponto, que não se cansam de inventar moda, podem perturbar a paciência, mas sem eles a paciência não teria conteúdo.

Neste quadro, é difícil aceitar, por mais simpática que seja a posição, a proposta de uma metodologia anárquica, como quer Feyerabend,¹² por exemplo, embora sua mensagem de repúdio à normativização exagerada tenha o maior relevo. "As violações são necessárias para o progresso" (p. 29) e o treinamento metodológico pode decair na adoção do argumento de autoridade como instância primeira e última. "Assim como um animal bem adestrado obedecerá ao dono, por maior que seja a perplexidade em que se encontre e por maior que seja a necessidade de adotar novos padrões de comportamento, assim também o racionalista convicto se curvará à imagem mental de seu mestre, manter-se-á fiel aos padrões de argumentação que lhe foram transmitidos e aceitará esses padrões, por maior que seja a perplexidade em que se encontre, mostrando-se incapaz

9. TOURAINE, A. *Was nützt die Soziologie?* Frankfurt, Suhrkamp, 1976. SOHN-RETHEL, A. *Geistige und körperliche Arbeit*. Frankfurt, Suhrkamp, 1972. ———. *Warenform und Denkform*. Stuttgart, Europaerische Verlagsanstalt, 1971. HORKHEIMER, M. *Die Sehnsucht nach dem ganz Andern*. Berlin, Furche, 1970. MEYER-ABICH, K. M. & BIRNBACHEL, D., org. *Was braucht der Mensch, um glücklich zu sein; Beduerfnisforschung und Konsumkritik*. Muenchen, Beck, 1978. LEPARGNEUR, H. *Antropologia do prazer*. Campinas, Papyrus, 1985.

10. COSTA, C. T. *O que é anarquismo*. São Paulo, Brasiliense, 1985. MALATESTA, E. *Anarquia e outros ensaios*. São Paulo, Novos Tempos, 1987. COELHO, P. A., coord. *Os anarquistas julgam Marx*. São Paulo, Novos Tempos, 1986. COELHO, T. *O que é utopia*. São Paulo, Brasiliense, 1982. COLI, J. *O que é arte*. São Paulo, Brasiliense, 1984. TAVARES, C. A. P. *O que são comunidades alternativas*. São Paulo, Brasiliense, 1985. RIBEIRO JR., J. *O que é magia*. São Paulo, Brasiliense, 1985. ELLUL, J. *Mudar de revolução; o inelutável proletariado*. Rio de Janeiro, Rocco, 1985. KRIEGL, A. *Um comunismo diferente?* Lisboa, António Ramos, 1978.

11. PHILLIPS, D. L. *Abandoning method; sociological studies in methodology*. London, Jossey-Bass, 1973. CAPRA, F. *O ponto de mutação; a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo, Cultrix, 1986. ECO, H. *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo, Perspectiva, 1976. ABRAMCZUK, A. A. *O mito da ciência moderna; proposta de análise da física com base de ideologia totalitária*. São Paulo, Cortez, 1981. MAFFESOLI, M. *A conulista do presente*. Rio de Janeiro, Rocco, 1984. GIDDENS, A. *Novas regras do método sociológico*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. BAGU, S. *Tiempo, realidad social y conocimiento*. Buenos Aires, Siglo 21, 1973. FEYERABEND, P. *Erkenntnis fuer freie Menschen*. Frankfurt, Suhrkamp, 1979.

12. FEYERABEND, P. *Contra o método*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977. As citações com indicação de página no texto a seguir referem-se a esse livro.

de compreender que a 'voz da razão' a que dá ouvidos é apenas o efeito causal tardio do treinamento que recebeu." (p. 31-2). Assim, a unanimidade de opinião é um fenômeno indesejável (p. 45-57) e a ignorância pode ser concebida como uma "bênção" (p. 177), porque desta insegurança surge sempre a necessidade de inovar. É muito pertinente a crítica impiedosa à "obediência a regras fixas e universais" (p. 449), porque leva a uma ciência impositiva por força de ideologias fechadas que se imaginam donas da verdade (p. 453). "Sempre haverá pessoas que preferirão ser cientistas a ser donos de seus destinos e que se submeterão alegremente à mais desprezível forma de escravidão (intelectual e institucional), contanto que se vejam bem pagas e que tenham em torno de si quem lhes examine o trabalho e lhes cante louvores." (p. 454.) E fora da ciência pode haver saber, até mesmo mais adequado, que recomendaria o uso de todos os métodos e o recurso a todas as idéias aproveitáveis que levem a um conhecimento mais aproximado da realidade. A visão de que **extra scientiam nulla salus** (fora da ciência não há salvação, numa alusão à igreja católica que pretendia o monopólio da salvação) só pode ser ideologia de defesa da ciência (p. 462). Todas as metodologias têm limitações (p. 43) e por isso vale sempre a pena tentar outros rumos (p. 27) — "Tudo vale". Talvez seja até mesmo razoável admitir o recurso a "hipóteses não fundadas" (p. 87), se delas retiramos a possibilidade real de uma alternativa explicativa. Porque "a ciência não é sacrossanta", contém "desvios", "erros", que são "precondições de progresso" (p. 279).

Por essas posturas aparece, certamente, a idéia de que o anarquismo é muito mais estratégia metodológica do que destruição pura e simples de tudo. Existem afirmações excessivas, como a da "rejeição de todos os padrões universais e de todas as tradições rígidas" (p. 22). Mesmo que se aceite que o debate entre ciência e mito "se encerrou sem vitória para qualquer dos lados" (p. 267), isso não leva à idéia de uma derrubada total. É difícil captar claramente o que Feyerabend entende por "epistemologia anárquica" (p. 267). Diz ele que "o anarquismo epistemológico difere tanto do ceticismo quanto do anarquismo político. Enquanto o cético vê tudo como igualmente bom ou igualmente mau, ou desiste completamente de formular juízos dessa espécie, o anarquista epistemológico não sente escrúpulo em defender o mais banal ou o mais afrontoso enunciado. Enquanto o anarquista político ou religioso pretende afastar certa forma de vida, o anarquista epistemológico desejará, talvez, defendê-la, pois não tem lealdade permanente para com qualquer instituição, nem permanente aversão contra ela" (p. 292-3). A diferença para com o ceticismo parece clara, porque este é de estilo absenteísta; mas a diferença para com o anarquismo político é menos perceptível. O anarquismo político está sempre contra a "ordem de coisas estabelecidas" (p. 290); vive de ser contra. O anarquismo epistemológico

não é absenteísta, pois crê no conhecimento, mas é típica dele a aversão a uma posição rígida, mesmo quando esta posição é rigidamente contra a ordem estabelecida; pois pode também defendê-la, se lhe parecer razoável. É sobretudo pertinente o agarramento à provisoriedade dos posicionamentos. Nesse sentido, o anarquismo de Feyerabend é relativamente mitigado, porque, em vez de uma derrubada total que transparece em momentos mais exaltados, se trata de uma estratégia metodológica alternativa, para garantir alternativas. Na medida em que é forma de produzir conhecimento, é menos "anarquismo" do que busca constante de abertura científica.

No calor da batalha, Feyerabend por vezes exagera nos termos, como no momento em que, reconhecendo que a universidade sacraliza a posição autoritária do professor, acaba por recomendar a dispensa dele (p. 338). É diferente a posição de McLuhan, que busca relativizar o professor, não dispensá-lo. Caso contrário, cairíamos na idéia vazia de ciência espontânea, desconhecendo o fenômeno institucional na sociedade.¹³ Pode ser que os "charlatães" científicos existam mais devido ao excesso do que à falta de controle (p. 340), mas a falta de controle também não é garantia ao espírito inventivo. No todo, porém, parece tratar-se mais de defesa da abertura crítica do que de fechamento intransigente dentro de uma posição anarquista, que já seria pouco anárquica. Nesse sentido, a obra de Feyerabend guarda mérito incomensurável, pelo menos nos seguintes aspectos:

- valoriza a dimensão emancipadora da ciência, desde que seja resultado da liberdade humana;
- valoriza outras formas de saber, também capazes de ser úteis à sociedade;
- estigmatiza com razão a postura mítica da ciência que imagina acabar com todos os mitos para poder ser o próprio mito;
- empresta à metodologia a dimensão da utopia criativa;
- insinua que a ciência, em sua prepotência, reverencia a autoridade mais do que pensa, e muitas vezes não vai além de ser substituto barato da religião;
- liga com força inaudita o conhecer ao criar e empresta à atividade científica o compromisso com o humanismo para que possa tornar o homem mais feliz.¹⁴

13. ILLICH, I. *Sociedade sem escolas*. Petrópolis, Vozes, 1979.

14. FEYERABEND, P. Consolando o especialista. In: LAKATOS, I. & MUSGRAVE, A., org. *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo, Cultrix, 1979. p. 244-84. BENJAMIN, W. *Obras escolhidas; magia e técnica, arte e política*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

4

Neutralidade Científica

Difícilmente a discussão metodológica deixa de abordar, mais cedo ou mais tarde, a questão da neutralidade científica. Esta questão é das mais acirradas e exaltadas. Vamos apenas tocar no assunto, para que se torne presente de maneira preliminar e permita aprofundamentos para interessados. Já apareceu o tema antes, e nossa posição transpareceu em vários momentos. Aqui daremos algum detalhamento maior.

Do ponto de vista formal, a objetividade poderia ser aceita como a utopia da ciência: conhecer a realidade assim como ela é, no retrato mais perfeito, na explicação mais analítica possível. A objetividade, como problema colocado a partir do objeto, encontra correspondente a partir do sujeito, que é a neutralidade, ou a isenção axiológica. Variam muito as posições, desde a dos defensores intransigentes da ciência formal ou empírica, para quem a realidade se impõe objetivamente, até a dos que acham, no outro extremo, que a realidade é apenas o que subjetivamente imaginamos ser.

“Um capítulo dramático na história da ciência social alemã teve seu ponto culminante a 5 de janeiro de 1914, em Berlim, numa assembléia da comissão principal aumentada da associação fundada em 1872 para política social. As circunstâncias desta assembléia eram suficientemente estranhas. Seus membros escolhidos (mais de 50) tomaram, antes de entrar na discussão, uma série de resoluções que, por si só, já teriam bastado para garantir a seu encontro a entrada na História e na legenda: despacharam as estenógrafas para casa, acabaram com qualquer protocolo, obrigaram-se ao silêncio contra terceiros e impediram a publicação de elaborações escritas por excelentes doutos sobre esta discussão. Os temores que puderam dar azo a tal conchavo secreto se mostraram fundamentados. A discussão terminou num embate apaixonado de concepções e pes-

soas, que por anos a fio — e de certa forma até hoje — dividiu as ciências sociais alemãs em dois grupos. O tema, porém, que conseguiu levantar medidas e acontecimentos tão inusitados era o tema destas notas: ciência social e juízo de valor.”¹ Dahrendorf assim pintou a situação desta discussão, que pode mostrar, com veemência, quanto engajamento se faz em torno da neutralidade...

As duas facções — neutros e engajados — lançam-se acusações mútuas, geralmente colhidas nos resultados práticos da atitude assumida. Os neutros acham que os engajados acabam envolvendo-se em ideologias escusas, colocando a ciência a seu serviço, enquanto os engajados atribuem aos neutros outra forma de engajamento, pelo menos o de estilo absenteísta: **qui tacet, consentit**, ou seja, quem cala, consente. O silêncio contra ideologias escusas vale como convivência no mínimo, além de a atitude neutra ser atitude, quer dizer, um posicionamento. Não se pode esquecer que para os alemães tais colocações possuem contexto muito concreto e duro, que é o trauma do nazismo. A maioria dos sociólogos envolveu-se nele. Escreveu uma vez Silbermann: “A sociologia tem uma fama ruim na Alemanha Ocidental. Note-se, porém, que isto não se deve somente ao fato, aludido há pouco, do deslizamento num ‘papo’ crítico e moralizador, mas por causa de seu passado próximo, durante o qual foi sancionada pelo selo carregado do ódio do nacional-socialismo. Se agora — e sem deixar para mais tarde — acrescentássemos àquelas documentações sobre ‘filme, literatura, arte, imprensa etc., no Terceiro Reich’ uma documentação conscienciosamente montada sobre ‘a sociologia no Terceiro Reich’, perderíamos a respiração ao vermos que representantes da sociologia prostituíram sua ciência para servir de modo oportunista lá, onde exatamente na qualidade de sociólogos poderiam ter reconhecido com demasiada clareza o que seus eminentes antepassados sociólogos alemães apresentaram mais de uma vez como os perigos e as forças do irracional.”² Silbermann acredita esta prostituição às custas do engajamento. Outro ponto de vista poderia também dizer que uma sociologia neutra teria servido ao nazismo exatamente por ser neutra, e isto seria no fundo um tremendo oportunismo.

O problema é totalmente outro: como garantir que as ciências sociais se voltem de preferência e até compactamente contra totalitarismos na sociedade, já que em sua definição inicial aludem ser uma proposta de enfrentamento dos problemas sociais. Nem o engajamento, nem a neutralidade **per se** são garantias suficientes, caso não se coloque em campo o problema da qualidade política, para além

1. DAHRENDORF, R. *Ciencia social Y Juicios de valor*. In: ———. *Sociedad y libertad*. Madrid. Tecnos, 1971. p. 36-7.
2. SILBERMANN, A. *Militanter Humanismus*. Frankfurt, Suhrkamp, 1966. p. 12-3.

da formal. De todos os modos, controlar o engajamento ostensivo ou com ele conviver criticamente é mais fácil do que haver-se com neutralidades solertes.³

4.1 PROBLEMAS GERAIS

Segundo o pensamento de Weber, uma distinção básica seria entre o conhecimento “daquilo que é” e “daquilo que deve ser”. Colocação fundada em juízo de valor seria rejeitável, “pois somos da opinião de que nunca pode ser tarefa de uma ciência experimental aferir normas e idéias obrigatórias, para delas deduzir receitas para a prática”.⁴ Este posicionamento não exclui a importância do juízo de valor, que pode, na verdade, tocar a ciência de algumas maneiras, ainda que aí não devesse penetrar:

- a) “É acessível a uma consideração científica, de partida, sem qualquer condição, a questão da aptidão dos meios em vista a dado fim. Como podemos (dentro dos limites respectivos de nosso saber) constatar validamente **que** meios em vista a um fim apresentado podem colocar-se como aptos ou ineptos, podemos por este caminho aqualitar as chances de conseguir determinado fim com o auxílio de determinados meios colocados à disposição; e dentro desse contexto, podemos criticar indiretamente a demarcação do fim, à base da respectiva situação histórica, como praticamente razoável ou, por outra, de acordo com o condicionamento das circunstâncias, como não razoável.”⁵ Aqui aparece a separação dualista entre meio e fim: todo fim é questão política, valorativa, e está fora do alcance científico; somente o problema dos meios faz parte da pesquisa científica.
- b) Podemos, ainda, constatar as **conseqüências** “que teria a aplicação dos meios necessários **ao lado** da conse-

3. ALBERT, H. & TOPITSCH, E., org. *Werturteilstreit*. Darmstadt, Wiss. Buchgesellschaft, 1971. ADORNO, T. et alii. *Der Positivismusstreit in der deutschen Soziologie*. Berlin, Luchterhand, 1972. MARCUSE, H. & POPPER, K. R. *Revolution oder Reform; eine Konfrontation*. Berlin, Koesele, 1971. SEIFFERT, H. *Einfuehrung in die Wissenschaftstheorie 2*. München, Beck, 1971. DEUS, J. D., org. *A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974. HALL, S. *O interior da ciência: ideologia e “sociologia do conhecimento”*. In: CENTER FOR CONTEMPORARY CULTURAL STUDIES, *Da ideologia: Althusser, Gramsci, Lukacs, Poulantzas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980. p. 15-44. *Epistemologia 2*, Tempo Brasileiro, 30/31, jul./dez. 1972. BARRY, B. *Los sociólogos, los economistas y la democracia*. Buenos Aires, Amorrortu, 1970. BOURRICAUD, F. *Le bricolage idéologique; essai sur les intellectuels et les passions démocratiques*. Paris, PUF, 1980. HOWTHORN, G. *Iluminismo e desespero: uma história da sociologia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. NEVES, F. B. *O paradoxo do coringa e o jogo do poder & do saber*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1979. FUGLESANG, A. *About understanding: ideas and observations on cross-cultural communication*. Uppsala, Motilæ, 1982. FREITAG, B. *A teoria crítica: ontem e hoje*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

4. WEBER, M. *Die Objektivität sozialwissenschaftlicher Erkenntnis*. In: *Soziologie, weitgeschichtliche Analysen, Politik*. Frankfurt, Kroener Verlag, 1964. p. 197.

5. Idem, ibidem. p. 188.

cução eventual do fim buscado, tendo em vista o contexto global dos acontecimentos”. A descrição das conseqüências aloca-se, assim, também fora da invasão ideológica, porque somente o problema dos fins é alvo de decisão política; tomando-se o fim como um dado, sem discuti-lo, é possível perscrutar cientificamente as conseqüências que dele resultariam.⁶

- c) Ademais, outro elemento pode ser levado em conta: o **conhecimento da significação** do que se quer. “Podemos fazer conhecer os fins de acordo com o contexto e a significação que se pretendem e entre os quais se escolhe, em primeiro lugar, através da indigitação e do desdobramento logicamente concatenado das ‘idéias’ que estão ou poderiam estar subjacentes ao fim concreto. Pois, evidentemente, uma das tarefas mais importantes de cada ciência da vida cultural humana é abrir à captação mental estas ‘idéias’, pelas quais, em parte de modo real, em parte de modo apenas pretense, se lutou e se luta. Isso, não ultrapassa os limites de uma ciência que busca ‘a ordem pensante da realidade empírica’, bem como os meios, que servem a tal explicitação de valores mentais, não são ‘indicações’ no sentido usual da palavra.”⁷ É interessante este enfoque, embora já se aproxime muito de um estilo filosófico, porque busca reconhecer a importância dos fins assumidos, as condições de seu surgimento e validade, o que eles realmente significam em dado contexto sócio-histórico. Podemos imaginar como uma consideração científica interessante, por exemplo, o estudo do significado da exterminação dos judeus pelos nazistas.
- d) Poderíamos acrescentar ainda a consideração de que é possível estudar os próprios juízos de valor como objeto científico. Um cientista social pode tomar como objeto de estudo, por exemplo, a defesa da propriedade privada como direito humano fundamental, sem que participe desta postura ideológica ou estude para rejeitá-la. A sociologia do conhecimento, ao estudar idéias e seu fundo social, quando entendida dentro de uma postura metodológica positivista ou estruturalista, faz precisamente isso.

6. Idem, ibidem.

7. Idem, ibidem. p. 189.

De modo geral, porém, “uma ciência empírica não pode ensinar a ninguém o que **deve**, mas somente o que **pode** e — sob condições — o que **quer**”.⁸ Weber não pode ser acusado de simplista. Suas distinções entre ser e dever ser, entre meios e fins é bem nuançada. “É correto que nossas cosmovisões pessoais ininterruptamente costumam atuar dentro do campo das ciências, também na argumentação científica, que sempre de novo é perturbada por elas, e levam a avaliar o peso dos argumentos científicos também no campo da aferição de contextos causais simples de fatos de modos diversos, variando o resultado de acordo com as chances dos ideais pessoais: a possibilidade de querer algo determinado aumenta ou diminui(. . .). Mas há uma diferença grande desde este reconhecimento de fraqueza humana até a crença em uma ciência ‘ética’ da economia política, que teria de produzir de seu material ideais ou normas concretas através da aplicação de imperativos éticos gerais a seu material.”⁹

É certamente muito clara sua posição em favor da isenção de valores (**Wertfreiheit**), e ele considera como científica somente postura exarada dentro deste espírito. Mas nem por isso deixa de reconhecer que a vida cultural (**das Kulturleben**) coloca sempre também o problema do seu sentido e que isso envolve momentos de filosofia social. Nestes termos, um juízo de valor pode emergir na argumentação; mas, neste caso, é praticamente um dever sagrado colocar as cartas na mesa, ou seja, não vender sub-repticiamente ao leitor um juízo de valor como se fosse argumento. Chega mesmo a falar de dever científico (**wissenschaftliche Pflicht**) verificar a verdade dos fatos,¹⁰ que no fundo seria a mesma também para o chinês que quisesse buscar a verdade.¹¹ No momento, porém, que se pretende lançar uma discussão “filosófico-social”, surgem dois problemas básicos:

- a) **Primeiro dever:** “A cada instante levar à consciência dos leitores e de si mesmo **quais** são as medidas segundo as quais a realidade é medida e das quais o juízo de valor é deduzido, em vez de, como acontece com demasiada frequência, negacear em torno de conflitos entre ideais através de imiscuição imprecisa de valores dos mais variados quilates e querer oferecer a cada qual alguma coisa.”¹²
- b) **Segundo dever:** tornar claro ao leitor “**que e onde** o investigador pensante termina e o homem volitivo começa

8. Idem, ibidem, p. 190.

9. Idem, ibidem.

10. Idem, ibidem, p. 194.

11. Idem, ibidem, p. 194-5.

12. Idem, ibidem, p. 195-6.

a falar, **onde** os argumentos se dirigem à razão e **onde** aos sentimentos. A contínua mistura de discussão científica dos fatos e de arrazoados valorativos é uma das propriedades certamente sempre, e ainda, das mais defendidas, mas também das mais prejudiciais dos trabalhos de nossa disciplina. Contra esta **mistura**, não certamente contra a tomada de posição a favor dos ideais próprios, se dirigem as considerações anteriores. Não há nenhum parentesco entre **falta de caráter (Gesinnungslosigkeit)** e ‘objetividade’ científica”.¹³

Sobretudo esta última asserção, que ficou muito célebre, talvez sirva para contornar o contexto da discussão em Weber. A neutralidade científica é vista como valor; não é, pois, colocada neutramente. Weber fala constantemente de “dever científico” de seguir a “objetividade”, embora ele mesmo sempre coloque esta palavra entre aspas. Faz isso porque não existe isenção total do sujeito em face do objeto (**Voraussetzungslosigkeit**) — falta de qualquer pressuposto).¹⁴ Apesar disso, e também por causa disso, é preciso acostumar-se à atitude neutra para não se subverter a “ordem pensante” de uma disciplina empírica. Via, pois, na neutralidade um postulado metodológico, que, como qualquer postulado, depende de posição valorativa. Pode-se, sem mais, reclamar do teor obsessivo com que fala de “dever”, como se qualquer outra posição só pudesse ser irracional. É este o ponto que seus adversários mais atacam, como, por exemplo, Marcuse, que vê nele uma espécie de Marx do capitalismo, por ter deposto a ciência aos pés da política: uma ciência totalmente serviçal ao sistema, porque desistiu de discutir o próprio sistema, em cujo contexto emerge em primeira grandeza a questão de seus fins e valores.¹⁵ Acresce ainda o momento histórico: os marxistas queriam chegar à cátedra e transformavam-na, segundo Weber, num púlpito de pregação política. Para ele significava isso a derrocada de suas concepções científicas, ou seja, a entrega da ciência às mãos de bandoleiros.

Por outro lado, Weber não defende atitude a-ética; pelo contrário, poder-se-ia talvez mesmo dizer que a ética é mais importante que a própria ciência — esta não passa de uma constatação lógica de fatos e sua ordenação mental. Pretendia conservar separadas as duas

13. Idem, ibidem, p. 196-7.

14. WEBER, M. Die Objektivität sozialwissenschaftlicher Erkenntnis. Op. cit. p. 237.

15. MARCUSE, H. Industrialización y capitalismo en la obra de Max Weber. In: PARSONS, T. et alii. *Presencia de Max Weber*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1971. p. 123 ss. Cf. outros trabalhos sobre neutralidade neste mesmo livro: PARSONS, T. Evaluación y objetividad en el ámbito de las ciencias sociales: una interpretación de los trabajos de Max Weber. p. 9 ss. ROSSI, P. Objectividad científica y presupuestos axiológicos. p. 61 ss. KOENIG, R. El problema de los juicios de valor en Max Weber. p. 73 ss.

instâncias, porque via nisso uma vantagem para ambas. Ciência isenta atingiria melhor os fatos e o juízo de valor colocar-se-ia fora da questão “meramente” científica. Talvez pudesse mesmo conceder que, embora ambas as instâncias apareçam na vida diária misturadas à estrutura da pessoa, a formação universitária existe para também, com método, treinar a separá-las, e não a misturá-las. E isso, até certo ponto pelo menos, é fazer ciência.¹⁶

Resumindo a problemática, haveria aqui três questões complexas:

- a) Problema da **base valorativa** das ciências sociais: até que ponto o enunciado científico está encaixado em valorações de qualquer natureza, já que uma isenção total implicaria a própria eliminação do sujeito. Nesse sentido, também a ciência nasce depois de um ponto de vista: não existe o “ver” puro e simplesmente, mas apenas o “ver” a partir de um ponto de vista.
- b) Problema dos **valores no campo do objeto** das ciências sociais: até que ponto tais ciências podem assumir valores como objeto de estudo sem participar deles. Weber desenvolveu quatro momentos desta possibilidade:
 - “O burilamento dos axiomas valorativos últimos e iminentemente ‘conseqüentes’, dos quais partem as opiniões contrapostas.”¹⁷ Seria uma discussão em nível lógico dos valores contrapostos.
 - “A dedução das ‘conseqüências’ para as posições **valorativas**, que se seguiriam de axiomas valorativos últimos determinados, caso colocássemos a eles, e somente a eles, como base de valoração prática de assuntos factuais.”¹⁸
 - “A constatação das conseqüências **factuais**” que a execução de certa posição valorativa teria: junção a certos meios inevitáveis e a inevitabilidade de certos efeitos colaterais.¹⁹
 - Indicação de “novos axiomas valorativos” que o propugnador de certa posição valorativa deixou de levar em conta por inconseqüência lógica ou inconsciência.

- c) Problema propriamente dito do **juízo de valor**: até que ponto o enunciado científico poderia ou deveria contê-los.²⁰

“Nada, porém, de tudo o que Max Weber fez, disse ou escreveu foi tão falado, comentado, mal-entendido e ridicularizado como sua doutrina da isenção de valores nas ciências sociais.”²¹ Na época Weber amargou uma derrota, embora hoje sua postura seja bastante difundida, de modo geral.²²

Para ampliar o debate, é interessante acrescentar uma consideração de Dahrendorf, discutível certamente, mas que oferece uma sistematização sugestiva. Aponta para seis momentos importantes de contato entre a atividade científica e o juízo de valor:²³

- a) **Escolha do tema**: este ato se perde sempre nos recônditos da subjetividade, embora se possa fundamentar a escolha com argumentos pertinentes. Entretanto, o mesmo subjetivismo não precisaria penetrar o tratamento do tema.
- b) **Seletividade da abordagem**: o contexto teórico escolhido para dar ao tema significação contém também elementos puramente seletivos. Por vezes são vieses particulares, no sentido de uma tendência a simplificações, a estereótipos, a insistências. Sobretudo na polêmica este fenômeno aparece com facilidade: escolhemos no adversário exatamente os pontos fracos para melhor podermos rebatê-los, e dificilmente adotamos crítica interna — no fundo forjamos a vítima para que caiba melhor na mira de nossas armas.
- c) **Valores como objeto**: como faz tradicionalmente a sociologia do conhecimento, pode-se estudar a vigência, a relevância, a polêmica de valores, sem apresentar-se como partidário ou adversário.
- d) **Desfiguração ideológica**: refere-se à tentativa de fazer passar posições valorativas por colocações científicas, o que se consegue muitas vezes pela mistura esperta das duas instâncias.

20. Idem, ibidem, p. 276.

21. KOENIG, R. Werturteilsfreiheit bei Max Weber. *Koelner Zeitschrift fuer Sozioologie*, 16: 2, 1964.

22. Um caso interessante em sociologia pode ser visto em Freyer, que defendeu o engajamento como constitutivo do método. Foi, porém, ardoroso adepto do nazismo, escrevendo livros incriveis de engajamento político, ainda que se tenha desligado do movimento antes mesmo de 1939. FREYER, H. *Sociologia; ciencia de la realidad*. Buenos Aires, EUBA, 1946.

23. DAHRENDORF, R. *Ciencia social y juicios de valor*. Op. cit. COHN, G. *Crítica e resignação; fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo, TAQ, 1979. MACRAE, D. G. *As idéias de Max Weber*. São Paulo, Cultrix, 1975. VINCENT, J. M. *La metodologia de Max Weber*. Barcelona, Anagrama, 1972. FREUND, J. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro, Forense, 1975.

16. ALBERT, H. Wertfreiheit als methodisches Prinzip. In: TOPISCH, E., org. *Logik der Sozialwissenschaften*. Köln-Berlin, Kiepenheuer & Witsch, 1965. p. 189.

17. WEBER, M. Der Sinn der Wertfreiheit der Sozialwissenschaften. In: ——— *Soziologie, weltgeschichtliche Analysen, Politik*. Op. cit. p. 275.

18. Idem, ibidem.

19. Idem, ibidem.

- e) **Aplicação da ciência à prática:** pode-se abstrair logicamente da prática, ao se fazer teoria, mas esta separação impede de reagir aos efeitos maléficos da ciência, ou serve precisamente para evitar tal reação.
- f) **Função social do sociólogo:** "Em oposição a Weber, e talvez com uma formulação paradoxal, desejaria formular a tese de que, embora seja desejável uma sociologia como ciência isenta em termos de juízo de valor no sentido indicado, o sociólogo enquanto tal deve ser, contudo, sempre moralista, a saber, deve permanecer responsável para se proteger das consequências imprevistas de suas ações."²⁴ É certamente grande artificialidade distinguir entre sociólogo e sua sociologia, como é artificial ou conveniente distinguir entre teoria e prática.

Creemos que a posição de Dahrendorf não é contraposta à de Weber, pois este não condenou as tomadas pessoais de posição, apenas não admitia a mistura. Em ambos transparece a separação estanque entre o cientista social ao fazer ciência e o cientista social fora do laboratório.

4.2 ALGUMAS DISTINÇÕES

4.2.1 Fato e valor

Em termos formais, fato e valor se distinguem claramente, o que se demonstra facilmente pela impossibilidade de deduzir um do outro. De um fato não segue um valor e vice-versa. Por exemplo, do valor segundo o qual as mulheres devem trabalhar na sociedade industrial para garantir sua emancipação social não segue logicamente que de fato trabalhem ou que deste trabalho surja emancipação. E mesmo que fosse um fato que elas trabalhem, não segue disso logicamente que devam trabalhar, assim como do fato do machismo não segue logicamente que deva ser mantido.

Na prática, porém, ambos os lados aparecem mesclados, formando um todo circunstancial histórico. Embora possamos estereotipar fato como acontecimento externo objetivo e valor como atribuição de relevância social a fatos, é certo que a ciência não se interessa por fatos em si, mas por fatos "interessantes". Pode existir alguém que se dedique a pesquisar precisamente coisas desinteressantes, mas isso apenas significaria interesse pelo avesso.

Isso pode explicar, pelo menos em parte, que a ciência nem pesquisa tudo, nem qualquer coisa, mas é direcionada pelo contexto social de interesses, que seleciona faces da realidade, não só por razões lógicas, mas igualmente por razões históricas. De certa forma, pode-se aludir que as faces não tratadas na realidade pela ciência correspondem tendencialmente a faces que não representam interesse, ou ainda não entraram no campo de interesse.

O problema do dado é semelhante: dado ou feito? Se notarmos que nenhum dado fala por si, mas pela boca de uma teoria, concluímos que não se impõe ao sujeito pura e simplesmente, mas, para se constituir perspectiva científica interessante, precisa ser "construído" cientificamente. Assim, o dado científico é um construto. Desse modo, o mero acontecer, o fato na sua mera factualidade, não precisa chamar a atenção do cientista. Para chamar a atenção precisa denotar alguma relação que ultrapasse o mero fato e o torne algum valor.²⁵

4.2.2 Meio e fim

De novo, no plano lógico a distinção sempre cabe. Em nome dela se diz, ademais, que os fins não justificam os meios. Entretanto, diz-se isso não porque comumente se aceita a separação, mas precisamente porque aparecem mesclados.

Como já notávamos, a ciência tende fortemente a ser instrumentalista, sobretudo na linha da produção tecnológica, desligando-se de discutir os fins. Dizíamos também que este desligamento é artificial, ingênuo ou esperto, e sobretudo estratégico para o sistema, que sempre prefere o cientista competente nos meios e isento nos fins.²⁶

Nesses termos, neutralidade poderia existir apenas nos meios, se estes fossem entidades isentas, meramente instrumentais. Em ciências sociais esta situação é forjada, porque nem o sujeito é neutro, nem a realidade social é neutra. Para tanto, deveríamos encontrar um sujeito "em si", apenas "lógico", diante de uma realidade "em si", apenas formal. É tamanha esta artificialidade, que poderia ser aceita no máximo como estratégia esporádica de distanciamento unicamente para fins metodológicos, não porque na prática exista separação, mas porque poderia ser conveniente em determinado momento.

25. AGATTI, A. P. R. *Os valores e os fatos; o desafio em ciências humanas*. São Paulo, Ibrasa, 1977. MYRDAL, G. *O valor em teoria social*. São Paulo, Pioneira, 1965. PRADO JR., C. História quantitativa e método da historiografia. *Debate & Crítica*, jul. 1975, p. 1-20.

26. LEVI-STRAUSS, C. *Comunicação 1*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1970, p. 137. Entrevista da qual reproduzimos um trecho: "Parece-me, com efeito, que o progresso técnico serve hoje para superar os inconvenientes que ele engendra." KNELLER, G. F. *A ciência como atividade humana*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980. BAZARIAN, J. *O problema da verdade; teoria do conhecimento*. São Paulo, Alfa-Omega, 1985. GREIMAS, A. J. & LANDOWSKI, E. *Análise do discurso em ciências sociais*. São Paulo, Global, 1986. LUHMANN, N. *Zweckbegriff und Systemrationalität*. Frankfurt, Suhrkamp, 1977. ———. *Soziologische Aufklärung*. Frankfurt, West-deutscher V., 1974. 3 vol.

Assim como, diante da necessidade de tomar uma decisão fatal na vida, é conveniente separar, para fins estratégicos de método de análise, a emoção, dos fatos, prefere-se deixar passar uns dias, esfriar a situação, olhar para trás com calma, como se fosse possível a objetividade, que não vai além de um estratagema útil, mas neste caso cabível.

A questão da racionalidade pode ser restringida ao tratamento de meios adequados para determinado fim, que não entra em discussão. Racionalidade empresarial, por exemplo, pode partir da busca impiedosa dos meios, tomando como fim, digamos, aumentar o lucro sem qualquer discussão. Entretanto, a racionalidade assim resumida é facilmente irracional, pois nada é mais importante do que a racionalidade dos fins, ou seja, o atingimento de uma sociedade mais habitável, porquanto o meio atinge significado na rota do fim.²⁷

4.2.3 Realidade e ideologia

Se apelarmos de novo para o conceito de interesse, a ideologia se aproxima da postura de alguém que dá primazia no processo de conhecimento apenas ao que interessa. Ideologia é posição a serviço de algum interesse, pessoal e social, eminentemente justificadora. Como sobra inevitável do poder, tem a seu cargo vendê-lo bem, torná-lo palatável, e, no fim, fazê-lo inatacável e permanente. Contém, assim, tom moralizante, persuasivo, distorce fatos em demasia e sugere sempre um dever ser.

Desta problemática complexa acentuamos apenas o conceito que interessa aos dois lados: objetividade. Creemos que objetividade não existe, por razões aludidas. Mas é fundamental mantermos o princípio da objetivação, que é o esforço de conhecer a realidade naquilo que ela é, de preferência naquilo que gostaríamos que fosse. De certa maneira, sobretudo em seu lado formal, metodologia tem diante de si esta invectiva. Se o processo de conhecimento tem como finalidade descobrir e mudar a realidade, para tanto é fundamental captá-la da maneira mais objetivada possível. Mesmo que fosse só para a deturpar.

Entretanto, nunca conhecemos a realidade assim como ela é, tanto porque há limites no sujeito — que sempre tem da realidade

uma captação construída — e desbordamento na realidade — é sempre maior que nossas explicações e intervenções. Se assim parece ser, o controle da ideologia torna-se ainda mais fundamental, não para a escamotear, mas para impedir que, sorrateiramente, se torne o fim da ciência. Em ciências sociais, sobretudo, a ideologia facilmente rouba a cena.

Dahrendorf dava uma vez três indicações para se evitar a deturpação ideológica:

- treinamento, com auxílio da psicanálise e da sociologia do conhecimento; uso de técnicas de tratamento de dado;
- revelação honesta dos valores pelos quais lutamos ou que formam o ponto de partida ou o pano de fundo da pesquisa;
- crítica mútua.²⁸

Nessa perspectiva não será difícil conceber que o direito que assiste ao sujeito de valorar segundo seus interesses equivale na exata proporção ao direito de outro sujeito de contravalar. Questão de lógica e de justiça. O que nos leva, como tábua de salvação, ou melhor, de compromisso, à discutibilidade formal e social. Ideologia discutível não faz mal. Pode ser até o charme do cientista.

Assim colocada a questão, podemos dizer que a presença de juízos de valor não traz, em si, problema metodológico, porque é componente integrante do diálogo com a realidade social. Problema metodológico é outro:

- dogmatizar o ponto de vista, negando aos outros o direito ao argumento;
- eliminar a objetivação, tornando a captação da realidade subserviente à ideologia;
- negar seus pressupostos gratuitos, de modo a posar de neutro e evidente;
- negar distinções lógicas, ainda que na realidade façam parte do mesmo todo.

4.3 ALGUMAS POSIÇÕES

Para fins didáticos, estereotipamos três posições mais típicas diante da questão da neutralidade, como expediente instrumental de discussão.

27. JAPIASSU, H. O mito da neutralidade científica. Rio de Janeiro, Imago, 1975. ——— Introdução ao pensamento epistemológico. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975. ——— Interdisciplinaridade e patologia do saber. Rio de Janeiro, Imago, 1976. WILLER, D. La sociologia científica; teoría y método. Buenos Aires, Amorrortu, 1970. TOURAINE, A. Em defesa da sociologia. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. MOURA, C. A sociologia posta em questão. São Paulo, Ciências Humanas, 1978.

28. DAHRENDORF, R. Ciencia social y juicios de valor. Op. cit. p. 45.

4.3.1 Neutralidade esperta ou ingênua

Na relação entre sujeito e objeto, neutralidade é a perspectiva do sujeito, enquanto objetividade é a do objeto. No processo de conhecimento ambas se correspondem, e muitas vezes são tomadas como sinônimo. Significam, de todos os modos, a possibilidade de refletir a realidade assim como ela é. Objeto construído não faz sentido, pois ser objetivo é precisamente retratar sem nada agregar.

Esta postura tem por trás uma expectativa tipicamente nomotética de ciência, calcada no paradigma das ciências naturais, que visualiza a realidade regida por leis objetivas. A ciência as descobre, não as faz. A ideologia pode comparecer na cena, mas no sujeito, não no objeto. No sujeito comparece de duas maneiras mais visíveis: na maneira de abordar o objeto, pelo menos no sentido dos pressupostos ontológicos iniciais não explicitados, no modo de construir teorias e conceitos, na forma de selecionar fenômenos que por consequência são interessantes, na tendência de ajeitar as comprovações a expectativas hipotéticas prévias etc.; e no uso social que se faz da descoberta científica.

Uma estratégia mitigada da neutralidade pode ser vista no reconhecimento de que é a maneira mais pertinente de se fazer ciência, mas sua adoção não é neutra. Assim, fazer ciência com metodologia neutra é uma decisão. A partir daí, porém, avança-se isentamente. Existe um progresso considerável nesta postura, porque permite uma visão mais completa do fenômeno científico, ainda dicotomizado no fundo, mas já reconhecido como social também, pelo menos num momento inicial. É a postura de Weber, Dahrendorf, Albert e de outros positivistas mais abertos.

O fato de que as ciências sociais até hoje abusam de juízos de valor é visto como imaturidade histórica, que, com o tempo, se poderia superar, sobretudo à sombra dos métodos extraídos do campo das ciências naturais, tidas já por maduras. Existe — é claro — um divisor de águas aqui: decidir o que se aceita como real. Para quem admite que a história é dada estruturalmente, de tal sorte que não é feita, mas sofrida, pode até mesmo se fazer a idéia de uma ciência exata da história, como foi pretensão de Marx, pelo menos em certos momentos. No estruturalismo, a visão é semelhante, atribuindo-se às estruturas inconscientes o papel de paradigmas fixos, capazes de tratamento exato científico.

A ciência é tida como construção instrumental de estilo teórico. É um discurso cujas propriedades básicas são lógicas, não históricas. Não está em jogo a realidade como tal, mas o discurso sobre a realidade. Passa-se da intenção inicial de retratar objetivamente a

realidade para o tratamento lógico do discurso sobre a realidade, supondo-se que seja o discurso consentâneo com a realidade. Até porque a prática não tem lugar. Prática está no espaço da ideologia; portanto, fora da ciência.

A neutralidade é uma postura farsante, por ingenuidade, ou por esperteza. O engajado comete — logicamente — suas barbaridades, mas é pior ainda cometê-las ingenuamente ou espertamente. O serviço instrumental subserviente da ciência é seu pior engajamento, sobretudo para uma atividade que se apregoa superior ao senso comum, capaz de avaliar tudo, sempre crítica e impiedosa contra percalços da lógica e da forma.

4.3.2 Ativismos baratos

No outro extremo encontramos cientistas sociais que desistiram da lógica e do método, da teoria e da reflexão, caindo no ativismo fanático, fechado e pequeno. Parte-se da rejeição total à neutralidade, por razões semelhantes às aduzidas acima, concluindo que a única finalidade da ciência é transformar a realidade. Instrumentaliza-se a ciência de outra maneira, com resultados semelhantes em seus aspectos negativos.

Tal postura valoriza a prática, por vezes movida pela desilusão do teorismo, facilmente praticado na universidade e no meio acadêmico em geral. É fácil constatar que não há correspondência satisfatória entre o que se sabe da realidade social e o que se muda nela. Frequentemente, pode-se mesmo ter a sensação de correspondência invertida: quanto mais se sabe em teoria, mais se arranja motivo para não mudar. Ou seja, a ciência é abusada para, sob uma linguagem farsante de conhecimento adequado e mesmo radical, realizar o inverso.

Metodologias alternativas partem muitas vezes daí, e por isso têm como característica nunca separar teoria e prática, nunca tratar a população como objeto, nunca desprezar o saber popular, e assim por diante. Na esteira dessa percepção, podem interessar-se por dimensões descartáveis na ciência clássica, mas que levam ao cotidiano das pessoas, às preocupações mais humanas da sociedade, valorizando horizontes qualitativos que técnicas empíricas não atingem.

Entretanto, é um diletantismo avassalador subjugar sem mais a teoria à prática, seja porque esta sozinha nunca foi critério exclusivo de verdade, seja porque se desfaz a unidade dialética dos dois termos, seja porque se promove ativismo tapado. Ao mesmo tempo, desconhece-se o lado formal da realidade e da atividade científica, que precisa de método, de sistematização, de rigor lógico, de compe-

tência formal, que nenhum ativismo substitui. Introduce-se o discurso sem pé nem cabeça, confunde-se criatividade com incompetência metodológica, abusa-se da visão dialética, como se fosse tudo e nada. Produzem-se banalizações de tal monta, que é impossível levar a sério tais abordagens, pois predomina a irresponsabilidade, até mesmo porque se perde todo o espírito crítico sob o peso de posturas já fanáticas.

Mais do que nunca é fundamental voltar à teoria, bem como saber valorizar, no seu devido lugar, nem mais, nem menos, o trabalho empírico acurado, que pode ser de extrema utilidade para qualquer projeto político. Pode-se certamente afirmar que qualidade política não surge dos escombros da qualidade formal, e vice-versa.

Por outra, inventam-se populismos baratos, que, a título de colocar o intelectual a serviço da comunidade, o reduzem a mero codificador da identidade cultural local, como se a comunidade sempre tivesse razão, ou se o saber especializado já não tivesse qualquer relevância.

Por fim, destrói-se o compromisso com a objetivação, tornando a ciência excessivamente subserviente a ideologias, por mais que julguemos serem estas nobres. Isso leva a superdimensionar as condições subjetivas de mudança social, como se a excitação política, sozinha, fizesse o milagre da multiplicação dos pães.

4.3.3 Posição histórico-estrutural

Significa um equilíbrio crítico e autocrítico entre condições objetivas e subjetivas. A realidade social em parte é dada, em parte é feita. Não há sujeito objetivo, mas é fundamental controlar a ideologia, não pelo distanciamento farsante, mas pelo enfrentamento aberto, no espaço da estratégia da discutibilidade.

Qualidade formal e política estão no mesmo patamar de relevância, bem como teoria e prática. Não basta serem as ciências sociais formalmente competentes, porque resta ainda a questão fundamental: a quem servem? Não basta conhecer os problemas sociais metodicamente, é mister ademais enfrentá-los.

Neste quadro, neutralidade é truque, é golpe do cientista que pretende viver tranqüilamente à sombra do poder, sem "dor de consciência". Escamoteia sua condição histórica de ator político, muito privilegiado numa sociedade pobre de recursos e de saber especializado.²⁹

Não vale a crítica radical sem prática, porque se destrói a si mesma: não muda nada e, por cima, confere ares de democracia ao sistema criticado, pois sustenta o crítico. Nem vale a prática sem teoria, porque será ignorante.

Por neutralidade, as ciências sociais produzem tendencialmente instrumentos de controle social. São profundamente desmobilizadoras, por mais que possam apregoar em teoria o contrário. Sabem sobretudo como não mudar, a título de mudar. E é precisamente isso que o poder vigente espera delas. Nisso são demasiadamente úteis, como estrategicamente inúteis para os desiguais.

1974. GOLDMANN, L. *A criação cultural da sociedade moderna*. São Paulo, Difel, 1972. MAYNTZ, R. *Soziologie in der Eremitage?: kritische Bemerkungen zum Vorwurf des Konservatismus der Soziologie*. In: TOPITSCH, E., org. *Logik der Sozialwissenschaften*. Köln-Berlin, Kiepenheuer & Witsch, 1965. p. 526-41. GALTUNG, J. *Methodologie und Ideologie*. Frankfurt, Suhrkamp, 1978. v. 1. BETTANINI, T. *Espaço e ciências humanas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. BOTTIGELLI, E. et alii. *Ciências da linguagem e ciências humanas*. Lisboa, Presença, s. d. BOTTOMORE, T. B. *A sociologia como crítica social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

29. CASTRO, A. et alii. *Novas perspectivas das ciências do homem*. Lisboa, Presença, 1974. TROTSKI, L. *El nuevo curso: problemas de la vida cotidiana*. Madrid, Pasado y Presente.

Parte II

Abordagens Relevantes

5

Dialética – Processualidade de Estruturas Históricas

Consideramos a dialética a metodologia mais conveniente para a realidade social, ao ponto de a tomarmos como postura metodológica específica para essa realidade no sentido em que não se aplica à realidade natural, porque esta é destituída do fenômeno histórico subjetivo. Nem por isso deixará de conviver com estruturas da lógica, pelo que faz sentido falarmos de **lógica dialética**.¹ Dizíamos que entre as realidades natural e social há diferença suficiente, não estanque. Entretanto, para além das **condições objetivas**, a realidade social é movida igualmente por **condições subjetivas**, que não são nem maiores, nem menores.

Trata-se aqui de um pressuposto ontológico, que em vão poderíamos fundamentar pela dialética, porquanto um supõe o outro. Há indicações bastante razoáveis, como a necessidade de englobar o fenômeno histórico em seu lado da consciência reflexa, da ideologia, da qualidade política, que outras metodologias desconhecem ou captam com dificuldades artificiais.

É preciso deixar claro ainda que não existe “a” dialética, como se todos os dialéticos formassem um exército com a mesma roupa e as mesmas armas. Este fenômeno seria muito pouco dialético. Na prática encontramos não só dialéticas diferentes, divergentes, mas até mesmo contraditórias, como em qualquer campo metodológico. Vamos tentar argumentar em favor da **dialética histórico-estrutural**, que nos parece a mais consentânea com a realidade histórica, porque equilibra a contento o jogo das condições objetivas e subjetivas.

1. LEFÈVRE, H. *Lógica formal, lógica dialética*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. KOPNIN, P. V. *A dialética como lógica e teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. ———. *Fundamentos lógicos da ciência*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972. CHEPTULIN, A. *A dialética materialista; categorias e leis da dialética*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1982.

Talvez o estereótipo mais corrente da dialética é sua ligação com processos históricos de mudança, pelo menos no Terceiro Mundo.² Isso talvez explique sua relativa “popularidade” acadêmica, enquanto nos países avançados é bem menos cultivada, pois predominam ciências sociais orientadas pelos modelos metodológicos das ciências naturais, bem como de inspiração sistêmica. O estereótipo da mudança nem sempre é real, porque é por demais comum a verbalização especulativa sem a prática coerente, o que tem contribuído para freqüentes banalizações da dialética. Todavia, é correto o horizonte da historicidade, que é o **locus** próprio da dialética. Só é tratável dialeticamente o fenômeno tipicamente histórico. Fica excluída a natureza como tal, porque não apresenta propriamente história, pelo menos em sentido de consciência histórica, embora lhe caiba possivelmente a marca de evolução cronológica. A história se “move” por leis necessárias objetivas, mas a par de seu lado objetivo natural, possui o lado subjetivo, político, de conquista humana cultural.³

Por fim, é importante lembrar que a dialética é geralmente vista como cobertura mais apropriada a metodologias alternativas, como veremos adiante. Todavia, não é necessariamente marxista ou anti-marxista, a começar pela constatação inevitável de que não existe um marxismo único dotado de um único materialismo dialético. Embora este se tenha voltado com extrema pertinência à captação das transformações históricas, não é a única maneira possível de as tratar.

Assim, de uma postura metodológica tão rica, polêmica e interessante não se pode mais que apresentar uma perspectiva introdutória, dentro de determinada ótica. Como somos adeptos da discutibilidade científica, esta construção dialética é perfeitamente discutível e, por isso, também argumentável.⁴

5.1 CATEGORIAS BÁSICAS

5.1.1 Pressuposto do conflito social

Podemos tomar como pressuposto inicial esta idéia: **toda formação social é suficientemente contraditória, para ser historicamente**

2. SOTELO, I. *Sociología de América Latina; estructura y problemas*. Madrid, Tecnos, 1972. FRANK, A. G. *Sociología del desarrollo y subdesarrollo de la sociología*. Barcelona, Anagrama, 1971. 3. PLEKANOV, G. *O papel do indivíduo na história*. Venda Nova Amadora, Rodrigues Xavier, 1971. MORAZÉ, C. *A lógica da história*. São Paulo, Difel, 1970. 4. KONDER, L. *O que é dialética*. São Paulo, Brasiliense, 1982. FOULQUIÉ, P. *A dialética*. Lisboa, Mem Martins, Europa-América, 1978. GOLDMANN, L. *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967. HABERMAS, J. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. ———. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

superável. Não existe total consenso em torno dessa visão, mas partimos daí como hipótese inicial.

Entende-se por **formação social** a realidade que se forma processualmente na história, indigitável como **fase**, em duplo sentido: de um lado, apresenta nível discernível de organização social, sobretudo captável pelas instituições que nela se coagulam, como seria, por exemplo, a fase capitalista, a fase feudal, a fase colonial, a fase industrial; de outro, apresenta o aspecto formativo histórico, sempre dinâmico, na unidade de contrários, ou seja, gesta dentro de si as condições de aparecimento da nova fase. Com isso retrata-se igualmente um traço marcante, embora muito discutível, da dialética, de dedicar-se preferentemente a vãos históricos de grande porte, dificultando posturas metodológicas que exigem teste empírico dos enunciados. Entretanto, seria pensável aplicar a dialética também a microfenômenos, a comunidades, por exemplo, embora prevaleça o sentido da **totalidade**.

Toda formação histórica **está sempre em transição**, o que supõe visão intrinsecamente dinâmica da realidade social, no sentido da **produtividade histórica**. Se, de um lado, as transformações históricas se dão de maneira estruturada, porque não são caos, nem pura veleidade humana, nem intromissão dos deuses, de outro, aportam formações inovadoras, nas quais predomina o novo sobre o velho. O que acontece na história é historicamente condicionado, e por isso não se produz o totalmente novo que não tivesse condicionamento histórico, pois já seria um ato de **criação**, do nada, introduzindo na história condições não históricas. Mas, no plano dos conteúdos, a história produz transformações radicais, de extrema profundidade, como foi a Revolução Industrial, que perpassou todas as dobras da história, desde as mais quantitativas até as mais qualitativas.

Significa ainda que conflito social é tomado como estrutura da história, no sentido de que não começou, um dia, inventado por qualquer artifício histórico, nem vai acabar superado por alguma mágica qualquer. Não se produz fase final, definitiva, que já não tivesse razão histórica de superação. Dialéticas que forjam um "porto seguro" traem concepção conjuntural de conflito social, tomando-o como manifestação histórica passageira, o que redundava geralmente na montagem de impunidade para determinadas fases, definidas contraditoriamente como não antagônicas. Se a dinâmica provém do antagonismo, cassá-lo da história significa inventar uma história aposentada, que não passa de proteção suspeita de regimes e privilégios.

Não existem apenas antagonismos leves, que acarretam apenas dinâmicas de estilo reformista, mas igualmente aqueles historicamente insuperáveis, como é o próprio conflito social na condição de

forma estrutural. Podem-se certamente superar, para dar um exemplo próximo, as classes sociais, porque este conteúdo é típico de uma fase; é a maneira capitalista de realizar na história a forma do conflito social. Entretanto, não se supera o conflito social como tal, que na próxima fase retorna como estrutura da dinâmica, com outros conteúdos. Estes, de novo e sempre, serão superados.

Neste quadro, ligamos dialética à **historicidade** da realidade social,⁵ o que implica compreendê-la como metodologia própria das ciências sociais. Marcuse argumenta que condição fundamental para se empregar esta construção metodológica é de "ser histórico" (**das eigentlich Geschichtlich-Seiende**): "A existência humana em sua realidade, no seu acontecer dentro de um mundo que se movimenta e se desenvolve". Não haveria, assim, sentido em aplicar a dialética para algo que não fosse histórico, ou que não estivesse embebido de historicidade. "Se a dialética se baseia na historicidade e se só o ser humano é propriamente histórico, de tal forma que somente existe como concreto-histórico, isto é, sempre determinado por uma situação histórica concreta, então a dialética só pode encontrar seu pleno sentido na história concreta do ser humano."⁶ Não cabe tal pressuposto na natureza, pelo que não faz sentido perguntar-se pela antítese de uma pedra. Uma pedra não é um ser histórico, marcado pelo conflito social.⁷

5.1.2 A totalidade dialética

Podemos dizer que a alma da dialética é o conceito de **antítese**. Quer dizer que toda realidade social gera, por dinâmica interna própria, seu contrário, ou as condições objetivas e subjetivas para sua superação. A antítese alimenta-se da estrutura do conflito social, tornando-se também marca estrutural da história, que caminha por antíteses.

O esquema básico consagra a trilogia: **tese, antítese, síntese**. Na verdade é uma duologia, porque a síntese é apenas a próxima tese.

5. PLEKHANOV, G. *A concepção materialista da história*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974. MARROU, H. I. *Do conhecimento histórico*. Lisboa, Aster, 1974. ESCOBAR, C. H. *Ciência da história e ideologia*. Rio de Janeiro, Graal, 1979. CARR, E. H. *O que é história?* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. WEHLING, A. *Os níveis da objetividade histórica*. Lisboa, Alpha, 1975. VILAR, P. & FRAENKEL, B. *Althusser, método histórico e historicismo*. Barcelona, Anagrama, 1968. VEYNE, P. *Comment on écrit l'histoire: essai d'épistémologie*. Paris, Seuil, 1971.
6. MARCUSE, H. Zum Problem der Dialektik. *Die Gesellschaft*, 7:27-8, 1930. FATALIEV. *O materialismo dialético e as ciências da natureza*. Rio de Janeiro, Zahar, 1966.
7. COSER, L. *Nuevos aportes a la teoría del conflicto social*. Buenos Aires, Amorrortu, 1970. DAHRENDORF, R. Além da utopia. In: _____ *Ensaio de teoria da sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974. p. 127-50. FREYER, H. *Sociologia: ciencia de la realidad*. Buenos Aires, EUBA, 1946, obra de inestimável valor como fundamentação histórico-dialética da sociologia.

Toda formação social é tomada como tese: realidade social historicamente contextualizada. Coagula na história, através de sua organização social, ou pelo processo de institucionalização, ganhando contornos próprios, ou conteúdo próprio. Através desse conteúdo, a fase se torna discernível, típica, historicamente característica, culturalmente identificável. A história precisa disso, como precisa da superação, porque nada se supera sem antes se institucionalizar. Ou, como dizia Marx, nenhuma sociedade se supera sem antes amadurecer.

Entretanto, toda tese, por força da historicidade intrínseca, desenvolve dentro de si a dinâmica contrária, que a leva a gestar as condições necessárias e suficientes para sua superação. Superando-se determinada fase, entramos numa formação seguinte, dita síntese, em vários sentidos: de um lado, porque é **superação por elevação**, como diria Hegel, resultado histórico pelo menos em parte construído; de outro, porque traz em si o **resultado da superação** de conteúdos específicos da estrutura do conflito social, o que permite dizer que nenhuma síntese apenas repete a tese; ademais, porque sugere a idéia de **totalidade histórica**, particularmente no sentido da unidade de contrários a síntese não os destrói, antes neles se repõe, revive, reinventa.

A antítese não é fase. Sendo negativa, é o que falta na fase, é o movimento de sua superação. Como época histórica, é situação dada, síntese desdobrada a partir de outras antíteses, e que, por força de novas antíteses, é levada a gestar novas sínteses. Tomando um exemplo: o socialismo é antítese do capitalismo dentro da síntese capitalista, tomada como tese acionada pela antítese socialista, visualizada normalmente pela contradição das classes. A partir do momento em que o socialismo se constitui como nova síntese, já não é antítese, mas nova tese, que, por decorrência lógica e histórica, produz suas antíteses.

No movimento antitético está o signo da mudança. Por conseguinte, antítese é a alma da dialética. Entretanto, não encontramos na realidade social apenas antíteses radicais, que levam a transformações radicais. A radicalidade da antítese condiciona a radicalidade da mudança: a quantidade e a qualidade do novo na síntese está na proporção da radicalidade da antítese. Se se desdobrar antítese benigna, seu resultado pode ser um rearranjo sistêmico, um melhoramento, um aperfeiçoamento, que muitas vezes é codificado sob o nome de reforma. Toda reforma parte de movimentos críticos que apontam para mudanças, mas ao mesmo tempo restringe-se ao horizonte do sistema dado. Uma reforma universitária significa que a universidade como instituição histórica guarda sua razão de ser, mas necessita de retoques históricos.

Antíteses não radicais estão igualmente na base da persistência histórica de fenômenos, como é o caso do capitalismo. É certamente uma formação social conflituosa, mas ainda não se verificou antítese suficientemente radical que o levasse à superação histórica. Passou por crises graves, como o impacto de 1929 (quebra da bolsa de Nova York), pelas guerras mundiais, pela crise de energia, carrega nas costas um Terceiro Mundo arruinado, mas, por incrível que pareça, foi possível contornar, talvez pelo rearranjo contínuo de condições subjetivas favoráveis, tais gargalos, persistindo além do que se imaginaria, pelo menos dentro do contexto marxista.

Talvez seja válido insinuar que o esquema dialético de estilo dual tende à simplificação excessiva do dinamismo da realidade social. Embora simplificar seja condição de explicar, é sempre uma questão pertinente não simplificar em excesso, forçando a realidade a artificialismos mentais. Seja como for, a dialética corresponde também a uma tradição cultural típica, habituada a dicotomizar binariamente, mas não deixa de corresponder a fenômenos centrais da realidade, como a polarização, que sempre se dá entre dois pólos. Se tivermos consciência da tendência simplificadora de tais esquemas — são esquemas explicativos, não a realidade como tal —, não acarretam necessariamente deturpações gritantes. Ademais, é maneira interessante de retratar a **totalidade** do real, que não se capta bem repartido em pedaços, como quer a análise positivista.

Sobretudo, é fundamental a visão dinâmica da dinâmica histórica. Por exemplo, contra a aparência corriqueira de “dois Brasis”, contíguos, justapostos, um desconhecendo o outro, a dialética coloca a unidade de contrários: repelem-se porque um necessita do outro, e vice-versa. A “marginalização social” é fenômeno dinâmico de inclusão, porque a acumulação expropriativa da riqueza necessita da pobreza oprimida. Subdesenvolvimento não é casualidade, excrescência, contingência, mas **causalidade** social, no sentido do produto dinâmico dentro da mesma totalidade histórica.

A realidade concreta é sempre uma totalidade dinâmica de múltiplos condicionamentos, onde a polarização dentro do todo lhe é constitutiva. Por isso, indivíduo em si não é realidade social, porque é gerado em sociedade, educado em sociedade, socializado em sociedade. Isolar é artifício ou patologia. É possível, por artifício metodológico, isolar um componente, para vê-lo em si, desde que não se perca a perspectiva de que “o todo é maior que a soma das partes”.⁸

8. POULANTZAS, N. Para uma dialética da realidade; Sartre, Lévi-Strauss, Althusser. A crise do pensamento moderno/1, *Tempo Brasileiro*, 17/18: 127-58. KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. PETROVIC, G. *Praxis*. In: COOPER, D., org. *Dialética da libertação*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968. p. 174-85.

5.1.3 Condições objetivas e subjetivas

A dialética **histórico-estrutural** tem como marca reconhecer, no mesmo patamar de relevância, **condições objetivas** e **subjetivas**.

De um lado, visualizam-se **estruturas** na história, que são fôrmas do acontecer, partindo-se da crença científica comum de que a realidade é pelo menos regular. A realidade natural é **determinada**, dentro do esquema rígido de causa e efeito, pelo que é possível descobrir leis de sua constituição, sempre independentes da vontade humana. Ademais, esta postura guarda a expectativa de que não existe o caos, porque "existir" é ter contorno discernível, é ser causa ou ser efeito de uma causa, é ter começo, estar em algum lugar. Não podemos sequer formar uma idéia caótica de caos, porque "idéia de caos" não é caótica, por definição.

A realidade social não é determinada, mas **condicionada**, o que permite atribuir-lhe maneiras típicas, tendenciais, regulares do seu acontecer. É previsível nesta medida, bem como planejável, manipulável, ou seja: pode em parte ser feita pelo homem.

Consideram-se **condições objetivas** aquelas dadas externamente ao homem, ou dadas sem sua opção própria. Por exemplo: a divisão em dois sexos, a desigualdade social, as necessidades materiais, a ambiência física, ecológica, demográfica etc. São condições objetivas para o desenvolvimento de um país, entre outras: existência de recursos naturais (petróleo, riqueza do subsolo, recursos hídricos, regiões de seca), tipo de "recursos humanos" (pequenez da força-de-trabalho, desqualificação profissional, pressão de jovens que necessitam de emprego), dívida externa como dado encontrado, déficit público etc.

Consideram-se **condições subjetivas** aquelas dependentes da opção humana, a capacidade de construir a história em parte, no contexto das condições objetivas. A história só pode ser construída em parte, o que vem a ser: não se entende por condições subjetivas a supervalorização do homem como ator político, no sentido de que faz a história que quer, decide o que quer, inventa do nada, põe e dispõe a seu talento. O ator político também é condicionado, como qualquer componente da realidade social, de tal sorte que, mesmo tendo a capacidade histórica de consciência reflexa, não inventa sua consciência de qualquer maneira. Assim, o estar dotado de consciência é uma condição objetiva, porque um dado da condição de existência humana na história. A condição subjetiva está aí contextualizada, no sentido preciso de que não inventa a possibilidade de consciência histórica, mas a realiza nos seus conteúdos possíveis.

Assim colocada a questão, condições objetivas se aproximam das estruturas formais da natureza e do homem, invariantes, dentro das quais se sucedem conteúdos variáveis, mais e menos radicais. A diferença do estruturalismo francês, que destaca estruturas que esfriam a história e a tornam meramente repetitiva, a dialética histórico-estrutural tenta colocar estruturas da dinâmica. Precisamente porque dinâmica não é contingência, mas algo da essência histórica, algo estrutural.⁹

Por outra, não significa que estrutura seja "superior", "mais importante", mais "essencial" que a história, porquanto os conteúdos históricos é que fazem a vida concreta. A vida social não se dá sem formas, mas acontece no concreto histórico. Assim, conflito social é estrutura, porque está na própria constituição da realidade social, mas é estrutura de seu acontecer, de sua dinâmica. Onde seguem dois pontos substanciais nesta discussão:

- nos conteúdos, a história executa sua radicalidade, é produtiva de fato, inova e supera fases;
- as transformações históricas não são apenas resultado subjetivo de atores sociais, que decidem, querem, impõem; quer dizer, há pelo menos regularidades do acontecer.

Dinamismo dialético não pode coincidir com veleidade, com excitação política, com discurso acalorado de estilo pedagógico. Como fenômeno também objetivo que é, possui formas de acontecer, o que permite, por exemplo, construir um **conceito de revolução**, pois toda revolução, por mais dinâmica que seja, apresenta núcleos estruturais invariantes que cabem sob o mesmo conceito. Aliás, isto é propriedade lógica de todo conceito: não se esgota num caso, mas cobre a todos. Isso vale igualmente para a dialética: quer explicar as transformações históricas, mas não se esgota nelas. É, pois, um esquema explicativo também formal, com a diferença substancial de buscar a construção das regularidades da revolução. Esta postura permite ademais considerar revolução como pertencente à normalidade histórica, porque estrutural.¹⁰

Por outra, a distinção entre condições objetivas e subjetivas alcança aproximar-se da dimensão **quantitativa** e **qualitativa** da realidade social, como componentes de um mesmo todo. No campo das quantidades estão mais facilmente condições objetivas históricas.

9. GODELIER, M. & SEVE, L. *Lógica dialéctica y análisis de las estructuras*. Barcelona, Caldén, 1973. ALTHUSSER, L. & BADIOU, A. *Materialismo histórico e materialismo dialético*. São Paulo, Global, 1979.

10. LEFEBVRE, H. *Lógica formal, lógica dialéctica*. Op. cit.

camente dadas, também mais acessíveis à captação científica, porque mais adaptáveis a formalizações. A dimensão qualitativa também é algo objetivo, porque é um dado histórico, mas é o reino mais próprio da conquista humana, sobretudo se fizermos coincidir com o processo participativo.¹¹

O processo participativo precisa do ator político capaz de construir a história dentro do contexto objetivo, não se deixando reduzir a mero paciente da história ou a objeto de manipulação externa. Neste espaço coloca-se sobretudo a importância das condições subjetivas para transformações históricas. Estereotipando um exemplo: a existência objetiva da pobreza não faz sozinha o revolucionário. Para tanto, é mister construir a consciência crítica e autocrítica, capaz de perceber pobreza, para além de condições objetivas, como injustiça social, como opressão e, a partir daí, construir caminho próprio de conquista da autopromoção. Nem vale o contrário, como se a mera organização política fizesse sozinha a revolução.

Na discussão marxista, a polêmica típica está em torno do papel do partido, como condição subjetiva: necessária, secundária, irrelevante... Nos socialismos práticos, o papel da organização política demonstrou-se absolutamente relevante, embora não possa fazer o milagre de substituir condições objetivas, mas pode influir fortemente sobre elas, dependendo de sua capacidade histórica de influência e de intervenção tecnológica. Do mesmo modo, pode-se dizer que a democracia depende das duas condições: é mais fácil a democracia dentro de condições objetivas favoráveis (economia afluyente, disponibilidade de recursos financeiros e materiais, tradição partidária comprovada, inexistência de analfabetismo adulto etc.), bem como é fundamental a cidadania popular organizada. Uma condiciona a outra, num todo só, polarizado e dinâmico.¹²

Em termos práticos, podemos assim visualizar o processo histórico de mudança: de um lado, a realidade dada, como ponto objetivo de partida; de outro, a capacidade política de agir, não só no

sentido de se organizar de modo competente, mas igualmente de influenciar o quadro objetivo, para torná-lo favorável. Sendo as duas condições de igual nível em relevância, uma pode coibir a outra, como pode reforçar a outra. Também é possível reconhecer, de acordo com o momento histórico, a relativa predominância de uma sobre a outra. Reconhece-se facilmente que Lênin, ao iniciar a revolução soviética em 1917, não tinha diante de si condições objetivas consideradas maduras, mas as subjetivas foram de tal modo favoráveis que foi possível, com a derrubada do regime, organizar um movimento revolucionário denso e capaz de se institucionalizar na história subsequente. Mao colocou as coisas de modo semelhante: não julgou a transformação do modo de produção como fator suficiente e iniciou logo um processo transformador em nível cultural, que chamava de "revolução cultural".¹³

É maneira certa de coibir transformações sociais profundas exclusivizar uma ou outra condição.

5.1.4 Unidade de contrários

Talvez se possa afirmar que esta categoria é a marca mais profunda da dialética, porque resume de modo feliz todas as outras, sem reduzi-las a simplificação excessiva. Em termos formais, unidade de contrários é expressão pelo menos esdrúxula, porquanto unidade seria de iguais. Mas as totalidades históricas se mantêm processo e por isso se transformam, porque contêm dinâmica interna essencial, baseada na polarização. As realidades sociais não são apenas complexas; são sobretudo complexidades polarizadas. São campo magnetizado, onde qualquer presença provoca ação e reação, e mesmo a ausência é maneira de polarizar.

São como medalha, que sempre tem duas faces, que se necessitam e se afastam. Esta comparação manca, porque não expressa a dinâmica entre as faces, que, de certa maneira, são contíguas, não polarizadas. Na história, as faces sempre dialogam, porque são atores. Dialogam dialeticamente, ou seja, no campo eletrificado do conflito, em que entendimento e desentendimento são partes integrantes da totalidade comunicativa. Porque diálogo autêntico é uma fala contrária. Entre partes idênticas não há comunicação; há monólogo, pois duas coisas idênticas são uma só. Para haver diálogo é mister a polarização de interesses contrários (contrariados).

13. DOMES, J. *China nach der Kulturrevolution*. Stuttgart, Enke, 1975. SEIFFERT, H. *Marxismus und buergerliche Wissenschaft*. München, Beck, 1971. DEBRAY, R. *Critique de la raison politique*. Paris, Gallimard, 1981.

11. LASSWELL, H. *Das Quantitative und das Qualitative in politik-und rechtswissenschaftlichen Untersuchungen*. In: TOPITSCH, E., org. *Logik der Sozialwissenschaften*. Köln-Berlin, Kiepenheuer & Witsch, 1965. p. 464-76. DEMO, P. *Ciências sociais e qualidade*. São Paulo, Almed, 1985.

12. O texto sobre a Comuna de Paris representa, talvez, o momento de maior valorização das condições subjetivas, quando Marx acaba por reconhecer a necessidade de organizar o movimento, de construir um "poder central" dentro de regras democráticas muito exigentes, e apela para a "responsabilidade" dos mandantes, ferindo a postura do materialismo histórico, avesso a incitações políticas e morais. Cf. DEMO, P. *Participação é conquista: noções de política social participativa*. Fortaleza, Universidade Federal, 1986. V. capítulo sobre Comuna. PACI, E. *O significado do homem em Marx e Husserl. A crise do pensamento moderno/2. Tempo Brasileiro*, 23/24: 3-15, 1970. LENINE, V. I. *A comuna de Paris*. Lisboa, Avante, 1975. LIDSKY, P. *Los escritores contra la comuna*. Buenos Aires, Siglo 21, 1971. BORNHEIM, G. A. *Dialética, teoria, práxis*. São Paulo, Globo, 1983. SWINGWOOD, A. *Marx e a teoria social moderna*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1978. LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. Lisboa, Escorpião, 1974.

Por uma questão lógica é preciso distinguir entre "contrário" e "contraditório", por mais que embaralhem os dois na prática discursiva. Termos contraditórios não são dialéticos, porque apenas se excluem, não permitindo a polarização política. Não formam um todo dinâmico, de repulsa e necessitação. Termos contrários são especificamente dialéticos, porque constituem os componentes essenciais das totalidades históricas. Subdesenvolvimento é o contrário de desenvolvimento: no que se afastam, porque exploração de um sobre o outro, necessitam-se, porque um não se faz sem o outro.

Quando falamos de "contradição" histórica, referimo-nos a seu caráter conflituoso, dicotômico, antagônico, mas no sentido da unidade de contrários. Unidade de contraditórios é uma impossibilidade histórica e formal. Nesse contexto, dizemos que dialética somente se aplica àquelas realidades que são unidade de contrários, ou seja, às realidades estritamente históricas, onde cada fase gera sua contrária. Não sucede isso na realidade natural. Na molécula da água não existe polarização social, embora haja polarização física.

Com isso afirmamos igualmente que o conflito vem de dentro, pois é marca essencial da realidade social. A mudança é endógena. Pode ser retardada, por influência externa, como a vida pode ser prolongada pela medicina. Mas, por mais que se viva, um dia se morre, naturalmente, como parte integrante do processo. Podemos morrer de fora, por morte imposta. Não ocorrendo isso, morremos de dentro, no processo natural da vida. A morte é precisamente o contrário da vida.

A unidade de contrários possui para o homem dubiedade típica histórica: ao mesmo tempo em que dói, é a raiz da mudança. O fenômeno do poder, que é uma das mais típicas unidades de contrários, retrata esta dubiedade natural e dramática: de um lado, o drama humano refletido na dicotomia entre poucos que mandam e muitos que obedecem, nas discriminações sociais entre privilegiados e desprivilegiados, nos choques entre minorias elitistas e majorias populares; de outro, a provocação da reação entre os desiguais, que põem a história em marcha. Não escapamos do poder, porque faz parte da vida social, de sua própria organização. Mas, se funda privilégios injustos, neles mesmos se dá o começo da superação, pois não há ideologia sem contra-ideologia.¹⁴

É fundamental entender que qualidade política somente é realizável na unidade de contrários. Muitas vezes fazemos de processos

participativos a idéia apressada de consensos fáceis e duradouros. Muito pelo contrário, toda comunidade histórica, desde que viva, produtiva, aproxima-se mais da imagem de um caldeirão, onde as coisas fervem. Há choques de interesse, há desgaste no tempo, há luta e labuta. Participar significa conquistar espaço próprio, reduzindo poder de outrem. Por isso, participação sempre causa problemas. Caso contrário, nada acontece. Há risco, provocação, desafio. Poder é espaço de luta, concorrência, mobilização. Dizemos muitas vezes, "lógica do poder" para circunscrever sua dureza maquiavélica, excludente, como se não fosse unidade de contrários, mas mera excludência contraditória. Dizemos também "jogo de poder", não por ser tendencialmente contexto lúdico, mas porque marca a árdua competição entre adversários, dos quais somente um sairá propriamente vencedor.

Não é viva a comunidade que manifestar consenso excessivo, pois falta nela mobilização autêntica, troca de lideranças, controle por parte da base, ou porque decaiu em conformismos diante de lideranças prepotentes. Na tendência histórica, o centro centraliza e a base é desmobilizada. A construção da democracia exige extrema qualidade política, na liderança e na base, algo que não é dado, simplesmente encontrado ou pré-fabricado, mas genuinamente construído, também com ciência, mas sobretudo com arte e sabedoria.¹⁵

A comunidade envelhece. O entusiasmo arrefece e vira rotina. Disso gosta o poder de cima, pois é mais fácil controlar o grupo humano repetitivo e imitativo. O compromisso político cede lugar ao adesismo e à cooptação, em favor de chefes que apreciam perpetuar-se e detestam o controle por parte da base. É pura obra de arte, na unidade de contrários, restaurar todos os dias a juventude política e ideológica da comunidade.¹⁶

É fundamental ver a unidade de contrários também na cotidianidade. A sabedoria popular pode cometer erros científicos graves, mas sabe mais que a ciência que a felicidade humana é totalidade conflitiva, pois o cotidiano, de si, é triste. É monótono. Não é da gargalhada que se vive todo dia. Ao contrário, o dia-a-dia chora, no vale de lágrimas. A vida é dura e o sofrimento é condição natural preponderante. É preciso trabalhar, e a desigualdade social nos espreita por toda parte. Quando menos esperamos, trabalhamos para os outros, servimos a minorias privilegiadas, nos submetemos a chefes ilegítimos. A unidade de contrários não é algo solene,

14. MAFFESOLLI, M. *Lógica da dominação*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. CLASTRES, P. *La société contre l'état*. Paris, Minuit, 1974. LOBROT, M. *A favor ou contra a autoridade*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977. MOSCOVICI, S. *Sociedade contra natureza*. Petrópolis, Vozes, 1975. DEMO, P. *Sociologia; uma introdução crítica*. São Paulo, Atlas, 1985.

15. DEMO, P. *Avaliação qualitativa*. São Paulo, Cortez, 1987. ———. *Pobreza política*. São Paulo, Cortez, 1988. ———. *Participação é conquista; noções de política social participativa*. Op. cit.

16. COUTINHO, C. N. *Democracia como valor universal*. Rio de Janeiro, Salamandra, 1984. WEF-FORT, F. *Por que democracia?* São Paulo, Brasiliense, 1985. BOBBIO, N. *O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

excepcional, intempestivo. Mora na situação mais prosaica do nosso dia-a-dia, porque é o próprio ritmo da vida.

Ser feliz não pode significar a busca frenética e louca do orgasmo permanente, que já seria obsessivo, mecânico, infeliz. O orgasmo bem praticado — com qualidade política — depende também de condições objetivas, externas, materiais, mas é sobretudo conquista qualitativa, sensibilidade exuberante, arte consumada, a dois. A ciência dissectiona o ato, mas é bisonha em suas recomendações, pois oriundas da lógica e da teoria. A sabedoria pressente que o orgasmo é sobretudo questão de vivência envolvente, onde o toque misterioso é a própria qualidade da situação. Sensibilidade, jeito, envolvimento, no jogo do amor ou da paixão, por um momento que só pode ser momento. O que é intenso é momento, por mais que se deseje, loucamente, que dure para sempre. Pura unidade de contrários, como amor e ódio, que no fundo são a mesma coisa.

Na unidade de contrários são compreensíveis também coisas em si inexplicáveis, porquanto o domínio de uma situação histórica nunca é completo. Não é possível a dissecação de todas as variáveis componentes, de tal sorte que o controle cabal de cada uma fosse realizável. Por exemplo, é difícil explicar por que dois filhos dos mesmos pais, na mesma família, dentro das mesmas circunstâncias objetivas, com a mesma convivência, possam sair com personalidades contrárias. Mas é compreensível porque o trajeto político de cada um é diferente, moldando maneiras diversas de ser, de esperar, de querer.¹⁷ É difícil explicar que um time de futebol composto de craques, experimentado, objetivamente superior, venha a perder uma partida para um time inferior na comparação científica, mas mais competente em termos de garra, de compromisso, de dedicação, de amor à camisa. Virtudes de origem subjetiva, mas capazes de decidir uma partida.

5.1.5 Teoria e prática

Prática é condição de historicidade. Teoria é maneira de ver, não de ser. Nem por isso uma é inferior à outra. Cada uma tem seu devido lugar. Para as ciências sociais, uma teoria desligada da prática não chega a ser teoria, pois não diz respeito à realidade

histórica. A base disso facilmente se coloca prática como critério da verdade, o que também é unilateral.

A prática é "um" critério da verdade. A teoria social necessita de prática, mas a prática não a faz necessariamente verdadeira, pois, da mesma teoria, pode-se chegar a várias práticas, até mesmo contraditórias. Assim, da teoria marxista há várias práticas, e só por serem práticas não segue que sejam verdadeiras.

Nem por isso a prática se secundariza, ou se torna algo apenas da decorrência, ou aparece como veleidade. Basta dizer que para transformar a história a prática é condição fundamental, pelo menos tão importante quanto a crítica teórica. Uma das marcas mais centrais da dialética é reconhecer a essencialidade da prática histórica, ao lado da teoria, não aceitando a disjunção entre estudar problemas sociais e enfrentar problemas sociais. Como dizia o jovem Marx, nas suas teses sobre Feuerbach: não basta interpretar, é preciso transformar a sociedade.¹⁸

Uma característica fundamental da prática é a de ser sempre uma opção da teoria que está por trás. Da mesma bíblia produzem-se muitas seitas. Não é possível que de uma mesma teoria se derive uma única prática, a não ser por fanatismo e dogmatismo. Fanatismo e dogmatismo são precisamente isso: só pode existir interpretação única, da qual se deriva prática única e fora dela não há salvação.

A partir daí, outra característica da prática é seu traço **concreto**, ao contrário da teoria, que é generalizante. Não se pratica toda a teoria, mas versões concretas dela, o que também quer dizer que a prática tende a ser exclusivista, porque opcional. Assim, podemos dizer que a história que temos não é a única que poderíamos ter tido, mas foi o caminho concreto que a sociedade construiu. Sem prática ninguém entra na história. Não acontece.

Outra característica é o caráter **limitante** da prática em face da teoria. Toda prática apequena a teoria, pois não ultrapassa a condição histórica de uma versão dela. É nesse sentido que a prática sempre trai a teoria. Na prática, a teoria é outra. Podemos tomar o exemplo da revolução traída: na teoria, a revolução descreve transformações sociais absolutas, que chegam a prometer a eliminação de todos os males históricos, e isso é fundamental para dinamizar condições subjetivas. Mas na prática toda revolução fica a caminho, torna-se ordem vigente, alcança ser uma versão histórica,

17. PRADO JR., C. *Dialética do conhecimento*. São Paulo, Brasiliense, 1969. 2 v. ———. *Introdução à dialética*. São Paulo, Brasiliense, 1979. HEGEL, G. W. *Textos dialéticos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969. GURVITCH, G. *Dialéctica y sociología*. Madrid, Alianza, 1971. GIANNOTTI, J. A. *Origens da dialética do trabalho*. São Paulo, Difel, 1966. ALTHUSSER, L. et alii. *Dialética e ciências sociais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967. HAVEMANN, R. *Dialética sem dogma*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967. ABDEL-MALEK, A. *A dialética social*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. LOWY, M. *Método dialético e teoria política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. OS PRÉ-SOCRÁTICOS: fragmentos, doxografia e comentários. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

18. VASQUEZ, A. S. *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. CHATELET, F. *Logos e práxis*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972. MARKOVIC, M. *Dialektik der Praxis*. Frankfurt, Suhrkamp, 1971. HEIMANN, H. *Theorie ohne Praxis; Sozialwissenschaft zwischen Gengereform und Antireformismus*. Stuttgart, EVA, 1977.

o que recoloca a necessidade da próxima revolução. Uma coisa é a teoria socialista de Marx, outra são os ditos "socialismos reais", que muitas vezes são tidos como traições e mesmo deturpações desprezíveis da concepção originária.¹⁹

Toda prática é inevitavelmente **ideológica**, porque se realiza dentro de uma opção política, naquela parte da história que pode ser feita, conquistada, rejeitada pelo homem. Se a atuação humana histórica é intrinsecamente política, no sentido da realização da capacidade de conquista de espaço próprio e da potencialidade no contexto das condições objetivas, decorre que a marca ideológica transparece em toda prática. Não é que a teoria não seja ideológica, pois o próprio distanciamento para com a prática significa compromisso ideológico. Mas a teoria pode pelo menos iludir-se com a distinção formal entre fato e valor, meio e fim, teoria e prática. A prática sequer se realiza sem horizonte ideológico, sobretudo práticas mais diretamente confrontadas com estruturas de poder. Mas, igualmente, práticas mais genéricas, subterrâneas, difusas, como a construção de uma cultura, são uma maneira, entre outras possíveis, de realização histórica, onde entram elementos opcionais, confrontos de interesse, privilégios e desprivilégios.

A conotação ideológica é entendida, ademais, como impossibilidade de práticas "objetivas", que devessem ser únicas, exclusivas, peremptórias, como quer o poder de cima para baixo. No outro lado da mesma moeda está a contra-ideologia, necessária para se colocar em marcha condições subjetivas adequadas no sentido de outras práticas históricas, preferíveis pelos desiguais.

Prática é condição de **historicidade**. Caso contrário, não acontece. Apesar de suas limitações, aí está sua maior grandeza: entra-se na história por ela. A história concreta nunca é o que a utopia sonha, o que a teoria constrói, mas é o possível concretamente, a maneira de acontecer.

Dizemos que é mister "sujar as mãos com a prática", porque se reconhece que toda prática nos leva a **compromissos** atacáveis. Mas não é defeito. É marca da historicidade dialética. Pois não há outra maneira de se fazer história, a não ser comprometendo-se com opções políticas concretas. Como, porém, toda história é intrinsecamente problemática — e por isso se mantém histórica —, os compromissos históricos detêm precariedades. Toda prática histórica pode ser condenada diante de outras práticas, pois a prática não esgota a história, mas a realiza relativamente.

É, pois, falsa a imagem de "sujar as mãos", como se a prática fosse suja e a teoria limpa. Sujeira muito maior é ficar na teoria apenas, porque é prática à revelia, na ingenuidade ou na esperteza. O teórico foge da prática porque teme a condenação histórica. Prefere criticar a propor.

Entretanto, não podemos sacrificar a teoria em nome da prática, nem a prática em nome da teoria. Para não degenerar em fanatismo, a prática deve retornar à teoria, à crítica e autocrítica,²⁰ até porque a prática possui tendência **exclusivista**, retirada da tessitura da própria ideologia. É comum que o homem político, imerso numa prática radical, entusiasmado, dificilmente se disponha a colocar sua prática em discussão, a parar para repensar. Tende a colocar a discussão crítica e autocrítica como perda de tempo, ou estratégia para coibir a prática. Todavia, a teoria aí já é vital para a prática.

A prática traz novas dimensões ao conhecimento científico social, que são essenciais para sua construção:

- a) obriga à revisão teórica, pois na prática toda teoria é outra;
- b) leva o cientista a "sujar" as mãos, tornando-o concretamente histórico, aproveitável e condenável;
- c) assume a opção ideológica e pratica a decência de se submeter ao julgamento histórico aberto;
- d) pode colaborar no controle ideológico, na medida em que não se dá ao escamoteamento de suas justificações ideológicas, em contexto da discutibilidade;
- e) torna a teoria muito mais produtiva, porque a obriga a adequar-se a uma realidade processual, inquieta, conflituosa, que pouco tem a ver com visão arrumada formalmente em excesso;
- f) submete a teoria ao teste saudável da modéstia, porque, em contato com a realidade concreta e política, se descobre facilmente que uma coisa é o discurso, outra é a prática; não esgotamos a realidade, nem temos a verdade na mão; somos apenas pesquisadores e atores sociais, gente que duvida, que erra, que deturpa, mas que, sabendo disso, quer reduzir o desacerto;
- g) leva ao questionamento constante da formação acadêmica, centrada em superficialidades e irrelevâncias que que divertem a alienação acadêmica, mas que não con-

19. BAHRO, R. *A alternativa: para uma crítica do socialismo real*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. GILLY, A. *Sacerdotes e burocratas: introdução ao socialismo real*. São Paulo, Brasiliense, 1985. BLOCH, E. *Das Prinzip Hoffnung*. Frankfurt, Suhrkamp, 1959. 2 vol. ———. *Zur Ontologie des Noch-nicht-seins*. Frankfurt, Suhrkamp, 1961.

20. RITSERT, J., org. *Zur Wissenschaftslogik einer kritischen Soziologie*. Frankfurt, Suhrkamp, 1976.

seguem tornar as ciências sociais baluarte concreto da realização humana, da salvaguarda da democracia, da vigilância indomável contra as desigualdades sociais;

- h) repõe a importância do componente político da realidade social, que não somente acontece, mas também pode pelo menos em parte ser conduzida, influenciada, redirecionada; na prática está a chance de construirmos, até onde possível, nossa própria história.²¹

5.2 DIALÉTICA E ESTRUTURA — UM DIÁLOGO COM MARX

5.2.1 Da dialética total à dialética não antagônica

No jovem Marx a expectativa dialética era mais extremada, quando visualizava transformações históricas de radicalidade total, a ponto de considerar dialética a própria dialética. Significa dizer que a dialética seria método de captação específico de um tipo de história. Superando-se esta história, não mudaria apenas o processo histórico, mas também sua maneira de captação. Para uma história totalmente nova, uma ciência totalmente nova. Não haveria como imaginar a nova ciência, porquanto estamos limitados a paradigmas da história atual.²²

O salto qualitativo seria de tal modo radical, que a nova história não encontraria na anterior similitudes genéticas, mas apenas passado superado definitivamente. Esta postura não foi de todo abandonada, embora colocada em esquema científico profundamente diverso. O velho Marx possui outra noção de ciência e de processo histórico, o que justifica certamente a colocação já clássica de Althusser de uma "revolução teórica".²³ Mas aparece a noção de dialética não antagônica, com base na indigitação de que com o capitalismo terminam os modos contraditórios de produção, e com eles a pré-história.²⁴

Embora Marx não formule explicitamente a dialética não antagônica, abre-lhe espaço com esta visão de superação tão radical do capitalismo, que a nova realidade já não conteria conflitos suficiente-

mente radicais para requerer ulterior transformação. Trata-se em Marx de uma postura dúbia típica. De um lado, mantém a postura metodológica amadurecida de que a transformação histórica se dá, necessariamente, por meio das contradições inerentes ao processo produtivo, de modo independente da vontade humana. Para Engels, esta postura era sinal particular de cientificidade, porque se desligava definitivamente do hegelianismo, que ainda via a história povoada de vontades, consciências e deuses. Dentro dessa ótica, o socialismo se gesta a partir das contradições capitalistas, prenunciando-se já no modo de produção capitalista. Por exemplo, o socialismo amanhece já no desenvolvimento tecnológico com vistas a gerar condições econômicas novas, para que se possa satisfazer a todas as necessidades humanas materiais, bem como no processo cada vez mais socializado de produção, porque produto capitalista típico não pode ser artesanal, individual.²⁵

Tal postura coloca a história como produtiva dentro dela mesma, de cujo ventre sai a nova formação, nova por certo, mas não totalmente nova, como se a nova história não se reconhecesse de alguma maneira na anterior como um filho se reconhece hereditariamente na mãe. Uma história totalmente nova nega sua historicidade, e o salto qualitativo torna-se salto mortal. Ora, por definição, o que sucede na história é historicamente explicável, porque gerado no movimento da própria história.

Por outro lado, a transição do capitalismo para o socialismo não se assemelha, por exemplo, à transição entre o modo feudal de produção e o modo capitalista de produção, considerada revolução também, mas de certa forma "menor". A transição do capitalismo para o socialismo é qualitativamente diferente, eliminando os antagonismos radicais da história, restando apenas antagonismos menores. Ou seja, dialeticamente essa transição muda igualmente a antítese, que se recolhe a níveis não radicais.²⁶

Esse traço milenarista se liga ao jovem Marx e está na raiz do "comunismo científico" de Suslow. O XXII Congresso do Partido

21. BUBNER, R. *Dialektik und Wissenschaft*. Frankfurt, Suhrkamp, 1973. BRAUN, H. & HAHN, A. *Wissenschaft von der Gesellschaft*. Stuttgart, Karl Alber, 1981. HUBIG, C. *Dialektik und Wissenschaftslogik*. Stuttgart, De Gruyter, 1978. DEMO, P. *Investigación participante: mito y realidad*. Buenos Aires, Kapelusz, 1985. p. 51-72. BRANDÃO, C. R., org. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo, Brasiliense, 1984. p. 104-30.

22. DAL PRA, M. *La dialética en Marx*. Barcelona, Martinez Roca, 1971. GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. HABERMAS, J. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

23. ALTHUSSER, L. *La revolución teórica de Marx*. Buenos Aires, Siglo 21, 1971. ——— & BALIBAR, E. *Para leer El capital*. Buenos Aires, Siglo 21, 1970. HARNECKER, M. *Os conceitos elementais do materialismo histórico*. Santiago, Editorial Santiago, 1971.

24. MARX, K. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa, Estampa, 1973. ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Lisboa, Estampa, 1971. BOTTIGELLI, F. *A gênese do socialismo científico*. Lisboa, Estampa, 1971.

25. Alguns tópicos encontrados em ENGELS, F., op. cit.: O autor cita Darwin, que derrubou a concepção metafísica da natureza (p. 69). "De toda a filosofia anterior com existência própria, só permanece de pé a doutrina do pensamento e suas leis: a lógica formal e a dialética. Todo o resto se dissolve na ciência positiva da natureza e da história" (p. 73). As duas descobertas de Marx: "a concepção materialista da história e a revelação do segredo da produção capitalista através da mais-valia" (p. 76). Define concepção materialista da história, não baseada na filosofia, mas na economia (p. 77). Fala em "leis imperativas" e em "necessidade" (p. 90). Divisão de classes faz parte de um período histórico apenas (p. 99). "Pela primeira vez, surge, e de um modo efetivo, a possibilidade de assegurar a todos os membros da sociedade, através de um sistema de produção social, uma existência que, além de satisfazer plenamente as necessidades materiais, assegura também o livre e completo desenvolvimento das suas capacidades físicas e intelectuais" (p. 101). Indica o salto do reino da necessidade para o reino da liberdade (p. 101-2).

26. MARX, K. *Contribuição para a crítica*... Op. cit. p. 28-9.

Comunista Soviético, realizado em 31 de outubro de 1961, sancionava em seu Programa esta passagem:

"Comunismo é uma ordem social sem classes, na qual os meios de produção serão propriedade conjunta do povo, e todos os membros da sociedade se tornarão, em termos sociais, completamente iguais, e na qual, juntamente com o desenvolvimento total dos indivíduos sobre a base da ciência e da técnica em constante progresso, também hão de crescer as formas produtivas e hão de fluir mais plenamente todas as fontes de riqueza social, e onde há de imperar o princípio grandioso: cada qual segundo suas capacidades e cada qual segundo suas necessidades.

O comunismo é uma sociedade altamente organizada de homens trabalhadores livres, com alta consciência, na qual haverá a vigência da autogestão social, na qual o trabalho para o bem-estar da sociedade se tornará a primeira necessidade vital para todos, a necessidade conscientizada, e cada qual aplicará suas capacidades com o maior proveito em prol do povo."²⁷

Numa conferência em Moscou, de 30 de janeiro a 2 de fevereiro de 1962, proclamava Suslow o "**comunismo científico**", nas pegadas da formulação clássica de Engels, do "socialismo científico", indicando assim que se atingira fase definitiva do processo. Em 1966 aparecia a elaboração oficial de **Fundamentos do comunismo científico**, em 600.000 exemplares.

Esta proposta foi muito ridicularizada, sobretudo por Marcuse e Bloch, e ultimamente pela literatura ligada à crítica do socialismo real, mas o que interessa é ressaltar a impropriedade dialética.²⁸ Primeiro, confunde-se de maneira bisonha conflito de classe com conflito social. O conflito de classes é o conflito histórico específico do modo capitalista de produção, oriundo da dinâmica da mais-valia, pela qual o produtor é expoliado do seu produto pelo capitalista, restando-lhe apenas a paga sob a forma de salário, que não cobre o valor global da mercadoria.²⁹ Conflito social é forma estrutural histórica, que não

27. LEONHARD, W. *Die Dreispaltung des Marxismus*. München, Econ, 1970. p. 232.

28. MARCUSE, H. *Soviet marxism*. New York, Columbia University Press, 1960. BLOCH, E. *Zur Ontologie...* Op. cit. "Ser homem quer dizer realmente: ter utopias" (p. 36). "Pois o que é não pode ser verdadeiro" (p. 65). BETTELHEIM, C. *A luta de classes na União Soviética*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

29. SANDRONI, P. *O que é mais-valia*. São Paulo, Brasiliense, 1985. SPINDEL, A. *O que é socialismo*. São Paulo, Brasiliense, 1985. *O que é comunismo*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

se esgota na versão capitalista e reaparece no socialismo com outros conteúdos.

Segundo, pinta-se o capitalismo como algo mais significativo do que na realidade é: uma simples fase histórica. Por mais dura que seja a exploração capitalista e mesmo tomando-se o capitalismo como a fase mais "perversa" que a história já produziu, não justifica colocá-lo como resumo de todos os males, de tal sorte que, superando-o, superam-se os males da história.

Terceiro, deixa-se de perceber que dialética não antagônica é sucedâneo perfeito de posturas sistêmicas, que precisamente acham que todo conflito é solúvel, pois nenhum é suficientemente radical para obrigar a uma transformação histórica. A metodologia funcionalista e sistêmica cassa a antítese antagônica e se circunscreve ao dinamismo reformista. Para o poder dominante é a metodologia mais bem-vinda.³⁰

Quarto, resta a pergunta: como explicar que uma história intrinsecamente conflituosa, que é dinâmica porque é contraditória, radicalmente fundada na unidade de contrários, produza, de repente, algo que já não caiba na unidade de contrários? Aparece um **deus ex maquina** que a própria história não consegue explicar. Chegaríamos a uma fase final, que já não seria fase, algo semelhante a um paraíso perdido, a uma utopia no sentido negativo de fuga da realidade.

Assim, tanto na interpretação da dialética total quanto na da dialética não antagônica aparece uma visão "hegeliana" que primazia em excesso conteúdos históricos sobre formas. História com conteúdo totalmente novo, bem como história sem conflitos radicais é história sem forma, no fundo voluntarista, milenarista, mítica em sentido negativo. Além de não ter nenhuma base no passado reconhecido — que mesmo assim não é parâmetro definitivo para o futuro —, lança para frente propostas tendencialmente ingênuas, que escamoteiam graves problemas de momentos históricos que se querem perfeitos.

Embora se possa sempre aduzir que a compreensão formalizante da dialética e da história seria conotação cultural de nossa maneira de pensar, é uma constatação relativamente simples que a vida social, até para ser produtiva e inovadora, supõe história relativamente ordenada e ordenável.

30. Veja capítulo posterior sobre sistemismo.

5.2.2 Dialética marxista ortodoxa

Vamos partir de texto mais incisivo, de 1859, da **Contribuição para a crítica da economia política**, portanto, do velho Marx:

"A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor dos meus estudos, pode formular-se resumidamente assim: na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social. A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura. Ao considerar tais alterações é necessário distinguir sempre entre a alteração material — que se pode comprovar de maneira cientificamente rigorosa — das condições econômicas de produção e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito, levando-o às suas últimas conseqüências. Assim como não se julga um indivíduo pela idéia que ele faz de si próprio, não se poderá julgar uma tal época de transformação pela sua consciência de si; é preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver

e, assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para resolvê-lo já existiam ou estavam, pelo menos, em vias de aparecer. A traços largos, os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno podem ser qualificados como épocas progressivas da formação econômica da sociedade. As relações de produção burguesas são a última forma contraditória do processo de produção social, contraditória não no sentido de uma contradição individual, mas de uma contradição que nasce das condições de existência social dos indivíduos. No entanto, as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver esta contradição. Com esta organização social termina, assim, a pré-história da sociedade humana." ³¹

Este texto é de importância extrema, porque é praticamente uma das únicas vezes em que Marx, **ex professo**, revela como é seu método de trabalho. Não se há de isolar o texto, como manda a boa hermenêutica, mas é importante extrair dele o tipo de dialética que Marx imaginava científica. Alguns pontos essenciais são:

I — Existe a expectativa de poder tratar a história como ciência exata, o que Marx já colocara no prefácio à primeira edição do primeiro volume de **O capital**: "O físico ou observa os processos naturais lá onde se manifestam na forma mais intensa e sob as influências menos perturbadoras, ou, quando possível, faz experimentos sob condições que assegurem a ocorrência pura do processo. O que eu tenho a pesquisar nesta obra é a forma capitalista de produção e suas correspondentes relações de produção e troca.(...) Em e por si não se trata do grau maior ou menor de desenvolvimento dos antagonismos sociais, que emergem das leis naturais da produção capitalista. Trata-se destas leis mesmas, destas tendências que atuam com necessidade de bronze (**mit eherner Notwendigkeit**) e se impõem."³² É muito expressiva a insistência sobre leis férreas da história, que se impõem necessariamente, como as leis que o físico descobre.

II — Acentua-se com todas as letras que o desenvolvimento da dinâmica social é independente da vontade humana e que o modo de produção determina a formação da consciência histórica:

- a) fala em relações determinadas, necessárias, independentes da vontade do homem;

31. MARX, K. **Contribuição para a crítica da economia política**. Lisboa, Estampa, 1973. p. 28-9.
32. MARX/ENGELS. **Werke**. Berlin Oriental, Dietz Verlag, 1983. vol. 23. p. 12.

- b) o modo de produção determina o desenvolvimento da vida **social, política e intelectual**;
- c) não é a consciência que determina seu ser; é o contrário;
- d) não se julga um indivíduo pelo que acha de si mesmo; a consciência é explicada pelas contradições da vida material.

É interessante notar que Marx subordina também a vida intelectual à determinação material, além de ser uma antevisão notável das posturas posteriores freudianas sobre o inconsciente. Abria-se caminho para a convicção de que o comportamento humano não é em si tipicamente voluntário, mas referido a uma instância mais profunda e mais invariante, que Marx alocava na produção material e posteriormente se alocaria no inconsciente. A idéia fundamental é: também o comportamento humano em sociedade é cientificamente tratável, porque cabe em leis.

III — A **infra-estrutura determina a superestrutura**, ou seja, materialismo dialético e histórico tomado a sério, embora não mecânico. Na própria imagem arquitetônica do edifício, no qual a base, os fundamentos são "mais importantes" que a construção em cima deles, está sugerida uma relação de dependência determinante, mas não mecânica e reducionista:

- a) na infra-estrutura encontra-se a produção econômica material; aqui está a determinação em última instância;
- b) na superestrutura temos uma dimensão mais difusa, que Marx descreve, em três momentos, assim:
 - jurídico e político;
 - social, político e intelectual;
 - jurídico, político, religioso, artístico, filosófico, resumidos no ideológico.

De modo geral tomam-se como superestrutura duas dimensões mais típicas: de um lado o jurídico e o político; de outro, o ideológico. Apesar da delimitação frouxa, compreensível porque nunca foi tema central para Marx, é de se estranhar sobretudo o resumo apressado que faz, ao colocar toda a superestrutura na ideologia. Este tipo de "pan-ideologismo" esvazia o conceito e o torna unilateral, porque contém a sugestão depreciativa de um "resto" decorrente, definido pela exclusão.³³

IV — A dinâmica contraditória do desenvolvimento histórico material gera a necessidade de transformação, por lei interna objetiva:

- a) as forças produtivas materiais entram em contradição com as relações de produção, pelo próprio movimento interno de desdobramento histórico;
- b) a transformação da base econômica altera a superestrutura, ou seja, revolução se dá propriamente no modo de produção.

Difícilmente se poderia admitir revolução na superestrutura, do tipo revolução na educação, na cultura, na arte, na consciência, e mesmo na política.

V — Somente as transformações econômicas podem ser tratadas de maneira científica rigorosa. É uma postura drástica, que insinua tendência positivista clara, precisamente na linha da ditadura do método sobre a realidade. Marx poderia apresentar uma justificativa para tanto, ao garantir que é cientificamente mais tratável aquilo que é mais relevante, ou seja, a base material. Isto é coerente em sua visão, pelo que é apenas decorrente a percepção apressada da superestrutura como o mundo da ideologia, algo de menor importância, e, por cima, de captação científica mais difícil.

VI — A revolução social é resultado da dinâmica das condições objetivas, o que funda dois horizontes centrais: a história é estrutural e objetiva, e o fator humano é secundário:

- a) relações de produção novas e superiores somente advêm de condições materiais desenvolvidas **no seio da velha sociedade**;
- b) uma organização social não desaparece antes de desenvolver todas as forças produtivas que contém — não é o homem que comanda o processo de transformação, mas a própria lógica objetiva do processo material;
- c) a humanidade só se coloca problemas que as condições materiais podem resolver;
- d) a sociedade burguesa **cria dentro de si** as condições materiais para resolver suas contradições.

Zahar, 1980. McDONOUGH, R. A ideologia como falsa consciência: Lukacs. In: CENTER FOR CONTEMPORARY CULTURAL STUDIES, org. Op. cit. p. 45-9. CLARKE, J. et alii. Identificação errônea da ideologia: a ideologia no poder político e nas classes sociais (Poulantzas). In: CENTER FOR CONTEMPORARY CULTURAL STUDIES, org. Op. cit. p. 138-60. LACLAU, E. **Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. BARROS, A. M. Saber, ciência e ideologia. In: ESCOBAR, C. H., org. **Psicanálise e ciência da história**. Rio de Janeiro, Eldorado, 1974. p. 205-15. ———. **As ciências e a filosofia**. Rio de Janeiro, Imago, 1975. BERGER, P. L. **Marxismo y sociologia**. Buenos Aires, Amorrortu, 1972. BERNARDO, J. **Marx crítico de Marx: epistemologia, classes sociais e tecnologia em O capital**. Porto, Afrontamento, 1977. 3 vol.

33. HYPOLITE, J. O "científico" e o "ideológico" sob uma perspectiva marxista. A crise do pensamento moderno/3. **Tempo Brasileiro**, 25: 19-28, 1970. LATOUCHE, S. **Análise econômica e materialismo histórico**. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. CENTER FOR CONTEMPORARY CULTURAL STUDIES, org. **Da ideologia**; Althusser, Gramsci, Lukacs, Poulantzas. Rio de Janeiro,

De certa maneira está dito que o homem não pode parar o trem da história, inventar outro trem, sair desse trem. Ao contrário, faz parte deste trem e nele é levado objetivamente. Marx nunca diz que o homem não conta, nem mesmo neste texto, mas é inegável a tendência a primaziar fatores objetivos necessários.

VII — Revolução significa mudança de modo de produção:

- a) os modos anteriores de produção são interpretados como progressivos;
- b) as relações de produção burguesa são a última forma contraditória do processo de produção social;
- c) com o modo de produção capitalista termina a pré-história.

VIII — Não há razão para ver relação mecânica/automática entre infra e superestrutura, ainda que seja de subordinação determinada objetivamente. O materialismo é tomado a sério, o que significa: faz parte integrante definitiva dessa postura dialética a determinação do material sobre o social. Podemos matizar de muitas maneiras, mas não há como encobrir esta guinada formidável em termos metodológicos, até porque sua inventividade está precisamente aí. Dialética objetiva e estrutural. Condições subjetivas sempre estão presentes, embora de modo subordinado e até certo ponto decorrente. A consciência histórica do homem é necessariamente determinada pelo modo de produção, porque seria total absurdo — em qualquer postura dialética — aceitar que a ideologia cria a produção. Cada fase histórica se supera necessariamente por meio do impacto de suas contradições materiais, após estas terem esgotado suas potencialidades.

IX — É sobretudo contraditória a postura que, de um lado, vê a dinâmica transformadora como propriedade interna de cada fase (sociedade velha), em cujo seio, pelas contradições materiais, se gesta a sociedade nova e, de outro, a supressão da contradição depois do capitalismo. Como aceitar que logo a formação histórica mais contraditória da produção material gere uma formação não contraditória? Que tipo de dinâmica histórica é esta, que não só ultrapassa conteúdos radicalmente, mas a própria estrutura da história, destituindo-a da antítese radical? É história ou é milagre?

As duas posturas não se casam. Predomina de longe a formulação mais lúcida de que a transformação não é decorrência de veleidades subjetivas, mas lei histórica objetiva. Cada fase gera necessariamente a posterior, materialmente determinada. A dinâmica não precisa de ator, de autor, de decisor, porque já está dada na própria tessitura da produção material. Entretanto, depois de construir esta visão — materialista em excesso, pois confunde neces-

sidade mais imediata (as materiais) com mais relevante —, aduz a proposta gratuita de que após o capitalismo a história não só muda de conteúdo, mas muda de estrutura. Acaba-se a antítese antagônica. Aparece uma história historicamente não explicável, se aceitarmos que a história explica transformações de conteúdo, não de forma. Este salto qualitativo é salto mortal.

X — Aproxima-se da concepção estruturalista da história, no sentido da história estrutural objetiva:

- a) as estruturas materiais dadas determinam a consciência;
- b) a determinação do econômico é forma: mudam os modos de produção, mas permanece invariante a determinação do econômico, pelo que comunismo não é factível sem abundância material;
- c) o papel do homem é subserviente;
- d) o conflito de classes é resultado da carestia material — resolvida esta, resolve-se o conflito de classe necessariamente;
- e) ideologia em si é pouco tratável cientificamente, a menos que a tomemos em sua base material, esta rigorosamente tratável em termos científicos.

Entretanto, ao lado dessa postura “estruturalista” aparece a colocação surpreendente de uma história que, de repente, cria não só novos modos de produção (conteúdos novos), mas também uma história estruturalista nova. Essa proposta retira Marx da insinuação de ter sido precursor do estruturalismo à **la francesa** porque afirma a expectativa de uma história totalmente nova, mas arranja novo problema metodológico: como explicar este salto a partir da história? A noção clássica de lei implica aceitar estruturas formais invariantes, que são seu suporte necessário. Partindo daí, como imaginar uma lei que rompe precisamente esse pressuposto introduzindo a variação em formas estruturais?

Engels, em seu “socialismo científico” apresenta interpretações por vezes muito rígidas, mas por vezes equilibradas, como seu epílogo, que, a par de certo entusiasmo milenarista, oferece uma reflexão atraente:

“Com a tomada de posse, pela sociedade, dos meios de produção, cessa a produção de mercadorias, e, com ela, o domínio do produto sobre os produtores. A anarquia reinante no seio da produção social é substituída pela organização planificada e consciente. Cessa a luta pela existência individual e, assim, em certo sentido, o homem sai definitivamente do reino animal e sobrepõe-se às condições animais

de existência, para sujeitar-se a condições de vida verdadeiramente humanas. As condições que cercam o homem, e que até aqui o dominavam, colocam-se a partir de agora sob o domínio e comando do homem que, ao tornar-se dono e senhor de suas próprias relações sociais, converte-se pela primeira vez em senhor real e consciente da natureza. As leis de sua própria atividade social que, até aqui, se erguiam perante o homem como leis naturais, como poderes estranhos que o subjugavam, são agora aplicadas por ele com pleno conhecimento de causa e, portanto, sob a sua influência. A própria existência social do homem, que, até aqui, era enfrentada como algo imposto pela natureza e pela história, é a partir de agora obra sua. Os poderes objetivos e estranhos que, até aqui, dominavam a história colocam-se sob a influência do próprio homem. Só a partir desse momento o homem começa a traçar a sua história com plena consciência do que faz; só a partir desse momento é que as causas sociais postas em movimento pelo homem começam a produzir predominantemente, e cada vez em maior grau, os efeitos desejados. É o salto da humanidade do reino da necessidade para o reino da liberdade.”³⁴

Este texto insinua a libertação dos determinismos objetivos, no sentido do surgimento da possibilidade de construir história verdadeiramente humana, o que dá a idéia de um equilíbrio muito pertinente entre condições objetivas e subjetivas. Do reino da necessidade para o da liberdade: uma transformação “necessária” que termina com a “necessidade”. Há evidente incongruência lógica, porque se confunde história com estrutura, mas aparece a valorização incisiva do fator humano.

Disso podemos concluir que nenhum texto pode ser visto isoladamente. Isoladamente, o texto de Marx é de tendência positivista inofismável e muito compreensível no contexto da época. Harnecker comenta: “Se a economia determinasse mecanicamente toda a superestrutura e o desenvolvimento da sociedade, Marx e Engels cairiam num contra-senso absurdo: fazer um chamado à luta de classes e à revolução, quando tudo estaria já determinado antecipadamente pela economia.”³⁵

Em carta a Bloch, em 1890, Engels dizia:

“Somos nós mesmos quem faz nossa história, mas a fazemos, em primeiro lugar, sob premissas e condições

muito concretas. Entre elas, são as econômicas as que decidem em última instância. Mas também desempenham seu papel, mesmo não decisivo, as condições políticas e até mesmo a tradição, que povoa como um duende a cabeça dos homens. (...) O fato de que os discípulos tenham às vezes insistido com excesso sobre o aspecto econômico é algo de que, em parte, temos a culpa, Marx e eu mesmo. Frente aos adversários, tínhamos de sublinhar este princípio cardeal que era negado, e nem sempre dispúnhamos de tempo, espaço e ocasião para dar a devida importância aos demais fatores que intervêm no jogo das ações e reações.”³⁶

Na carta a Schmidt, do mesmo ano, chega a dizer que seria “pedante querer buscar para todas as necessidades primitivas uma explicação econômica”.³⁷ Na carta a Starkenburg, de 1894, voltava ao assunto:

“O desenvolvimento político, jurídico, filosófico, religioso, literário, artístico etc. descansa no desenvolvimento econômico. Mas todos eles repercutem também uns sobre os outros e sobre a base econômica. Não é assim que a situação econômica seja a **causa, o único ativo**, e todo o resto efeitos puramente passivos. Há um jogo de ações e reações sobre a base da necessidade econômica, que se impõe sempre, **em última instância**. (...) Não é assim, pois, como, de vez em quando, por razões de comodidade, se quer imaginar, que a situação econômica exerça um efeito automático; não, são os próprios homens que fazem sua história, embora dentro de um meio dado que os condiciona, e à base das relações efetivas com que se encontram, e entre as quais as decisivas, em última instância, e as que nos dão o único fio condutor que pode servir-nos para entender os acontecimentos, são as econômicas, por mais que nelas possam influir por sua vez as demais, políticas e ideológicas.”³⁸

5.2.3 Dialética e história

Nesta polêmica, é conhecida a posição de Althusser, relacionada aqui na linguagem de Harnecker, com respeito ao jogo estrutural entre infra e superestrutura.³⁹

36. ENGELS, F. Carta a Bloch. In: MARX/ENGELS. **Obras escogidas**. Madrid, Editorial Ayuso, 1975. v. II. p. 494.

37. ENGELS, F. Carta a Schmidt. In: MARX/ENGELS. Op. cit. p. 499.

38. ENGELS, F. Carta a Starkenburg. In: MARX/ENGELS. Op. cit. p. 510.

39. HARNECKER, M. Op. cit. p. 140 ss. ALTHUSSER, L. **La revolución teórica de Marx**. Buenos Aires, Siglo 21, 1971. ——— & BALIBAR, E. **Para leer El capital**. Buenos Aires, Siglo 21,

34. ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Op. cit. p. 101-2.

35. HARNECKER, M. **Los conceptos elementales del materialismo histórico**. Buenos Aires, Siglo 21, 1972. p. 93.

I — Todo modo de produção é constituído por uma estrutura global, formada de três estruturas regionais:

- estrutura econômica;
- estrutura jurídico-política; e
- estrutura ideológica.

II — Esta estrutura global tem como característica o fato de que uma estrutura regional **domina** as outras. Nem sempre o econômico faz este papel, como se poderia dizer, por exemplo, da Idade Média, na qual dominou a estrutura ideológica da Igreja, ou do mundo greco-romano, onde dominou a estrutura política.

III — Nesta estrutura global, a estrutura econômica é sempre **determinante em última instância**. Diz Harnecker: "A distinção entre papel **dominante** e papel determinante em última instância é uma distinção fundamental, que deve ser feita e à qual Althusser emprestou peso devido. Em Marx e Engels é difícil encontrar formulações explícitas sobre essa distinção, porque seu objeto de estudo é o **modo de produção capitalista**, no qual ambas determinantes coincidem; o nível econômico desempenha neste modo de produção não apenas o papel determinante em última instância, mas também o papel dominante."⁴⁰

IV — Por fim, o que caracteriza todo **modo de produção** é sua dinâmica, ou seja, a contínua reprodução de suas condições de existência.

Desfaz essa construção a acusação de "economicismo"?

Os textos permitem empurrar para os dois lados, mas predominam de longe textos de tendência estruturalista objetiva.⁴¹ Lévi-Strauss, maior representante da visão social sem agente social,

1970. ALTHUSSER, L. *Materialismo histórico y materialismo dialéctico* (teoría de la práctica teórica). In: LEVI-STRAUSS, C. et alii. *El proceso ideológico*. México, Tiempo Contemporáneo, 1971. p. 173-96. ALTHUSSER, L. *Lenine e a filosofia*. Lisboa, Estampa, 1974. ———. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa, Presença, 1980. ——— & BADIOU, A. *Materialismo histórico e materialismo dialéctico*. São Paulo, Global, 1979. ———. *Posições 1* (resposta a J. Lewis, elementos de autocrítica, sustentação da tese em Amiens). Rio de Janeiro, Graal, 1978. ———. *Sobre el trabajo teórico: dificultades y recursos*. Barcelona, Anagrama, 1970.

40. HARNECKER, M. Op. cit. p. 141.

41. "A concepção materialista da história parte do princípio de que a produção, e com ela a troca dos produtos, é o fundamento de qualquer regime social; que, em todas as sociedades que apareçam na história, a repartição dos produtos, e com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e segundo a maneira como produz e pelo modo de troca das coisas produzidas. Por conseguinte, as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as perturbações políticas não devem ser procuradas na cabeça dos homens, nem na sua compreensão da verdade eterna ou da justiça absoluta, mas nas modificações operadas no modo de produção e de troca; devem ser procuradas não na filosofia, mas na economia do período que se analisa". ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Op. cit. p. 77.

assim comenta, citando um texto surpreendente de Marx em **O capital**:

" 'A simplicidade do organismo produtivo destas comunidades que se bastam a si mesmas, reproduzem-se constantemente sob a mesma forma e, uma vez destruídas acidentalmente, reconstituem-se no mesmo lugar e com o mesmo nome, fornece-nos a chave da imutabilidade das sociedades asiáticas, imutabilidade que contrasta, de maneira tão estranha, com a dissolução e a reconstrução incessante dos Estados asiáticos, e as mudanças violentas de suas dinastias.' É, com efeito, uma idéia freqüentemente expressa em Marx e Engels a de que as sociedades primitivas, ou consideradas primitivas, são regidas por laços de consangüinidade (que denominamos hoje de estruturas de parentesco) e não por relações de produção. Se estas sociedades não fossem destruídas de fora, poderiam perpetuar-se indefinidamente. A categoria tempo que lhes é aplicável nada tem que ver com a que utilizamos para compreender nosso próprio desenvolvimento. Essa concepção não está de modo algum em contradição com a célebre fórmula do Manifesto Comunista: 'A história de toda sociedade conhecida até aqui é a história da luta de classes.' Na linha da filosofia do Estado de Hegel, esta fórmula significa não que a luta de classes é co-extensiva à humanidade, mas que as noções de história e de sociedade não podem ser aplicadas, com o sentido pleno que Marx lhes dá, senão a partir do momento em que a luta de classes aparece. A carta a Weydemeyer o estabelece claramente: 'O que eu fiz de novo, escreve Marx, foi demonstrar... que a **existência das classes** só está ligada a **fases históricas determinadas** do desenvolvimento da produção.'⁴²

Esse texto faz lembrar a queixa de Marx numa carta à redação do **Océcéstvennyye Zapiski**, em novembro de 1877, em que repele a pretensão de muitos intérpretes de ver seu "rascunho histórico da gênese do capitalismo na Europa Ocidental" uma "teoria histórico-filosófica do caminho geral que cada povo está fadado a palmilhar, sejam quais forem as circunstâncias históricas em que se encontrem, de tal maneira que chegariam em última análise àquela forma de economia que garante, juntamente com a maior expansão possível

42. LEVI-STRAUSS, C. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1967. p. 377-8. HINDESS, B. & HIRST, P. O. *Modos de produção pré-capitalistas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. SROUR, R. H. *Modos de produção: elementos da problemática*. Rio de Janeiro, Graal, 1978. CERM. *O modo de produção asiático*. Lisboa, Seara Nova, 1974. SOFRI, G. *O modo de produção asiático: história de uma controvérsia marxista*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. AMARAL, J. R., org. *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1980. MARX, K. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

das forças produtivas do trabalho social, o mais completo desenvolvimento do homem".⁴³

Seja como for, e sem buscar a polêmica pela polêmica, reconhecendo sem mais a imensa virada metodológica que o materialismo dialético significou, podemos aduzir os seguintes reparos:

- a) Marx confunde de maneira apressada, embora muito compreensível na época, necessidades humanas mais imediatas, que são geralmente materiais, com necessidades humanas mais relevantes. A rigor nenhuma necessidade humana é catalogável como mais ou menos relevante. Tomando o homem como totalidade, todas são de igual relevância, ainda que, no concreto, umas possam aparecer mais ou menos valorizadas.
- b) Embora tenha sido resultado fundamental reconhecer a relevância histórica da produção econômica na teoria e na prática da sociedade, não é correto visualizar mudanças sociais ditas superestruturais como decorrentes das ditas infra-estruturais. Isso pode embasar erros comprovados de perspectiva, tais como:
 - de condições econômicas favoráveis de produção não segue necessariamente maior ou menor igualdade social; produzir riqueza e distribuir riqueza são movimentos condicionados, mas não necessariamente decorrentes;
 - há traços culturais que sobrevivem facilmente a mudanças de modo de produção (cultura judaica, cultura africana, expressões religiosas etc.);
 - nas práticas históricas a importância das lutas políticas não é menor, nem maior que o desenvolvimento das forças produtivas;
 - é forçado querer encaixar na determinação econômica fenômenos qualitativos essenciais como a arte, o mundo simbólico, a comunicação, embora sejam condicionados pelo modo de produção.⁴⁴
- c) Fica a impressão de simplificação excessiva, praticamente monocausal, quando todos os problemas da sociedade se referem necessariamente à infra-estrutura. O mínimo que se pode dizer é que o homem é um ser muito mais complexo do que esta abordagem supõe. O

conceito de totalidade fica arranhado, porque excessivamente afunilado sobre o econômico.

- d) A dimensão da qualidade política se perde sob o peso exagerado, considerado necessário e objetivo, das determinações materiais. Com certeza, soluções econômicas não são necessariamente soluções políticas, e vice-versa. Da abundância material não segue necessariamente a felicidade, nem a liberdade, embora não haja nenhum sentido em desvinculá-las da infra-estrutura.⁴⁵
- e) Acontecimentos recentes contradizem frontalmente a expectativa desse tipo de materialismo dialético, pelo menos nos seguintes sentidos:
 - os socialismos reais não apresentam sequer soluções adequadas no plano econômico; no plano político o impasse é ainda maior;
 - a política **glasnost** de Gorbachev reflete mais do que nunca a necessidade de revisão teórica e prática;
 - o eurocomunismo não poderia secundarizar a importância da base material, mas insiste na significação vital da democracia, que não é decorrência necessária da prosperidade material;
 - as teses do "comunismo científico" e da "dialética não antagônica" chegam a ser ridículas no contexto da prática histórica.⁴⁶

Esta postura crítica não pode impedir o reconhecimento de avanços reais na construção das sociedades socialistas, precisamente no que se refere à satisfação das necessidades básicas materiais. Tem a ver com a discussão metodológica apenas, particularmente com o alcance da dialética na explicação da realidade social. A visão ortodoxa reconhece apenas uma forma histórica: a determinação em última instância do econômico. Parece pouco, diante de uma realidade tão complexa. Poulantzas, como cientista político acostumado a tratar de questões do poder, não gostou da proposta conciliadora de Althusser, que ainda considera economicista.

"Deve-se, então, atribuir ao econômico, ao contrário do político, um status 'geral' tal que possa explicar que para o marxismo, por

43. Texto citado em: MARCUSE, H. Zur Geschichte der Dialektik. In: ——— Sowjetsystem und demokratische Gesellschaft. München, Herder, 1966. v. I. p. 1.207.

44. ZIEGLER, J. O poder africano. São Paulo, Difel, 1972. p. 73-6: O autor acredita que o fenômeno do candomblé não é tratável adequadamente pela metodologia marxista ortodoxa.

45. DEMO, P. Ciências sociais e qualidade. São Paulo, Almed, 1985.

46. ARON, R. Marxismes Imaginaires. Paris, Gallimard, 1970. PEIXOTO, N. B. A sedução da barbárie: o marxismo na modernidade. São Paulo, Brasiliense, 1982. BENOIST, J. M. Marx est mort. Paris, Gallimard, 1970. MANDEL, E. Marxismo revolucionário atual. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. ——— Crítica do eurocomunismo. Lisboa, Antídoto, 1977. KRIEGLER, A. Um comunismo diferente? Lisboa, António Ramos, 1978. ELLUL, J. Mudar de revolução; o inelutável proletariado. Rio de Janeiro, Rocco, 1985.

um lado, ele é sempre a dominância-em-última-instância, mas, por outro lado, pode ter o papel dominante segundo seu lugar específico numa formação determinada. Porque, ao contrário do político que não possui sempre o papel dominante, o econômico é sempre, em toda formação, a dominância em última instância.”⁴⁷

É forçado, por exemplo, buscar entender a questão social da mulher como problema exclusivo de luta de classes no capitalismo, seja porque já existia antes, desde comunidades primitivas, onde aparecia subordinada fortemente aos homens e excluída da direção política, seja porque o capitalismo trouxe seu conteúdo próprio ao problema e não o problema como tal, seja porque a questão não é tão de classes, quanto de confronto desigual, no qual o econômico é sempre fator central, mas não exclusivo. Certamente, não há emancipação feminina sem emancipação econômica, mas a problemática é muito mais complexa que isso.

O desafio da dialética está em equilibrar os fatores fundamentais da relação teórica e prática. De um lado, não pode perder de vista seu horizonte histórico, considerado geralmente sua alma, sua razão de ser. História não é apenas acontecimento, vicissitude, mas gênese, que, além de contextualizar, explica. De outro, não pode introduzir o voluntarismo, que já seria o abandono de qualquer possibilidade de tratamento científico. Precisa de um horizonte de ordenação da história que a torne manejável cientificamente, pelo menos em termos de regularidades, tendências típicas. Isso se encontra de modo geral no conceito de forma, estrutura, tidas como invariantes. Esta combinação entre horizontes invariantes e variantes é o desafio propriamente dito, desde que se queira atribuir a cada um lugar devido, sem subordinações simplificadoras.⁴⁸ A dialética histórico-estrutural se

propõe precisamente esta visão: considera a história movida por formas — necessárias, independentes da vontade humana —, mas formas que fundam as transformações, o que permite dizer que o **histórico é estrutural**. O histórico não como veleidade. O histórico como produção imorredoura de conteúdos novos, dentro de formas invariantes. A dialética reconhece formas frias, como as da lógica, mas sobretudo reconhece formas quentes, que são as históricas, que fazem da revolução processo histórico intrínseco. Toda formação social, movida por conflitos estruturais, produz necessariamente (forma) uma nova (história).

A Escola de Frankfurt representa postura crítica criativa frente ao marxismo, sobressaindo a contribuição de Habermas, que rejeita entre outras coisas o determinismo excessivo, além de expectativas históricas não verificadas no mundo capitalista e socialista.⁴⁹ Mas talvez a crítica mais surpreendente veio de Horkheimer, na expressão da **“saúde pelo totalmente outro”**. “Marx partiu da opressão do proletariado e exigiu que o proletariado deveria tornar-se cômico desta situação. Então descobriria que tem interesse comum: a supressão radical da opressão. Neste ponto enganou-se Marx. A situação social do proletariado melhorou sem revolução, e o interesse comum já não é a mudança radical da sociedade, mas apenas uma estruturação melhor material da vida. Há, porém, uma solidariedade (...) que não é somente a solidariedade de uma classe determinada, mas que une a todos os homens. Penso na solidariedade que resulta do fato de que os homens precisam sofrer, que eles morrem, que são seres finitos.”⁵⁰ A relatividade do homem seria um substrato tão fundamental quanto seus interesses econômicos. Horkheimer era ateu, mas tentava justificar a esperança num ser absoluto, a partir da experiência fundamental da relatividade da vida. “Não podemos apresentar o absoluto; não podemos, ao falar dele, propriamente ir além disso: o mundo em que vivemos é um mundo relativo.”⁵¹

Dentro desse quadro há sentido para ele em se falar de teologia. Com Adorno sempre se manteve a assertiva surpreendente: “Toda política, mesmo a mais irrefletida, que não contenha em seu aconchego a teologia, permanece, mesmo sob a maior habilidade, em última instância, puro negócio.”⁵² E justifica com uma crítica tradicional da Escola ao positivismo: “Do ponto de vista do positivismo

47. POULANTZAS, N. Para uma dialética da realidade... *Tempo Brasileiro*, 17/18; 153, s.d. COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1973. CARDOSO, F. H. *Althusserianismo ou marxismo*. *Estudos Cebrap* 3, 1973. PRADO JR., C. *Estruturalismo de Lévi-Strauss, marxismo de L. Althusser*. São Paulo, Brasiliense, 1972. GIANOTTI, J. A. *Contra Althusser. Teoria e Prática*, 3: 66-80, 1968. RANCIÈRE, J. *Sobre a teoria da ideologia: a política de Althusser*. Lisboa, Portucalense, 1971. GLUCKSMANN, A. *Althusser: um estruturalismo ventríloquo*. Barcelona, Anagrama, 1971. VILAR, P. *Marxismo e história: polémica com L. Althusser*. Lisboa, Praxis, 1974. BASTIDE R. Conclusão de um debate recente: o pensamento obscuro e confuso. A crise do pensamento moderno/3. *Tempo Brasileiro*, 25: 52-67, 1970. GAMBAZZI, P. *Estrutura da práxis e análise do Capital*. *Tempo Brasileiro*, 25: 16-56, 1970. SOUZA, A. C. *Ciência e ideologia em Althusser*. *Tempo Brasileiro*, 25: 70-82, 1970. LEVI-STRAUSS, C. et alii. *El proceso ideológico*. México, Tiempo Contemporáneo, 1971. VASQUEZ, A. S. *Ciência e revolução: o marxismo de Althusser*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980. HALL, S. *O interior da ciência: ideologia e "sociologia do conhecimento"*. In: CENTER FOR CONTEMPORARY CULTURAL STUDIES. Op. cit. p. 15-44. McLENNAN, G. et alii. *A teoria de Althusser sobre ideologia*. In: CENTER FOR CONTEMPORARY CULTURAL STUDIES. Op. cit. p. 101-37.

48. FLEKHANOV, G. *A concepção materialista da história*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974. ULIANOV, V. I. *Materialismo e empiriocriticismo*. Lisboa, Estampa, 1971. BUKHARIN, N. *Tratado de materialismo histórico*. Rio de Janeiro, Centro do Livro Brasileiro, s.d. KOPNIN, P. V. *Fundamentos lógicos da ciência*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972. ———. *A dialética como lógica e teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. CHEPTULIN, A. *A dialética materialista: categorias e leis da dialética*. São Paulo, Alfa-Omega, 1982. FATALIEV, K. *O materialismo dialético e as ciências da natureza*. Rio de Janeiro, Zahar, 1966. MARX, K. *Sociedade e mudanças sociais*. Lisboa, Edições 70, 1970. NICOLAUS, M. *El*

Marx desconocido: proletariado y clase media en Marx. Barcelona, Anagrama, 1972. POULANTZAS, N., org. *O estado em crise*. Rio de Janeiro, Graal, 1977. TOPITSCH, E. *Zum Verhaeltnis zwischen sozial — und Naturwissenschaften*. In: ———, org. *Logik der sozialwissenschaften*. Op. cit. p. 17-71. KRAFT, V. *Geschichtsforschung als strenge Wissenschaft*. In: TOPITSCH, E., org. *Logik der Sozialwissenschaften*. Op. cit. p. 72-83.

49. HABERMAS, J. *Para a reconstrução do materialismo*. Op. cit.

50. HORKHEIMER, M. *Die Sehnsucht nach dem ganz Andern*. Berlin, Furche, 1970. p. 55.

51. Idem, *ibidem*. p. 57.

52. Idem, *ibidem*. p. 60.

não se pode deduzir nenhuma política moral. Assumindo-se uma ótica puramente científica, o ódio não é pior que o amor, apesar de toda diferenciação social fundamental. Não existe nenhuma fundamentação lógica compelente para que eu não deva odiar, se assim evito danos na vida social." "O positivismo não encontra nenhuma instância, que transcenda os homens, capaz de distinguir entre prontidão em auxiliar e ganância, bondade e crueldade, egoísmo e doação. Também a lógica permanece muda: não reconhece prioridade a nenhuma atitude moral."⁵³ Não existe teologia como ciência do divino — uma ciência do absoluto contradiz a teoria crítica —, mas existe teologia como consciência da relatividade humana, como "expressão de uma esperança, de um anseio de que o assassino não deva triunfar sobre a vítima inocente".⁵⁴

Sem discutir o acerto da visão social de Horkheimer, sobretudo no que diz respeito ao capitalismo e ao socialismo europeus, ao não levar em conta o Terceiro Mundo, não deixa de impressionar que um marxista acabe ressaltando com tamanha veemência a dimensão da qualidade política.

5.3 PROBLEMAS E PERGUNTAS

É ocioso lembrar que essa construção dialética é uma proposta discutível, para sermos coerentes com nossa demarcação científica. A polêmica em torno da dialética é interminável e não faz sentido aqui buscar algum desfecho. Ao contrário, procuramos levantar caminhos de construção e conservar a discussão aberta em torno do assunto. Para tanto, acrescentamos ainda algumas considerações críticas.

5.3.1 Banalizações

Os maiores adversários da dialética são os dialéticos banais. Gente cansada de estatística ou de lógica formal, ou que não as consegue aprender, declara-se, por puro comodismo, dialética. Outros fazem dela uma diversão mental, sobretudo na pretensão de crítica total, devastadora e superior, confundindo-a com azedume como forma

de vida. Outros esquecem a prática, como se fosse possível ser dialético em teoria apenas. E há os que imaginam a dialética o reino do vale-tudo, onde — a título da banalidade corriqueira, de que em dialética "as coisas são e não são" — se pode dispensar a lógica, a disciplina mental, a definição rigorosa de conceitos, a precisão dos métodos, em nome de uma criatividade que no fundo é pura incompetência.

Num primeiro momento, podemos dizer que uma banalização extremamente freqüente é o menoscaso pelo lado formal da ciência, a título de dialética. Isso é mais comum no ambiente de metodologias alternativas, sobretudo quando voltadas a superar emperramentos oriundos de peias metodológicas que sacrificam a realidade à maneira de a captar. Nunca é demais lembrar que método é meio apenas, mas é meio indispensável. Só pode desprezar preocupações metodológicas quem as domina. Não vale desprezar por ignorância.

A sombra dessa postura apressada emerge o risco do ativismo, como se substituísse a teoria. Muitos ativistas agarram-se ao jovem Marx e em nome dele imaginam fazer ruir os fundamentos do capitalismo através de práticas radicais destituídas de qualquer senso crítico. Além de uma interpretação truncada de Marx, estabelecem uma relação caricata entre teoria e prática, na qual se massacram qualidade formal e qualidade política.

Precisamente por compromisso com captação mais adequada da realidade social e com seu tratamento prático, é mister exigir rigor científico ainda mais apurado. De partida, dialética também é forma metodológica, um esquema invariante de explicação de uma realidade variável. Explica o que e como passa, mas não passa com o que e como explica.

Num segundo momento, existe facilmente o abuso do espaço político, em detrimento de condicionamentos estruturais. Revolução assoma como criatividade solta, engajamento ardente, propósitos radicais de reinvenção da história. Sobretudo na esfera da educação é comum tal postura, considerada alavanca transformadora em si, desligada de condicionamentos objetivos. Do marxismo pode-se aprender com certeza que: para mudar é fundamental ter projeto político de mudança, mas que não se realiza só por ser projeto; são indispensáveis condições objetivas favoráveis. Assim, estratégia essencial de mudança é conservar unidas, numa totalidade só, fatores objetivos e subjetivos, economia e política, para simplificar.

No tratamento da pobreza esta problemática sempre volta. Nunca são secundários a formação da consciência crítica e autocrítica da pobreza, o estudo acurado da pobreza, a organização política dos pobres. Mas nunca é menos importante o lado da produção econômica: por mais que seja apenas meio, não há desenvolvimento sem

53. Idem, ibidem. p. 60-1.

54. Idem, ibidem. p. 62. Cf. posição de DAVIES, J. C. Eine Theorie der Revolution. In: ZAPP, W. *Theorien des sozialen Wandels*. Berlin, Klepenheur & Witsch, 1969. p. 401: "Pobreza não faz de modo algum, dos homens, revolucionários: na melhor das hipóteses, eles se preocupam apenas de si mesmos ou de sua própria família — no pior dos casos, caem em resignação e desespero mudo. Se os homens estão diante da escolha ou da decisão de perder suas cadeias ou sua vida, preferem as mais das vezes conservar as cadeias: um fato que Marx certamente não percebeu."

ela. É certo que não se pode enfrentar a pobreza sem o pobre, ou seja: condições subjetivas são também essenciais, vistas aqui como organização política da cidadania do pobre. Sem produção suficiente, no entanto, não há o que distribuir.⁵⁵

Num terceiro momento, é banalização constante o abuso da proposta gramsciana de valorização da superestrutura, sobretudo do papel do intelectual. A postura ortodoxa de Marx é excessivamente rígida, porque liga em excesso a vida intelectual às determinações econômicas. Mas não se pode passar para o extremo oposto, idealizando o intelectual como figura acima dos condicionamentos sociais, tornando-se orgânico da contra-ideologia por simples verbalização teórica ou por mera decisão subjetiva. Ora, por condicionamentos objetivos claros, o intelectual orgânico mais típico é o da burguesia, que traduz sua competência formal científica em legitimação ideológica do poder dominante, à sombra do qual vive.⁵⁶

Na maioria dos casos, a veiculação banalizada do intelectual orgânico não passa de estratégia de autovalorização, que empresta a ilusão de relevância histórica à revelia das condições objetivas. Não há revolução sem revolucionário, principalmente aquele que é capaz de catalisar, formular, modular a contra-ideologia. Mas é farsa espalhar a idéia de que intelectual é revolucionário por vocação, que já seria neutralidade pelo avesso.

Num quarto momento, é relevante chamar a atenção para verbalizações excessivamente sofisticadas da dialética, restritas ao mundo intelectual superdotado. Esoterismo de linguagem, de comportamento, de mundivisão leva a entender dialética como metodologia excepcional porque ligada a pessoas pretensamente excepcionais. Ora, nada mais falso que isso. Dialética de verdade é aquela que habita a "verdade" do cotidiano, que aninha a unidade de contrários nos cantos de cada choupana, que perpassa os sentimentos mais profundos e comuns do comum dos mortais. Dialética não pode restringir-se a grandes vãos históricos, em que ninguém vive, ama e chora, mas deve acalentar os desejos, teorias e práticas do dia-a-dia mais corriqueiro. Somente assim a revolução se torna cotidiana.⁵⁷

55. DEMO, P. *Participação é conquista*. Op. cit.

56. FOUCAULT, M. & DELEUZE, G. Os intelectuais e o poder. In: ESCOBAR, C. H. *Psicanálise e ciência da história*. Rio de Janeiro, Eldorado, 1974. Op. cit. p. 139-48. FALEIROS, V. P. *Saber profissional e poder institucional*. São Paulo, Cortez, 1985. THIOLLENT, M. *Opinião pública e debates políticos*; subsídios metodológicos. São Paulo, Polis, 1986. BOSI, A. O trabalho dos intelectuais segundo Gramsci. *Debate e Crítica*, jul. 1975, p. 105-14. LOWY, M. *Para uma sociologia de los intelectuales revolucionarios*. Buenos Aires, Siglo 21, 1978. RÜDE, G. *Ideologia e protesto popular*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. MUTTI, A. & SEGATTI, P. *A burguesia de estado, estrutura e funções da empresa pública*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

57. DEMO, P. *Ciência, ideologia e poder: uma sátira às ciências sociais*. São Paulo, Atlas, 1988. LUZEMBURG, R. de *Reforma, revisionismo e oportunismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. GONZALES, H. *O que são intelectuais*. São Paulo, Brasiliense, 1984. BELL, D. *The sociology of ideology*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1966.

Num quinto momento é banalização o messianismo fácil que acomete dialéticos com cara de profetas. De um lado, é positiva a proximidade que a dialética tem com maneiras tradicionais de ver a vida, por vezes de estilo mítico ou religioso, como o vale de lágrimas, pois isso a faz cotidiana e comum. De outro, não pode substituir a religião, sobretudo na promessa fátua de solução total dos conflitos. Dialética não combina com fanatismo, messianismo, esoterismo. Dialética é sobretudo o respeito a uma realidade tão complexa, profunda e dinâmica, que nos impõe a reverência típica do mistério. Quanto mais pesquisamos, mais temos a perguntar. Quanto mais transformamos práticas históricas, mais temos a transformar.

5.3.2 Problemas da contradição dialética

Como já víamos, contraditório e contrário não são a mesma coisa. O primeiro termo não é dialético. Somente o segundo é dialético, porque perfaz a unidade de contrários. Se assim é, a dialética não agride o princípio de identidade. Mas nem todos aceitam isso.

"A tradição racionalista, a tradição da discussão crítica, é o único caminho viável para ampliar nosso conhecimento, um conhecimento conjectural ou hipotético, por definição. Não há outro caminho. Mas, especialmente, não há caminho algum que comece com a observação ou a experiência. No desenvolvimento da ciência, as observações e experimentos cumprem a função de argumentos críticos. E desempenham esta função junto com outros argumentos, não observacionais. Trata-se de uma função importante, mas a significação das observações e dos experimentos depende **totalmente** de que possam ou não ser usados para **criticar** teorias." ⁵⁸ Esta passagem de Popper, que será estudado mais adiante, daria a entender que cultiva posição dialética. Entretanto, sua negação crítica é apenas questão de método, não de realidade. E mais, é um dos adversários mais clássicos e declarados da dialética.

Acha que a dialética pode, às vezes, oferecer explicação razoável da história do pensamento, que progride por meio de antíteses, embora repila energicamente qualquer aplicação ontológica da dialética. Na verdade, a dialética apenas sofisticava mais o que já vem contido na via da "tentativa e erro", que assim descreve:

"Se se desenvolve de modo cada vez mais consciente o método da tentativa e erro, começa a tomar as características de 'método científico'. Pode-se descrevê-lo breve-

58. POPPER, K. R. *El desarrollo del conocimiento científico, conjeturas y refutaciones*. Buenos Aires, Paidós, 1967. p. 178.

mente da seguinte maneira. Enfrentando certo problema, o cientista oferece, tentativamente, algum gênero de solução: uma teoria. A ciência aceita só provisoriamente esta teoria, se é que a aceita, e é muito característico do método científico o fato de que os cientistas não poupem esforços para criticar e submeter à prova a teoria em questão. Criticar e submeter à prova são elementos de um todo único. A teoria é criticada a partir de muitos ângulos para pôr à luz os pontos vulneráveis que possa ter. E o teste da teoria consiste em expor tais pontos vulneráveis ao exame mais severo possível.⁵⁹

Tudo isso é correto para Popper, mas julga que o sentido da contradição vem exagerado pelos dialéticos. Rejeita que o princípio da contradição leve ao abandono da lógica formal. E se este princípio for mantido, esvazia a crítica, porque se temos de admitir dois enunciados contraditórios, então podemos admitir qualquer enunciado.

Parece haver aqui confusão. A dialética não assume a identidade dos contraditórios, mas apenas dos contrários. Podem-se, pois, admitir dois enunciados contrários. Por exemplo, a dialética é histórica e estrutural; o conhecimento conhece e desconhece a realidade; o crescimento capitalista enriquece e empobrece as pessoas... Mas não se pode dizer que a ciência existe e não existe, ao mesmo tempo. A dialética afirma relações contrárias, conviventes em polarização. Não afirma a existência simultânea de contradições excludentes, como se fosse possível existir e não existir ao mesmo tempo.

Mesmo assim, concede Popper que "a dialética é maneira de descrever desenvolvimento; maneira, entre outras, não fundamentalmente importante, mas às vezes muito adequada".⁶⁰ Sua repulsa baseia-se, no entanto, mais do que em razões lógicas, na potencialidade dogmática e historicista. Sobretudo no marxismo, que desqualifica apressadamente como historicismo, a dialética é para ele o símbolo do método dogmático. Muitos marxistas dogmáticos dizem o que querem, impõem o que querem, não deixam ninguém falar, não aceitam testes negativos para suas suposições, e tudo em nome de uma dialética que se permite ser "contraditória" para servir a qualquer coisa.

Na sua percepção falta capacidade crítica ao dialético que se imagina tão crítico ao ponto de viver na própria contradição. "À diferença dos irracionais, os refutacionistas (adeptos do princípio

da falsificabilidade), cremos também que descobrimos uma forma de realizar o velho ideal de distinguir entre a ciência racional e as diversas formas de superstição, apesar do fracasso do programa indutivista ou justificacionista original. Sustentamos que é possível realizar este ideal simplesmente reconhecendo que a racionalidade da ciência não reside em seu hábito de apelar para dados empíricos em apoio a seus dogmas — pois isso também fazem os astrólogos —, mas exclusivamente no **enfoque crítico**, numa atitude que supõe, por definição, o uso crítico, entre outros argumentos, de dados empíricos (especialmente nas refutações). Para nós, por conseguinte, a ciência nada tem que ver com a busca da certeza, da probabilidade ou da confiabilidade".⁶¹

5.3.3 Crítica sem prática

A dialética formou a imagem de método típico de gente progressista, acerbamente crítica, revolucionária. Na América Latina é mais ou menos espalhada a visão dialética, em muitos lugares predominante, pelo menos como estereótipo principal. Usa-se para discutir a superação do capitalismo a revolução, e sobretudo para estigmatizar os outros, que seriam ignorantes conservadores.⁶²

Entretanto, o **métier** da crítica tem seus ardis. Em primeiro lugar, a coerência da crítica está na autocrítica. Não é possível, por lógica e por justiça, criticar sem apresentar-se como criticável. Em segundo lugar, a crítica se completa na contraproposta, de cunho prático também. Não é sustentável a mera crítica, destrutiva, virulenta, sem compromisso com alguma construção concreta, que, por sinal, será também criticável.

É por demais comum a crítica radical sem prática. De um lado, não se supera a separação artificial e ideológica entre teoria e prática. Imagina-se crítica atividade nobre, intelectual, especulativa, ao mesmo tempo que se insinua ser a prática coisa pequena, de gente pequena. De outro, esconde-se sob postura radical o temor da prática, seja no sentido de temer a violência possível de uma prática radical decorrente, seja no sentido de temer a perda dos privilégios como intelectual.⁶³

Esta questão ardilosa acometeu, por incrível que pareça, também a Escola de Frankfurt, o berço de ouro da teoria crítica. Seu fulgor

61. Idem, ibidem. p. 265.

62. MATOS, A. M., coord. **Sociologia nos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro, FGV, 1971. SOTELO, I. **Sociologia de América Latina: estructuras y problemas**. Madrid, Tecnos, 1972. FRANK, A. G. **Sociología del desarrollo y subdesarrollo de la sociología**. Barcelona, Anagrama, 1971.

63. LAING, R. D. & COOPER, D. G. **Razão e violência**. Petrópolis, Vozes, 1976.

é teórico, e neste nível trouxe contribuição da mais alta competência. Talvez tenha sido o lugar mais criativo, arguto e produtivo das ciências sociais, nos últimos tempos. Sua prática, porém, está longe da verve crítica. Restringe-se a manifestações típicas da teoria: livros, aulas, seminários, polêmicas. Isso tem seu lugar, ainda mais quando feito com tamanha competência. Mas não é suficiente para dar sustentação ao edifício crítico teórico.

Inúmeras vezes a Escola foi procurada para liderar movimentos sociais concretos, como na época de "maio de Paris", em que os estudantes, embalados com a perspectiva de representarem a vanguarda revolucionária da Europa, já que o proletariado se transformara em classe média afluente, formularam um projeto de prática revolucionária. A resposta da Escola sempre foi evasiva e, nesse sentido, típica: arranjou justificativas para não sair à rua, sejam aquelas que apontam para a imaturidade histórica das condições de mudança, sejam aquelas ligadas à recuperação de fatores objetivos, secundarizando os subjetivos, sejam aquelas que buscam circunscrever o papel do teórico crítico como função suficiente, e assim por diante. O certo é que a Escola sofreu processo de relativo esvaziamento, no que tange seu potencial esperado de prática alternativa, em favor da reclusão na prática teórica crítica. É tão brilhante para pensar criticamente a sociedade quanto inútil para transformá-la.⁶⁴

Esta marca histórica produziu um resultado fundamental à revelia. Se olharmos para seus primórdios, quando a Escola teve de deixar a Alemanha por força do nazismo nascente, ficou um tempo nos Estados Unidos e depois voltou à Alemanha, para Frankfurt, seu lugar sempre foi de crítica inteligente à sociedade capitalista. Entretanto, por falta de prática coerente, tornou-se troféu do capitalismo, no sentido de que este a cooptou sagazmente como demonstração de sua democracia. Esta Escola teria sido impossível no socialismo, como não foi possível a sobrevivência para Bloch, para Bahro e outros que se tornaram críticos do socialismo. Mas é possível no capitalismo, que a sustenta regamente, dando-lhe todas as condições materiais de desenvolvimento.

Este é o problema: uma crítica radical sem prática coerente produz dois ardis:

- não muda nada;
- atribui ao sistema criticado a aura de democrático, como se fosse o único lugar possível da crítica.

64. THERBORN, G. *La escuela de Frankfurt*. Barcelona, Anagrama, 1972. SLATER, P. *Origem e significado da escola de Frankfurt*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. DEMO, P. *Intelectuais e vivaldinos; da crítica acrítica*. São Paulo, Almed, 1982.

Assim, um sistema moderno inteligente descobre logo que é fundamental alimentar críticos, mesmo radicais, desde que não sejam práticos, porque é um caminho profícuo da preservação dele mesmo e da farsa democrática. A universidade é o lugar mais apropriado para tanto. Lá, fora da cidade e da vida, no espaço alienado da sala de aulas, de cuja janela tosca se mira a vida, pode-se dizer tudo, porque nada acontece. A revelia, porque é lógica da revelia, quanto mais feroz a crítica, mais justifica o sistema.

A Escola de Frankfurt não alcançou ser berço do intelectual orgânico da contra-ideologia. Toda sua crítica formidável e teoricamente maravilhosa acaba redundando na fecundação do intelectual orgânico da burguesia, com uma diferença: ainda mais brilhante, porque mais crítico. O sistema comeu, por cooptação mais inteligente que a crítica vazia, a Escola. Não reprimiu seus próceres, não os fez de vítimas. Apenas incorporou-os à lógica do sistema, via privilegiamento de sua intelectualidade crítica, desde que não prática.

Recria-se uma neutralidade pelo avesso. A crítica brilhante na forma, mas sem prática, pretende estar acima de qualquer suspeita e das vicissitudes históricas. Sua qualidade formal não corresponde à qualidade prática.

Não é que a Escola tenha passado em branco, ou tenha sido propriamente inútil. Não é esta a questão. Não se põem em dúvida seu legado crítico, seu confronto com o positivismo, sua reformulação do marxismo, sua produção monumental. Questiona-se a adequação entre crítica e prática, porque, não havendo na medida satisfatória, produz o reverso do que pretende. Não há nada mais conservador do que uma crítica radical sem prática.

Pode parecer inaudito, mas é muito possível: ser crítico veemente e conservador. Não vale propalar uma crítica que não caiba na prática do crítico. Se a prática é apenas reformista, seja qual for a razão explícita ou implícita, só cabe uma crítica de teor reformista. Do mesmo modo, pode-se afirmar: é possível ser dialético na teoria, destituído de prática, a não ser a teórica, ou afundado numa prática que tem pouco a ver com a promessa crítica da dialética.⁶⁵

5.3.4 O que é revolução

Revolução é o que mais está na boca de dialéticos, mas é tipicamente um conceito vago, com exceção do marxismo ortodoxo, que,

65. LYRA, P. *Literatura e Ideologia*. Petrópolis, Vozes, 1979. ESCOBAR, C. H. *Ciência da história e ideologia*. Rio de Janeiro, Graal, 1979. MANNHEIM, K. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972. MEEK, R. L. *Economia e ideologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1971. DAHRENDORF, R. *A sociologia e o sociólogo; sobre o problema da teoria e da prática*. In: *Ensaio de teoria da sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974. p. 287-311. WIEHN, E. *Intellektuelle in Politik und Gesellschaft*. Berlin, Enke, 1971.

apesar de questionável, possui delimitação clara do conceito: revolução é mudança de modo de produção.

A título de exemplo de sua ambigüidade, podemos mostrar duas conceituações de revolução ligadas a sociólogos eminentes da cena nacional, Fernando H. Cardoso e Florestan Fernandes.

Cardoso, referindo-se ao fenômeno ocorrido em fins de março de 1964, denominado "revolução", aponta:

"Ao dizer isso, adianto algumas conclusões deste trabalho: eu creio que o regime que terminou por se instaurar não teve o caráter de uma volta ao passado, como pensam alguns analistas que insistem na continuidade histórica contemporânea brasileira desde 1930, com o interregno de 1945-1964. Pelo contrário, ele expressa uma rearticulação política que se baseia em alterações no modelo social e econômico de desenvolvimento que prevalecia anteriormente. Neste sentido, não fosse para evitar a confusão semântica e a manipulação política óbvia que ela permite, seria mais correto dizer que o golpe de 64 acabou por ter conseqüências 'revolucionárias', no plano econômico." ⁶⁶

Fernandes considera o fenômeno da Independência do Brasil em 1822 uma revolução política, embora a infra-estrutura econômica se tenha mantido inalterada, até mesmo em sua dependência para com a Inglaterra. ⁶⁷

Para o marxismo ortodoxo, ambas as posições seriam inaceitáveis. A de Cardoso, porque vê resultados revolucionários na economia, sem repercussão política. A de Fernandes, porque vê revolução política, sem resultados econômicos. A posição de Cardoso é menos questionável, porque colocada com extremo cuidado e de forma apenas sugestiva. Em todo o caso, tais construções conceituais revelam sobretudo sua ambigüidade e banalização. ⁶⁸

Nesta ambigüidade esconde-se, ademais, a dita educação transformadora, que facilmente se diverte com idéias pedagógicas, em santa despreocupação com questões econômicas fundamentais. A diferença do marxismo ortodoxo, é recomendável não acantonar revolução apenas no modo de produção, porque secundariza outros fenômenos de grande relevância. Mao acreditava em revolução cultural. Outros afirmam a vigência de uma revolução científica.

66. CARDOSO, F. H. *O modelo brasileiro*. São Paulo, Difel, 1972. p. 53.

67. FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

68. LEFEBVRE, H. *Materialismo dialético e sociologia*. Lisboa, Presença, s.d. FERNANDES, F. *O que é revolução*. São Paulo, Brasiliense, 1981. DEMO, P. *Avaliação qualitativa*. São Paulo, Cortez, 1987. Veja último capítulo, em que se discute o conceito de transformação. *Intelectuais e vivaldinos*. Op. cit.

Procurando não banalizar outra vez a questão, poderíamos propor aproximações tentativas do seguinte tipo:

- a) há revoluções de estilo histórico totalizante, como a revolução industrial, que pode servir de protótipo, no sentido de que perpassou todas as dobras da sociedade, desde a produção econômica até a simbologia e a arte;
- b) não seria de mau aviso reservar o conceito de revolução para fenômenos de profundidade radical, qualificados pelo menos por dois horizontes: radical nas mudanças materiais com respeito à produção da existência, e radical nas mudanças políticas com respeito ao estilo de organização da sociedade e seu impacto na desigualdade social;
- c) mantido este núcleo, é possível conceder o termo revolução a fenômenos mais setoriais, mas sempre radicais, como seria uma revolução cultural como queria Mao, ou uma revolução educativa como se imagina na Nicarágua, uma revolução científica e tecnológica, como quer Toffler, e assim por diante; a revolução se concentra num setor, mas extravasa para toda a sociedade, atingindo também inevitavelmente a questão econômica e política;
- d) ainda seria possível emprestar o conceito para fenômenos mais delimitados, usando-o como sinal de radicalidade da mudança: Picasso teria feito uma revolução na arte; Gandhi teria feito uma revolução em política através da não-violência...;
- e) por fim, pode-se tolerar a aplicação de conseqüências revolucionárias a um acúmulo de reformas, que, de si, nada fazem de radical, mas no longo prazo podem abalar as estruturas de uma sociedade: universalizar a educação primária, fazer educação de adultos, trabalhar como intelectual em movimentos populares...

Na prática, abusa-se do termo, a torto e a direito. No fundo, aplica-se o termo a todo fenômeno que se queira prestigiar na história. Na América Latina qualquer golpe de Estado é revolução. Qualquer seminário de educação política é revolucionário. Qualquer movimento social popular é transformador.

Trata-se de abuso inaceitável. Por exemplo, educadores se dizem transformadores apenas porque alimentam a expectativa longínqua de que sua ação educativa, por vezes apenas crítica na teoria, venha a ter impactos radicais. Educação transformadora, em sentido mais estrito, não pode ficar somente nestas "sacações" distantes, no fundo unicamente teóricas, mas teria de demonstrar sua proposta radical

numa prática radical que toque o problema econômico e o político, ao mesmo tempo. Não quer dizer violência, porque a radicalidade é da profundidade do fenômeno, que não se mede por mortos e por sangue derramado. Mas quer dizer compromisso prático com os respectivos riscos e conseqüências.⁶⁹

É comum que o intelectual dedicado a movimentos populares, a associações políticas, à organização da cidadania de base se apresente como revolucionário só porque vive da perspectiva de um movimento de esquerda, de baixo para cima. Tais movimentos possuem significação social exuberante, por certo, além de permitirem prática consagrada para o intelectual. Mas, se levarmos em conta seu caráter por vezes tóxico, sua tendência a se consumir na excitação política, sua efemeridade típica, falar de revolução é abuso frontal do termo. Como ação de contornos transformadores, ou como reforma de base, são atividades de mérito indiscutível. Talvez plantem a semente da transformação social no tempo. Mas não são propriamente revolução.

Precisão conceitual e prática coerente, tanto quanto possível, são exigências também para o dialético.

6

Base Empírica da Pesquisa Social – Questões do Empirismo e do Positivismo

Dentro do contexto clássico das ciências sociais tem grande relevância a discussão sobre a base empírica e a marca formal da cientificidade, cuja aproximação e mesmo imitação das ciências naturais são notórias, para não dizer típicas. Em termos quantitativos, as ciências sociais já dispõem de bagagem apreciável de pesquisa empírica e, por mais que existam vícios, limitações e também mistificações, é um produto de particular significado metodológico.¹

Nossa hipótese de trabalho será: a questão da empiria coloca, antes da coleta e do uso do dado empírico, problemas teóricos, porque um dado não fala por si, mas pela boca de uma teoria. O dado não é em si evidente, mas feito evidente no quadro de referência em que é colhido.

Esta postura, que poderia causar estranheza a quem julgue ser a base empírica da pesquisa algo evidente e que por isso dispensaria justificação teórica, está tornando-se mais freqüente em metodologia, até mesmo em círculos positivistas. Todos que acentuam o caráter tipicamente **hipotético-dedutivo** da produção científica cedem o primado da teoria sobre o dado. Esta asserção pode ser distorcida, se a empurrássemos para as esferas obscuras de uma recaída na especulação desenfreada. É preciso deixar claro de partida que nossa hipótese não pretende prejudicar nem o esforço teórico, nem o empírico. A pesquisa constrói-se na confluência dos dois, de modo geral.

69. CASANOVA, P. G. *Las categorías del desarrollo económico y la investigación en ciencias sociales*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1973. FINE, B. & HARRIS, L. *Para reler o capital*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. ZEITLIN, I. *Sociología y teoría sociológica*. Buenos Aires, Amorrortu, 1970. SKIDMORE, W. *Pensamento teórico em sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. RIEGEL, U. G. *Oeffentliche Legitimation der Wissenschaft*. Berlin, Kohlhammer, 1974.

1. PIAGET, J. *A situação das ciências do homem no sistema das ciências*. Lisboa, Bertrand, 1970. LAZARSFELD, P. *A sociologia*. Lisboa, Bertrand, 1970. MACKENZIE, W. *A ciência política*. Lisboa, Bertrand, 1970. GOLDMANN, L. *O que é sociologia?* São Paulo, Difel, 1974. DAVIS, J. A. *Levantamento de dados em sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. LAZARSFELD, P. F. *Wissenschaftslogik und empirische Sozialforschung*. In: TOPITSCH, E., org. *Logik der Sozialwissenschaften*. Köln-Merlin, Kiepenheuer & Witsch, 1965. p. 37-51. HOCHKEPPEL, W., org. *Soziologie zwischen Theorie und Empirie*. Frankfurt, Nymphenburger, 1970.

Ainda, empírico não coincide com prático. Ajuntar dados sobre a realidade não coincide com prática política explícita, ainda que seja sempre mais que mera teoria. O empírico pode restringir-se, pelo menos na intenção, ao tratamento formal. Ademais, a pesquisa social pode significar aquela voltada para realidades concretas históricas, diferenciando-se de pesquisas outras de estilo teórico e metodológico. Assumimos aqui a delimitação de pesquisa social nesta perspectiva.²

Toda pesquisa social supostamente dirá algo sobre a realidade; caso contrário, não seria social. O uso do termo **social** aqui refere-se à realidade social. A questão que se coloca, então, é como embasar empiricamente as pesquisas na linha da indagação metodológica. Este embasamento não é simples, como de modo geral se imagina, sobretudo para quem acredita que o dado empírico se impõe com evidência. Ainda que a base empírica, segundo muitos, não consiga realizar verificações das teorias, tornando-as evidentes, é fundamental para falsificar teorias, como veremos.

Não faremos aqui demonstração de técnicas de coleta e manuseio de dados, não porque seja irrelevante, mas porque nos restringimos ao espaço da metodologia como definido no início.

6.1 O EMPÍRICO COMO CRITÉRIO DE CIENTIFICIDADE

A escola inglesa (Bacon, Locke, Mill, Hume) consagrou a **indução empírica** como critério de distinção entre o que seria e não seria ciência, ainda que na própria escola este critério viesse a cambalear (Hume). Foi, em todo o caso, uma reação compreensível aos excessos da dedução especulativa do continente europeu (França e Alemanha). Os méritos desta reação dificilmente poderão ser exagerados, porque inauguraram a preocupação diretamente empírica, a nível de método preferencial, ainda que historicamente outros já houvessem pensado na indução.

A **especulação** padece do mal entranhado do subjetivismo, já que o critério dela só pode ser o especulador pensante, o que vem a significar que não permite critério objetivado algum, para além da comparação mútua entre especulações. Até hoje pode-se dizer que existe tendência especulativa nas ciências sociais. Particularmente, a Sociologia, que em parte é herdeira da Filosofia, no sentido de que, para além da formação do pesquisador, favorece a elaboração

de mundivisão histórica do devir social, está próxima da reflexão filosofante. A idéia básica do movimento inglês permanece até hoje: **a busca científica precisa submeter-se ao controle e ao teste experimental**. A busca deste controle foi realizada concretamente na colocação do empírico como divisor de águas.³

Enquanto a especulação incontrolável não atinge o plano da evidência, da certeza, da objetividade e da verdade, a experimentação observável poderia assumir a realização de todos estes predicados. Os desvarios da mente pensante poderiam ser compensados pela suposta irrefutabilidade dos sentidos, incapazes de tocar o geral e sempre afeitos ao concreto. A mão não apalpa o conceito de mesa, porque a mesa como conceito não existe. O que existe é esta mesa concreta e esta a mão apalpa. Os olhos não vêem "a" cor em si, mas uma cor determinada concreta, digamos, o verde. De modo mais amplo, dá-se um crédito à capacidade dos sentidos de produzirem a evidência do dado mediante o fenômeno básico da observação.

Nesta ótica, o fato como tal assume importância estratégica fundamental, pois decide sobre a validade de um enunciado teórico e, além disso, não inclui qualquer implicação valorativa: fato existe ou não existe, nada tendo a ver com algum "dever ser". Está nisto a idéia de que o dado se impõe ao sujeito, porque já deteria em si o conteúdo informativo evidente, independentemente de qualquer posicionamento teórico. É uma postura contrária à do objeto construído, a saber, que fora de uma construção por parte do sujeito não existe objeto. Como a capacidade de observação é praticamente a mesma em todas as pessoas, o dado poderia veicular em todas a mesma certeza, fora de qualquer consideração ideológica. E para aprimorar tal expectativa forjaram-se inúmeras formas de controle da observação, a fim de atingir o conhecimento objetivo. A possibilidade sempre existente de os sentidos falharem seria compensada pelo controle intersubjetivo.

Mais do que nunca, o empirismo alimentou a esperança de atingir a ciência objetiva e evidente. Creu ter descoberto o método certo de discernir entre a teoria real e a fantástica. Fez-se a ilusão de poder atingir aos poucos um terreno não ideológico de produção objetiva do conhecimento, que seria o mesmo para todos, porque estaria na observação dos fatos. Pensou ter superado a filosofia, sempre evitada de enunciados empiricamente incontroláveis, e a declarou como protótipo da ciência ideológica e inútil. Inoculou na produção científica o senso pragmático do útil, porque a especulação não só é incapaz de conhecer a realidade, mas também não

apresenta utilidade imediata. A medida que abandonou qualquer contato com a filosofia, agarrou-se à superfície do fenômeno, porque apenas esta é atingida pelos sentidos. Sobretudo, estipulou que a generalização é produto da observação repetida, nunca anterior a esta; com isto tocou pela raiz a pretensão de generalizar sem o respectivo referencial empírico acumulado. A ciência explica apenas o observável.

Compreende-se, assim, que o critério de cientificidade propugnado passou a ser a **verificação**. Uma hipótese torna-se uma tese após ser verificada. A verificação realiza-se pela observação empírica. Caberia à ciência produzir teorias verificáveis, ou seja, capazes de conseguir teste positivo no contrachoque com os fatos. Na proporção que a verificação é produzida pela observação e que este esforço pode ser levado a efeito repetidamente por qualquer sujeito, obteríamos a fundamentação suficiente da objetividade.⁴

A **dedução** é o método que parte do geral e, a seguir, desce ao particular. Podemos considerar como protótipo do raciocínio dedutivo o silogismo, tido pela escolástica e pelos lógicos formais como o argumento por excelência. Seja o exemplo:

1. Todo homem é mortal — (enunciado geral)
2. Pedro é homem — (enunciado particular)
3. Pedro é mortal — (conclusão)

Sem entrarmos em filigranas, o silogismo compõe-se de três elementos básicos: um enunciado a nível estritamente geral, outro estritamente particular de aplicação individual, de cuja contraposição segue a conclusão. A estrutura do silogismo é bastante transparente, tendo ainda a peculiaridade de apresentar conclusão compulsória. Se aceitamos a maior (enunciado geral) e se aceitamos a menor (aplicação particular), não há como fugir da conclusão. A escolástica deleitou-se em proliferar técnicas silogísticas para poder reduzir toda argumentação à forma do silogismo, porque dele se leva a imagem da argumentação irrefutável, competente.

4. ALBERT, H. Zur Verwendung formalwissenschaftlicher Techniken in den Sozialwissenschaften. In: TOPISCH, E., org. *Logik der Sozialwissenschaften*. Köln-Merlin, Kiepenheuer & Witsch, 1965. p. 315-65. NEURATH, O. *Wissenschaftliche Weltauffassung; Sozialismus und sozialer Empirismus*. Frankfurt, Suhrkamp, 1979. KAUFMANN, F. *Metodologia das ciências sociais*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977. CHISHOLM, R. M. *Teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974. BERGER, P. L. *A construção social da realidade*. Petrópolis, Vozes, 1973. *Um rumor de anjos*. Petrópolis, Vozes, 1973. NAGEL, E. *La lógica sin metafísica*. Madrid, Tecnos, 1974. KAPLAN, A. *A conduta na pesquisa; metodologia para as ciências do comportamento*. São Paulo, Herder, 1972. BOUDON, R. *Métodos quantitativos em sociologia*. Petrópolis, Vozes, 1971. CARDOSO, C. F. & BRIGNOLI, H. P. *Os métodos da história*. Rio de Janeiro, Graal, 1981. NAGEL, E. *Ciência: natureza e objetivos*. In: MORGENBESSER, S., org. *Filosofia da ciência*. São Paulo, Cultrix, 1975. p. 7-11. QUINE, W. V. O. *Verdade necessária*. In: MORGENBESSER, S., org. Op. cit. p. 97-110. HEMPEL, C. G. *Explicação científica*. In: MORGENBESSER, S., org. Op. cit. p. 159-72.

A **indução**, pelo contrário, parte do particular e coloca a generalização como produto posterior do esforço de coleta de casos particulares. Tomando o exemplo clássico dos cisnes: somente após ter verificado os casos particulares dos cisnes estou em condições de pronunciar o enunciado geral: todos os cisnes são brancos. Assim **sendo**, a indução toma a sério o problema específico da generalização, nunca atingível através de formulações apriorísticas. Para se **estabelecer** uma regularidade científica é necessário, antes de tudo, **constatar** empiricamente a repetição suficiente de casos concretos confirmadores da suposta regularidade. A indução inverte o movimento evolutivo do pensamento, colocando como ponto de partida a observação verificável.

Os indutivistas apresentam ao método dedutivo sobretudo duas objeções. A primeira é de que o raciocínio dedutivo é essencialmente **tautológico**, o que se pode verificar no exemplo apresentado. Uma vez aceito que todo homem é mortal, o resto é pleonasma ou repetição. Tautologia, por definição, repete no predicado o que já dissera no sujeito. A acusação de tautologia recairia na de parasitismo da dedução, porque é meramente repetitiva nas aplicações particulares. Já o raciocínio indutivo seria produtivo, porque a subida do particular ao geral implica salto não repetitivo. De fato, no enunciado "este cisne é branco" não está incluído o enunciado geral "todos os cisnes são brancos". A esterilidade das teorias especulativas estaria, assim, ancorada diretamente de seu estilo tautológico, ligadas a vãos etéreos incontroláveis, enquanto teoria com base empírica, embora menos pretensiosas, apresentariam a vantagem do conhecimento progressivo.⁵

A segunda objeção acentua o **caráter apriorístico** do pensamento dedutivo. Com efeito, partir de um enunciado geral significa supor conhecimento prévio. Onde obtenho este conhecimento prévio? Não o retiro da aplicação repetida a casos particulares, porque isto seria indução. Assim, o enunciado geral está preso a uma postura previamente adotada e não colocada em discussão. Há um dogmatismo na origem.

Creemos que o dito empirismo, a par de seus problemas metodológicos que serão ressaltados a seguir, marcou um ponto capital na problemática da construção das teorias científicas. Em certo sentido, **salvou as ciências sociais da especulação desenfreada**, limitan-

5. Esta esperança existe, pelo menos até certo ponto, na proposta da *middle range theory*: "theories that lie between the minor but necessary working hypothesis that involve in abundance during day-to-day research and the all-inclusive systematic efforts to develop a unified theory that will explain all the observed uniformities of social behavior, social organization and social change." MERTON, R. K. *Social theory and social structure*. New York, The Free Press, 1968. p. 39.

do-lhe o apriorismo das generalizações fáceis e prévias. Estabelecendo a necessidade da **observação controlada**, contribuiu para a formulação de uma imensidade de **técnica de coleta de dados**, soblapando o temor muitas vezes levantado de que os fenômenos sociais não seriam de forma nenhuma mensuráveis. Embora existam aí imensos problemas, como a impossibilidade de medir qualidade, dificilmente se poderá hoje duvidar das vantagens flagrantes do apelo às técnicas de coleta e mensuração do dado, ainda que tudo isto no fundo seja apenas instrumento. A partir daí, chegamos às propostas dos **vários tipos de observações** (seu controle, codificação, problema da amostra representativa, questionário, processamento de dados), ao estudo de caso, ao estudo de grupo, à reconstrução histórica, à análise fatorial etc. Uma problemática extensa a que se dedica a disciplina "métodos e técnicas de pesquisa".

Surgiu a preocupação com a **acumulação de dados**, até a concepção atual do banco de dados, dos sistemas de indicadores sociais, tanto a nível de quantidade, como a nível de seu tratamento sempre mais sofisticado. Ainda que a formação acadêmica peque muitas vezes por acentuação demasiadamente teórica dos cursos e não chegue a treinar o estudante especificamente em pesquisas empíricas, aceita-se, sem mais, que a teoria deva manter-se em constante contato com a realidade à base de dados acumulados.

Acima de tudo, a postura empírica levou a muita **investigação**, mesmo que alguma parte dela seja irrelevante por demissão teórica, porque raramente o mais observável é o mais relevante. Ademais, é uma das crenças metodológicas mais usuais em ciências sociais, que a realidade social não se dá na superfície empírica. É preciso ir além, depois desta casca.⁶

A indução, porém, começou a cambalear no seio do próprio empirismo, sobretudo com Hume. Considerou que a indução não pode transmitir a certeza e a evidência, porque se pode pensar o contrário do induzido sem cair em contradição lógica. Por exemplo,

é perfeitamente pensável que amanhã o sol não nasça, embora seja observação sempre constante e verificável de que todo dia nasce o sol, mesmo que esteja por trás das nuvens. Assim sendo, não se pode afirmar a rigor que "todo dia nasce o sol". Este enunciado, que o senso-comum nunca se poria a desacreditar, parece evidente por força da indução diária; na verdade, não se constitui numa evidência. Poderia acontecer o contrário — digamos um cataclismo universal acabaria com o sol... Se é possível pensar o contrário, é possível acontecer o contrário.⁷

Esta reflexão, que se chamou o **problema de Hume**, abriu uma chaga no empirismo, que nunca mais cicatrizou. Modernamente, o problema foi envolvido na teoria da probabilidade, que consegue apenas estatuir regularidades, não certezas como tais. A probabilidade de o sol não nascer é ínfima, mas real. Hume estabelece o limite da observação empírica por razão lógica apenas: se é possível pensar o contrário do que se observa, é porque pode acontecer o contrário. Mesmo assim, sua postura foi de capital importância.

Se considerarmos o conhecimento científico como certo, evidente, objetivo e verdadeiro, não será a indução que vai produzi-lo. Hume propõe que a ciência se mantém pelo **hábito** da indução, ainda que não seja metodologicamente fundamentável esta saída. Esta crítica de Hume será retomada por Popper, como veremos adiante. A incapacidade de generalizar constatações indutivas colocaria o empirista diante da conclusão trágica de que a ciência é incapaz de prever o futuro e teria de se restringir ao mero registro estático daquilo que aconteceu. Entretanto, sempre foi expectativa diante da ciência de que sua utilidade para o homem está sobretudo na possibilidade de fornecer elementos prognósticos de planejamento da realidade, para que esta se amolde à manipulação humana. Uma ciência meramente constatatória do que já se passou de pouco nos ajudaria. Se o método de discernir o científico estivesse na indução e esta fosse infundamentável e incapaz de nos orientar para o planejamento do futuro, teríamos reduzido o esforço científico a uma irrelevante miséria. O empirismo radical acaba por negar a possibilidade do conhecimento, já que a repetição do fenômeno, que fundamenta a regularidade e a perspectiva de generalização, não pode ser garantida indutivamente. Assim, Reichnbach chega a afirmar que "este é o dilema do empirista radical que não admite nada mais que a formulação de juízos analíticos ou juízos derivados da experiência, tendo como conseqüência que não poderá fazer induções e deverá renunciar a todo juízo sobre o futuro; ou admite a inferência indutiva,

6. MEKINNEY, J. C. *Tipología constructiva y teoría social*. Buenos Aires, 1968. p. 86-87. LAMBERT, K. & BRITTON, G. G. *Introdução à filosofia da ciência*. São Paulo, Cultrix, 1972. GALTUNG, J. *Teoria y métodos de la investigación social*. Buenos Aires, Universidad de Buenos Aires, 1966. 2 t. HESSEN, J. *Teoria do conhecimento*. Coimbra, Amélio Amado, 1968. HEMPEL, C. G. *Filosofia da ciência natural*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. ALVES, R. *Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras*. São Paulo, Brasiliense, 1982. KERLINGER, F. N. *Metodologia da pesquisa em ciências sociais*. São Paulo, Edusp, 1980. PIERSON, D. *Teoria e pesquisa em sociologia*. São Paulo, Melhoramentos, 1975. RYAN, A. *Filosofia das ciências sociais*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977. MARINHO, R. *A pesquisa em ciências humanas*. Petrópolis, Vozes, 1980. KOURGANOFF, V. *A pesquisa científica*. São Paulo, Difel, 1961. GOODE, W. J. & HATT, P. K. *Métodos em pesquisa social*. São Paulo, Nacional, 1973. FERRARI, A. T. *Metodologia da pesquisa científica*. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1973. CERVO, A. L. & BÉRVIAN, P. A. *Metodologia científica*. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1973. LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. *Metodologia científica*. São Paulo, Atlas, 1982. MORGENBESSER, S., org. *Filosofia da ciência*. São Paulo, Cultrix, 1975. SCRIVEN, M. Um traço essencialmente imprevisível do comportamento humano. In: MORGENBESSER, S. Op. cit. p. 203-18. FEYERABEND, P. Problemas da microfísica. In: MORGENBESSER, S. Op. cit. p. 247-58.

7. HUME, D. *Investigação acerca do entendimento humano*. São Paulo, Edusp, 1972. REICHENBACH, H. *La filosofía científica*. México, Fondo de Cultura Económica, 1956. Nesta obra o autor vê com alguma intensidade o problema de Hume.

admitindo, porém, com isto um princípio não analítico que não é derivável da experiência, abandonando o empirismo".⁸

A proposta de Hume de que a ciência se faz pelo hábito é certamente insustentável, porque não se pode reduzir a questão a um simples problema psicológico comportamental, por mais que corresponda à emergente psicologia inglesa da época, de estilo sensorial e comportamental, e que frutificou na escola behaviorista americana. Hábito é comportamento rotinizado pela repetição constante. Não se pode predizer com certeza a manutenção de um hábito, mas é suficiente para gerar expectativa tranqüila, dando-nos a idéia de que a pessoa se comporta de maneira regular, não à base do puro imprevisível. Aplicando isto ao exemplo de Hume a respeito do nascer do sol, embora seja possível que não nasça amanhã, por força do hábito esperamos tranqüilamente que amanhã nasça, e isto permite uma vida social normal. Seria algo insustentável cada noite preparar-se para um possível não-nascimento do sol. Também a ciência se tornaria impossível se descartássemos a confiança habitual na indução. Claramente, esta tentativa de solução por parte de Hume é inaceitável, porque é psicológico-social e não propriamente científica.

Creemos que o empirismo seja a abordagem mais simplória que já se produziu, talvez ainda mais simplória que a especulação aérea, porque se entrega à credulidade sobre o dado e ao superficial. O problema básico é a **demissão teórica**, que, longe de significar fundamentação da primazia do dado sobre a armação teórica, é, sobretudo, espécie de teoria, mas que, por falta de consciência, se torna teoria pior possível, porque sequer sabe disso.⁹ Ainda assim parece caber à preocupação empírica missão histórica, da qual a própria sociologia em conjunto se beneficiou: chamar a atenção para os limites da avalanche teórica e colocar como ponto importante da preocupação metodológica a idéia de produção científica controlável pela intersubjetividade. É historicamente incontestável que a sociologia tenha provindo, após a Revolução Francesa, do intenso desejo de enfrentar e solucionar os problemas sociais. Esta ótica sempre foi a alma da assim dita "filosofia social", que poderíamos aqui, sumariamente, conceituar como a produção de sistemas teóricos para a justificação de pontos de vista no plano da ética social.¹⁰ O próprio Marx foi imagem viva desta trajetória: a preocupação moralizante da juventude foi dando lugar a outro tipo de tratamento da realidade

8. REICHENBACH, H. Op. cit. p. 99.

9. Posição típica de Bachelard. Cf. CANGUILHEM, G. Sobre uma epistemologia concordatária. Epistemologia. *Tempo Brasileiro*, 28: 51-2, 1972.

10. LAZARSFELD, P. A sociologia. Op. cit. ARON, R. *Les étapes de la pensée sociologique*. Paris, Gallimard, 1967.

social, que praticamente todos se prontificariam em reconhecer como mais científico, ao atingir etapa mais madura. Em **O capital** é evidente a tendência de conservar no plano da generalidade teórica o contato constante com os dados da realidade estudada, abandonando a filosofia e tornando-se economista. Em seus escritos econômico-filosóficos fundamenta de maneira talvez ainda incipiente a ótica reflexa da produção do conhecimento, em que a volta constante ao concreto é, no fundo, garantia de que a produção científica não pratica alienação. O conceito é produto do pensamento, não da realidade; é, pois, atividade mental, ou seja, da mente sobre a realidade. A realidade entra neste processo, não como medida final do pensamento, nem como puro acidente, mas como referencial essencial da aplicação teórica. Esta aplicação, que já supõe o trabalho teórico, encontra na realidade o ponto constante de reflexão, o que vem a significar modo específico de controle e teste de movimentação teórica. Esta ótica parece ter conseguido salvaguardar parte da construção marxista tanto longe do empirismo e da práxis imediatista, como da ânsia teórica historicista, exarada no intento de Lênin sobre o materialismo e sobre o empirocriticismo.¹¹

Esta discussão colocou um marco importante na metodologia: não vale apenas colecionar idéias, ou apenas colecionar fatos. Idéias sem fatos não são históricas; fatos sem idéias são superficiais. O mal do empirista é acreditar que um fato seja apenas um fato, que um dado seja apenas "dado". A mente humana não consegue apenas retratar fatos, porque inevitavelmente os interpreta, o que significa: em toda pretensa constatação há componentes generalizantes teóricos que não provêm da constatação. Não existe mente totalmente vazia, destituída de pré-conceito. Portanto, o dado é muito mais um produto do que um achado. Nos dados do IBGE não está pura e simplesmente a realidade brasileira, mas uma forma de interpretá-la, certamente mais "oficial" do que real. Isto explica por que do mesmo dado se pode fazer interpretações diferentes e mesmo contraditórias. Dos mesmos dados empíricos disponíveis sobre o crescimento econômico brasileiro há quem retire a conclusão para ele absolutamente evidente de que não há solução à vista nem poderia haver, enquanto outro pode concluir que tudo não passa de percalço conjuntural e o país está fadado a ser grande potência.

Demissão teórica significa, pois, negar trabalho teórico na constatação empírica, como se o dado fosse evidente em si. Toda sensação de evidência não provém, porém, do dado, mas do quadro teórico em que é colhido. Para quem estiver mal aparelhado em

11. ULIANOV, V. I. *Materialismo e empirocriticismo*. Lisboa, Estampa, 1971. MARX, K. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa, Estampa, 1973. p. 229-30. (Colocação do abstrato ao concreto e vice-versa.)

termos de referencial técnico ou deste falto — se isto fosse possível — qualquer dado nada diz.

6.2 A BASE EMPÍRICA EM POPPER

Em Popper,¹² a base empírica tornou-se problema metodológico de grande profundidade e adquiriu nível de termo técnico. Para chegarmos a seu posicionamento, é mister expor o cerne metodológico de sua obra, sobretudo da “**lógica da descoberta científica**”. O positivismo deste autor é **sui generis**, podendo-se mesmo admitir a discussão se ainda é ou não positivista, sobretudo porque buscou compor a necessidade formal da ciência com sua provisoriade metodológica, além de ter concedido primazia da teoria sobre a empiria.

Popper inicia seu trabalho solapando toda possibilidade metodológica da indução de se constituir em posição epistemológica válida, retomando, portanto, o problema de Hume. Fulmina-a com dois argumentos:

A — A indução recai invariavelmente numa regressão ao infinito. Para podermos sustentar realmente, com certeza e evidência, sem o apelo a nenhuma exceção que todos os cisnes são brancos, teríamos de verificar cada cisne particular possível, de hoje, de ontem e de amanhã. Porque, pensando bem, a soma dos casos concretos dá apenas número finito, enquanto o enunciado geral guarda pretensão infinita. É impossível recolher todos os casos concretos possíveis de qualquer enunciado geral, mesmo que o restringíssemos a determinado tempo e espaço. Neste caso, porém, não se trataria mais de autêntica generalização. Assim, o caso supostamente tão evidente de que todo corpo mais pesado que o ar cai não pode ser baseado em indução dos casos concretos, porque seria tarefa impossível verificar todos os casos concretos de corpos mais pesados que o ar. A regressão ao infinito se especifica na recaída em pretensão histórica e tecnicamente irrealizável.

Dessa forma, a coleta de casos concretos não permite, epistemologicamente, a generalização como tal. Como a ciência opera sempre a nível do geral, porque todo conceito abstrai da concreção e assoma ao geral, a indução, que oferece apenas o concreto, mas nunca a generalidade em si, não serve como método de generalização. Reichenbach apelará para a perspectiva da probabilidade e seus cálculos, segundo a qual a própria física em suas leis estatui apenas “regularidades”.¹³ Popper não aceita esta posição porque a probabilidade não muda essencialmente o problema: ou se fica com a banalidade de se considerar regular algo que se repita duas vezes, ou não se saberá como limitar a indução do regular. Quantos cisnes é preciso verificar para se poder garantir que todos são regularmente brancos? Seria, na verdade, necessário verificar todos os casos regulares. Não é fácil dizer se Popper tem razão a este nível. É correto que o cálculo de probabilidade não transforma o regular em geral, nem em certo, mas, ao especificar os limites da generalização, possivelmente confere ao conceito de regularidade conteúdo não vazio. É o caso da amostra estatisticamente fundada: embora sua base metodológica seja limitada, nem por isso é nula.

B — A indução recai invariavelmente no apriorismo. Incorre de partida em incoerência metodológica, porque se estatui dedutivamente. Como princípio metodológico, não se lança pela indução, porque suporia o trabalho infinito de sua verificação factual, mas pela dedução. É, portanto, um aborto. Quem a aceita teria, pelo menos, de admitir um primeiro passo totalmente gratuito e garantir sua coerência indutiva apenas a partir do segundo passo.

A propriedade da crítica popperiana exprime-se sobretudo pelo trabalho de crítica interna. Considera a indução a partir de sua tessitura imanente, não a partir de ponto de vista externo, digamos, da dedução. Testa exatamente aquilo a que se propõe a indução e constata se dá o que promete. Parte, portanto, da interioridade do próprio método indutivo. Coloca o problema típico da coerência interna. Em metodologia, crítica interna é a designação dada ao esforço de criticar a partir da incoerência intrínseca daquilo que é criticado.

Popper marcou extrema originalidade com suas objeções à indução, independentemente de as aceitarmos ou não. Com a queda da indução, propõe que a ciência se faça a nível **hipotético-dedutivo**, em cujo contexto a experiência aparece como método de teste das

12. POPPER, K. R. *The logic of scientific discovery*. London, Hutchinson of London, 1965. ———. *El desarrollo del conocimiento científico: conjeturas y refutaciones*. Buenos Aires, Paidós, 1967. ———. *La miseria del historicismo*. Madrid, Alianza Taurus, 1973. ———. *The open society and its enemies*. London, Routledge, 1967. 2 v. ———. *Conocimiento objetivo*. Madrid, Tecnos, 1974. MAGEE, B. *As idéias de Popper*. São Paulo, Cultrix, 1974.

13. REICHENBACH, H. Op. cit. p. 318.

teorias e não mais como critério de demarcação científica. Sua colocação mais forte é de que a ciência, em momento algum, consegue ir além da hipótese. Se considerarmos que, tradicionalmente, se aceita verificar uma hipótese, chegando-se a teses tidas por comprovadas, aqui se acentua a face tentativa da ciência, incapaz de qualquer tipo de certeza ou evidência. Simplesmente, nenhuma hipótese é verificável, já que a acumulação de casos concretos afirmativos não pode sustentar a generalização teórica. Cai, assim, a verificação como critério de cientificidade e podemos aquilatar o quanto esta idéia impressionou o mundo científico da época.

Como não pode haver teste indutivo de teorias, Popper imagina teste dedutivo. "A partir de uma idéia nova, lançada apenas a nível de tentativa e de modo algum ainda justificada — uma antecipação, uma hipótese, um sistema teórico ou qualquer outra coisa —, retiram-se conclusões através da dedução lógica. Tais conclusões são, então, comparadas umas com as outras e com outros enunciados, de modo que se encontrem quais as relações lógicas existentes entre elas (como a equivalência, a dedutibilidade, a comparabilidade ou incomparabilidade)".¹⁴ Salienta quatro procedimentos de teste, dando ao quarto a palavra mais ou menos definitiva:

- a) A comparação lógica das conclusões entre si, donde se poderia extrair o grau maior ou menor de consistência do sistema apresentado. A consistência é vista aqui aliada à coerência, principalmente pela acentuação da lógica, da qual se espera produção de enunciados consistentes — capazes de reagir a contra-argumentações —, e coerentes — isentos de contradição.
- b) A investigação da forma lógica da teoria no sentido da averiguação se ela é teoria científica produtiva, ou apenas tautológica. Tal preocupação é relevante, pois Popper gostaria de evitar vícios da dedução, sobretudo o mais visível que é o da tautologia. Neste item já aparece alguma preocupação empírica, porque esta é a única capaz, segundo o positivismo, de retirar a teoria da tautologia e fazê-la produtiva.
- c) A comparação com outras teorias, mormente com vistas a testar qual delas representaria maior avanço para a ciência e maior capacidade de sobreviver a testes. Esta exigência contém invectiva muito cara a Popper, porque representa a idéia de que a discussão crítica entre os cientistas é a única via para a objetividade, que seria

sempre apenas intersubjetiva. A medida que uma teoria se expõe à crítica, podem-se descobrir dogmas, evidências aparentes, círculos viciosos etc.

- d) E finalmente o teste por intermédio da aplicação empírica das conclusões deriváveis. Esta aplicação não conduz à verificação indutiva, porque Popper inverte as posições pela descoberta de assimetria entre o esforço de verificar e de falsificar uma hipótese. Substitui, então, o critério da verificabilidade pelo da **falsificabilidade**, que não incorre na regressão ao infinito.

A assimetria específica entre verificabilidade e falsificabilidade consiste em que, se para verificarmos uma teoria não adianta acumular casos concretos afirmativos por deficiência congênita da indução, para falsificarmos basta o recurso a um único caso concreto negativo. No caso afirmativo o regresso ao infinito é inevitável. No caso negativo, basta a presença de um só. A falsificabilidade não recorre, pois, à indução. Um cisne não branco é suficiente para derrubar o enunciado "todos os cisnes são brancos".

O critério de demarcação científica adquire sofisticação inesperada: a experiência entra como método de teste, não como constitutiva do científico, e o interesse do teórico está muito mais na busca do caso concreto negativo do que do afirmativo, que em última instância nada acrescenta. Não se pode, pois, alimentar em ciência a esperança de uma teoria verificada, provada, evidente. Uma teoria coloca-se como válida simplesmente porque ainda não foi derrubada pela descoberta de um caso concreto negativo; a não-descoberta de um caso concreto negativo torna-se a chave do problema demarcatório e confere à teoria apenas uma **corroboração**, que nunca excede o nível de mera hipótese provisória.

Distingue-se entre falsificabilidade e falsificação: o primeiro termo sugere apenas a qualidade de poder ser falsificado, enquanto o segundo constata o ato consumado. Há assim diferença profunda entre teoria falsificável e falsificada: a primeira está dentro da demarcação científica, a outra já foi expelida. De qualquer forma, Popper, mais do que nunca, acentua o caráter provisório das teorias, não de um ponto de vista de sua inserção social, mas por limitações específicas do método de demarcação. Sua perspectiva não é exatamente a da metodologia processual ou dialética, porque esta valoriza o caráter também histórico do conhecimento, que, mesmo contendo formas estruturais, se realizam em conteúdos historicamente condicionados. A crítica popperiana restringe-se ao nível do método, não da realidade social.

Muitas idéias orientaram Popper a assumir esta direção. De boa formação filosófica, sempre desconfiou da asserção positivista fácil

de que não haveria problemas com sentido fora do campo da ciência empírica positiva. Lembra que a própria preocupação metodológica não é diretamente empírica e implica concepções filosóficas do conhecimento, mas nem por isso deixa de ter sentido. A distinção entre filosofia e ciência é secundária, pois toda hipótese pode partir de onde queira, também da metafísica; única exigência é que se submeta ao teste empírico negativo da falsificabilidade. A própria discussão positivista em torno do conceito de "sentido", segundo a qual somente o empiricamente observável teria sentido, contém decisão filosófica captável na definição de "sentido"; na proporção que não se concede isto, temos aí dogma, ou a pior filosofia possível. Acontece que, para imolarmos a metafísica, necessitamos de ato metafísico, que a declare como algo sem sentido. Se considerarmos a metafísica como preocupação especulativa em torno da razão de ser das coisas, sua eliminação implica tal consideração. Sempre sucede que a demissão metafísica se vingue nela mesma. Por isso, é melhor não tentar suprimir, deixando-a como preocupação possível, pelo menos como ponto hipotético de partida. É tremenda "metafísica" vestir a inocência escabrosa de que fora do observável nada tenha sentido para o homem.

É necessário ainda acentuar experiência pessoal decisiva que Popper teve na juventude, quando foi marxista fervoroso. Ao abandonar tal posição, como todo convertido, tende a ser "mais católico que o papa", aqui pelo avesso. Incorporou a visão de que o marxismo representa o dogmatismo mais emperrado possível, o que codificou em seu livro de feição mais sociológica **A sociedade aberta e seus inimigos**, em que aparece o marxismo como historicista, determinista e inimigo das sociedades democráticas. O marxismo não é falsificável, por ser teoria que se coloca fora de qualquer teste empírico negativo, agindo pelo seu fervor dogmático. Embora a repulsa ao marxismo seja, no seu caso, também dogmática, explica pelo menos um pouco seu apego a teorias provisórias.

Outra idéia importante é a de que a objetividade não decorre da evidência, pois esta não existe. "Direi que a objetividade dos enunciados científicos está no fato de que podem ser testados intersubjetivamente."¹⁵ Adotando o ponto de vista segundo o qual a ciência não sai da hipótese corroborada, seria difícil justificar a objetividade como termo-chave do método. Na verdade, a objetividade só pode ser colocada em termos estritos dentro do empirismo, que acredita na imposição dos fatos sobre o sujeito. Como, porém, Popper admite que a própria observação dos fatos não se faz sem o recurso a conceitos, isto é, a elementos estritamente gerais e não observáveis, é impossível conservar a ilusão de objetividade. Não

havendo objetividade, e para não abandonar a ciência ao jogo livre da mera subjetividade, propõe-se uma saída: elevar a discussão crítica a parâmetro da cientificidade dentro do contexto da intersubjetividade. Ela mais o teste empírico negativo são o controle concreto da cientificidade.¹⁶

Popper não eleva a teoria crítica como constitutiva de seu método: continua clássico adversário da dialética. A diferença essencial está em que o dialético encontra a crítica no método e na realidade, enquanto Popper apenas no método. A crítica entra apenas como método de depuração de teorias. De todos os modos, é interessante que um positivista coloque questões tão próximas da negação dialética.¹⁷

Esta é, ademais, a fundamentação da regra máxima: **não proteger** nenhuma teoria do choque com caso concreto negativo. Este é a única coisa que de fato interessa. Concebe a ciência como arena, em que as teorias entram para lutar pela sobrevivência: restam apenas as que conseguem salvar-se, falsificáveis sempre, mas ainda não falsificadas. A ciência é jogo que nunca termina, devido a seu caráter hipotético. Acabar com sua marca hipotética é sair do jogo. Introduz, então, idéias próximas ao convencionalismo¹⁸ — e não deixa de ter simpatias por ele — segundo as quais não há maneira de fundamentar o conhecimento em termos cabais desde o princípio, de sorte que ciência se faz mais por convenção deci-

16. ALBERT, H. Wertfreiheit als methodisches Prinzip. In: TOPITSCH, E., org. *Logik der Sozialwissenschaften*. Köln-Merlin, Kiepenheuer & Witsch, 1965. p. 181-211.

17. POPPER, K. R. Que é a dialética. In: ———. *El desarrollo del conocimiento científico*. Op. cit. p. 359 ss.

18. O convencionalismo ronda o sistema popperiano, chegando a aceitar que a única maneira de evitar a decisão de não recorrer a ele. "A fonte da filosofia convencionalista parece ser a admiração pela austera beleza da simplicidade do mundo como vem revelada nas leis da física. Os convencionalistas parecem sentir que tal simplicidade seria incompreensível e até mesmo miraculosa se fôssemos obrigados a crer, com os realistas, que as leis da natureza nos revelam uma simplicidade interna, estrutural, do nosso mundo sob a aparência de uma transbordante variedade. O idealismo de Kant procurou explicar tal simplicidade dizendo que é o nosso intelecto que impõe suas leis à natureza. De modo semelhante, mas ainda com maior ousadia, o convencionalista trata esta simplicidade como nossa própria criação. Para ele, porém, não é o efeito das leis de nosso intelecto impondo-as à natureza que faz simples a natureza, pois não crê que a natureza seja simples. Somete as 'leis da natureza' são simples; e estas, sustenta o convencionalista, são livres criações nossas; nossas invenções; nossas decisões arbitrárias e convenções. Para o convencionalista, a ciência teórica natural não é um retrato da natureza, mas mera construção lógica. Não são as propriedades do mundo que determinam esta construção; pelo contrário, é esta construção que determina as propriedades de um mundo artificial: um mundo de conceitos implicitamente definidos pelas leis naturais que nós escolhemos. É só deste mundo que fala a ciência. De acordo com este ponto de vista convencionalista, as leis da natureza não são falsificáveis pela observação, pois são necessárias para determinar o que é uma observação, e, mais especificamente, o que é uma medida científica. São estas leis instituídas por nós, que formam a base indispensável para a regulação de nossos relógios e a correção de nossas assim chamadas réguas 'rígidas' de medida. (...) Considero o convencionalismo como um sistema auto-sustentado e defensável. As tentativas de detectar inconsistências nele dificilmente obtêm êxito. Ainda assim... acho-o de todo inaceitável. (...) Enquanto que não exijo nenhuma certeza final da ciência (e conseqüentemente não a obtenho), o convencionalista busca na ciência 'um sistema de conhecimento baseado sobre fundamentos últimos', para usar uma frase de Dingler. (...) (Surgindo qualquer problema, há sempre o subterfúgio da hipótese auxiliar *ad hoc*, já que se trata sempre de convenção)." — POPPER, K. R. *The logic of scientific discovery*. Op. cit. p. 79-80.

sória do que por estatutos que se imponham objetivamente, como um jogo que, para ser jogado, necessita de regras, embora estas sejam convencionais.

No princípio há convenções estritamente valorativas, pois a ciência pode ser construída de muitas maneiras. Na competição entre as várias maneiras de se fazer ciência, resta apenas o critério externo e frágil da "fertilidade": "Minha razão única para propor meu critério de demarcação é que é fecundo: um grande número de pontos pode ser clarificado e explicado com seu auxílio."¹⁹ Como no jogo de xadrez: poderíamos jogar com outras regras e continuar chamando de xadrez. Quem aceita as regras não encontra no jogo a justificação das novas regras, pois são convencionais. Popper apega-se sobretudo ao progresso da ciência: o critério da falsificabilidade obriga ao progresso, enquanto o dogmatismo mata a ciência.

Sua aproximação com o convencionalismo, contudo, preocupa e pode aparecer também a objeção de que não precisa ajudar muito ao progresso da ciência, se tudo nela se reduz a convenções por definição subjetivas. Falta aqui certamente base mais firme de sociologia do conhecimento, que, embora sempre relativizando a ciência, reconhece que, sendo formada na sociedade e mantida por grupos de interesse, não pode ser vista apenas como decisões subjetivistas. Cada época e cada sociedade cristalizam paradigmas, próprios de ciência, que possuem "verdade relativa". A marca lógica de não podermos montar fundamento último da ciência que a tornasse evidente para todas as sociedades não elimina o fato social de que cada sociedade elabora, ao sabor dos interesses históricos e dos condicionamentos sócio-econômicos, sua construção peculiar de ciência. Não se pode, pois descartar a **validade histórica** de determinada demarcação científica, para além de meras convenções.²⁰

De modo coerente, Popper abandona o "**princípio de causalidade**" estrita. Esta questão tem, ademais, impacto pessoal no autor que iniciou sua carreira de cientista dentro do entusiasmo marxista, propenso a reconhecer "leis" do desenvolvimento histórico, necessárias, independentes da vontade humana. Popper vai chamar isto de "historicismo": a tentativa de enquadrar a história dentro de leis estritas, de sorte que se torna totalmente previsível. Nem a indução permite tal conclusão — por causa do regresso ao infinito —, nem a dedução — seria dogmatismo.²¹ Popper não rejeita a prognose fal-

sificável. Mas volta-se contra o determinismo que, caracteristicamente, dispensa teste empírico negativo. Assim, o princípio da causalidade, que assume a atribuição rígida de cada efeito a uma causa necessária, não poderia ser mantido, pois destrói o horizonte hipotético da ciência e subverte a falsificabilidade.

Um sistema teórico é tanto mais estrito, ou seja, falsificável, quanto mais proíbe, pois neste caso seu âmbito está mais delimitado, e os falsificadores potenciais mais à mão. "Uma teoria será chamada 'empírica', ou 'falsificável' se divide a classe de todos os enunciados básicos, sem ambigüidade, nas duas seguintes subclasses não vazias. Primeiro, a classe de todos os enunciados básicos com a qual é inconsistente (ou que proíbe): chamamos esta classe de **falsificadores potenciais** da teoria; e, em segundo lugar, a classe daqueles enunciados básicos que não contradiz (ou que 'permite'). Podemos colocar isto numa formulação mais breve dizendo: uma teoria é falsificável se a classe de seus falsificadores potenciais não é vazia."²²

O enunciado básico é aquele que atinge a base empírica da teoria e que se pode deduzir logicamente do arcabouço teórico como tal. O tratamento metodológico dado ao estudo de uma teoria seria do tipo de um afunilamento de cima para baixo: começando pela generalidade máxima e deduzindo enunciados cada vez menos gerais, até atingir enunciados empíricos que sejam falsificadores potenciais. O caráter não vazio do falsificador potencial é que vai decretar o caráter científico da teoria: empresta-lhe a têmpera especialmente hipotética — ou a elimina (falsifica de fato) ou a corrobora (continua falsificável). Popper está empenhado em sugerir que a "melhor" teoria é aquela que não foge ao teste empírico, ou seja, aquela que se formula de tal modo que possa ser mais facilmente testável, que obtenha as condições mais favoráveis de surgir falsificadores potenciais ou casos empíricos negativos.

Numa exemplificação do impacto da base empírica negativa, Popper recorre ao **modus tollens** da lógica, que pode significar mais ou menos a corroboração por eliminação. Seja **p** uma conclusão logicamente dedutível de um sistema teórico e seja ao mesmo tempo um enunciado básico, empírico; damos ao sistema teórico o símbolo **t** e representamos por uma flecha a direção de dedutibilidade. Teríamos, então, a fórmula: $(t \rightarrow p)$ ($\bar{p} \rightarrow \bar{t}$), em que o sinal de traço sobre o símbolo significa "falso". Poderíamos traduzir então: "se **p** for dedutível de **t**, mas ao mesmo tempo **p** for falso, segue logicamente que **t** também é falso. Isto não precisa significar que a descoberta de um enunciado básico negativo redunde na negação de todo o sistema teórico; dependendo do caso, pode obrigar apenas a

19. POPPER, K. R. Op. cit. p. 55.

20. HALL, S. O interior da ciência: ideologia e "sociologia do conhecimento". In: CENTER FOR CONTEMPORARY CULTURAL STUDIES, org. Da ideologia: ALTHUSSER, Gramsci, Luka, Paulautzas. Rio de Janeiro, Zahar, 1980, p. 13-44, T. S. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo, Perspectiva, 1975. HARRÉ, R., org. Problemas da revolução científica. Belo Horizonte, Itatiaia, 1976.

21. POPPER, K. R. La miseria del historicismo. Op. cit.

22. POPPER, K. R. The logic of scientific discovery. Op. cit. p. 86.

reformulação parcial. O importante, porém, é que não se recaia aí na problemática indutiva. E a fórmula do **modus tollens** clarifica que é totalmente dedutiva.

Pode-se ter a impressão de que esta demarcação seria muito generosa e de fato o autor se preocupa com isto. Em si, sempre se poderia supor a introdução de hipóteses **ad hoc** para salvar um sistema teórico, ainda que a regra do não-protetionismo seja fundamental. O dono da teoria apelaria, por exemplo, para a incompetência do cientista que teria encontrado um falsificador, ou mesmo para sua má vontade, ou para condições precárias de certa técnica de coleta de dados etc. Enfim, haveria mil subterfúgios para alguém tentar proteger sua teoria contra a falsificabilidade. Como a base empírica também, por coerência, não é evidente, ela igualmente vai precisar do auxílio intersubjetivo. Esta difícil problemática Popper tenta enfrentar com clareza e é o cerne de nossa discussão aqui.

A primeira indagação refere-se à possibilidade de as experiências perceptuais serem a base empírica. A idéia de que as ciências empíricas seriam redutíveis a percepções sensoriais ou à nossa experiência é tida por muitos como evidente em si. Como isto se confunde com o postulado da indução, Popper rejeita tal reducionismo, embora certamente reconheça que a experiência desempenhe aí algum papel, não, porém, o de geradora do conhecimento certo. "O problema da base da experiência perturbou a poucos pensadores tão profundamente como a Fries. Ensinou que os enunciados da ciência devem poder ser **justificados**, se não os quisermos aceitar **dogmaticamente**. Se pedirmos justificação através de argumento da razão, no sentido da lógica, então relegamo-nos à ótica segundo a qual **enunciados podem ser justificados apenas por enunciados**. A exigência de que **todos** os enunciados precisam ser justificados logicamente (...) leva obrigatoriamente ao **regresso infinito**. Destarte, se desejamos evitar o perigo do dogmatismo, tanto quanto o do regresso ao infinito, parece que o único recurso restante seria o do **psicologismo**, a saber, a doutrina segundo a qual os enunciados podem ser justificados não só através de enunciados, mas também pela experiência perceptual. Colocado em face deste **trilema** — dogmatismo **versus** regresso ao infinito **versus** psicologismo —, Fries, e com ele praticamente quase todos os epistemólogos que tentaram resolver nosso conhecimento empírico, optou pelo psicologismo. Na experiência sensorial, ensinou ele, temos 'conhecimento imediato': por intermédio deste conhecimento imediato, podemos justificar nosso 'conhecimento mediato' — um conhecimento expresso no simbolismo de uma linguagem qualquer. E este conhecimento mediato inclui, naturalmente, os enunciados da ciência." ²³

Esta perspectiva afunda com o problema da indução e dos universais, pois, na verdade, nenhum enunciado científico, por mais empírico que seja, pode ser feito sem recurso, pelo menos implícito, a elementos universais que estão sempre muito além daquilo que pode ser conhecido à base de nossa experiência imediata. "Toda descrição usa termos universais (ou símbolos ou idéias); todo enunciado tem o caráter de teoria, de hipótese. O enunciado — aqui está um copo d'água — não pode ser verificado por nenhuma observação experimental. A razão é que os universais que nele aparecem não podem ser correlacionados com qualquer experiência sensorial específica. (Uma 'experiência imediata' é **apenas** uma vez, 'dada imediatamente'; é única). No termo 'copo', por exemplo, denotamos corpos físicos que apresentam certo **comportamento subsumível a uma lei física**, e o mesmo acontece com o termo 'água'. Os universais não podem ser reduzidos a classes de experiências..." ²⁴ Em outras palavras, um conceito não é observável. Em cada observação entram conceitos não observáveis. Popper remete o problema da origem do conhecimento, ou o que chamamos de epistemologia genética (Piaget e sua escola), para a área da psicologia, ²⁵ reservando para a epistemologia apenas o horizonte lógico, excluindo disto também o problema se existe ou não coincidência entre pensamento e pensado. Ao usarmos a lógica, muitas vezes somos envolvidos pelo sentimento de se tratar de necessidade do pensamento, que nos obriga a aceitar. Lembrávamos disso ao falarmos do silogismo, cuja conclusão parecia compulsória. O sentimento de convicção que uma inferência lógica pode suscitar não é um problema lógico, mas psicológico. O mesmo sucederia no caso da experiência que pareceria transmitir conhecimento imediato, certo e evidente; a segurança sensorial, transformada em origem do conhecimento, é também psicologismo. "Só existe um modo de se adquirir segurança sobre a validade de uma cadeia de pensamento lógico. Trata-se de pô-lo na forma em que é mais facilmente testável: decompomo-lo em numerosos passos pequenos, cada um fácil de checar por qualquer pessoa que aprendeu a técnica matemática ou lógica de transformar sentenças. Se depois disso alguém levantar dúvidas, então podemos apenas pedir-lhe que aponte um erro nos passos da prova, ou que repense o assunto de novo." ²⁶ Consagra-se aqui, certamente, o valor básico da lógica formal, com relativa exclusão de qualquer outra lógica, sobretudo da dialética, e eleva-se o caráter do enunciado testável como produção mais próxima da ciência. Sem recair no empirismo, Popper conserva a máxima: o que não é testável não é científico, ainda que a falsificabilidade se coadune até mesmo com um ponto de partida metafísico.

24. Idem, *ibidem*. p. 94-95.

25. PIAGET, J. **A epistemologia genética**. Petrópolis, Vozes, 1972. PIAGET, J. & INHELDER, B. **Gênese das estruturas lógicas elementares**. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

26. POPPER, K. R. **The logic of scientific discovery**. Op. cit. p. 99.

No decurso da dedução lógica da teoria chegamos ao enunciado básico, que vai decidir se a teoria é ou não científica. O enunciado básico tem a forma de um enunciado singular existencial, pois afirma a existência concreta de algo. Neste sentido, pode ser observado. A observabilidade do enunciado básico é um requisito de sua formulação, embora Popper não explicita mais este passo. Claramente, o enunciado básico pode cair dentro de algum campo experimental, porque mesmo sendo dedutível por definição do quadro teórico, a existência concreta do fenômeno nunca é garantida pela formulação de sua generalidade. Somente a observação pode confirmar se algo existe ou não, concreta e singularmente.

Mesmo assim, o enunciado básico é um enunciado, e por isto se coloca ao nível do discurso lógico, a saber, daquilo que se diz sobre a realidade, não da realidade como tal. Sendo um enunciado, além de conter universais, sua justificação se fará através de outro enunciado; se quisermos, porém, justificar também este outro enunciado, teríamos de apelar para mais um. E assim o processo não tem fim. Entra, então, um elemento decisório. "Todo teste de uma teoria, quer resulte em sua corroboração ou falsificação, tem de parar em algum enunciado básico que **decidimos aceitar**. Se não chegarmos a uma decisão e não aceitarmos este ou aquele enunciado básico, então o teste não levou a nada. Mas, considerando do ponto de vista lógico, a situação nunca é tal que nos compila a parar neste ou naquele enunciado básico particular de preferência a outro, ou mesmo a abandonar o teste pura e simplesmente, porque todo enunciado básico pode, por sua vez, ser submetido a testes, usando como pedra de toque qualquer enunciado básico dedutível dele com o auxílio de alguma teoria, seja por parte da que está em teste ou de outra. Este procedimento não tem fim natural. Assim sendo, se o teste nos levar a algum lugar, nada resta senão parar em um ponto ou outro e conceder que estamos satisfeitos, por enquanto." ²⁷

Quanto ao trilema de Fries, Popper posiciona-se da seguinte maneira: "Os enunciados básicos em que paramos, que decidimos aceitar como satisfatórios e como suficientemente testados, têm certamente o caráter de **dogmas**, mas somente na proporção em que desistimos de os justificar por argumentos ulteriores (ou por testes). Mas este tipo de dogmatismo é inócuo, porque, surgindo a necessidade, tais enunciados podem facilmente ser testados ulteriormente. Admito também que isto torna a cadeia da dedução em principio infinita. Mas este tipo de 'regressão ao infinito' é igualmente inócuo, tendo em vista que em nossa teoria não existe a questão de tentar provar qualquer

enunciado por meio dele. E finalmente, quanto ao **psicologismo**: admito, de novo, que a decisão de aceitar um enunciado básico e de se satisfazer com ele seja casualmente ligada a nossas experiências — especialmente a nossas **experiências perceptuais**. Mas não tentamos **justificar** enunciados básicos por meio destas experiências. Experiências podem **motivar uma decisão**, e daí a aceitação ou rejeição de um enunciado, mas um enunciado básico não pode ser **justificado** por elas — tanto quanto desferindo um murro sobre a mesa." ²⁸ Isto fundamentaria a concepção da relatividade congênita dos enunciados básicos, incapazes de transmitir a certeza e a evidência. Ainda que todos os passos descritos não pareçam sempre caber num contexto de inferência clara, pelo menos se pode conceder que realizam a coerência geral de emprestar à produção científica o caráter hipotético e crítico.

Numa nota de rodapé existe a afirmação de que todo enunciado observacional é sempre interpretação, "interpretação à luz de teorias". Sem o quadro teórico montado, nada há a observar. Nestes termos a observação aparece como resultado teórico. Sempre que uma observação adquire relevância, tal relevância não é produto do observado, mas do ponto de vista teórico que emprestou ao observado a respectiva relevância. "Teoria domina o trabalho experimental desde seu planejamento inicial até seus toques conclusivos no laboratório." ²⁹

Como se poderia então fundamentar a preferência por uma teoria? "A preferência, certamente, não é devida em absoluto a qualquer coisa parecida com justificação experimental dos enunciados que compõem a teoria; não é devida à redução lógica da teoria à experiência. Escolhemos a teoria que da melhor maneira se agüenta na competição com outras teorias; aquela que, por seleção natural, prova ser a mais apta à sobrevivência. Esta será aquela que não somente até agora superou os testes mais severos, mas também a que é testável da maneira mais rigorosa. Uma teoria é uma ferramenta que testamos aplicando-a e que julgamos sobre sua aptidão pelos resultados da aplicação." ³⁰ Do ponto de vista lógico, o teste de uma teoria depende de decisões também. "Assim, são decisões que marcam o destino das teorias." ³¹ À diferença do convencionalismo, Popper coloca o aspecto decisório apenas ao nível dos enunciados **singulares**, não dos **universais**.

Recorre, então, a uma comparação engenhosa: com um júri e seu veredicto. Como no caso do experimentador, o veredicto do júri

28. Idem, ibidem. p. 105.

29. Idem, ibidem. p. 107.

30. Idem, ibidem. p. 108.

31. Idem, ibidem.

responde a uma questão de fato. "Mas que questão é colocada e como é colocada, dependerá muito da situação legal, a saber, do sistema vigente da lei criminal (correspondente a um sistema de teorias). Por sua decisão, o júri aceita, por acordo, um enunciado acerca de uma ocorrência factual — um enunciado básico. A importância desta decisão está no fato de que, a partir dela, juntamente com os enunciados universais do sistema (da lei criminal) se pode deduzir certas conseqüências. Em outras palavras, a decisão forma a base para a **aplicação** do sistema; o veredicto desempenha o papel de parte de um enunciado verdadeiro de fato'. Mas é claro que o enunciado não precisa ser verdadeiro meramente porque o júri o aceitou. Este fato é reconhecido pela regra que permite impugnar ou rever o veredicto".³² O veredicto é alcançado numa tentativa regida por normas aceitas; mas a convicção subjetiva dos jurados não justifica a decisão tomada. O juiz, porém, emite um **juízo**, precisa e contém justificação. Tenta justificar o juízo através de outros enunciados ou por deduções lógicas deles: a saber, dos enunciados do sistema legal, combinados com o veredicto que faz o papel de enunciado singular inicial. Em vista disso, o juiz pode ser impugnado sobre bases lógicas. A decisão do júri, porém, pode ser inquirida apenas quanto ao seguimento ou não das normas estatuídas de procedimento.

A analogia com o processo legal ressalta sobretudo que a base empírica supõe sempre o quadro teórico a ser testado por ela. É uma decisão que se faz à luz deste quadro teórico e é por isso sempre em primeiro lugar questão da teoria a ser testada, não de observação como tal. Habermas especifica isto da seguinte forma: "Não se pode aplicar regras gerais, se não se acertou antes sobre os fatos que podem ser subsumidos por elas; de outro lado, estes fatos não podem ser constatados como casos relevantes antes da aplicação daquelas regras."³³ Em outro momento explica Habermas: "Algo como fatos experimentalmente constatados, em contato com os quais teorias científico-empíricas poderiam falir, constituiu-se somente no contexto prévio da interpretação da experiência possível."³⁴

Portanto, não é possível constatar o fato criminoso sem dispormos anteriormente do código penal, que vai definir o que é crime. De cada crime, factualmente, temos várias versões; o júri deve decidir qual a versão a ser considerada verdadeira, e em cima dela exara o veredicto. Designar um fato como criminoso não é questão

32. Idem, *ibidem*, p. 109-10.

33. HABERMAS, J. *Analytische Wissenschaftstheorie und Dialektik*. In: ADORNO, T. et alii. *Der Positivismusstreit in der deutschen Soziologie*. Berlin, Luchterhand, 1972. p. 1979.

34. HABERMAS, J. *Gegen einen positivistisch halbierten Rationalismus*. In: ADORNO, T. et alii. Op. cit. p. 243.

factual (o fato apenas acontece), mas atribuir-lhe uma significação específica dentro de uma interpretação teoricamente armada.

Como admirador incondicional das propriedades da lógica formal, Popper demonstrou em seu sistema enorme capacidade de dedução lógica, ainda que haja nisto alguns passos obscuros, como o problema da observabilidade do enunciado básico, de certo laivo convencionalista etc. Sua maior importância está em ter superado de modo elegante, por crítica interna, certos axiomas tidos por evidentes dentro do positivismo, como a crença da obtenção de enunciados empiricamente evidentes, além da severa crítica à indução. Seu impacto foi notável e se consagrou como um dos maiores metodólogos de todos os tempos, também no campo das ciências naturais, no que obteve apoio explícito de Einstein.³⁵ Seu problema mais característico para nós é a limitação de seu sistema ao horizonte lógico, no que é positivista típico, como se ciência se fizesse sem cientista.

6.3 CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS

Segundo Kolakowski,³⁶ o positivismo, que muitos chamam de neopositivismo para diferenciá-lo do de Comte, embora contenha elementos metodológicos claros (superação da filosofia, entrada na era do pensamento positivo etc.), desembocou numa filosofia obtusa mesclada de misticismo,³⁷ apresenta algumas marcas, que resume em quatro principais:

6.3.1 Regra do fenomenalismo

O positivista não aceita a distinção entre fenômeno e essência, que muitos autores apreciam, no intuito de evitar a simplicidade fácil de acreditar que a superfície observável do fenômeno o possa desvendar. A distinção leva consigo a sugestão de que o observável nunca esgota a totalidade do objeto; pelo contrário, transmite impressão imediata apenas. Esta ótica está adquirindo hoje importância maior, a partir de resultados metodológicos tidos como conquistas significativas. Um deles é, sem dúvida, o lançamento de Merton, segundo o qual haveria funções manifestas e latentes; estas não

35. Cf. POPPER, K. R. *The logic of scientific discovery*. Op. cit. p. 461-4, apoio de Einstein.

36. KOLAKOWSKI, L. *Positivist philosophy; from Hume to the Vienna Circle*. Harmondsworth, Penguin, 1972. p. 9-19.

37. AZZI, R. *A concepção da ordem social segundo o positivismo ortodoxo brasileiro*. São Paulo, Loyola, 1980.

podem ser relegadas como menos importantes, apenas porque não aparecem à primeira vista. Antes, o contrário é a condição mais característica da realidade social.³⁸ Do mesmo modo procede o caminho analítico do estruturalismo, sem falar no seu pressuposto do inconsciente, que busca modelos na profundidade da realidade, acreditando que sua "essência" esteja por baixo.

O fenômeno do poder traz a mesma problemática: poder informal, que acontece por trás, por vezes à revelia da organização explícita, geralmente é o poder real. Na subjacência do fenômeno está seu núcleo central. E isto se poderia aplicar a qualquer realidade social, que não se dá à primeira vista, na casca, tomando a imagem de um "ardil": a aparência geralmente é o contrário da realidade.³⁹

Um dos momentos mais conhecidos desta crítica ao positivismo talvez seja a questão do behaviorismo, caracterizado como estudo da personalidade através do comportamento externo, naquilo que é experimentalmente controlável. Sobretudo a partir da psicanálise, sabe-se que o comportamento externo nem sempre é indicador satisfatório da intimidade da estrutura interna da personalidade. A aparência, muitas vezes, é conduzida a esconder o que está por baixo. Assim, o estudo do comportamento externo atinge extensão relativamente restrita da pessoa, por vezes irrelevante.

O quociente de inteligência tem tais limitações, a começar pela definição prévia de inteligência, geralmente reduzida a indicadores mais facilmente mensuráveis. Acaba sendo mais inteligente quem domina estruturas matemáticas.

O positivismo tem sua razão quando aponta o abuso do conceito de essência, a nível de filosofia perdida, totalmente indevassável ao controle intersubjetivo. Dadas as limitações científicas já enumeradas várias vezes, parece claro que não conseguimos desvendar essências, entendidas como a razão última da realidade social. O termo tem, todavia, sentido útil quando colocado como necessidade de avançar além da casca fenomenal.

6.3.2 Regra do nominalismo

É conseqüência da posição anterior (Fenomenalismo) e se resume na visão de que os conceitos são apenas nomes que se referem a objetos concretos. Não existe "o" triângulo, mas somente este ou aquele triângulo. "Temos o direito de reconhecer a existência de

alguma coisa somente quando a experiência nos obriga a isto. Nenhuma experiência nos obriga a assumir que o nosso conhecimento geral acerca das propriedades de 'o' triângulo corresponde a certa entidade diferente de corpos triangulares individuais e que possuem uma existência separada deles."⁴⁰ Não se nega que a ciência necessita de construções conceituais, mas estas são meras criações mentais. "O mundo que conhecemos é uma coleção de fatos individuais observáveis."⁴¹

As concepções contrárias admitem que os casos individuais não esgotam o conceito e que o geral não se reduz a mera soma dos casos individuais. Até por uma razão lógica: individuais somados, por maior que seja o número, dão uma quantidade finita, enquanto o geral, **stricto sensu**, supõe algo infinito. Os dois horizontes são substancialmente diferentes e um não se deriva ou se reduz ao outro.

Por exemplo, o conceito de revolução não se esgota nos casos históricos concretos acontecidos; subsiste a cada realização concreta; não quer dizer que esta seja secundária. Weber, para fugir aos possíveis esvaziamentos conceituais, quando gerais em excesso, apelou para o "tipo ideal", que, mesmo guardando sua generalidade, se liga mais diretamente à historicidade dos fatos.⁴²

O nominalismo aproxima-se muito do convencionalismo, no sentido de ignorar que as formações conceituais não são meras invenções, mesmo porque elas, ao dar-se na sociedade e ao sabor de pressões e interesses, não são tanto convencionalmente projetadas, como culturalmente impingidas.

Voltando à crítica positivista de que filosofia não tem sentido, porque não é observável, pode-se aduzir que um conceito não é, por definição, observável, mas nem por isso mera invenção. Certamente pode-se, dentro do teorismo, do idealismo, inventar generalidades inconseqüentes. Diferente, porém, é o conceito cuidadosamente trabalhado, referenciado a autores que também o adotaram, equilibrado no contexto da teoria e da prática. Apesar de não "acontecer", é parte integrante do labor científico.

6.3.3 Regra da neutralidade científica

Métodos experimentais não "experimentam" valores. Estes não são constatáveis. Um fato apenas existe ou não, é possível ou im-

40. KOLAKOWSKI, L. Op. cit. p. 14.

41. Idem, ibidem. p. 15.

42. FREUND, J. *Sociologia de M. Weber*. Rio de Janeiro, Forense, 1975. p. 32-66 (metodologia); p. 67-99 (sociologia compreensiva).

38. MERTON, R. K. *Social theory and social structure*. Op. cit. p. 73 ss. DEMO, P. *Sociologia: uma introdução crítica*. São Paulo, Atlas, 1985. p. 58-9.

39. NICOLÁS, J. D. *Sociología entre el funcionalismo y la dialéctica*. Barcelona, Guadiana, 1971.

possível. Valorar um fato seria outra questão, de fora, não da própria tessitura factual. Talvez seja este um dos aspectos mais típicos do positivismo e que o separa mais que tudo da dialética.

Habermas, um dos corifeus dialéticos na polêmica clássica contra os positivistas, afirma a certa altura: "Porque não só os fins, mas também todas as partes constitutivas de certa constelação de meios, fins e efeitos colaterais são elementos de um contexto vital, que deveriam ser pesados e comparados mutuamente na escolha de medidas práticas com outras constelações como um todo, é necessário que a grande massa de constelações pensáveis se elimine, antes que a investigação valorativamente neutra possa começar na coincidência formal com o esquema meio-fim."⁴³ Significa que a neutralidade deve antes neutralizar um contexto vital nunca neutro.

"Porque o contexto social literalmente é um contexto vital (**Lebenszusammenhang**), no qual a partícula mais insignificante é tão viva, e isto quer dizer ao mesmo tempo tão contundível quanto o todo, inere aos meios igualmente conveniência (**Zweckmaessigkeit**) para **determinados** fins, bem como nos próprios fins uma adequação a meios **determinados**. Questões práticas não podem por isso ser respondidas com suficiência por intermédio de uma escolha racional de meios neutros. Questões práticas exigem orientação teórica: como uma situação pode ser transposta na outra; exigem (...) programas, não apenas prognoses. Programas recomendam estratégias para a abordagem de situações problemáticas, a saber, sempre do contexto, certamente decomponível para fins analíticos, mas praticamente insolúvel, de certa constelação de meios, fins e efeitos colaterais."⁴⁴

Simplificando, a dialética recusa-se a reconhecer como óbvia a distinção entre meio e fim, entre ser e dever ser, entre fato e decisão, ainda que formalmente as coisas não possam ser misturadas. Mas no contexto vital da sociedade aparecem mescladas numa constelação única. A neutralidade é intrinsecamente impraticável, porque é um valor. O sujeito faz parte do contexto do "objeto" pesquisado.⁴⁵

6.3.4 Crença na unidade do método

Mesmo em Popper esta crença existe e é patrimônio genérico dos cientistas, que, na maioria dos casos, sequer se dá ao trabalho

de problematizar esta postura. A grande vigência atual dos métodos empregados nas ciências naturais e sua crescente absorção dentro das ciências sociais estão baseadas na crença de que toda e qualquer realidade deve ser tratada cientificamente de forma semelhante, para não dizer idêntica.⁴⁶

A dialética coloca grande polêmica, mesmo porque não existe unanimidade dentro dela mesma, ao reclamar para a realidade social tratamento diferenciado, embora não exclusivo. A polêmica é muito compreensível, porque, já dizíamos isto no início deste livro, o que a ciência menos sabe é o que é a realidade; por isso é necessária. Não estranha que exista o dialético entusiasmado, como Engels, que imaginava uma "dialética da natureza". No outro lado, há quem justifique que a realidade social deve ser tratada de modo absolutamente próprio, esquecendo, por exemplo, que será impossível tornar a lógica formal algo próprio de algum método. Da mesma forma, faz parte do legado positivista assumir que a realidade é única, e, por conseqüência, o método de captação só pode ser único.

Os positivistas fixam-se exclusivamente nas propriedades da lógica formal, tida como arcabouço unitário aplicável a toda construção científica. Tal postura justifica, ademais, a esperança de amadurecimento crescente das ciências, rumo à obtenção de resultados cada vez mais definitivos, ao estilo das ciências naturais, que, sobretudo no seu horizonte tecnológico, têm colhido avanços inacreditáveis. O caminho da formalização, que por definição não se prende às vicissitudes históricas, é a via promissora da objetividade. No fundo, temos visões opostas de mundo. Num lado, há quem acredite que a realidade social, em parte pelo menos, pode ser feita, é conquistada. De outro lado, há quem veja na história decorrência objetiva de fatores externos, regidos por leis imutáveis.⁴⁷

A dialética histórico-estrutural procura, como víamos, um caminho intermédio, que leva em conta condições objetivas e subjetivas. A ciência é também fenômeno social.

O positivismo aprecia a **pesquisa pura**, desligada dos interesses pessoais e sociais, orientada a descobrir — de graça e por puro prazer — leis da realidade. Esta figura pode existir, embora no limite, sem falar que tamanha abnegação jamais poderia ser definida

Suhrkamp, 1969. HABERMAS, J. *Zur logik der Sozialwissenschaften*. Frankfurt, Suhrkamp, 1970. ADORNO, F. et alii. *Der Positivismusstreit in der deutschen Soziologie*. Berlin, Luchterhand, 1972.

43. HABERMAS, J. *Analytische Wissenschaftstheorie*. Op. cit. p. 190.

44. Idem, ibidem. p. 188.

45. SCHAEDELBACH, H. *Erfahrung, Begrenzung und Reflexion; Versuch ueber den Positivismus*. Frankfurt, Suhrkamp, 1971. TOPITSCH, E., org. *Logik der Sozialwissenschaften*. Köln-Merlin, Kiepenheuer & Witsch, 1965. ALBERT, H. & TOPITSCH, R., org. *Werturteilstreit*. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1971. KON, K. S. *Der Positivismus in der Soziologie*. Muenchen, DEB, 1973. WELLMER, A. *Kritische Gesellschaftstheorie und Positivismus*. Frankfurt,

46. ALBERT, H. *Ueber die Moeglichkeit besonderer Verfahren in den Sozialwissenschaften*. In: TOPITSCH, E., org. *Logik der Sozialwissenschaften*. Köln-Merlin, Kiepenheuer & Witsch, 1965. p. 213-313. ALBERT, H. *Zur Verwendung formalwissenschaftlicher Techniken in den Sozialwissenschaften*. In: TOPITSCH, E., org. Op. cit. p. 315-65.

47. DEMO, P. *Ciências sociais e qualidade*. São Paulo, Almed, 1985.

como comportamento neutro. Mesmo Popper, que em sua lógica da descoberta científica acentua muito os limites lógicos da objetividade, enfocando-a no contexto da intersubjetividade crítica, posteriormente admite elementos mais rígidos. "Chamamos um enunciado de 'verdadeiro', se coincide com os fatos ou a eles corresponde, ou se as coisas são da maneira como são representadas no enunciado. Isto é o assim dito conceito absoluto ou objetivo de verdade, que cada um de nós continuamente aplica. Um dos resultados mais importantes da lógica moderna consiste precisamente em que reabilitou tal conceito absoluto de verdade com um êxito que acabou por se impor."⁴⁸ O conceito de verdade é apenas uma "idéia regulativa" porque a verdade como tal não se alcança. Popper chama a atenção para o fato de que isto teria evitado inúmeras formas de relativismo. Creemos que o problema mais importante aí incluído é a não-consideração da base social do conhecimento, nem sempre lógica, mas muito real.⁴⁹

Talvez seja característica fundamental do positivismo o **reducionismo**, no sentido de não se levar em conta a totalidade da realidade social, destacando delas os horizontes formalizáveis e quantificáveis. Trata-se, novamente, de uma ditadura do método: considera-se real o que mais facilmente cabe no método.⁵⁰

6.3.5 Popper e Albert — positivismo arejado

Responder se Popper é positivista é sempre algo complexo, porque é mister respeitar sua incrível originalidade. Diríamos que é positivista, até mesmo típico, porque dispõe a produção científica no plano da lógica apenas. Sua crítica — exuberante por certo, provocativa, inquieta — é do método, não da realidade. Não produziu neste sentido teoria crítica e, na verdade, foi um dos interlocutores adversários mais persistentes da Escola de Frankfurt. Tem certamente a vantagem de relativizar a capacidade comprobatória da ciência, de restringir a objetividade a algo apenas intersubjetivo, de propor uma teoria que deveria ser — por coerência — também falsificável.

De todos os modos, mostra a distância imensa entre empirismo e positivismo, embora se possa detectar o mesmo espírito metodológico em ambos. Procura-se a verdade, alocada na forma lógica, ou na

verificação empírica. Mas esquece-se de que esta "verdade" não tem carne, nem osso, ou somente toca a superfície. O homem não mora na lógica e quer da vida muito mais que quantidade mensurável. É pequena esta "verdade".

O empirismo é crédulo tipicamente, pois acredita na externalidade fenomenal. O positivismo dificilmente poderia ser taxado de crédulo, porque, sobretudo na sua versão do neopositivismo e do positivismo lógico, produz linguagem de extrema sofisticação, acompanhada de grande domínio formal.⁵¹

Uma diferença notável está certamente em que o empirista se agarra a realidades observáveis, formando um elo mais perceptível entre ciência e realidade, enquanto o positivista, sobretudo o empenhadamente lógico, se fixa no discurso científico, que quer perfeito, abandonando o problema de sua coincidência com a realidade.

De todos os modos, o empirismo foi etapa histórica inicial, que plantou caminhos depois aprofundados/abandonados pelo positivismo.

À semelhança de Popper, Albert⁵² pode ser tido como um dos representantes mais críticos do processo científico, muitas vezes já em consonância com visão mais processual, como é a idéia de que "racionalidade e engajamento" não seriam incompatíveis (p. 17), na ótica do "racionalismo crítico" (p. 19). Combate a fundamentação última da ciência, observando neste esforço inútil um típico **trilema**, que denomina trilema de Muenchhausen, porque é, no fundo, mentira. Em primeiro lugar, constata que toda dedução lógica não obtém conteúdo; este não pode ser deduzido de enunciado analítico. Em segundo lugar e como conseqüência, dedução lógica não pode distinguir entre conteúdos ideológicos e não-ideológicos. Ao se exigir fundamentação para tudo, surge o trilema:

- a) "Um **regresso infinito**, que parece resultar da necessidade de sempre, e cada vez mais, voltar atrás na busca de fundamentos, mas que na prática não é passível de realização e não proporciona nenhuma base segura.
- b) Um **círculo lógico** na dedução, que resulta da retomada, no processo de fundamentação, de enunciados, que já surgiram anteriormente como carentes de fundamentação, e o qual, por ser logicamente falho, não conduz do mesmo modo a nenhuma base segura.

48. POPPER, K. R. Die Logik der Sozialwissenschaften. In: ADORNO, T. et alii. *Der positivismusstreit in der deutschen Soziologie*. Op. cit. p. 117. POPPER, K. R. *Conocimiento objetivo*. Madrid, Tecnos, 1974.

49. POPPER, K. R. Die Logik der Sozialwissenschaften. Op. cit. p. 112-13 Uma crítica à sociologia do conhecimento.

50. MARCUSE, H. & POPPER, K. R. *Revolution oder reform?*; eine Konfrontation. Berlin, Koesel, 1971.

51. AYER, A. J. *The problem of knowledge*. London, Pelican, 1972. ——— *As questões centrais da filosofia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

52. ALBERT, H. *Tratado da razão crítica*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1976. As citações a seguir entre parênteses referem-se a esta obra.

- c) Uma **interrupção do procedimento** em determinado ponto, o qual, ainda que pareça realizável em princípio, nos envolveria numa suspensão arbitrária do princípio da fundamentação suficiente" (p. 26-7).

Segundo Albert, a exigência de fundamentação última e suficiente está pendurada num "**modelo da revelação** na teoria do conhecimento" (p. 28 ss), no sentido de supor fonte segura e evidente. Duas fontes se destacam: no **intelectualismo** clássico a fonte é a soberania da razão, da intuição intelectual e do primado do saber teórico; no **empirismo** clássico a fonte é a soberania da observação, da percepção dos sentidos e do primado dos fatos. No fundo, porém, substituímos apenas a autoridade teológica do modelo da revelação por outras autoridades: o intelecto ou os sentidos, às quais atribuímos crédito infundável.

A versão intelectualista supervaloriza a especulação como se esta detivesse capacidade imanente de captar a realidade. "A constituição da teoria é uma atividade criadora, e não uma contemplação passiva na qual 'a realidade dada' é refletida. Justamente por isto é sempre necessário haver crítica e controle para eliminar os erros do pensamento teórico" (p. 38). A versão empirista subestima a especulação, incorrendo na contradição indutiva apontada por Popper. "Todas as certezas no conhecimento são autofabricadas e, portanto, não têm valor para a apreensão da realidade. Ou seja: nós sempre podemos adquirir certeza à medida que **imunizamos** quaisquer partes de nossas convicções mediante a dogmatização contra qualquer crítica e, com isto, resguardamo-la contra o risco do fracasso" (p. 48). "Se damos às nossas convicções — e conseqüentemente também às construções teóricas em que elas se encarnam — a oportunidade de malograr em face da resistência do mundo real, então temos, ao mesmo tempo, a oportunidade de verificar seu conteúdo de verdade e nos aproximarmos mais da verdade, através da correção dos nossos erros. Para podermos realizar isto, temos certamente que sacrificar a aspiração subjacente à certeza na teoria clássica e suportar a permanente incerteza quanto à confirmação das nossas convicções e a sua manutenção no futuro" (p. 50).

Não pode, assim, haver neutralidade, porque a "aceitação de determinado método, inclusive do método de verificação crítica, envolve decisão moral", porque implica práxis social e conseqüente mundivisão. Estabelece-se, ademais, "ligação entre lógica e política" (p. 58). Não podendo haver certeza da verdade de uma teoria, vale sempre a pena buscar alternativas, abandonando-se a distinção entre teoria e prática, entre conhecimento e decisão, já que o conhecimento é parte da práxis humana (p. 69).

Albert chega mesmo a conceder a importância dos condicionamentos sociais do conhecimento, porque "a razão, em toda configuração, é produto de criação sócio-cultural sobre base vital" (p. 116). Seu positivismo começa, contudo, a aparecer, quando sugere que a dialética admite qualquer conclusão, pois aceita também conclusões contraditórias (p. 132), unindo-se à crítica de Popper. Não aceita também a reivindicação dialética de autonomia relativa das ciências do espírito (p. 161), quer no sentido weberiano de que a elas cabe o método compreensivo, quer no sentido propriamente dialético de que a realidade histórica detém peculiaridades suficientemente próprias para exigir tratamento próprio. Defende, então, que o método da verificação crítica é aplicável a qualquer ciência e, mais que isto, tanto à teoria quanto à prática, porque pode discutir não só teorias, mas também "uma solução positiva dos problemas de pontos de vista críticos" (p. 205).

Esta postura é contraditória, porque, como se dizia no início, de critérios apenas lógicos, dedutivos, não se sacam indicações práticas. Entretanto, o positivismo de Albert é muito arejado, tendo-se tornado figura constante na polêmica com a dialética. Não chega a ser uma teoria crítica da sociedade, pela mesma razão popperiana, mas, como Popper, defende criativamente a precariedade lógica da produção científica.

6.4 EXPERIMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO

A tentativa de trazer para o interior das ciências sociais a lógica do experimento é pelo menos tão velha quanto o empirismo. Mas apenas a partir do início do século XX surgiram concepções específicas que se colocaram a nível de autêntica "lógica do experimento". Temos aí toda uma geração, à qual também Popper pertence: Greenwood, Carnap, Neurath, Reichenbach, Chapin, Fries etc. Segundo Greenwood, "um experimento é o teste de uma hipótese, que tenta relacionar mutuamente dois fatores em uma relação causal, através de pesquisa em situações diversas. Estas situações são controladas relativamente a todos os fatores, exceto àquele que é objeto de interesse, pois ele apresenta a causa hipotética ou o efeito hipotético".⁵³ Nesta definição, os elementos básicos seriam:

- a) Uma hipótese causal, pelo menos no sentido de uma suspeita de que entre dois fatores exista alguma relação do

tipo causa e efeito; a relação causal não precisa ser entendida em termos estritos, embora ao positivismo agrade muito o determinismo das leis causais. O importante é apenas que se possa hipoteticamente relacionar dois fatores pelo menos a nível de condicionamento mútuo.

- b) Esta hipótese é testada através de uma série de situações diversas. A diversidade de situação torna-se ponto central porque teria a missão específica de descobrir se o condicionamento mútuo hipotético se deve apenas ao acaso ou se é repetível e regular. Construiríamos, assim, a seguinte situação: diante de duas situações diversas, aplicaríamos numa delas o fator de interesse e na outra não; pela ausência do efeito na segunda, podemos admitir que o efeito hipotético deve-se à introdução do fator.
- c) As situações diversas são controladas. Assim como antes já surgira o termo **teste**, surge agora o termo **controle**, para que se garanta que as situações, embora diversas, sejam ainda semelhantes, para eliminarmos de alguma maneira a ação de fatores intervenientes ou latentes casuais ou estranhos ao contexto.⁵⁴

Poderíamos imaginar uma situação de laboratório: um rato tomou de certo líquido e após algumas horas morreu. Pode surgir a suspeita de que haja relação causal entre o líquido ingerido e a morte do rato. Passa-se ao teste. Tomam-se vários ratos, marcando-se a quem se dá o líquido e a quem não. Teríamos aqui a diversidade de situações, ou seja, o teste efetivado várias vezes. O terceiro elemento estaria cumprido na própria medida que compara rato com rato, ou seja, cada rato é um caso diverso, mas semelhante e por isso comparável. Não poderia, por exemplo, aplicar o líquido a uma planta ou a uma pessoa. Além disso é necessário garantir que se trate do mesmo líquido. Voltando ao exemplo, se os ratos que tivessem ingerido o líquido morressem após algumas horas, ter-se-ia "verificado" a hipótese causal.

Isto é certamente caso de laboratório. Na realidade social nunca temos um único fator atuante destacável com facilidade; ele mesmo está imerso em estrutura mais complexa. Assim, o experimentador terá de se debater com o grande problema de neutralizar efeitos de fatores não pesquisados. Como não se pode eliminá-los perfeitamente, apela-se para a ação de "controle". O controle consiste de partida na determinação dos fatores que possivelmente estão ligados ao efeito estudado: a estes fatores dá-se a denominação de **fatores**

relevantes, e é tarefa essencial para o início de qualquer experimentação.

Concretamente, podemos imaginar a situação de alguém que deseja estudar o fenômeno da favela. A favela constitui situação social de complexidade considerável. Se perguntássemos quantos fatores entram na composição dela, ficaríamos perplexos e não haveria a mínima possibilidade de enumerá-los todos. Como não existe técnica pensável de devassar uma situação social complexa, pelo menos no sentido absorvente de decomposição total de seus elementos constituintes, deseja-se ficar pelo menos com os fatores mais relevantes. Na verdade, isto é um consolo: já que não é possível sonhar com uma situação social não-complexa ou totalmente decomposta, seria desejável no mínimo garantir que dela se estude o mais importante. Por isso, a determinação dos fatores mais importantes é momento crucial da pesquisa. À guisa de exemplo, poderíamos considerar como fatores relevantes na formação do fenômeno favela: fatores econômicos, sociais, demográficos, geográficos, políticos, culturais, ecológicos etc. Ademais, cada um destes fatores ainda é uma complexidade enorme, sendo mister delimitar, por exemplo, que fator social seria mais preponderante: a migração, a inserção no mercado de trabalho, a constituição familiar, as discriminações desiguais etc. Conclusão: uma pesquisa sobre favela fará apenas um recorte aproximativo, dentro de uma expectativa de relevância.

Se lançássemos a hipótese de que uma origem importante da favela seria a migração interna, o que já suporia nossa decisão de ver na migração fator relevante, o seguinte passo seria como controlar situações diversas: testar se, em todas as cidades que possuam favelas, o fenômeno se revela de alguma forma importante à migração. Como posso garantir a semelhança de situações? Certamente, uma favela no Rio e outra em São Paulo são semelhantes, mas que dizer de uma favela surgida em cidade pequena, ou ao longo de uma rodovia? Ademais, seria mister especificar o que se entende por migração interna e por que seria fator relevante.

"Para o processo de controle é necessário, primeiro, saber quais são os fatores relevantes e, depois, em que forma e em que intensidade tais fatores serão mantidos constantes em sua atuação. Assim sendo, antes de mais nada, é mister por algum meio, indagar quais são os fatores relevantes em determinada situação; sem isto, não é possível sequer pensar na possibilidade de experimentação. Coloca-se então a pergunta inevitável: como se sabe que um fator é relevante ou, pelo menos, mais ou menos relevante que outros fatores? Pode-se, de partida, descartar a possibilidade de **controle absoluto** pela própria complexidade de qualquer situação social; ele será apenas **seletivo**. Mas esta seleção que vai privilegiar alguns e negligenciar outros fatores, não é dada pela própria situação expe-

rimental, a menos que seja já situação conhecida e por isto não necessitaria ser experimentada. Nisto o experimentador terá de se apoiar em sua intuição, em sua prática com o instrumento e com o objeto, mas sobretudo em algum arcabouço teórico." ⁵⁵ "Não existe uma técnica decisiva para a seleção dos fatores relevantes dentro do quadro dos condicionamentos múltiplos do experimento social", ⁵⁶ porque não é questão técnica propriamente.

Considerando o problema de perto, estaríamos diante do seguinte contexto:

- a) devido à complexidade dos fatores constituintes de uma situação social, torna-se inevitável abordá-la apenas seletivamente;
- b) já que é mister selecionar na situação os fatores relevantes, porque só estes interessam, pergunta-se como se sabe que um fator é relevante;
- c) se se conseguisse fundamentar que os fatores abordados são os mais relevantes, ter-se-ia pelo menos o consolo de que, não se podendo atingir a complexidade como tal, se atinge de alguma maneira o cerne da questão;
- d) o mais importante de tudo está em que a determinação seletiva dos fatores relevantes não é imposta pela própria situação, ou seja, não é evidente em si;
- e) isto leva ao problema central a que nos dedicamos aqui: para selecionar fatores relevantes, estou abandonado a elementos sobretudo exteriores à própria situação, porque a observação não é um dado primeiro, mas um resultado teórico;
- f) não está, pois, escrita na face do fator o **quantum** de sua relevância; ele é tão relevante quanto o quadro teórico em que se insere o faz relevante;
- g) assim sendo, em poucas palavras, temos apenas três elementos seletores principais:
 - experiência em pesquisa;
 - conhecimento teórico;
 - imaginação.⁵⁷

Experiência em pesquisa significa que uma pessoa experiente tem melhores condições de vislumbrar no emaranhado de uma situa-

ção relevos destacáveis. O conhecimento teórico repisa a vantagem tida pela pessoa que dispõe, por exemplo, de extensa leitura no assunto e acompanha as evoluções de pesquisa constantemente: isto pode fornecer uma série de parâmetros orientativos, capazes de retirar o pesquisador da situação inicial normal de estar totalmente perdido diante do objeto. E a imaginação significa precisamente a capacidade de inventar relações e correlações novas, que saquem de dados esfarrapados hipóteses brilhantes e originais. O medíocre dormita à sombra de algumas tabelas.

De tudo isto vale acentuar que os três elementos seletivos são exteriores à situação. Exteriores no sentido de que não conseguimos delinear relevância a partir de pretensas evidências empíricas, mas a partir de quadros de referência, prévios ou adrede construídos. Isto leva também a dizer que não é possível esgotar a relevância de um tema, de um fenômeno. Pode haver os latentes, os novos, os redescobertos, o que permite voltar a temas aparentemente esgotados, e sobre eles fazer algo muito original. Dos mesmos dados retiram-se análises divergentes, porque não falam por si, mas pela boca de uma teoria.

O fenômeno comum de, ao iniciarmos uma pesquisa, termos a sensação de "perdidos no deserto", aponta para esta problemática: as pistas da relevância não estão dadas; precisam ser construídas. Por vezes imaginamos dados evidentes, quando vemos neles informações que julgamos compulsivas para todos. Na verdade, não se trata de evidência do dado, mas da expectativa de evidência dentro de nosso quadro de referência. Em outro quadro de referência o mesmo dado pode ser tomado como irrelevante.

É possível recorrer sempre à desculpa de que a experimentação é ainda iniciativa recente em ciências sociais, e que o controle dos fatores complexos poderá evoluir no tempo, com ajuda de técnicas específicas, como a computação, capaz de manipular uma quantidade enorme de facetas. Esta sugestão tem seu peso, até porque o avanço nesta parte é impressionante. Mas, mesmo que nos pudéssemos aproximar do domínio quantitativo de uma situação social, resta ainda o desafio qualitativo, que não parece experimentável. Quer dizer, estamos supondo algo muito questionável, ou seja, que a realidade social cabe adequadamente no quadro de um experimento. Certas facetas da realidade social são experimentáveis, ainda que com adaptações, mas nunca a totalidade. Neste sentido, o problema não é apenas de maturidade metodológica, mas de inadequação de método.

Não é que o experimento não tenha seu lugar. Não existe a intenção de desfazer através da caricatura. A intenção é mostrar seu condicionamento teórico, porque, por mais que seja algo importante, não resolve um ponto essencial de partida: o que vamos experi-

55. DEMO, P. Notas gerais sobre indicadores sociais. Op. cit. p. 18-9.

56. SIEBEL, W. *Die Logik des Experiments in den Sozialwissenschaften*. Berlin, Dunker & Humblot, 1965, p. 23. BERGER, P. L. *A construção social da realidade*. Petrópolis, Vozes, 1973.

57. SCHUETZ, A. *Das Problem der Relevanz*. Frankfurt, Suhrkamp, 1971.

mentar por razão de sua relevância. Ademais, esta questão nunca é neutra.⁵⁸

Passando ao problema da operacionalização, deparamos com problemas semelhantes. Operacionalização é passo essencial de qualquer pesquisa social empírica e significa o processo de descida de um conceito para seus referenciais empíricos. Temos, de um lado, o conceito, entidade geral e teórica, que, por ser aplicável a todos os casos particulares, não é nenhum deles em particular. De outro, temos o nível empírico, ou seja, o referenciado, capaz de denotar com clareza mensurável facetas empiricamente tratáveis do conceito.

Conceito sem referencial empírico não tem interesse para a pesquisa social devotada a analisar realidades concretas. Isto não esgota o universo da pesquisa, mas aqui se trata da pesquisa empírica. Podemos distinguir duas definições: definição **conceitual**, que atinge a generalidade do conceito como tal e é teórica; definição **operacional**, que se coloca a nível dos referenciais empíricos mensuráveis. A definição conceitual de "estratos médios" poderia ser: camadas, dentro da pirâmide sócio-econômica, que ocupam o corpo médio dela, ou seja, alocam-se entre as camadas altas e baixas. A definição operacional poderia ser: camadas caracterizadas por certo salário, certo consumo, certo tipo de profissão, certo tipo de moradia, certo tipo de automóvel etc. Na definição operacional trabalhamos com elementos quantificáveis, empíricos. A definição operacional não é uma nova definição; pelo contrário, é o passo empírico do mesmo processo definitório.

O exemplo aqui dado é simplificado. Mas quando se trata de conceitos muito complexos, a operacionalização se torna tanto mais difícil.

Chamamos aos referenciais empíricos de **indicadores**, que, pela própria etimologia, são formulados para "indicar" empiricamente o conteúdo originariamente geral de um conceito. Há dois pontos sucessivos fundamentais na operacionalização:

- a) seleção de indicadores;
- b) tradução dos indicadores em operações de teste.

É erro metodológico corrente imaginar que a operacionalização se consome na seleção dos indicadores. A mera seleção não completa a razão de ser do processo, que é produzir um caminho para mensurações indicativas. Voltando ao exemplo citado, fizemos apenas a seleção dos indicadores. É mister ainda precisar que o

salário considerado de estratos médios vai, digamos, de 10 salários mínimos a 50, que a moradia típica será o apartamento de três quartos ou uma casa de três quartos, e assim por diante.

De um lado, vê-se de imediato que tais mensurações são facilmente atacáveis, porque representam aproximações por vezes grotescas. Quanto mais complexa a realidade operacionalizada, tanto mais difícil o indicador. É o caso das escalas de opinião: perguntar se é contra ou a favor parece pouco; então começa-se a graduar: tendente a contra, indeciso, sem opinião etc. Outras vezes aparece o encurralamento da resposta, para evitar matizes que seriam óbvios: você é contra ou a favor da democracia? Tamanha pergunta não admite resposta tão pequena e caricata. Mas para o intento de colocar a qualquer preço a resposta a nível mensurável é sempre preferível apresentar apenas duas alternativas.

Entretanto, se ridicularizar é fácil, difícil é construir operacionalizações criativas, que, a par de limites naturais, consigam revelar faces relevantes. Assim, há indicadores de desenvolvimento, por exemplo, mais e menos indicativos. **Renda per capita** é pouco indicativa, porque não revela sua distribuição. Mortalidade infantil já é mais indicativa, porque revela ainda a situação de pobreza.

A operacionalização é necessidade da pesquisa empírica. Mas talvez levante mais problemas do que os resolva. "O procedimento geralmente usual na técnica empírica da definição operacional ou instrumental, que define de certa maneira uma categoria como 'conservadorismo' por intermédio de certos valores numéricos das respostas a perguntas dentro do próprio levantamento, sanciona o primado do método sobre a coisa, e em termos finais a própria arbitrariedade da instituição científica. Pretende-se investigar uma coisa através de um instrumental de pesquisa, que pela própria formulação decide o que a coisa é: um puro círculo."⁵⁹

Supondo que o processo de operacionalização tenha sido suficientemente delineado, podemos agora indagar pela problemática especificamente teórica que o envolve:

- a) Sendo o conceito entidade geral e o indicador entidade a nível empírico, a operacionalização acarreta um **estreitamento** do conceito. Assim, se ganhamos em concreção, perdemos em dimensão geral. Isto não é mal, porque é do negócio. É mal o **operacionalismo**, que iguala definição conceitual com a operacional. Nisto se baseia, por

168 58. BALAN, J. et. alii. *Las historias de vida en ciencias sociales: teoría y técnica*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1974.

59. ADORNO, T. *Soziologie und empirische Forschung. Der Positivismusstreit in der deutschen Soziologie*. Berlin, Luchterhand, 1972. p. 86.

exemplo, a simplificação deturpadora de considerar **renda per capita** indicação suficiente de desenvolvimento.⁶⁰

- b) Tendo em vista este estreitamento, é fundamental construir sempre um **conjunto convergente** de indicadores, que ainda assim jamais esgota o conceito, mas pelo menos o cerca melhor. Não se usa um indicador só, mas um **set**.
- c) O problema da **seleção dos indicadores** é semelhante ao problema da seleção dos fatores relevantes do experimento. Atrás da seleção dos indicadores lateja o referencial teórico mais ou menos explícito. Assim, para um conceito econômico de desenvolvimento escolhem-se indicadores econômicos. Para um conceito também social de desenvolvimento consideram-se indicadores sociais como algo importante.

Nenhum indicador é evidente em si. Seu potencial indicativo tem origem na relevância que o quadro teórico lhe empresta. Por isso, dependendo deste quadro teórico, o mesmo indicador indica mais, indica menos, e pode não indicar nada. Basta colocar os indicadores de inflação, que serão muito diferentes se se trata do governo, dos sindicatos, dos industriais, dos pequenos agricultores. Em todo indicador há dose de manipulação, sobretudo quando elaborado por instituições mais comprometidas ideologicamente, ou quando se pretende referenciar realidades muito complexas. Por exemplo, a taxa de crescimento é resultado de muita composição de fatores, o que permite jogar mais para cima, ou mais para baixo, sem poder jamais garantir precisão maior. A cesta básica do trabalhador, definida como os custos de suas necessidades mais básicas, será diferente para o trabalhador pobre que tende a ver no salário mínimo nem o mínimo, enquanto o governo, querendo controlar a inflação às custas dos salários, tende a considerar o mínimo satisfatório.

De todos os modos, por maiores que sejam as limitações de tais indicadores, é uma arte construir operacionalizações criativamente indicativas.

7

Estruturalismo – Formalização Metodológica Extrema

Algumas ciências sociais, sobretudo a História, mas também certas abordagens de sabor sociológico como a dialética, freqüentemente ignoram a tendência moderna de se acentuar o caráter formalizante da explicação científica. Com exceção do esforço ligado a metodologias alternativas, que geralmente revivem a dialética e insistem no débito social das ciências sociais, pode-se garantir que sopra principalmente o vento formalizante, no contexto da concepção **nomotética** de ciência: a realidade, inclusive a social, é necessariamente regida por leis.

Trata-se de concepção específica de ciência ou de demarcação científica, representada sobretudo pelo estruturalismo etnológico e lingüístico da escola francesa de Lévi-Strauss, bem como pela metodologia sistêmica (capítulo seguinte), com conotações positivistas bastante indigitáveis. Esta problemática é muito interessante, sobretudo se pensarmos que já houve mais de uma vez a tentativa de unir estruturalismo e dialética, na versão mais conhecida de Althusser, ou na pretensão de Lévi-Strauss de considerar Marx seu precursor, e mesmo na designação **histórico-estrutural** a um tipo de dialética, como já vimos.

Há, como sempre, várias conceituações de estruturalismo em termos metodológicos. Na teoria do desenvolvimento aparece com freqüência a designação "histórico-estrutural", no contexto da dialética histórico-estrutural, indicando a totalidade histórica inseparável entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, ou entre Primeiro e Terceiro Mundo. À base desta visão rejeita-se a concepção de fases prévias de desenvolvimento, como se o problema de subdesenvolvimento fosse de mero atraso, bem como rejeita-se a tendência a considerar o subdesenvolvimento como curva infeliz da história, acaso, contigüidade, buscando compreendê-lo no contexto dialético

da polarização. O termo **estrutural** aponta para a vigência de um todo só em polarização.¹

Outra concepção coloca o estrutural no plano do essencial, como aparece na designação de revolução estrutural, totalmente diferente de mudanças na superfície. O termo **estrutura** vem identificado com as raízes mais profundas do problema, com sua "essência". Por trás há imagem arquitetônica, como num prédio, onde estrutura significa os fundamentos, a base.

Ainda se poderia ver outra posição na contribuição da escola antropológica inglesa (Malinowski, Radcliffe-Brown e outros), em que, porém, o termo aparece no contexto do funcionalismo e desabrochou de forma mais precisa em Parsons: o **estrutural-funcionalismo**. Volta-se para o reconhecimento de que há funções estruturais na sociedade, aquelas que se tornam vigentes em todo o grupo humano, como normas, valores, cultura, papéis etc., perfazendo parâmetros invariantes da história.

Sem nos determos nesta enumeração, passamos a especificar o **estruturalismo francês** de Lévi-Strauss, que, a par de obra extraordinariamente compacta de pesquisa (sobretudo os quatro volumes dos **Mythologiques**), produziu contribuições muito relevantes no campo metodológico, armando o contexto mais desafiante para a dialética. É, sem dúvida, o adversário mais importante de concepções dialéticas e de metodologias alternativas, tendo trazido à baila a tradição nomotética com vigor inaudito.²

7.1 PRIVILÉGIO METODOLÓGICO DA "INVARIANTE"

Uma das marcas mais profundas do estruturalismo é a acentuação firme de que o conhecimento da realidade se realiza plenamente apenas quando atinge nela elementos constituintes em nível de constantes supratemporais e supra-espaciais. É necessário desvendar esta perspectiva para que se possa aquilatar a contribuição mais significativa e polêmica desta abordagem, aliada ainda à postura relativa ao inconsciente.

1. FRANK, A. G. *Sociología del desarrollo y subdesarrollo de la sociología*. Barcelona, Anagrama 1971. OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica da razão dualista. *Seleções CEBRAP 1* São Paulo, Brasiliense, 1975. RIGOL, N. *Sociologia do Terceiro Mundo*. Petrópolis, Vozes, 1977. PERLMAN, J. E. *O mito da marginalidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
2. LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1967. ———. *Antropologia estrutural II*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1976. ———. *O pensamento selvagem*. São Paulo, Edusp, 1970.

Inicialmente, aceita-se que ciência se faz do geral, pois de **indivíduo non est scientia**. O geral, abstraído dos casos particulares, tem a capacidade de cobrir a todos e por isso não é nenhum deles, assumindo posição de referência invariante. A potência explicativa se liga exatamente à invariância, realizando sonho positivista persistente: a constituição de parâmetros formais estáveis de conhecimento, de tal sorte que se tornaria factível concretizar os ideais caros da objetividade, da certeza, da evidência, da verdade.

Assim, se a ciência lida com o nível geral da realidade e se este geral não pode logicamente provir da acumulação de particulares, o estruturalismo oferece uma solução lógica: o geral faz parte da estrutura mental, consiste em formas invariantes, "já dadas"; independem do concreto. A ciência não explica o concreto individual, porque, se assim fosse, necessitaríamos de uma nova ciência para cada novo concreto individual, que, por definição, não se repete.

Lévi-Strauss tem sempre em mente a difícil discussão sobre a cientificidade das ciências sociais, seja porque se movimenta dentro dela, seja porque considera as ciências naturais não problemáticas neste sentido. Por deficiência de instrumental ou por imaturidade histórica, as ciências sociais são apenas excepcionalmente científicas, a saber, apenas naqueles momentos em que conseguem descobrir invariantes que expliquem a variedade dos fenômenos. Aí emerge o problema complicado da história, que, atendo-se à visão pretensamente dinâmica, tende a subjetivar em demasia a percepção do objeto, povoando-o de atores conscientes e destruindo a expectativa de "leis" sociais.

Uma das passagens mais claras encontra-se num **mythologique** (**Le cru et le cuit**), em que tenta justificar-se contra críticas de que teria incorrido em formalismo ou em invenção arbitrária de esquemas impingidos à realidade. "É necessário evocar pelo menos estes resultados concretos de análise estrutural (...) para advertir o leitor da acusação de formalismo, e mesmo de idealismo, que por vezes nos tem sido endereçada. Mais ainda que em nossas obras anteriores, este livro não faz com que a pesquisa etnológica se perca nos caminhos, que lhe deveriam estar interditados, da psicologia, da lógica e da filosofia? Não contribuimos para desviar a etnografia de suas verdadeiras tarefas, que consistiriam no estudo das sociedades concretas e dos problemas que propõem as relações entre os indivíduos e os grupos, do triplo ponto de vista social, político e econômico? Estas inquietações, freqüentemente expressas, parecem-nos resultar de um total desconhecimento da tarefa a que nos propusemos. E o que é mais grave a nossos olhos, elas lançam dúvida sobre a continuidade do programa que temos seguido metodicamente depois de **Les structures élémentaires de la parenté**, ainda que, ao menos diante desta obra, não me parece que a mesma queixa

possa, com razão, ser formulada (...). Nosso objetivo permanece o mesmo. A partir da experiência etnográfica, trata-se sempre de organizar um inventário de esferas mentais, de reduzir dados suplementares arbitrários a uma ordem, de encontrar um nível em que uma necessidade se revela imanente às ilusões de liberdade. Por trás da contingência superficial e diversidade incoerente, aparentemente, das regras do matrimônio, desenvolvemos em **Structures** um pequeno número de princípios simples, pela intervenção dos quais um conjunto muito complexo de usos e costumes, à primeira vista absurdos (e geralmente julgados como tais), acham-se integrados a um sistema significativo.”³

Aqui temos, com ênfase, uma declaração metodológica que contém os elementos mais centrais de sua perspectiva original:

- a) Privilegia-se o esforço de decomposição analítica. Ao final dele, pode-se encontrar, diante do objeto desmontado em suas partes, o cerne da questão.
- b) Supera-se o problema da complexidade da realidade: o complexo existe apenas aparentemente, pois, na profundidade de sua decomposição analítica, descobre-se que a variação complexa se liga a um tema único.
- c) Decide-se pela heurística da subjacência; o fenomenal é sempre variável e por isso não explicativo; é preciso desvendar o objeto dentro de uma técnica que coloque à luz seus elementos internos profundos.
- d) A subjacência é estruturada em modelos construíveis, ou seja, para além do superficial emerge a ordem, a constância explicativa do fenômeno. Analiticamente reduzido, ele revela ordem interna invariante e que por isso o explica na sua compleição e na sua variação.

Para justificar que esta ordem subjacente não aparece à superfície, recorre-se à idéia de inconsciente. Os índios não têm consciência de que os mitos são redutíveis a um núcleo subjacente e invariante. Acrescenta, então, que “este pensamento objetivado (...) permite ilustrar e demonstrar empiricamente sua realidade. Tal não exclui que os indivíduos falantes, que produzem e transmitem os mitos, possam tomar consciência de sua estrutura e de seu modo de operação, o que não ocorreria de modo normal, mas parcial e intermitentemente. Ocorre nos mitos como na linguagem: o indivíduo que aplicasse conscientemente em seu discurso as leis fonológicas e gramaticais, supondo-se que possuísse ciência e virtuosidade necessárias, também perderia quase imediatamente o fio de suas idéias.

Do mesmo modo, o exercício e o uso do pensamento mítico exigem que suas propriedades permaneçam escondidas; em caso contrário, os indivíduos se colocariam na posição do mitólogo que não pode crer nos mitos, uma vez que se dedica a desmontá-los”.⁴ O apelo ao exemplo da linguagem é constante em Lévi-Strauss, porque seria o objeto social que até hoje mais se adaptou às exigências do conhecimento científico: é possível desligar-se do subjetivismo aparente da liberdade da língua, porque seu mecanismo profundo é inconsciente e por isso invariante, objetivo.

Podemos buscar exemplo no condutor de veículo. Se tivesse de se conscientizar cada vez dos movimentos que faz para conduzir o veículo, o acidente de trânsito seria inevitável. A complexidade aparente do trânsito — carros que param, que partem, que sobem, que descem, que fazem curvas, que freiam, que estacionam etc. — reduz-se a mecanismos simples, inconscientizados no condutor. Inútil seria buscar a explicação na variação fenomenal; ela emerge apenas quando se percebe que tudo não passa de variação em torno do mesmo tema. Isto ocorre também no aprendizado de língua estrangeira, cujo domínio consiste em inconscientizar sua gramática. Enquanto tivermos de prestar atenção consciente em como se faz cada frase, como é o verbo, como se modula o plural, propriamente não falamos, mas gaguejamos. Falar normalmente uma língua significa proferi-la automaticamente, como decorrência de uma estruturação inconsciente, com a qual já não nos preocupamos. Essa marca pertence profundamente à dita língua materna, que, mesmo não usada por longos anos, permanece soterrada e pode ser reavivada com facilidade.

Reporta-se a Trubetzkoy, que explica a virada histórica do método fonológico, característico hoje da lingüística estrutural: “num artigo-programa, ele reduz, em suma, o método fonológico a quatro procedimentos fundamentais: em primeiro lugar, a fonologia passa do estudo dos fenômenos lingüísticos **conscientes** ao estudo de sua infra-estrutura **inconsciente**; ela se recusa a tratar os **termos** como entidades independentes, tomando, ao contrário, como base de sua análise as **relações** entre os termos; introduz a noção de **sistema** — a fonologia atual não se limita a declarar que os fonemas são sempre membros de um sistema, ela **mostra** sistemas fonológicos concretos e torna patente sua estrutura —, enfim, visa à descoberta de **leis gerais**, quer encontradas por indução, quer deduzidas logicamente, o que lhes dá um caráter absoluto. Assim, pela primeira vez, uma ciência social consegue formular relações necessárias.”⁵ Pois, “os fenômenos obser-

váveis resultam do jogo de leis gerais, mas ocultas".⁶ Encontra-se "por trás do caos das regras e costumes um esquema único, presente e agindo nos contextos locais e temporais diferentes".⁷

A heterogeneidade descontínua dos termos é remissível a "uma regularidade"⁸ porque "o número sempre crescente de leis que descobrimos ressalta o problema das regras universais que fundamentam o sistema fonológico das línguas... do mundo... pois a pretensa multiplicidade de seus elementos diferenciais é bastante ilusória".⁹ Nesta última passagem, Lévi-Strauss reporta-se a Jakobson. Tentando explicitar a estrutura do mito e revelar como praticava o método, escreve: "Aplicando sistematicamente este método de análise estrutural, chega-se a ordenar todas as variantes conhecidas de um mito em uma série, formando uma espécie de grupo de permutações, em que as variantes situadas em ambas as extremidades da série oferecem, uma em relação à outra, uma estrutura simétrica, mas inversa. Introduce-se, pois, um início de ordem onde não havia senão caos, e ganha-se a vantagem suplementar de distinguir certas operações lógicas que estão no fundamento do pensamento mítico."¹⁰

Emergem, assim, as "constantes"¹¹ explicativas, descobrem-se "regras", "independentes dos parceiros (indivíduos ou grupos), cujo jogo comandam",¹² porque na subjacência impera ordem. "Para o etnólogo, a sociedade envolve um conjunto de estruturas que correspondem a diversos tipos de ordem. O sistema de parentesco oferece um meio de ordenar os indivíduos segundo certas regras; a organização social fornece outro; as estratificações sociais ou econômicas, um terceiro. Todas estas estruturas de ordem podem ser, elas mesmas, ordenadas, com a condição de revelar que relações as unem, e de que maneira elas reagem umas sobre as outras do ponto de vista sincrônico."¹³

Em seu célebre artigo sobre Propp, quando tenta elucidar a acusação de formalismo metodológico, Lévi-Strauss faz enunciados bastante claros. "As invariantes constituiriam as unidades elementares",¹⁴ o que permitiria chegar à conclusão de que, nos contos de fada, "a ordem de sucessão das funções é constante", ou, por outra,

que "considerados do ponto de vista da estrutura, todos os contos de fada se reconduzem a um só tipo".¹⁵

Embora tenha seus reparos a Propp por razões de seu formalismo, compactua com ele na visão essencial das invariantes. "Afirmar, como o fazemos, que a permutabilidade de conteúdo não equivale ao arbitrário quer dizer que, sob a condição de levar a análise a um nível suficientemente profundo, descobre-se a constância por trás da diversidade. Inversamente, a pretensa constância de forma não deve dissimular que as funções, elas também, são permutáveis."¹⁶ Deixando de lado uma discussão mais detalhada de termos novos surgidos nesta última citação, vale acentuar: "seja em lingüística ou em antropologia, o método estrutural consiste em descobrir formas invariantes no seio de conteúdos diferentes".¹⁷

Reporta-se também a Durkheim: "Quando uma lei foi provada por uma experiência bem feita, esta prova é válida universalmente."¹⁸ Esta atitude choca-se frontalmente com tantas outras crenças metodológicas que pretendem encontrar o universal como resultado de uma técnica indutiva muitas vezes repetida. A repetição indutiva não é necessária porque tanto a mente pensante quanto a própria realidade são formalmente estruturadas. Assim, de uma pedra que cai em queda livre, pode-se deduzir a lei da gravidade, assim como de um ímã que atrai o ferro se deduz que todo ímã atrai o ferro. Segundo uma expressão de L. C. Lima, "a estrutura funciona como estabilizador das relações entre homem e coisas, por fornecer do mundo uma visão presidida por um espectro de malhas (grilles), que ordenam a disposição dos fatos, retirando-os do mero suceder caótico. A história, por conseguinte, não é o que se opõe a este espectro de malhas. Seu rumo é coordenado por estas. A estrutura é o leito por onde correm as águas da história".¹⁹

Nesta perspectiva universalizante, Lévi-Strauss interessa-se "pelas condições de possibilidade de toda organização social",²⁰ e por isso o ponto de vista histórico explica menos a continuidade que a presença de, digamos, um "código universal".²¹ "O que ele procura aqui, nos diferentes sistemas sociais, estudando as suas relações internas, é um certo número de leis lógicas. Elas constituem as inva-

6. Idem, *ibidem*. p. 49.

7. Idem, *ibidem*. p. 38.

8. Idem, *ibidem*. p. 50.

9. Idem, *ibidem*. p. 103. Citação de Jakobson e Halle.

10. Idem, *ibidem*. p. 258.

11. Idem, *ibidem*. p. 335.

12. Idem, *ibidem*. p. 339.

13. Idem, *ibidem*. p. 356.

14. Idem. *Anthropologie structurale* deux. Paris, Plon, 1967. p. 142.

15. Idem, *ibidem*. p. 144, 150-1, 161.

16. Idem, *ibidem*. p. 163.

17. Idem, *ibidem*. p. 352.

18. Idem. A noção de estrutura em etnologia. *Tempo Brasileiro*, 15/16: 76, 1972.

19. LIMA, L. C., org. *O estruturalismo de Lévi-Strauss*. Petrópolis, Vozes, 1970. p. 41.

20. GABORIAU, M. Antropologia estrutural e história. In: LIMA, L. C., org. *O estruturalismo de Lévi-Strauss*. Op. cit. p. 114.

21. RICOEUR, P. Estrutura e hermenêutica. In: LIMA, L. C., org. *O estruturalismo de Lévi-Strauss*. Op. cit. p. 164.

riantes, que concedem à antropologia o seu centro referencial.”²² Referindo-se ao estudo sobre o totemismo, Escobar aponta: “Lévi-Strauss reconstitui o ‘operador totêmico’ que é ‘a representação do elemento formal comum a todo o sistema possível de pensamento totêmico’. Este elemento formal comum é **invariante**, que sobrevive às variações possíveis do sistema”.²³

Podemos afirmar que o estruturalismo apresenta metodologicamente a seguinte perspectiva: **só explicamos a variação, quando descobrimos como ela invariavelmente varia.** Toda variação como fenômeno estruturado que é, apresenta modos constantes de variar. Nestes modos constantes de variar está, ao mesmo tempo, sua natureza mais profunda e sua explicação. Por outra: a manifestação variável é secundária e menos explicativa.²⁴

7.2 PRESSUPOSTOS ONTOLÓGICOS

Podemos começar esta discussão apontando alguns exemplos ilustrativos. Uma comparação com o fenômeno da música é elucidativa, no sentido de ressaltar certa estrutura básica invariante da música, independente de espaço e tempo. No Ocidente ma-se a música estruturada em 12 semitons. Em outras culturas há variações, que introduzem 1/4 de tom, ou outros detalhes. Seja como for, existe a crença de que música é uma “matemática” fixa, tanto assim que todos os instrumentos musicais apresentam certa estrutura de tons e semitons, como o piano.

As variações são sempre menos importantes que tais estruturas fixas. A história da música, por sinal exuberante, mesmo restrita ao Ocidente, não é o que explica o fenômeno em primeiro lugar. Teoria da música não pode ser sua história, que seria no máximo ilustrativa, mas a descoberta e o estudo de suas leis invariantes, que não têm gênese histórica. Assim, levando o exemplo ao absurdo, o primeiro homem que cantarolou uma melodia qualquer não teve primeiro de inventar a teoria musical, para depois assobiar os tons. A estrutura musical já está “dada” na mente humana que, se quiser cantaro-

lar qualquer melodia, é obrigada a fazê-lo dentro da referida estrutura. Vale o mesmo para a lógica do pensamento: não há opção de pensar de modo ilógico, porque este modo não existe nos códigos mentais, a não ser como desacerto.

O exemplo da química e da física modernas traz à baila a mesma perspectiva. Tornaram-se ciências maduras a partir do momento em que assumiram o compromisso analítico estrutural de se fixar na descoberta de um código subjacente e invariante da matéria, encontrado nos 92 elementos atômicos. Este número é sempre discutível, até porque já não se acredita que o “átomo” seja a menor partícula da matéria e se descobriram muitos outros elementos artificialmente produzidos. Em todo o caso, não se duvida que a matéria é composta de número finito, invariante, constante de elementos, cuja complexidade superficial é aparente. Na superfície, a matéria apresenta face desconcertante e dificilmente se teria a expectativa, a partir do superficial, de que a subjacência se apresentasse simples, ordenada, constante. Assim, aqui também existe o “já dado”, não histórico. Uma “história” da matéria não acrescentaria nada de importante à sua explicação, supondo-se que se pudesse fazer uma “história” da matéria.

O recurso à psicanálise, que formulou a noção central de inconsciente, é particularmente ilustrativo. A psicologia profunda acredita que a parte consciente da personalidade venha largamente comandada pelo inconsciente, de tal forma que os aparentes disparates do sonho, por exemplo, seriam redutíveis à temática unificadora e invariante, sempre nos fundos do inconsciente. Ademais, ainda que a história individual impinja mutações à personalidade no decurso da vida, não se duvida que ela se cunhe nos primeiros anos da infância, de sorte que a superação de neuroses posteriores deveria sempre regredir aos primórdios da infância, quando se cristalizou o código da personalidade. Para a psicanálise, de modo geral, a liberdade não passa da ignorância dos condicionamentos inconscientes. As opções variantes individuais são ilusões. Acrescentando-se a isto a noção de inconsciente coletivo, admite-se mesmo que é igual para todas as pessoas em todos os tempos, o que permite a identidade de categorias mentais no “primitivo” e no civilizado. Sem eliminar propriamente a acumulação histórica, passa esta a deter papel secundário.

O pressuposto ontológico de Lévi-Strauss cristaliza-se particularmente na adoção da noção do inconsciente, como referência essencial da estruturação comportamental na sociedade e como expediente que lhe permitiria propor tratamento científico semelhante àquele adequado aos fenômenos naturais. A variação comportamental apenas

22. ESCOBAR, C. H. Resposta a Carpeaux; estruturalismo. *Tempo Brasileiro*, 15/16: 111, 1972

23. Idem, *ibidem*, p. 122.

24. FOUCAULT, M. et alii. *Estruturalismo (antologia)*. São Paulo, Martins Fontes, s.d. BADCOCK, C. R. *Lévi-Strauss: estruturalismo e teoria sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. POUIL-LON, J. et alii. *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968. LEDUC, V. et alii. *Ciências da linguagem e ciências humanas*. Lisboa, Presença, s.d. BONOMI, A. et alii. *Estruturalismo y filosofia*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1971. MARC-LIPIANSKY, M. *Le structuralisme de Lévi-Strauss*. Paris, Payot, 1973

esconde sua origem unitária e invariante, confundindo-se liberdade de opção com ignorância das determinações.²⁵

“Ora, sabe-se que, na maioria dos povos primitivos, é muito difícil obter uma justificação moral, ou uma explicação racional, de um costume ou de uma instituição: o indígena interrogado contenta-se em responder que as coisas foram sempre assim, que tal foi a ordem dos deuses ou o ensinamento dos ancestrais. Mesmo quando se encontram interpretações, estas têm sempre o caráter de racionalização ou elaborações secundárias: não há dúvida alguma de que as razões inconscientes pelas quais se pratica um costume e se partilha uma crença estão bastante afastadas das razões que se invocam para justificá-las. Até em nossa sociedade, as maneiras à mesa, os usos sociais, as regras do vestuário e muitas de nossas atitudes morais, políticas e religiosas são observadas escrupulosamente por cada um sem que sua origem e função reais tenham sido objeto de uma exame refletido” (...). “É a Boas que cabe o mérito de ter, com uma lucidez admirável, definido a natureza inconsciente dos fenômenos culturais, em páginas onde, assimilando-os deste ponto de vista à linguagem, ele participava acerca do desenvolvimento ulterior do pensamento lingüístico e sobre um porvir etnológico, cujas promessas começamos apenas a entrever. Após ter mostrado que a estrutura da língua permanece desconhecida daquele que fala até o surgimento de uma gramática científica, e que, mesmo então, ela continua a modelar o discurso fora da consciência do sujeito, impondo ao seu pensamento quadros conceituais que são tomados por categorias objetivas, acrescentava: ‘A diferença essencial entre os fenômenos lingüísticos e os outros fenômenos culturais é que os primeiros jamais emergem à consciência clara, ao passo que os segundos, se bem que tendo a mesma origem inconsciente, se elevam freqüentemente até o nível do pensamento consciente, produzindo assim raciocínios e reinterpretções’. Mas esta diferença de grau não dissimula sua identidade profunda e não diminui o valor exemplar do método lingüístico para as pesquisas etnológicas.”²⁶

A passagem mais contundente e que marcou época é a seguinte: “Se, como cremos, a atividade inconsciente do espírito consiste em impor formas a um conteúdo, e se as formas são fundamentalmente as mesmas para todos os espíritos, antigos e modernos, primitivos e civilizados — como o estudo da função simbólica, tal como se exprime na linguagem, o mostra de maneira tão notável —, é pre-

ciso e basta atingir a estrutura inconsciente, subjacente a cada instituição ou a cada costume, para obter um princípio de interpretação válido para outras instituições e costumes, sob a condição, naturalmente, de estender bastante a análise.”²⁷ A etnologia propõe-se, assim, a percorrer o mesmo caminho da lingüística, que se teria tornado já ciência social madura, por ter encontrado objeto e método objetivos, por força da estrutura inconsciente e invariante da linguagem. A etnologia tem por finalidade “atingir, além da imagem consciente e sempre diferente que os homens formam de seu porvir, um inventário de possibilidades inconscientes, que não existem em número ilimitado; e cujo repertório e relações de compatibilidade ou de incompatibilidade que cada um mantém com todas as outras fornecem uma arquitetura lógica a desenvolvimentos históricos que podem ser imprevisíveis, sem nunca serem arbitrários”.²⁸ E acrescenta a observação famosa de Marx, aqui interpretada da maneira estruturalista: os homens fazem a própria história, mas não sabem disso.

Assim se explica o fato de que de toda língua se pode fazer uma gramática. A aparente variação fenomenal de uma língua, à primeira vista desconcertante, reduz-se facilmente a regras de formação, em que, apesar das exceções, predomina o regular. Quem comanda a língua, contudo, não é a gramática; ela é apenas elaboração secundária, conscientização científica. O povo fala e não sabe de gramática, nem dela precisa para falar. Existe, pois, nos homens uma estrutura inconsciente dada que faz com que, sempre que se fale, falemos segundo cânones dados.

“É sempre através do inconsciente que se realiza o paradoxo, peculiar à etnologia, de ser uma ciência objetiva e ao mesmo tempo subjetiva, pois as leis do inconsciente transcendem a dimensão subjetiva, são por assim dizer ‘externas’ e, ao mesmo tempo, podem ser colhidas somente no efetivo operar da subjetividade. Sob um grande número de formas nas quais, de cultura a cultura, sobressai a atividade dos sujeitos, a etnologia individualiza as categorias recorrentes que constituem o fator primário de cada estruturação, o substrato comum sobre o qual poderão depois articular-se uma série de experiências diferenciadas. Ainda nesse caso é no exemplo da lingüística, e em particular da fonologia, que se baseia a antropologia estrutural. A fonologia, recorda Lévi-Strauss citando Trubetzkoy, colocou de fato claramente a necessidade de passar do estudo dos fenômenos conscientes da linguagem ao dos fenômenos inconscientes, de descobrir aquele conjunto de leis elementares e universais, que, na

25. LÉPINE, C. *O inconsciente na antropologia de Lévi-Strauss*. São Paulo, Ática, 1974. BAREMBLITT, G. F., coord. *O inconsciente institucional*. Petrópolis, Vozes, 1984. FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Petrópolis, Vozes, 1971.

26. LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1967. p. 34-5.

27. Idem, *ibidem*. p. 37.

28. Idem, *ibidem*. p. 39.

comunicação lingüística efetiva, permanece como que latente." 29 A categoria do inconsciente realiza, portanto, a promessa pelo menos velada de uma ciência objetiva, no sentido de que seu objeto não está exposto ao subjetivismo arbitrário; os elementos invariantes depositados no inconsciente fazem com que este seja idêntico em todos os sujeitos e que por isso se erija em parâmetro capaz de desfazer a ideologia gratuita do subjetivismo. "A investigação dos invariantes elementares, que para Lévi-Strauss define a antropologia, se identifica então com a investigação dos modelos estruturais que, na sua simplicidade e universalidade, podem reunir várias soluções culturais e que constituem uma perspectiva sobre a qual se encontram minha experiência e a do outro, a do civilizado e a do 'primitivo'." 30

A proposta mais taxativa deste pressuposto talvez seja o postulado da universalidade do inconsciente, para o qual a história contribui apenas secundariamente; seria instância formal e que por isso permitiria seu estudo objetivo, pelo menos à medida que nossa capacidade lógica não se inventa à vontade, mas está submetida a limites estruturais. Em outras palavras: nossa mente não é **tabula rasa** ou um disco sem sulcos, sobre o qual gravamos o que bem entendemos, da maneira que quisermos. O estruturalismo supõe mente já "codificada", cuja memória está guardada no inconsciente.

Forma-se, assim, simetria extremamente conveniente, ainda que seja mero pressuposto: **há adequação entre a realidade a ser captada e a mente captadora, pois ambas são estruturadas**. Chega-se à "postulação de um **isomorfismo** entre as leis naturais e as leis psíquicas". 31 "O homem se iguala, em seu ponto de partida, pela igualdade de seu mecanismo ordenador inconsciente." 32

Em sua aula inaugural, escreve, com particular ênfase: "Nós nos contentamos de esboçar aqui as grandes linhas de uma demonstração (...) para ilustrar este problema da **invariância** que a antropologia social procura resolver, juntamente com outras ciências, mas que nela aparece como a forma moderna de uma questão que ela sempre se colocou: a da universalidade da natureza humana." 33 Daí surge a crença em "certas formas universais do pensamento", 34 porque "as sociedades, como os indivíduos em seus jogos ou em seus

delírios, jamais criam de maneira absoluta; mas limitam-se a eleger certas combinações num repertório ideal que seria possível reconstituir". 35 Somos, pois, um disco "já dado"; a história pode tocá-lo mais rápido, mais devagar, mais alto, mais baixo, mas é sempre a mesma música, que não inventamos, mas a trazemos dada no inconsciente. 36

7.3 CONCEPÇÃO ESPECÍFICA DA CIÊNCIA

"De partida, uma constatação se impõe da maneira mais absoluta: no conjunto das ciências sociais e humanas, a lingüística somente pode ser colocada em pé de igualdade com as ciências exatas e naturais. Isto, por três razões: a) ela tem um objeto universal, que é a linguagem articulada, da qual nenhum grupo humano está destituído; b) seu método é homogêneo; dito de outra maneira, permanece o mesmo, seja qual for a língua particular a que se aplica: moderna ou arcaica, 'primitiva' ou civilizada; c) este método repousa sobre alguns princípios fundamentais, dos quais os especialistas são unânimes (a despeito de divergências secundárias) em reconhecer a validade." 37 Nesta base, descarta as outras ciências sociais. Mencionando ainda três outras, que pelo menos tendem a descobrir "relações necessárias entre os fenômenos", assenta que a economia não tem objeto universal, pois se circunscreve a uma pequena porção do desenvolvimento da humanidade, a demografia não tem método homogêneo, com exceção do caso particular que oferecem os grandes números, e a etnologia ainda está muito longe de alcançar unanimidade sobre os princípios básicos. 38

Não vê chances maiores para a sociologia. "Renunciaremos (...) ao termo **sociologia**, que ainda não conseguiu merecer, desde o início deste século, o sentido geral de **corpus** do conjunto das ciências sociais, como para ele aspiraram Durkheim e Simiand. Tomada em sua acepção, ainda corrente em inúmeros países da Europa, inclusive na França, de reflexão acerca dos princípios da vida social e das idéias que os homens mantiveram e mantêm a este respeito, a sociologia se reduz à filosofia social e permanece estranha ao nosso estudo; e se nela é visto, como no caso dos países anglo-

29. BONOMI, A. Implicações filosóficas na obra de Lévi-Strauss. *Tempo Brasileiro*, 15/16: 189, 1972.

30. Idem, *ibidem*. p. 190.

31. Idem, *ibidem*. p. 203.

32. LIMA, L. C., org. **O estruturalismo de Lévi-Strauss**. Petrópolis, Vozes, 1970. p. 40.

33. LÉVI-STRAUSS, C. Aula inaugural. In: LIMA, L. C., org. **O estruturalismo de Lévi-Strauss**. Petrópolis, Vozes, 1970. p. 68.

34. Idem, *ibidem*. p. 69.

35. GABORIAU, M. Antropologia estrutural e história. In: LIMA, L. C., org. **O estruturalismo de Lévi-Strauss**. Op. cit. p. 145.

36. CHOMSKY, N. **Linguagem e pensamento**. Petrópolis, Vozes, 1971. PIAGET, J. **O estruturalismo**. São Paulo, Difel, 1970. LABROUSSE, E. et alii. **Sistema e liberdade; estrutura social e história**. Lisboa. Presença, 1968. (Sistema e liberdade — será o humanismo uma ilusão? p. 154-209; Objetividade e historicidade do pensamento científico. p. 81-150).

37. LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural II**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1976. p. 305.

38. Idem, *ibidem*.

-saxões, um conjunto de pesquisas positivas relativas à organização e funcionamento das sociedades de tipo mais complexo, a sociologia torna-se uma especialidade da etnografia, sem poder ainda pretender, por causa mesmo da complexidade de seu objeto, resultados tão precisos e ricos quanto os desta, cuja consideração oferece assim, do ponto de vista do método, um valor tópico maior." ³⁹ Porque, segundo Lévi-Strauss, "ninguém duvida que as ciências exatas e naturais sejam efetivamente ciências". ⁴⁰

Tentando especificar por que as ciências sociais teriam tanta dificuldade em atingir nível científico, a argumentação orienta-se no sentido do problema do subjetivismo que as envolve. "A infelicidade das ciências humanas é que o homem não saberia deixar de ter interesse em si mesmo." ⁴¹ O sujeito não teria condição suficiente de observação objetiva, porque tal observação se incluiria dentro de um contexto de interesse pessoal, ou seja, subjetivo. As ciências sociais podem mesmo fazer experimentos, pois não são privilégio único das ciências naturais, ⁴² mas a postura do sujeito acarreta a problemática inexistente no segundo caso. "A consciência aparece, assim, como inimigo secreto das ciências do homem." ⁴³ E o interesse humano das ciências do homem recai inevitavelmente dentro da ideologia, definível, a esta altura, como incapacidade de apreensão de relações objetivas na realidade sob o impacto de projeções humanas subjetivas para dentro delas. "Se as ciências humanas testemunham (...) uma espécie de impotência (...), é porque um paradoxo as espreita, cuja ameaça percebem confusamente: toda definição correta do fato científico tem por efeito empobrecer a realidade sensível e, por conseguinte, de desumanizá-la. Por conseqüência, para que as ciências humanas obtenham êxito em fazer verdadeiramente obra científica, a distinção entre humano e natural deve ir atenuando-se dentro delas. Se um dia se tornam ciências de pleno direito, cessarão de se distinguir das outras. Donde o dilema que as ciências humanas ainda não tiveram coragem de enfrentar: ou conservar sua originalidade e se inclinar diante da antinomia, desde então intransponível, da consciência e da experiência; ou pretender superá-la; mas renunciando, então, a ocupar um lugar à parte no sistema das ciências, e aceitando entrar, se se pode dizer, 'na fila'." ⁴⁴

39. Idem. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1967. p. 14.

40. Idem. *Antropologia estrutural II*. Op. cit. p. 296.

41. Idem, *ibidem*. p. 297.

42. Idem, *ibidem*. p. 298-9.

43. Idem, *ibidem*. p. 298.

44. Idem, *ibidem*. p. 299. UNGER, R. M. O estruturalismo e o futuro das ciências culturais. *Tempo Brasileiro*, 15/16: 90-5. 1972. DA MATTA, R. *Ensaio de antropologia estrutural*. Petrópolis, Vozes, 1973.

Esta opinião tem conseqüências muito profundas, se pensarmos que a maioria dos dialéticos propugnam metodologia também própria para as ciências sociais. A similitude positivista fica igualmente muito clara na luta contra "explicações frouxas e aproximativas" que as ciências sociais costumam produzir. ⁴⁵ A lingüística, em que "a influência do observador sobre o objeto da observação é desprezível", seria a única ciência humana emancipada, embora Lévi-Strauss por vezes acrescente aí a demografia. ⁴⁶ A posição privilegiada da lingüística aflora continuamente em seus escritos metodológicos, ⁴⁷ pois vê nela a chance de tratar horizontes humanos de maneira científica nomotética, ainda que o preço seja desumanizar. Qualquer análise, tomada como método objetivo de decomposição do objeto, parte para sua desmontagem, sem perder tempo com pruridos humanos, assim como seria "pieguice" do estudante de medicina recusar-se a dissecar um corpo humano, para observar suas estruturas internas.

Em outras passagens aparece, além da etnologia, evidentemente, a possibilidade também da economia, principalmente quando tenta privilegiar a teoria da comunicação como interpretação da sociedade. "Sem reduzir a sociedade ou a cultura à língua, podemos estimular esta 'revolução copernicana' (...), que consistirá em interpretar a sociedade, no seu todo, em função de uma teoria da comunicação. Já agora esta tentativa é possível em três níveis, pois as regras de parentesco e matrimônio servem para assegurar a comunicação de mulheres entre os grupos, como as regras econômicas garantem a comunicação de bens e serviços, e as regras lingüísticas, a comunicação de mensagens." ⁴⁸ Não há, na verdade, intento do estruturalismo de reduzir a sociedade ao problema da comunicação e da troca, porque "na sociedade há outras coisas além de trocas matrimoniais, econômicas e lingüísticas", ⁴⁹ como arte, mito, religião etc.

Para a distinção entre ciências humanas e sociais, Lévi-Strauss propõe um sistema tripartido, também para salvar de alguma maneira aquelas "ciências" baseadas na "erudição, na reflexão moral ou na criação artística", sem que isto deva significar que sejam "retardadas", cabendo perfeitamente na velha rubrica "artes e letras". ⁵⁰ O grupo das ciências sociais conteria: o conjunto dos estudos jurídicos, ciências econômicas e políticas, alguns ramos da sociologia e da psicologia social. O das ciências humanas: pré-história, arqueologia e história, antropologia, lingüística, filosofia,

45. LÉVI STRAUSS, C. *Antropologia estrutural II*. Op. cit. p. 300.

46. Idem, *ibidem*. p. 302.

47. Idem. *Antropologia estrutural*. Op. cit. p. 35, 48-9, 72-4, 103.

48. Idem, *ibidem*. p. 103, 336.

49. Idem, *ibidem*. p. 104.

50. Idem, *Antropologia estrutural II*. Op. cit. p. 307-8.

lógica, psicologia. Assim aparece um critério de distinção: as ciências sociais aninham-se no coração mesmo da sociedade presente, implicando profissionalização dos estudantes e intervenção prática. As humanas alocam-se para fora de cada sociedade particular; são centrífugas, ao passo que as sociais são centrípetas. E nisto está também a vantagem das ciências humanas sobre as sociais: têm maior condição de objetividade.⁵¹ E uma vez Lévi-Strauss compara o lingüista com o físico, na busca da subjacência inconsciente e invariante da explicação: "É neste estágio 'microsociológico' que se espera descobrir as leis da estrutura mais gerais, como o lingüista descobre as suas no estágio infrafonêmico, ou o físico no estágio inframolecular."⁵²

Parece muito claro o intento de Lévi-Strauss de propor para as ciências sociais o ideal das ciências naturais, cuja formalização lhes permite erigir conjunto de parâmetros relativamente intocáveis pela subjetividade. Sua tendência analítica é flagrante e não tem dúvida em afirmar que "uma análise verdadeiramente científica deve ser real, simplificadora e explicativa".⁵³ Seria decisivo para as ciências sociais apartarem-se da ideologia, do envolvimento pessoal. Recolocando o problema althusseriano, pode-se entender mais facilmente por que defendeu a idéia de que Marx, na velhice, teria sido anti-humanista; assim foi necessário para fazer ciência, não ideologia hegeliana. O estudo das "relações sociais" colocaria apenas questões de fato, não de valor: o homem deve ser tratado como uma coisa entre outras coisas.⁵⁴

7.4 CONSTRUÇÃO DE MODELOS COMO MÉTODO

O modelo é sempre simplificador, pois tenta cristalizar em núcleo concatenado e estável a superfície complexa da realidade, apoiando-se na crença de que a subjacência, sendo ordenada (estruturada) e simples, contém a explicação e a "essência" do fenômeno.

Para contornar o problema da escolha entre duas explicações do mesmo fenômeno, apela para o princípio da economia lógica:

51. Idem, ibidem. p. 314.

52. Idem. *Antropologia estrutural*. Op. cit. p. 50.

53. Idem, ibidem. p. 51.

54. GARAUDY, R. Estruturalismo e a "morte do homem". In: BALLEZ, R. et alii. *Estruturalismo e marxismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968. p. 16-190. MOULOU, N. O método das ciências de estruturas e os problemas do conhecimento racional. In: BALLEZ, R. et alii. *Estruturalismo e marxismo*. Op. cit. p. 15-37. LEFEBVRE, H. Reflexiones sobre el estructuralismo y la historia. In: GABORIAU, M. et alii. *Estruturalismo y historia*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1972, p. 131-56. ————. C. Lévi-Strauss y el nuevo eleatismo. In: BONOMI, A. et alii. *Estruturalismo y filosofía*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1971. p. 119-76. O conceito de estrutura em Marx. In: BASTIDE, R., coord. *Usos e sentidos do termo "estrutura"*. São Paulo, Edusp, 1971. p. 101-8. PRADO JR., C. *Estruturalismo de Lévi-Strauss, marxismo de L. Althusser*. São Paulo, Brasiliense, 1972.

frustra fit per plura, quod fieri potest per pauciora (em vão se faz por mais, o que se pode fazer por menos). "Este princípio leva-nos a uma direção oposta ao pragmatismo, ao formalismo e ao neopositivismo, pois a afirmação de que a explicação mais econômica é também aquela que, entre todas as consideradas, se aproxima mais da verdade, baseia-se, em última análise, na identidade postulada entre as leis do mundo e as do pensamento."⁵⁵ Certamente há neste postulado muita lógica, se não fosse um postulado. Se o modelo explicativo da realidade fosse tão complexo quanto a própria realidade, não teria força explicativa, que, por suposição, se obtém no encontro de invariantes analíticas, sempre mais simples que a complexidade superficial. Assim, o mais simples deve explicar mais, por razão lógica, já que explicar é também analiticamente simplificar, e por razão real, já que a realidade no fundo é simples.

Na busca da explicação mais simples, que produziria o modelo mais simples e por isso mais explicativo, constrói um conluio metodológico entre experimentação e construção de modelos, que convém acompanhar, pois está na base de sua profícua produção, principalmente dos *mythologiques*. Bonomi explicita a questão dessa forma, ao colocar o problema do abstrato e do concreto na pesquisa: "Recorde-se que, sob este aspecto, a resposta de Lévi-Strauss se aproxima da de Marx na **Contribuição para a crítica da economia política**: para Lévi-Strauss a investigação antropológica se desenvolve segundo um movimento que vai do concreto (riqueza das determinações imediatas no material etnográfico) ao abstrato (constituição do modelo) e com este novamente ao concreto agora como realidade estruturada e relacionada com a experiência do sujeito social. A experiência funciona, portanto, como ponto de partida e de chegada: eis por que, segundo Lévi-Strauss, '**os princípios de uma classificação não devem ser jamais postulados**: somente a investigação etnográfica, isto é, a experiência, pode descobri-los **a posteriori**' (...) O recurso ao modelo (também matemático) é, pois, essencial para a compreensão da realidade etnográfica, mas sob a condição de que o próprio modelo possa fundar-se sobre esta realidade (...) e que possua um valor heurístico não absoluto."⁵⁶ Assim, "a análise morfológica não pode prescindir da observação etnográfica concreta".⁵⁷

Lévi-Strauss sintetizou certa vez o problema da seguinte maneira: "Ser, então, de um lado, extremamente concreto, empírico, uma vez que são os dados de fato que são os únicos mestres, se assim me permitem dizer; mas, por outro lado, ser capaz de elaborar uma espé-

55. LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia estrutural*. Op. cit. p. 109.

56. BONOMI, A. Implicações filosóficas na obra de Lévi-Strauss. *Tempo Brasileiro*. 15/16: 186-8, 1972.

57. Idem, ibidem. p. 187.

cie de linguagem em que não sejam proibidas nem mesmo as convenções da álgebra. Pois uma linguagem muito abstrata pode ser indispensável para assegurar a comparabilidade de experiências à primeira vista irredutíveis. Pois se elas permanecem irredutíveis, elas nada nos ensinam." ⁵⁸ Com efeito, a construção de modelos é parte essencial do método, encontrando suporte lógico e real, além de vir ao encontro da expectativa científica dominante: explicar é fazer um modelo de explicação. E reporta-se a Marx. "Nas pegadas de Rousseau, e sob uma forma que me parece decisiva, Marx ensinou que a ciência social se constrói tão pouco no plano dos acontecimentos, quanto a física, a partir dos dados da sensibilidade: o fim é construir um modelo, estudar suas possibilidades e as diferentes maneiras pelas quais reage no laboratório, para em seguida aplicar essas observações na interpretação do que se passa empiricamente e que pode estar muito distante das previsões." ⁵⁹

Não se poderia, contudo, ver na simplicidade explicativa um ideal pura e simplesmente atingível, porque, afinal de contas, não se supera a complexidade imanente do real em termos definitivos, tendo em vista que nenhuma análise é capaz de fazer decomposição cabal e final. É certo que a explicação reduz o fenomenal ao subjacente e nisto vai sempre uma simplificação, mas esta ainda será complexa. "E no dia em que chegar a compreender a vida como uma função da matéria inerte, será para descobrir que esta possui propriedades bem diferentes das que se lhe atribuíam. Não se poderia, pois, classificar os níveis de redução em superiores e inferiores, uma vez que é necessário, ao contrário, esperar que, por efeito da redução, o nível tido como superior comunique, retroativamente, alguma coisa de sua riqueza ao nível inferior ao qual o reduzimos. A explicação científica consiste não na passagem da complexidade à simplicidade, mas na substituição por uma complexidade mais inteligível de outra que o era menos." ⁶⁰ Lévi-Strauss não se desdiz nesta passagem, porque mantém em última instância o princípio de redução do complexo ao simples, na medida em que busca o "mais inteligível" e que este, segundo sua concepção, se encontra ao fim de uma análise de subjacência.

O caminho do concreto ao abstrato e vice-versa pode ser ilustrado vivamente pela distinção que sempre manteve entre relações sociais e estrutura social. "O princípio fundamental é que a noção de estrutura social não se relaciona com a realidade empírica, mas

com os modelos construídos à base dela. Surge, assim, a diferença entre duas noções tão próximas e freqüentemente confundidas: quero dizer a de **estrutura social** e a de **relações sociais**. As relações sociais são a matéria-prima empregada na construção de modelos que tornam manifesta a própria estrutura social. Em nenhum caso esta última poderia estar ligada ao conjunto das relações observáveis numa sociedade." ⁶¹ Tal postura aparentemente se aproxima da idéia de "objeto construído", mas cremos que, no fundo, a elaboração estruturalista é positivista, no sentido de que num modelo há construção lógica, mas não social.

O que Lévi-Strauss afirma é que, fazendo relações sociais coincidirem com a superfície observável do fenômeno, o modelo estrutural, que por definição ultrapassa a superfície, não pode estar ligado a elas. Não se problematiza aqui a correspondência entre pensamento e pensado, mesmo porque se admite o isomorfismo entre leis da natureza e leis do pensamento. A mente constrói modelos, não diretamente observáveis na realidade, mas estes modelos são objetivos, retratam fidedignamente a realidade, porque a razão simplificante do modelo corresponde à razão explicante da mente. Existe aqui, sim, contraposição ao empirismo vulgar, que crê na evidência do dado imediato sensorial. Para Lévi-Strauss isto é apenas material para dele se extrair modelo estrutural. Mas não poderia assumir a posição do "objeto construído", porque todo o seu esforço está em estabelecer relação de objetividade entre sujeito e objeto; no fundo, o sujeito nada "constrói" do ponto de vista do débito social, apenas encontra estruturas dadas. Existe "construção" apenas do ponto de vista lógico, porque modelo não é realidade.

Como diz Escobar, Lévi-Strauss procura "as estruturas que em seu grau de generalização liberem-nos da multiplicidade empírica dos dados"; ⁶² pois "os modelos são o objeto próprio das análises estruturais"; ⁶³ Não existe aqui, como vimos, um despeito pelo empírico, mas somente valoração epistemológica, pois a inteligibilidade do fenômeno se realiza por meio da construção do modelo, ainda que ele comece na observação e volte a ela. Há, contudo, disciplinas que valorizam mais a observação empírica, e esta colocação dá oportunidade a Lévi-Strauss de propor sistematização própria entre história e sociologia, de um lado, etnografia e etnologia, de outro.

Dentro do problema da construção de modelos, distingue modelos mecânicos e modelos estatísticos. No primeiro, os elementos

58. LÉVI-STRAUSS, C. Philosophie et anthropologie. *Cahiers de Philosophie* 1: 51, 1966. Cf. OLIVEIRA, R. C. Estruturalismo e estruturalistas na antropologia social. *Tempo Brasileiro*, 15/16: 85, 1972.

59. LÉVI-STRAUSS, C. *Tristes trópicos*. São Paulo, Anhembi, 1957. Citado em: ESCOBAR, C. H. Resposta a Carpeaux; estruturalismo. *Tempo Brasileiro*, 15/16: 101, 1972.

60. LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. São Paulo, Edusp, 1970. p. 132-3.

61. Idem. *Antropologia estrutural*. Op. cit. p. 315-6. ———. *Antropologia estrutural II*. Op. cit. p. 79.

62. ESCOBAR, C. H. *Resposta a Carpeaux*; estruturalismo. Rio de Janeiro, Graal, 1979. Op. cit. p. 123.

63. LÉVI-STRAUSS, C. A noção de estrutura em etnologia. *Tempo Brasileiro*, 15/16: 67, 1972.

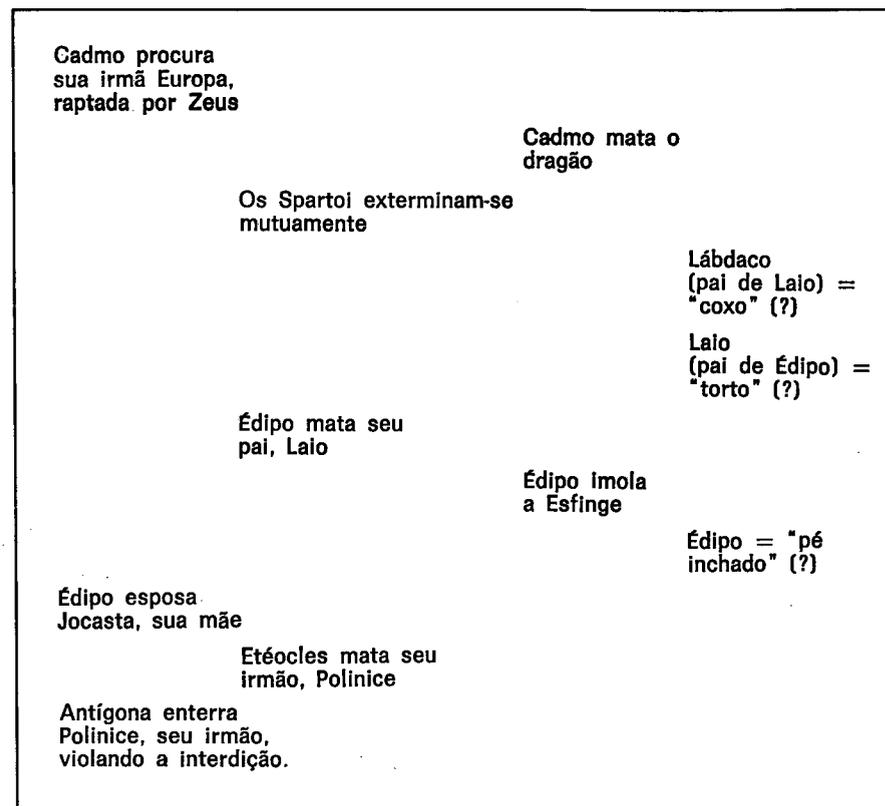
intervenientes estão na mesma escala dos fenômenos que tentam representar. "Tomemos como exemplo as leis do casamento. Nas sociedades primitivas estas leis podem ser representadas sob forma de modelos onde figuram os indivíduos, efetivamente distribuídos em classes de parentesco ou em clãs." ⁶⁴ No segundo, a construção não está na mesma escala dos fenômenos. Se quiséssemos construir modelo das leis de casamento da sociedade moderna, teríamos de recorrer a grandezas estatísticas, porque seria impossível alocar cada indivíduo na classe atribuída. Teríamos de recorrer a médias e limites. Assim, propõe o esquema:

| | | | | |
|--|--------------------------|------------|----------------------|-----------|
| Observação Empírica | Construção de Modelos | | | |
| | Modelos Estatísticos | | Modelos Mecânicos | |
| | História | Sociologia | Etnografia | Etnologia |
| Observação Empírica/ /Construção de Modelos | + | - | + | - |
| Modelos Mecânicos/ /Modelos Estatísticos | - | - | + | + |

Os sinais + e - significam a presença ou ausência, respectivamente, do primeiro elemento. Assim, história e etnografia caracterizam-se pela coleta e organização de documentos, enquanto as outras se fixam na construção de modelos a partir dos documentos. Etnografia tem de comum com etnologia a movimentação sobre o plano dos modelos mecânicos, enquanto as outras duas têm a movimentação sobre o plano dos modelos estatísticos. ⁶⁵

À base do mito de Édipo, selecionado apenas porque é mais conhecido, Lévi-Strauss tentou uma vez elucidar, passo a passo, seu método estrutural. "Cada mito é analisado independentemente, procurando-se traduzir a sucessão de acontecimentos por meio das frases o mais curtas possível. Cada frase é inscrita numa ficha que traz um número correspondente a seu lugar na narrativa. Percebe-se, então, que cada cartão consiste na atribuição de um predicado a um

sujeito. Ou melhor, cada grande unidade constitutiva tem a natureza de uma **relação**." ⁶⁶ Recorre ao exemplo da partitura musical da orquestra. Como está diante de mim, representaria situação modelar. Digamos que um amador perverso destruísse a posição ordenada inicial dada, misturando as pautas. O trabalho específico seria o de reencontrar a forma modelar originária.



Monta dentro desta ótica modelo estrutural do mito de Édipo, em quatro colunas ordenadoras, sem que isso inclua a idéia de impor o método aos especialistas em mitologia clássica, pois trata-se apenas de um exemplo didático.

"Estamos, assim, diante de quatro colunas verticais, cada qual agrupando inúmeras relações pertencentes ao mesmo 'feixe'. Se

64. Idem, ibidem, p. 71

65. Idem, ibidem, p. 74. --- Antropologia estrutural II. Op. cit. p. 303

66. Idem. Antropologia estrutural. Op. cit. p. 243.

tivéssemos que **narrar** o mito, não levaríamos em conta esta disposição em colunas e leríamos as linhas da esquerda para a direita e de cima para baixo. Mas, desde que se trata de **compreender** o mito, uma metade da ordem diacrônica (de cima para baixo) perde seu valor funcional e a 'leitura' faz-se da esquerda para a direita, uma coluna após a outra, tratando-se cada coluna como um todo." 67 Pode-se observar que cada coluna apresenta, por hipótese, traços comuns. A primeira coluna sugere "**relações de parentesco superestimadas**"; a segunda faz o inverso, ou seja, apresenta a mesma relação com sinal contrário: "**relações de parentesco subestimadas ou depreciadas**". A terceira coluna refere-se a "**monstros e sua destruição**" e a quarta evoca "**dificuldade de andar corretamente**".

Fixando-se a seguir nas duas colunas à direita, aventa outras hipóteses ordenadoras. A terceira coluna gira em torno do esforço humano de eliminar os monstros que querem arrebatá-la sua existência: refere-se à "**autoctonia do homem**", e mais precisamente, já que se trata da luta travada por ela, o traço comum seria: "**negação da autoctonia do homem**". Tal hipótese abre o caminho para interpretar a quarta coluna. Alegando que muitos mitos representam os homens nascidos da terra com dificuldades iniciais de andar, a quarta coluna ofereceria como traço comum a "**persistência da autoctonia humana**". "Resulta disso que a coluna 4 mantém com a coluna 3 a mesma relação que a coluna 1 mantém com a coluna 2. A impossibilidade de pôr em conexão grupos de relações é superada (ou mais exatamente, substituída) pela afirmação de que duas relações contraditórias entre si são idênticas, à medida que cada uma é, como a outra, contraditória consigo mesma." 68

É certo que aqui simplificamos muito a exposição do autor, mas pode-se verificar, incipientemente, como funciona seu método. Surge logo a acusação de arbitrariedade, porque nada indicaria que a ordenação das colunas devesse ser esta e não outra. Responderia talvez com duas sugestões: em primeiro lugar, conforme o método de economia lógica, a ordenação mais simples seria a mais científica, ficando aberta a possibilidade de alguém descobrir modelo mais simples. Em segundo lugar, "a experiência prova que os afastamentos diferenciais, que não se deixarão de observar, oferecem entre si correlações significativas, que permitem submeter seu conjunto a operações lógicas, por meio de simplificações sucessivas, e de chegar finalmente à lei estrutural do mito considerado". 69 Dá-se cré-

dito extremo à capacidade lógica mental de sistematização analítica, confiando ainda na estruturação formal inconsciente em todos os seres pensantes.

O método da construção de modelos estruturais realiza o êxito de reduzir a aparente balbúrdia do mito a uma ordem subjacente. Pode-se questionar a disposição das colunas ou o arranjo proposto delas. Mas isto não eliminaria a crença profunda de que por baixo de tudo existe a estrutura invariante e que por isso é objetiva. Seria, assim, até certo ponto imaginável que, de simplificação em simplificação, sempre testada contra o real, se chegasse ao consenso sempre maior da explicação mais científica. Nestes termos, a precariedade do arranjo proposto não é do objeto, mas do sujeito, que ainda não teria alcançado nível estrutural adequado.

7.5 O PROBLEMA DA HISTÓRIA

A polêmica sobre a história tem talvez causado mais confusões que esclarecimentos, porque os dialéticos se esforçam por acantonar Lévi-Strauss numa exclusão pura e simples do ponto de vista histórico como explicativo da realidade, ao passo que se trata — parecidos — de marcar seu papel explicativo como secundário e derivado. Cita uma vez passagem taxativa de Tylor: "Desde que se possa inferir uma lei de um conjunto de fatos, o papel da história detalhada se encontra largamente superado. Se vemos um ímã atrair um pedaço de ferro e se chegamos a extrair da experiência a lei de que o ímã atrai o ferro, não nos devemos incomodar em aprofundar a história do ímã em questão." 70

Na verdade, sempre reconheceu que o objeto da antropologia tem algumas propriedades que o fazem menos devassável ao conhecimento histórico. Falta nele não só a escrita, capaz de acumular documentos que levam posteriormente à reconstrução de percurso histórico, como também são, por assim dizer, sociedades "frias", porque "seu meio interno é próximo ao zero de temperatura histórica", e "se distinguem, por seu efetivo restrito e seu modo de funcionamento, das sociedades 'quentes', aparecidas em diversos pontos do mundo em seguida à revolução neolítica, e nas quais diferenciações entre castas e classes são requisitadas sem cessar, para

67. Idem, *Ibidem*, p. 247.

68. Idem, *Ibidem*, p. 249.

69. Idem, *Ibidem*, p. 109, 252. RICOEUR, P. *Estrutura e hermenêutica*. In: LIMA, L. C. *O estruturalismo de Lévi-Strauss*. Petrópolis, Vozes, 1970, p. 161. BOUDON, R. *Para que serve a noção de estrutura?* Rio de Janeiro, Eldorado, 1974. GABORIAU, M. et alii. *Estruturalismo y historia*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1972. FLEISCHMANN, E. et alii. *Estructu-*

ralismo y antropología. Buenos Aires, Nueva Visión, 1971. BASTIDE, R., coord. *Usos e sentidos do termo "estrutura"*. São Paulo, Edusp, 1971. LÉVI-STRAUSS, C. *Humanismos e humanidades*. In: ———. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1967, p. 277-366. BADIOU, A. *Sobre o conceito de modelo*. Lisboa, Estampa, 1972. LEACH, E. *Lévi-Strauss, antropólogo y filósofo*. Barcelona, Anagrama, 1970.

70. LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia estrutural*. Op. cit. p. 17

delas se tirar devir e energia." ⁷¹ Esta situação de fato não justifica, porém, que se invente método válido apenas para certo setor da ciência, o das ciências sociais das realidades históricas quentes, como seria o caso da dialética. No fundo, a polêmica em torno do problema da história é consentânea ao problema da dialética. O posicionamento de Lévi-Strauss a esse respeito encontra-se sobretudo no Capítulo 9 de **O pensamento selvagem**, quando trava discussão incisiva com Sartre.

Sustenta que as duas razões, a dialética e a analítica, são complementares e não-excludentes, como por vezes gostaria de sugerir Sartre. Sua argumentação mais pertinente coloca-se na perspectiva de que a razão dialética não é autônoma em si, ou seja, para se efetivar também tem que recorrer à razão analítica, pois "define, distingue, classifica, opõe". ⁷²

"A oposição entre as duas razões é relativa, não absoluta: corresponde a uma tensão, dentro do pensamento humano, que subsistirá talvez indefinidamente de fato, mas que não está baseada em direito. Para nós, a razão dialética é sempre constituinte; é a passarela, sem cessar prolongada e melhorada, que a razão analítica lança sobre um abismo, do qual não percebe a outra borda, mesmo sabendo que ela existe, e que deve, constantemente, afastar-se." ⁷³ Como seria de se esperar, surge logo o problema em torno da depauperação da realidade que a razão analítica faria, estudando os homens como se fossem formigas. A dialética sempre preferiu a visão da totalidade e, nas pegadas de certo marxismo, procurou colocar-se a serviço de certo humanismo. Lévi-Strauss, que se dá por cientista "agnóstico", não vê sentido nestas posições, porque "a última finalidade das ciências humanas não é constituir o homem, mas dissolvê-lo. O valor eminente da etnologia é o de corresponder à primeira etapa de um processo que comporta outras: para além da diversidade empírica das sociedades humanas, a análise etnográfica quer atingir invariantes que se situam, às vezes (...) nos pontos mais imprevistos". ⁷⁴

Quanto à acusação de que seu método seria reducionista, chama a atenção para o fato de que a simplificação metodológica subjacente não destrói o caráter de complexidade da realidade, embora uma

complexidade menos inteligível deva ser substituída por outra mais inteligível, e neste ponto funciona certamente o método da simplificação. "O papel da razão dialética é o de pôr as ciências humanas de posse de uma realidade que só ela é capaz de lhes fornecer, mas que o esforço propriamente científico se resume em decompor, depois em recompor, seguindo outro plano." ⁷⁵ A dialética, assim, daria apenas um ponto de partida, porque proporia material para a decomposição analítica e, sendo esta a tarefa propriamente científica, restaria para o dialético um esforço ainda importante, até mesmo insubstituível, mas sempre apenas complementar. "A razão dialética como a razão analítica em marcha." ⁷⁶

A dialética habituou-se a se refugiar na consciência histórica, sempre pronta a imputar à sucessão dos fatos um sentido, que a faria história humana. Lembra, então, que a consciência coloca problema que não consegue resolver. A exemplo da língua, a reflexão consciente que a gramática faz nada acrescenta ao nível inconsciente, que era o mesmo antes do gramático e será o mesmo depois dele. "Totalização não reflexiva, a língua é uma razão humana que tem suas razões, e que o homem não conhece." ⁷⁷ Não está na consciência a resposta do porquê deste inconsciente assim constituído e assim atuante. Simplesmente está "já dado" e não há sentido em se perguntar por quem deu... "A descoberta da dialética submete a razão analítica a uma experiência imperativa: a de explicar a razão dialética. Esta exigência permanente obriga, sem cessar, a razão analítica a estender seu programa e a transformar sua axiomática. Mas a razão dialética não pode justificar-se nem explicar a razão analítica." ⁷⁸ É uma indagação puramente subjetiva, e por isto vã, "do mais verdadeiro sentido a obter da consciência histórica", porque para sua verificação teríamos de recorrer ao esforço analítico. As hipóteses gratuitas da consciência histórica só adquirem determinação científica dentro de alguma axiomatização, de alguma sistematização que surge apenas no contexto da análise, não da síntese subjetivista. Uma ciência formal, dedicada a analisar relações necessárias objetivas, não encontra em lugar nenhum "consciência", mas estruturas dadas. ⁷⁹

A noção de fato histórico encobriria dupla antinomia. "Cada episódio de uma revolução, ou de uma guerra, se resolve numa

71. Idem. Aula inaugural. In: LIMA, L. C., org. **O estruturalismo de Lévi-Strauss**. Op. cit. p. 73.

72. Idem. **O pensamento selvagem**. Op. cit. p. 280.

73. Idem, *ibidem*. p. 281.

74. Idem, *ibidem*. p. 282. BALLEST, R. et alii. **Estruturalismo e marxismo**. Rio de Janeiro, Zahar, 1968. GLUCKSMANN, A. La deducción de la cocina y las cocinas de la deducción. In: BONOMI, A. et alii. **Estruturalismo y filosofía**. Op. cit. p. 93-118. VILAR, P. A noção de estrutura em história. In: BASTIDE, R., coord. Op. cit. p. 135-8. SEBAG, L. **Marxismo e estruturalismo**. Lisboa, Portico, s.d. BRAUDEL, F. **História e ciências sociais**. Lisboa, Presença, 1972. MAUSS, M. **Sociologia y antropologia**. Madrid, Tecnos, 1971.

75. LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. Op. cit. p. 286.

76. Idem, *ibidem*. p. 287.

77. Idem, *ibidem*. p. 288.

78. Idem, *ibidem*. p. 289.

79. ROUANET, S. P. **A razão cativa; as ilusões da consciência: de Platão a Freud**. São Paulo, Brasiliense, 1985. MERQUIOR, J. G. **A estética de Lévi-Strauss**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975. ———. **As idéias e as formas**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981. ———. **A natureza do processo**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.

multidão de movimentos psíquicos e individuais; cada um destes movimentos traduz evoluções inconscientes e estas se resolvem em fenômenos cerebrais, hormonais ou nervosos, cujas referências são de ordem física ou química... Por conseguinte, o fato histórico não é mais **dado** que os outros; é o historiador, ou o agente do devir histórico, quem o constitui por abstração e como que sob ameaça de uma regressão ao infinito." ⁸⁰ Emerge aqui reducionismo materialista brutal, que tem certa lógica dentro do pressuposto da universalidade da natureza e identidade de seus processos estruturais. Qualquer conotação "humana" não redutível à matéria experimental é abandonada no tratamento científico, tratando a história humana como objeto de pura análise formal.

Seguindo, aponta outra antinomia, não mais no plano da constituição do fato histórico, mas no da seleção. "Sob este ponto de vista também, o historiador e o agente histórico escolhem, partem e recortam, porque uma história verdadeiramente total os confrontaria com o caos." ⁸¹ Não é factível a história total, porque nem começa, nem acaba e não é possível reconstituir todos os seus elementos individuais. É preciso, pois, selecionar. "Uma história verdadeiramente total neutralizar-se-ia a si mesma: seu produto seria igual a zero. O que torna a história possível é que cabe a um subconjunto de fatos ter, em dado período, aproximadamente, a mesma significação para um contingente de indivíduos, que não viveram, obrigatoriamente, estes fatos, e que podem, mesmo, considerá-los a vários séculos de distância. A história não é, pois, a história, mas a história-para." ⁸²

O importante desta argumentação reside na conclusão muito densa de que "a história não escapa, pois, a esta obrigação, comum a todo conhecimento, de utilizar um código para analisar seu objeto, mesmo (e sobretudo) se é atribuída a este objeto uma realidade contínua. Os caracteres distintivos do conhecimento histórico não se prendem à ausência de código, que é ilusória, mas à sua natureza particular: este código consiste numa cronologia". ⁸³ Reporta-se a constituição de datas, que correspondem à necessidade inelutável de inteligibilidade do devir. Quando o homem tentou fixar marcos estáveis de datas, por exemplo, antes de Cristo, os 12 meses etc., não fez mais que ceder à necessidade de explicar o variável por invariantes, pois só estas permitem a distinção, os afastamentos e as

oposições. O devir em si não seria inteligível, a menos que o prendamos num código do devir. Pois a variação pura e simples do fenômeno não o explica, se não encontrarmos como a variação invariavelmente varia. O movimento espelha-se, portanto, em cima de um pano de fundo fixo, a partir do qual o concebemos. Ou por outra, não se entenderá a humanidade pela sua história, ainda que seja componente interessante, se não tivermos atingido seu núcleo inconsciente e invariante em torno do qual a história sempre se repete.

Lévi-Strauss insurge-se particularmente contra o lançamento da equivalência entre a noção de história e humanidade, como se o problema da ciência fosse o humanismo e não o conhecimento objetivo. A história não está ligada apenas ao homem e é apenas método inventariante de elementos integrantes de uma estrutura qualquer, humana e não-humana. Assim, a história, se for explicativa, será apenas em segundo lugar. Disto não segue, contudo, que não tenha seu lugar, ainda que derivado.

A sociedade não se unifica pela história, mas pelas "condições de possibilidade de toda organização social. A análise dos diferentes sistemas constitutivos de uma sociedade e de sua articulação mostra serem eles a aplicação de certo número de leis lógicas encontráveis em toda sociedade. São esses os 'invariantes' que dão a unidade necessária à fundamentação antropológica". ⁸⁴ "Para o historicismo, compreender é encontrar a gênese, a forma anterior, as fontes, o sentido da evolução. Com o estruturalismo, são os arranjos, as organizações sistemáticas em determinado estado que são inicialmente inteligíveis." ⁸⁵ Talvez se possa dizer que a história vem "em segundo lugar", e figura como alteração do sistema, porque "os acontecimentos não são apreendidos senão realizados num sistema, isto é, recebendo ainda dele um aspecto de regularidade". ⁸⁶ Conclui L. C. Lima: "Para que uma ciência ou atividade intelectual rigorosa possa ter a pretensão de resultados válidos necessita antes conseguir efetuar o **corte sincrônico de seu objeto**. Saber como **suspender** seu objeto do contínuo dos eventos, sem, entretanto, mutilá-lo, ou seja, atomizá-lo em face dos outros objetos específicos." ⁸⁷

Parece-nos que a marca mais importante da crítica estruturalista à dialética é de que esta não se constitui autonomamente. É derivada. Para ser metodologia **stricto sensu** necessita armar-se como proposta formalizada, passando inevitavelmente pela razão analítica. Se definir

80. LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. Op. cit. p. 293.

81. Idem, *ibidem*.

83. Idem, *ibidem*. p. 294.

82. Idem, *ibidem*.

84. GABORIAU, M. Op. cit. p. 144.

85. RICOEUR, P. Op. cit. p. 159.

86. Idem, *ibidem*. p. 160.

87. LIMA, L. C., org. Introdução. In: ——— *O estruturalismo de Lévi-Strauss*. Op. cit. p. 20. , 197

é atividade analítica, a dialética antes de mais nada precisa, para se construir, se definir. Por isso, Lévi-Strauss não elimina a dialética. Atribui-lhe importância derivada.⁸⁸

Lévi-Strauss nega qualquer possibilidade de reconhecer na realidade social horizontes irreduzíveis a substratos materiais analiticamente tratáveis. Em conseqüência, não reconhece o conceito de totalidade ou de síntese, porque, analiticamente, toda síntese é apenas a soma das partes.

7.6 FORMALIZAÇÃO METODOLÓGICA

O estruturalismo privilegia o aspecto relacional, como se fora matemática da realidade. "O fulcro da pesquisa não é mais constituído pelos elementos em si, mas pelas relações que intercorrem entre eles, já que só as relações são constantes, enquanto os elementos podem variar (sem, no entanto, serem arbitrários)."⁸⁹ Mattoso Câmara acentua que "não há fatos isolados passíveis de conhecimento, porque toda significação resulta de uma relação".⁹⁰ Segundo Ricoeur, o estruturalismo recusa-se a "tratar os termos como entidades independentes, tomando ao contrário como base de sua análise as **relações** entre os termos".⁹¹ Lévi-Strauss afirmou com ênfase: "A partir do momento onde numerosas formas de vida social — econômica, lingüística etc. — se apresentam como relações, abre-se o caminho a uma antropologia concebida como teoria geral das relações, e à análise das sociedades em função dos caracteres diferenciais, próprios aos sistemas de relações que as definem."⁹²

88. COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1973. GREIMAS, A. J. *Estruturalismo e história*. In: POUILLON, J. et alii. *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968. p. 53-66. GODELIER, M. *Sistema, estrutura e contradição em "O Capital"*. In: POUILLON, J. et alii. *Problemas do estruturalismo*. Op. cit. p. 67-104. LEDUC, V. et alii. *Comentários a uma leitura de L. Althusser*. In: POUILLON, J. et alii. *Problemas do estruturalismo*. Op. cit. p. 49-82. LEDUC, V. et alii. *Será possível uma "prática teórica"*. In: POUILLON, J. et alii. *Problemas do estruturalismo*. Op. cit. p. 83-106. PARAIN, C. *Estruturalismo e história*. In: BALLEST, R. et alii. *Estruturalismo e marxismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968. p. 66-87. SEVE, L. *Método estrutural e método dialético*. In: BALLEST, R. et alii. *Estruturalismo e marxismo*. Op. cit. p. 103-46. CHARLES D. *Abertura e indeterminação*. In: BALLEST, R. et alii. Op. cit. p. 273-89. GRANGER, G. *Acontecimento y estructura en las ciencias humanas*. In: GABORIAU, M. et alii. *Estruturalismo y historia*. Op. cit. p. 7-44. GAUDEMAR, P. *Acontecimiento, estructura, historia; límites del rol del pensamiento formal en ciencias humanas*. In: GABORIAU, M. et alii. *Estruturalismo y historia*. Op. cit. p. 45-66. GABORIAU, M. *Antropología estructural y historia*. In: ———. *Estruturalismo y historia*. Op. cit. p. 91-110. SASZBÓN, J. *Historia y sistemas en C. Lévi-Strauss*. In: GABORIAU, M. *Estruturalismo y historia*. Op. cit. p. 111-30. LEFEBVRE, H. *Reflexiones sobre el estructuralismo y la historia*. In: GABORIAU, M. *Estruturalismo y historia*. Op. cit. p. 131-56. ECO, U. *As formas do conteúdo*. São Paulo, Perspectiva, 1974.

89. BONOMI, A. et alii. *Estruturalismo y filosofía*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1971. p. 192.

90. CAMARA JR., J. M. *O estruturalismo lingüístico*. *Tempo Brasileiro* 15/16: 6.

91. RICOEUR, P. *Estrutura e hermenêutica*. p. 162.

92. LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia estrutural*. Op. cit. p. 117.

A base destas colocações fica visível que o intento formalizante está na alma do estruturalismo. Não se trata primordialmente de conteúdos, mas de relações entre eles, que são formas necessárias. Toda **forma** é até certo ponto uma "**fôrma**": serve invariavelmente para inúmeros casos, permanecendo estável sob a variabilidade dos conteúdos. Isto também aproxima o estruturalismo do espírito das ciências exatas, que tratam de formas puras — o triângulo, o círculo, a equação —, e por isso são exatas, porque somente a forma pode ser exata. Conteúdos sempre são "tortos".

A atividade inconsciente do espírito impõe formas a conteúdos e elas são fundamentalmente as mesmas para todos os espíritos, invariantes, fixas. Evidentemente, o privilégio da forma vai redundar na secundarização da história, que é reino dos conteúdos. Assumindo exemplo banal: diante do nascimento de uma criança, pode dizer o dialético que se trata de algo novo, irrepetível na individualidade histórica, enquanto o estruturalista boceja e murmura que é sempre a mesma coisa. Lévi-Strauss foi, em conseqüência, acusado de formalismo.

"Os adeptos da análise estrutural em lingüística e em antropologia são acusados muitas vezes de formalismo. Esquece-se que o formalismo existe como uma doutrina independente, da qual, sem negar o que lhe deve, o estruturalismo se separa em razão das atitudes muito diferentes que as duas escolas adotam face ao concreto. Ao contrário do formalismo, o estruturalismo recusa opor o concreto ao abstrato e reconhecer ao segundo um valor privilegiado. A **forma** se define por oposição a uma matéria que lhe é estranha; mas a **estrutura** não tem conteúdo distinto: ela é o próprio conteúdo, apreendido numa organização lógica concebida como propriedade do real."⁹³ Esta questão é deveras complexa. Tenta-se negar a separação ou a oposição entre forma e conteúdo. "Para o estruturalismo esta oposição não existe: não há de um lado o abstrato, de outro o concreto. Forma e conteúdo são da mesma natureza, justificáveis pela mesma análise. O conteúdo retira sua realidade de sua estrutura e o que chamamos de forma é a 'colocação em estrutura' (**mise en structure**) das estruturas locais em que consiste o conteúdo."⁹⁴ De outro lado, não se pode desconhecer a tendência formalizante, por demais visível. Aparece já na construção de modelos formais, na diferença entre relações sociais e estrutura social, nas invariantes da lingüística e do mito, e assim por diante.

O formalismo acaba por aniquilar o objeto, porque a forma se concebe tão separada, que já não se saberia encontrar o conteúdo.

93. LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia estrutural II*. Op. cit. p. 121.

94. Idem, *ibidem*. p. 137-8.

e isto o estruturalismo gostaria de evitar. Lévi-Strauss não é formalista a ponto de desprezar conteúdos individuais dos mitos ou suas variações através de regiões e do tempo. Tomando o problema de Propp a respeito dos contos de fada, teria pretendido chegar à conclusão de que todos se reduziram a um só tipo, dentro de 31 funções elementares. Descobriu também que o conteúdo dos contos é permutável, diante da fixidez da forma, o que lhe sugeriu a idéia de que seria arbitrário. Com isto não concorda Lévi-Strauss, porque "também as substituições se atêm a leis".⁹⁵ "Afirmar, como o fazemos, que a permutabilidade do conteúdo não equivale ao arbitrário quer dizer que, sob a condição de levar a análise a um nível suficientemente profundo, descobre-se a constância por trás da diversidade. Inversamente, a pretensa constância da forma não deve dissimular que as funções, elas também, são permutáveis."⁹⁶ Propp ter-se-ia precipitado ao dar um número exato de funções não permutáveis. Isto não desfaz a constância delas, mas, à medida que se reconhece sua permutabilidade, o conteúdo não passa a ser mero acessório estranho, e o abstrato não foge ao concreto, pois "não há língua da qual se possa deduzir o vocabulário a partir da sintaxe".⁹⁷ As funções de x , por exemplo, podem aparecer dentro de uma permutabilidade: $-x, +x, 1/x, 1-x$. . . Estas substituições não são arbitrárias, ainda que permutáveis, porque há o traço comum constante de x ; mas seria sacrificar a concreção de cada substituição se a reduzíssemos a forma pura de x . Acabariamos perdendo interesse pela realidade concreta, vendo nela apenas repetições formais.

L. C. Lima tenta uma defesa: "É o contexto que provoca a ativação da capacidade ordenadora do homem; é ele que ajudará a explicar o lugar privilegiado que certos termos ocupam em tal sistema, como a secundariedade de outros. Mostra-se bem a diferença do estruturalismo com o formalismo e o funcionalismo. A forma não é algo separável da matéria, como um desenho que permitisse eliminar a madeira ainda não moldada. Assim como a consistência ou a flexibilidade do material condiciona o modo do talhe que recebe, assim também no que se formaliza antecipa-se o sentido. Se a matéria ou conteúdo é variável para um número restrito de formas, é que é limitado o número de soluções à disposição do espírito. A liberdade do homem não se exerce a partir de condições meramente individuais e variáveis, nem é modelada pelas condições do contexto. Ela dispõe de certas formatividades (**Gestaltungen**), que subjazem às suas configurações (**Gestalten**). O homem se iguala, em seu ponto de partida, pela igualdade de seu mecanismo ordenador inconsciente. Mas, se

95. Idem, ibidem. p. 98, 138, 141.

96. Idem, ibidem. p. 142.

97. Idem, ibidem. p. 147.

as formas de que dispõe são limitadas, são elas, também, por outro lado, polimorfos, isto é, não agregam ou absorvem o conteúdo que, vindo de fora, nelas se **aclimataria**; ao contrário, situam-se com eles, com eles **variam**. A distinção entre formas e conteúdo derivava de uma insuficiência de abordagem, hoje possível de ultrapassar. Do mesmo modo, quanto ao funcionalismo, a função não dita a escolha dos termos que então seriam como a sua veste; ao invés, são os termos que, ao se oporem mutuamente, fazem transluzir funções diferenciais."⁹⁸

Diante disso talvez se possa aceitar que existe no estruturalismo esforço visível de não perder de vista o conteúdo, ainda que epistemologicamente seja formalizante. De todos os modos, a preocupação forte em torno do assunto revela duas coisas: o problema existe; toma-se cuidado contra a invasão do formalismo. Diz Mattoso Câmara que "a apreensão de uma forma no objeto foi o primeiro passo no sentido do estruturalismo".⁹⁹ Ou na voz de Bonomi: "A análise das estruturas inconscientes comporta, assim, um profundo trabalho de formalização, no fim do qual o conceito de estrutura adquire o seu pleno valor heurístico."¹⁰⁰

Em que pese o esforço de defesa, o estruturalismo é a metodologia que levou ao extremo a expectativa de explicação pela forma analítica, colocando neste contexto também a consciência histórica, reduzida ao inconsciente. O inconsciente trabalhado como forma dada talvez seja suficiente para interpretar o estruturalismo como formalista.

Apesar disso, também é preciso reconhecer o imenso impacto do estruturalismo dentro das ciências sociais. Figuras como Foucault,¹⁰¹ Piaget¹⁰² e Althusser levaram em frente este intento, em meio a polêmicas homéricas, sobretudo no caso de Althusser.¹⁰³ A

98. LIMA, L. C., org. Introdução. In: ——— O estruturalismo de Lévi-Strauss. Op. cit. p. 40. TULIO-ALTAN, C. Estruturalismo y funcionalismo en Lévi-Strauss. In: FLEISCHMANN et alii. **Estruturalismo y antropología**. Buenos Aires, Nueva Visión, 1971. p. 77-109.

99. CAMARA JR., J. M. O estruturalismo lingüístico. **Tempo Brasileiro** 15/16: 7, 1972. LIMA, L. C. **Mimesis e modernidade**; formas das sombras. Rio de Janeiro, Graal, 1980.

100. BONOMI, A. Op. cit. pá 190.

101. FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Petrópolis, Vozes, 1971. ——— **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1979. ——— **Vigiar e punir**. Petrópolis, Vozes, 1977. GUEDEZ, A. **Foucault: iniciação ao debate**. São Paulo, Edusp, 1972. MACHADO, R. **Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault**. Rio de Janeiro, Graal, 1982. FOUCAULT, M. As ciências humanas. In: ——— et alii. **Estruturalismo**. São Paulo, Martins Fontes, s.d. p. 45-100.

102. LIMA, L. O. **Por que Piaget?**; a educação pela inteligência. São Paulo, Senac, 1980. PIAGET, J. **O estruturalismo**. São Paulo, Difel, 1970. ——— **A epistemologia genética**. Petrópolis, Vozes, 1972. ——— & INHEL, B. **Gênese das estruturas lógicas elementares**. Rio de Janeiro, Zahar, 1971. FREITAG, B. **Sociedade e consciência: um estudo diagetiano na favela e na escola**. São Paulo, Cortez, 1984. FURTH, H. G. **Piaget e o conhecimento**. Rio de Janeiro, Forense, 1969.

103. PRADO JR., C. **Estruturalismo de Lévi-Strauss, marxismo de L. Althusser**. São Paulo, Brasiliense, 1972. LÉPINE, C. **O inconsciente na antropologia de Lévi-Strauss**. São Paulo, Atica, 1974. LÉVI-STRAUSS, C. et alii. **El proceso ideológico**. México. Tiempo Contemporáneo.

lingüística sofreu avanço extraordinário, sem falar na etnologia e na antropologia. A sociologia viu-se acantonada e teve de rever posturas dialéticas fáceis. Cristalizou-se, assim, a postura histórico-estrutural.¹⁰⁴

A diferença do estruturalismo, a dialética histórico-estrutural destaca estruturas, além das lógicas onde todos se encontram do mesmo jeito, da realidade social, o que vem a significar estruturas da dinâmica, da não-repetição. Não se pode negar que mesmo um fenômeno tão dinâmico como uma revolução se faz dentro de estruturas históricas, mas estas estruturas não apagam o dinamismo, antes são sua forma. E é isto que torna a dinâmica algo estrutural. Não é preciso destruir o homem para compreendê-lo, se ao lado da análise colocarmos a síntese.

1971. LABROUSSE, E. et alii. *Sistema e liberdade: estrutura social e história*. Lisboa, Presença, 1968. ENTREVISTA de Sartre e L'Arc. In: FOUCAULT et alii. *Estruturalismo*. São Paulo, Martins Fontes, s.d. p. 125-38. ALTHUSSER, L. A imensa revolução teórica de Marx. In: FOUCAULT, M. *Estruturalismo*. Op. cit. p. 289-308. GODELIER, M. Notas sobre o conceito de estrutura e contradição. In: FOUCAULT, M. *Estruturalismo*. Op. cit. p. 309-20. BADIOU, A. O (re)começo do materialismo dialético. In: FOUCAULT, M. *Estruturalismo*. Op. cit. p. 321-58.
104. BOURDIEU, P. Campo intelectual e projeto criador. In: POUILLON, J. et alii. *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968. p. 105-46. SAHLINS, M. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979. CORVEZ, M. *Los estructuralistas*. Buenos Aires, Amorrortu, 1972. DA MATTA, R. *Ensaio de antropologia estrutural*. Petrópolis, Vozes, 1973. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979. *A casa & a rua*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987. LÉVI-STRAUSS, C. *L'arc documentos*. Documentos, 1968. *El oso y el barbero*. Barcelona, Anagrama, 1970. MOURÃO, G. M. *A invenção do saber*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. SEIXAS, C. *O espelho de narciso: linguagem, cultura e Ideologia no Idealismo e no marxismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981. GIANNOTTI, J. A. *Filosofia miúda e demais aventuras*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

8

Abordagem Sistêmica e Funcionalista – Visão Dinâmica dentro do Sistema

Daremos mais ênfase à questão do sistemismo, pois cremos ser mais importante neste quadro. No caso do funcionalismo, por ser mais conhecido, faremos apenas tratamento seletivo no plano da aproximação entre Parsons e Freud; é faceta menos explorada, mas muito adequada para mostrar o referencial metodológico implícito.

Ambos — sistemismo e funcionalismo — são aparentados. Em parte o sistemismo continua o espírito do funcionalismo, sobretudo na tentativa de se conservar dinâmico, embora encerrado no horizonte do sistema. Mas o sistemismo possui sua originalidade, retirada principalmente da teoria da informação, da cibernética e de sua utilidade administrativa. Em certo sentido é postura dominante em cientistas sociais imersos na prática administrativa, dentro do governo, em grandes empresas, em organizações relevantes, onde são chamados a colaborar no funcionamento deles, a começar pela proposta de instrumentações capazes de dirimir conflitos, oposições, contestações. Ciências sociais sistêmicas são sobretudo “úteis”.

8.1 O PONTO DE VISTA DO SISTEMA

O ponto de vista do sistema pode revelar particularidades óbvias, donde retira o próprio nome, mas igualmente algum parentesco com o estruturalismo. É muito conhecido o apelo ao conceito de sistema na própria definição de estrutura, dentro do estruturalismo. “Em primeiro lugar, uma estrutura oferece um caráter de sistema. Ela consiste em elementos tais que uma modificação qualquer de um deles acarreta uma modificação de todos os outros. Em segundo lugar, todo modelo pertence a um grupo de transformações, cada uma das quais corresponde a um modelo da mesma família, de modo

que o conjunto destas transformações constitui um grupo de modelos. Em terceiro lugar, as propriedades indicadas acima permitem prever de que modo reagirá o modelo, em caso de modificação de um de seus elementos. Enfim, o modelo deve ser construído de tal modo que seu funcionamento possa explicar todos os fatos observados.¹ À primeira vista podemos ser levados a pensar em relativa coincidência entre os dois conceitos.

Mattoso Câmara vê uma possível distinção: "O sistema que aparece, por exemplo, na compreensão do universo, ou 'ordem cósmica' desde a antiguidade, é um conceito científico que nos vem de longe. Pressupõe, sem dúvida, uma estrutura, como um feixe de relações entre elementos que o compõem. Caracteriza-o, contudo, a circunstância de que esses elementos são bastantes e complementares na sua distribuição. O todo em que se constituem é cabal e suficiente. Há, assim, na significação de sistema uma noção que se acrescenta à de inter-relação entre as partes. É uma estrutura de partes satisfatoriamente distribuídas, que se associam e completam. Toda estrutura pressupõe um sistema, pelo menos implícito e realizável, e pode-se afirmar que ela é a condição prévia e necessária para ele existir."² Neste contexto, ambos os conceitos se condicionam, mas o de estrutura se coloca como "condição prévia e necessária" para que um sistema exista. De um lado, temos, então, o contorno geral do todo; de outro lado, temos a possibilidade de redução da complexidade do todo ao nível explicativo da estrutura, que repetiria dentro de si o retrato em miniatura do todo, dando, ao mesmo tempo, a razão por que o todo se mantém. Toda estrutura seria, assim, também sistêmica, porque se define como complexidade menor em que os elementos constituintes apresentam "inter-relação". Ou, numa expressão de Benveniste, a estrutura é *l'agencement interne* das unidades de um sistema.³

Costa Lima acentua sobretudo duas idéias subjacentes ao conceito de estrutura: "A idéia de totalidade e a de interdependência necessária entre os átomos constituintes, cuja mútua articulação deverá ser indicada pelo respectivo modelo."⁴ Mas considera com Pouillon que o estruturalismo começa na verdade no intento de aproximar conjuntos diferentes, "não a despeito, mas em virtude de suas diferenças",⁵ e, assim, se concebe que o nível da estrutura conteria algo de novo: a construção de uma ordem explicativa a despeito das

desordens fenomenais do sistema. A estrutura não seria apenas um retrato em miniatura do sistema; tem do sistema o elemento formal comum da inter-relação das partes e que permite demarcar seu limite vago, mas concretamente trata-se de dois níveis distintos.

O aspecto formal sistêmico é também acentuado pelo próprio Lévi-Strauss. Em sua aula inaugural repete: "Não é estruturado senão o arranjo que responde a duas condições: é um sistema regido por uma coesão interna; e essa coesão, inacessível à observação de um sistema isolado, revela-se no estudo das transformações, graças às quais propriedades similares são encontradas em sistemas na aparência diferentes."⁶ Aparece, porém, a diferença entre os dois conceitos. "Era necessário, pois, para cada nomenclatura de parentesco e para as regras de casamento correspondentes, estabelecer o caráter de sistema. E isso não era possível senão ao preço de um esforço suplementar consistindo na elaboração do sistema destes sistemas, e em pô-los entre si numa relação de transformações. A partir daí, o que não passava de uma imensa desordem se organizava sob a forma de gramática: enunciado que obriga de todas as maneiras concebíveis a se instaurar, e a se manter, um sistema de reciprocidade."⁷ O emaranhado do parentesco, que não dá a impressão mediata de sistema, assume tal contorno pela ordenação de seus elementos no nível da estrutura. Esta aparece, assim, como "o sistema dos sistemas", no sentido de que ela acaba por inter-relacionar conjuntos aparentemente disparatados. A estrutura demonstra o caráter implicitamente sistêmico de conjuntos que aparecem isolados ou perdidos, ou, por outra, constrói a ordem lógica das relações sociais que, à primeira vista, não dão tal impressão ordenada.

Segundo Buckley, sistema poderia ser descrito "como um complexo de elementos ou componentes direta ou indiretamente relacionados numa rede causal, de sorte que cada componente se relaciona pelo menos com alguns outros, de modo mais ou menos estável, dentro de determinado período de tempo".⁸ Tal definição, que costuma ser amplamente aceita, releva alguns pontos centrais:

- a) A complexidade dos elementos componentes apresenta algum nível de inter-relação; Buckley usa a conotação de "rede causal", o que pode indicar exagero, porque poderia levar a um fechamento determinista.
- b) Cada elemento se relaciona pelo menos com alguns outros; portanto, a causalidade não é tão estrita; diz-se

1. LÉVI-STRAUSS, C. A noção de estrutura em etnologia. *Tempo Brasileiro* 15/16: 67-8, 1972.

2. CÂMARA JR., J. M. O estruturalismo lingüístico. *Tempo Brasileiro* 15/16: 6-7, 1972.

3. Citado em *Idem*, *Ibidem*. p. 7.

4. LIMA, L. C., org. Introdução. In: ———. *O estruturalismo de Lévi-Strauss*. Petrópolis, Vozes, 1970. p. 31.

5. *Idem*, *Ibidem*.

6. LÉVI-STRAUSS, C. Aula Inaugural. In: LIMA, L. C. *O estruturalismo de Lévi-Strauss*. Op. cit. p. 62.

7. *Idem*, *Ibidem*. p. 63.

8. BUCKLEY, W. *A sociologia e a moderna teoria dos sistemas*. São Paulo, Cultrix, 1971. p. 68.

apenas que não haveria elemento completamente isolado ou isolável.

- c) O sistema pressupõe o conceito de estabilidade, porque a inter-relação não se articula num ambiente de caos.
- d) Daí o recurso ao conceito de tempo de estabilidade, para se conotar a propriedade sistêmica de persistência temporal.
- e) O elemento de estabilidade persistente fornece a base para a idéia vulgar de que o sistema tenderia a voltar ao equilíbrio, sempre que o perde por injunções do meio ambiente.

Talvez um dos maiores problemas seja a delimitação do sistema, diante de outro sistema: onde termina um e começa outro, ou superposições. Todo sistema pode ser visto como subsistema. Não há ponto final nestas delimitações, ainda mais se pensarmos que um elemento pode estar em vários sistemas ao mesmo tempo (o homem é membro do sistema social, político, ecológico, animal etc.).

Parece que um componente mais tratável é o ponto de vista da **organização**: seria o modo de organização dos elementos que proporia o contorno próprio e relativamente delimitável do sistema. Nestes termos, o sistemismo acredita na máxima: o todo é maior que a soma das partes. No que já se afasta muito do estruturalismo, admitindo a necessidade da síntese, da totalidade.

O sistemismo chama a atenção para o fato de que o todo "organiza" as partes e que é o tipo de organização que especifica o todo. Assim sendo, as partes, fora do contexto do todo, seriam apenas átomos isolados. Por isso mesmo, o termo **soma** é incompleto e apenas analítico. "Quando dizemos que 'o todo é maior que a soma das partes', o sentido perde a ambigüidade e o mistério: o 'mais do que' aponta para a **organização**, que confere ao agregado características não só **diferentes**, mas também, muitas vezes, não **encontradas** nos componentes isolados; e a 'soma das partes' significa, não a sua adição numérica, mas a sua agregação não organizada."⁹

Talvez se pudesse ressaltar que este conceito de sistema dá primazia a duas dimensões importantes:

- a) um todo **inter-relacionado**;
- b) o todo **organiza** as partes.

8.2 O FENÔMENO CIBERNÉTICO

Um dos passos mais importantes por trás da problemática sistêmica é a redescoberta do fenômeno cibernético, que vai superar o conceito acima, descobrindo dinâmica **sui generis**. A "arte da pilotagem" passou a ser entendida como pressuposto básico da organização de complexos, em que entra decisivamente o conceito de informação. Mais especificamente, a discussão centra-se no problema da "auto-regulação".

Sistema é auto-regulação. Deixa de ser sistema o que perde condições de auto-regulação. É muito mais que mera inter-relação das partes e sua organização no todo.

Buscando exemplo simples, podemos apresentar o da caixa-d'água: se tiver uma bóia adaptada na superfície superior, pode encher-se e fechar-se automaticamente, dando origem a um mecanismo próprio de auto-regulação, resultando funcionamento equilibrado. Quando a água atinge certo nível, toca a bóia, ativando mecanismo de fechamento da entrada da água, ao mesmo tempo que a bóia, baixando o nível da água, cede e permite entrada de nova água. Assim obtém-se situação de elementos complexos automaticamente organizados, com capacidade de auto-regulação: o sistema da caixa-d'água.

Outro exemplo seria o motor resfriado a água. Aumentando a temperatura, a água passa a deslocar-se mais rapidamente, provocando ação de esfriamento, capaz de estabilizar o motor em certa temperatura considerada desejável. Surge, pois, mecanismo auto-regulado e que especifica a propriedade do sistema. O elemento da informação é definido simplesmente como tudo que atinge um sistema e pede resposta. No primeiro exemplo, a informação é constituída pela chegada da água à bóia, o que leva a desfechar o mecanismo auto-regulativo no segundo exemplo, trata-se do aumento de temperatura: o sistema responde adequadamente e nisto se regula.

A capacidade de absorver informação e de responder a ela deu origem ao conceito de **realimentação sistêmica**, que passou a ser considerada o ponto essencial da definição de sistema, porque é a alma da auto-regulação. Tomemos o exemplo de um animal arrastado para zonas quentes. Ele se choca com ambiente adverso, que nesse caso funciona como informação que pede resposta. Sua sobrevivência depende em última instância da capacidade de poder perceber a informação nova, assimilá-la e, a partir daí, dar resposta adequada. Se conseguir, passará a adaptar-se à nova situação, e, assim, ressurgirá o equilíbrio do sistema. Caso contrário, desaparece.

Se observarmos o movimento da mão de uma criança que quer apanhar uma bola quicando em sua frente, podemos constatar que

a intenção de apanhar a bola só tem êxito se a criança for capaz de adaptar o movimento da mão ao da bola, ou seja, se souber corrigir o movimento puramente mecânico, transformando-o em auto-regulado, sob ação de constante retro-alimentação. Talvez o exemplo mais claro seja o do foguete que deve atingir um avião em movimento. Dentro de um contexto sem retroalimentação, teríamos de disparar o foguete à base de cálculos ajustados, de tal maneira a formar trajetória que encontrasse o alvo. O avião, porém, pode mudar de direção, de acordo com o piloto, ou por outras causas intervenientes. Assim, o projétil atinge o alvo, se estiver na trajetória.

Aí entra o foguete capaz de auto-regulação, ou seja, dotado de propriedade sistêmica no sentido de poder aprender informação externa, assimilá-la e com ela acertar a rota de atingimento do avião. Alguns foguetes se guiam pelos resíduos de combustível queimado do avião, outros pelas vibrações causadas pelo ruído dos motores, e assim por diante. São capazes de "entender" a informação e convertê-la em correção de rota, o que produz a auto-regulação em retroalimentação constante. O foguete atinge o avião na certa.

A cibernética levou à constatação de que o sistema é propriedade de toda organização, física ou humana. A definição de sistema não se atém mais apenas ao fenômeno da inter-relação das partes e de sua organização interna, mas centra-se sobretudo no discernimento da propriedade da organização auto-suficiente, com regulação própria. A retroalimentação do sistema é que o faz sistêmica, ou seja, que o torna um todo, dá-lhe contorno delineável e explica sua razão de persistência. E a recíproca: um sistema não persiste se já não tem condições de se retroalimentar.

Daí o esquema básico do ciclo sistêmico:



Input significa tudo o que entra no sistema, ou seja, a informação captada. **Conversão** perfaz o caminho entre o que entra e o que sai, significando a propriedade de não só captar a informação, mas também de poder elaborar para ela uma resposta. **Output** é a resposta já elaborada, enquanto a conversão apresenta o processo de elaboração. Nesse sentido, a capacidade de conversão é diretamente responsável pela capacidade de sobrevivência. **Feedback** (retroalimentação) descreve a propriedade central do sistema: o **output** religa-se ao **input**, dando a condição de como o sistema continua a persistir e a possibilidade de que o **output** pode ser reintroduzido como **input**. Não há distinção essencial entre conversão e **feedback**: aquela

se coloca entre **input** e **output**, este entre **output** e **input**; ambos respondem à mesma propriedade: auto-regulação do sistema e capacidade de persistência.

O fenômeno cibernético, que expomos aqui muito sucintamente, teria dado azo ao surgimento de tratamento novo do objeto científico e que suscitou entusiasmo, desde as colocações de Wiener. Juntamente com o estruturalismo, está entre as metodologias mais modernas à disposição e, dentro do contexto da análise de sistemas aliada às técnicas sofisticadas de computação e informática, tem proporcionado a muitos cientistas sociais revalorização profissional.

8.3 ESPERANÇA NA UNIDADE DAS CIÊNCIAS

A metodologia sistêmica esconde atrás de si, entre outros elementos, também certa decepção com o especialista demasiado, que sabe até a idiotice tudo sobre apenas certa coisa. Buscar-se-ia o "especialista em generalidades",¹⁰ o homem capaz de conservar a supervisão do sistema global, entravada pelo intento voraz da decomposição analítica. Um especialista em generalidades seria certamente contradição nos termos, se não se tivesse descoberto uma propriedade comum a todos os sistemas, físicos e humanos, o que permitiria a renovação da esperança na unidade das ciências.

A supervisão geral é sobretudo importante no contexto do planejamento, que sempre tem em mira compor roteiro unificado de ação, dentro do qual emergem os elementos mais díspares e os especialistas mais desencontrados. A figura do chefe geral talvez evoque imediatamente esta problemática. A capacidade de não sucumbir à especialidade tecnocrática e de manter o controle do andamento geral estaria condicionada à virtude de não perder o contorno genérico do sistema em ação, de não se desnortear dentro das particularidades dos passos isolados, de sentir no emaranhado de um complexo de componentes uma tendência geral. Não se pode resolver tudo sozinho, porque as especialidades escapam. Mas o planejamento guarda o pulso geral, que não pode nascer da mera soma dos esforços individuais, mas de uma conjugação deles a nível da organização.

Diz Bertalanffy: "A função integradora da teoria geral dos sistemas pode talvez ser resumida da seguinte maneira: até aqui a unificação da ciência tem sido vista como redução de todas as ciências à física, a resolução final de todos os fenômenos em acontecimentos físicos. De nosso ponto de vista, a unidade da ciência

ganha um aspecto mais realista. A concepção unitária do mundo não pode ser baseada na esperança possivelmente fútil e certamente forçada de reduzir por fim todos os níveis da realidade ao nível da física, mas antes na **isomorfia das leis em diferentes campos**. Falando a linguagem que tem sido chamada de modo 'formal', isto é, considerando as construções conceituais da ciência, significa uniformidades estruturais dos esquemas que aplicamos. Falando em linguagem 'material' significa que o mundo, isto é, o total de acontecimentos observáveis, apresenta uniformidades estruturais, que se manifestam por traços isomórficos de ordem nos diferentes níveis ou domínios."¹¹

A crença na unidade da ciência não é específica do sistemismo, porque no fundo toda metodologia se coloca na expectativa de ser instrumento universal de explicação. Apenas certo tipo de dialética e talvez o funcionalismo se acantonam nos domínios da realidade social. A particularidade do sistemismo está na fundamentação apresentada para essa crença, e nisso diverge bastante do estruturalismo, pois não acredita que o pensamento seja redutível a seu substrato físico. Especialmente Bertalanffy interessa-se dentro de uma polémica com o reducionista Carnap, em mostrar que a organização dos elementos físicos pode ser vista como nível distinto deles e por isso não redutível a eles. Mais exatamente, deixa aberta a questão de Carnap e tenta montar a concepção de que a unidade das ciências poderia provir de outro tipo de isomorfismo. Porque, e nisto coincide com o estruturalismo, "a ciência é essencialmente empreendimento **nomotético**, isto é, estabelece leis baseadas no fato de os acontecimentos na natureza serem repetíveis e recorrentes".¹²

Apresenta três pontos de fundamentação possível do isomorfismo científico:

- a) Os esquemas intelectuais revelam número em princípio restrito, sendo por isso captáveis segundo leis do pensamento.
- b) "A estrutura da realidade tem tal natureza que permite a aplicação de nossos conceitos. Compreendemos, porém, que todas as leis científicas representam meramente abstrações e idealizações que exprimem certos aspectos da realidade. Toda ciência significa imagem esquematizada da realidade, no sentido de que certa construção conceitual se relaciona inequivocamente com certos aspectos de ordem na realidade. A mesma coisa acon-

tece com a planta de um edifício, que não é o próprio edifício nem o representa de modo algum em todos os detalhes, tais como o arranjo dos tijolos e as forças que os conservam unidos, contudo existe inequívoca correspondência entre o plano no papel e a real construção de pedra, ferro e madeira."¹³ Assim, a ordem armada conceitualmente representa a ordem da realidade, embora simplificada.

- c) O terceiro aspecto seria a descoberta dentro da teoria dos sistemas de que o "isomorfismo encontrado em vários domínios baseia-se na existência de princípios gerais dos sistemas".¹⁴

Aqui voltamos a tratar de pressupostos ontológicos obscuros de cada metodologia. O sistemismo tem também sua crença da realidade e constrói seu instrumento metodológico de acordo com ela. Resumindo os principais resultados desta colocação, acrescenta Bertalanffy:

- a) "A análise dos princípios gerais dos sistemas mostra que muitos conceitos considerados antropomórficos, metafísicos ou vitalistas são acessíveis a uma exata formulação. São conseqüências da definição dos sistemas e de certas condições dos sistemas."
- b) "Esta investigação é requisito útil com relação a problemas concretos da ciência. Em particular, conduz à elucidação de problemas que nos esquematismos habituais e na compartimentação dos campos especializados não são considerados. Assim a teoria dos sistemas revelar-se-ia importante meio no processo de desenvolvimento de novos ramos do conhecimento, fazendo-os chegar à condição de ciências exatas, isto é, sistemas de leis matemáticas."
- c) "O fato de certos princípios aplicarem-se aos sistemas em geral, independentemente da natureza dos sistemas e das entidades em questão, explica o aparecimento de concepções e leis correspondentes em diferentes campos da ciência, independentes uns dos outros, causando notável paralelismo em seu desenvolvimento moderno. Assim, conceitos tais como os de totalidade e soma, mecanização, centralização, ordem hierárquica, estados esta-

11. Idem, *ibidem*. p. 76.

12. Idem, *ibidem*. p. 263.

13. Idem, *ibidem*. p. 118-9.

14. Idem, *ibidem*. p. 120.

cionários e estáveis, eqüifinalidade etc., são encontrados em diferentes campos da ciência natural, assim como em psicologia e sociologia.”¹⁵

Em termos talvez mais claros, “problemas da complexidade organizada” são no fundo e formalmente os mesmos problemas de todos os sistemas, também da física e da biologia. “Estamos agora procurando outra concepção básica do mundo, o **mundo como organização**. Esta concepção — se puder ser fundamentada — alteraria de fato as categorias básicas nas quais repousa o pensamento científico e influenciaria profundamente as atitudes práticas”, recaindo “numa nova abordagem”.¹⁶

O distanciamento notado para com o estruturalismo quanto ao problema da redução dos fenômenos a seu substrato físico diminui ao nível da busca de formalização. Acredita-se numa ordem subjacente da natureza, captável pela ordenação conceitual da mente, porque existiria correspondência isomórfica. O intento formalizante talvez seja o maior elo de união entre ambas as metodologias. É certo que o ponto de vista do sistema acentua no modelo sua capacidade sintética, porque explica pela síntese dos elementos, mas apesar disso não deixa de ser modelo que reduz a complexidade dos sistemas gerais a forma geral única aplicável a todos eles. O estruturalismo recorre ainda a elementos inconscientes e ao esforço analítico, mas não resta dúvida que o sistemismo também trabalha por códigos diferenciais, bem ao sabor da análise. Dizia uma vez Lévi-Strauss: “A prova da análise está na síntese. Se a síntese se revela impossível, é porque a análise ficou incompleta.”¹⁷ Os dois movimentos se complementam, ainda que para um, síntese se coloque em plano secundário, e para outro, análise.

A própria conotação moderna da “**análise de sistemas**” sacraliza o convívio: apela-se para o ponto de vista sintético, porque se vê nele chance a mais de chegar aos elementos básicos do sistema. Ainda assim, o sistemismo diria que no todo está a parte, mas na parte não está o todo. A parte ganha sua explicação a partir da conotação ambiental do todo.¹⁸

8.4 ACENTUAÇÃO DO ASPECTO RELACIONAL

Buckley tenta caracterizar a concepção científica: “Essa visão científica do mundo, produto de uma dialética constante entre concepções da ciência física e da ciência biológica, tem-se apartado do interesse pela substância, pelas qualidades e pelas propriedades inerentes, voltando-se para a focalização central dos princípios da **organização per se**, sem levar em conta o que é que está organizado.”¹⁹

Tal idéia sugere no contexto do estruturalismo: não estudamos as coisas; apenas as relações entre elas. Talvez isto constitua até certo ponto o componente terrificante lançado sobre o sistemismo e todas as metodologias que privilegiam o aspecto relacional da realidade, fomentando visão estática e desumana, por prejudicar o tratamento de conteúdos históricos.²⁰ O computador não capta o homem, mas aspectos relacionais que cabem num cartão perfurado de acordo com um código frio. O homem reduz-se a feixe de variáveis. No campo relacional, ademais, não entram horizontes éticos, pelo que o homem tende a aparecer como peça perdida na imensa maquinaria da organização social e física. A própria idéia do isomorfismo traduz a percepção redutora do homem a peça natural, que deve ser tratada naturalmente.

Concede-se que sistemas culturais acusam índice baixo de precisão, mas acredita-se que, com o aperfeiçoamento crescente do instrumental científico de captação, tal complexidade poderá ser dominada. As ciências sociais reservam um campo de complexidade maior, mas seria erro ver nisto conotação avessa à devassabilidade sistêmica.

Na verdade, é o ponto de vista relacional que permite os primeiros passos da formalização, ou seja, a aproximação do ideal matemático: a matemática é exata porque é pura forma relacional. Lévi-Strauss comenta certa vez opinião de Wiener, o fundador da cibernética, sobre as ciências sociais. Wiener acha que não é possível aplicar o método da formalização matemática a elas. As razões aventadas são praticamente as tradicionais: os interesses do pesquisador fazem parte do objeto de pesquisa e não há possibilidade imediata de objetividade suficiente que permitisse a colocação de relações necessárias. A variabilidade dos fenômenos sociais dificulta indução para o todo, de sorte que é muito difícil formularmos

15. Idem, *Ibidem*, p. 122-3.

16. Idem, *Ibidem*, p. 249.

17. LÉVI-STRAUSS, C. *Anthropologie structurale deux*. Paris, Plon, 1967. p. 161.

18. CHURCHMAN, C. W. *Introdução à teoria de sistemas*. Petrópolis, Vozes, 1971. ANOHIN, P. K. et alii. *Teoria de sistemas*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1976. THOMPSON, J. D. Modelos de Organização e sistemas administrativos. In: ANHOIN, P. K. Op. cit. p. 47-62. D'AZEVEDO, M. D. *Teoria da informação*. Petrópolis, Vozes, 1971. *Cibernética e vida*. Petrópolis, Vozes, 1972. WIENER, N. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. São Paulo, Cultrix, 1973. GREGORI, W. *Cibernética social*. São Paulo, Cortez, 1984. YOUNG, O. R. *Introdução à análise de sistemas políticos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

19. BUCKLEY, W. Op. cit. p. 62.

20. LIMA, L. C. *Introdução*. In: ——— Op. cit. p. 23. Chama a atenção para acusações deste teor contra o estruturalismo. CHURCHMAN, C. W. *Introdução à teoria dos sistemas*. Op. cit. p. 30-1. MARCUSE, H. *Ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969. COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1973.

conhecimentos gerais garantidos sobre a sociedade. "Wiener conclui que a análise matemática, aplicada às ciências sociais, só pode fornecer resultados pouco interessantes para o especialista, comparáveis aos que forneceria a análise estatística de um gás a um ser que fosse aproximadamente da ordem de grandeza de uma molécula." ²¹ Com o que não concorda Lévi-Strauss, é claro.

Assim como o estruturalismo acentua o fenômeno da troca e da comunicação, o sistemismo acentua o da organização e, nesse sentido, obteve impacto impressionante dentro das ciências sociais. "A sociologia, com seus campos afins, é essencialmente o estudo de grupos ou sistemas humanos, desde os pequenos grupos como a família ou a equipe de trabalho, passando por inumeráveis intermediários de organizações informais e formais, até as maiores unidades, como nações, blocos de poder e relações internacionais. As múltiplas tentativas de fornecer formulações teóricas são todas elaborações do conceito de sistema ou algum sinônimo desse domínio. Ultimamente, o problema da história humana avulta como a mais ampla aplicação possível da idéia de sistema." ²²

Como seria de esperar, a organização que mais se impôs e mais desenvolveu tal metodologia foi a empresa, o protótipo da organização moderna da sociedade, industrial, donde alguns tiram a idéia certamente cabível de que seria produto típico de nossa sociedade. Conteria os componentes teóricos suficientes para dar conta daquilo em torno do qual gira a sociedade, acentuando a capacidade de persistência histórica. Explica como uma empresa funciona, como se institucionaliza, como persiste, como sobrevive e como se regenera ao longo da história, sob a luz de uma percepção funcional do conflito.

Dentro das ciências sociais, certamente é a administração (pública e empresarial) que maior proveito tirou desta metodologia, porque mais que as outras coloca como centro de atenção o problema básico da organizabilidade social. "A aplicação prática, na análise e engenharia de sistemas, da teoria dos sistemas aos problemas que surgem nos negócios, governo, política internacional demonstra que esse enfoque 'funciona', conduzindo ao mesmo tempo à compreensão e à predição. Mostra especialmente que o enfoque dos sistemas não se limita às entidades materiais em física, biologia e outras ciências naturais, mas é aplicável a entidades que são parcialmente imateriais e altamente heterogêneas. A análise dos sistemas, por exemplo, de uma empresa industrial abrange homens, máquinas, edifício, entrada de matérias-primas, saída de produto, valores monetários, boa von-

tade e outros imponderáveis. Pode dar respostas definidas e indicações práticas." ²³

Embora o funcionalismo esteja na raiz do sistemismo, este significa renovação metodológica essencial, porque tenta enquadrar o dinamismo da sociedade como fenômeno relevante. Ainda que o conceito de sistema seja em princípio fechado, porque tem como limite seu próprio horizonte, busca captar todo o espectro do relacionamento com o ambiente externo, também na perspectiva do conflito, bem como o espectro do dinamismo **intra muros**. Por definição, todo conflito é regulável, se partirmos da idéia fundamental de que sistema é o todo que se auto-regula. Nisto não é dialético, ou o é pela metade, como a dialética não antagonica.

"Biologicamente a vida não é manutenção e restauração do equilíbrio, mas essencialmente manutenção de desequilíbrios, conforme revela a doutrina do organismo como sistema aberto." ²⁴ Nestes termos assume-se não só o ponto de vista da funcionalidade das partes, mas também, e até certo ponto sobretudo, a convivência normal com a disfuncionalidade, dentro, porém, de um contexto de organização. Certamente, todo conflito será por definição solucionável, porque não se considera a possibilidade de superação do sistema.

Já é percepção muito mais avançada de conflito, se compararmos com a funcionalista, que o considera no fundo mera disfunção. No sistemismo, conflito está dentro do próprio conceito de sistema, para dentro — como todo dinâmico —, e para fora — no relacionamento sempre também problemático com a ambiência. Entretanto, à diferença da dialética, o conflito é não-antagônico e tende à domesticação, que conduz a reformas, mas não a superações históricas. Isto por uma razão lógica e real: superação do sistema terminaria com seu próprio horizonte de atuação e vigência.

8.5 CIRCULARIDADE SISTÊMICA

Característica metodológica central é a circularidade sistêmica, que se choca com a dialética. A circularidade se funda no processo de retroalimentação, que religa o **output** ao **input**.

Admitindo-se, como faz a dialética, que não há apenas mudanças **dentro** do sistema, mas igualmente do sistema, parece difícil aceitar que o sistema seja capaz de abarcar superações históricas. Não se

trata de afirmar que o sistemismo não explique a morte de um sistema. A incapacidade de conversão das informações novas e a queda da retroalimentação seriam elementos suficientes para decretar o ocaso de um sistema. Trata-se de se perguntar se o sistemismo consegue explicar a transição de um para outro sistema.

Gaboriau chama a atenção para o fenômeno, segundo o qual "os sistemas, tomados isoladamente, caracterizam-se mais pela resistência à mudança que pelo dinamismo".²⁵ E Ricoeur acrescenta: "Assistimos a uma inversão das relações entre o sistema e a história. Para o historicismo, compreender é encontrar a gênese, a forma anterior, as fontes, o sentido da evolução. Com o estruturalismo, são os arranjos, as organizações sistemáticas num estado dado que são inicialmente inteligíveis. "Com efeito, o sistema das diferenças não aparece senão sobre um eixo das coexistências, inteiramente distinto do eixo das sucessões. Assim nasce uma lingüística sincrônica, como ciência dos estados em seus aspectos sistemáticos, distinta de uma lingüística diacrônica, ou ciência das evoluções, aplicada ao sistema. Como se vê, a história vem em segundo lugar e figura como alteração do sistema. Além disso, em lingüística essas alterações são menos inteligíveis que os estados do sistema. 'Nunca — escreve Saussure — o sistema é modificado diretamente; nele mesmo, é imutável; apenas alguns elementos são alterados em respeito à solidariedade que os liga ao todo'. A história é mais responsável pelas desordens que mudanças significantes. Saussure diz bem: 'Os fatos da série sincrônica são relações, os fatos da série diacrônica acontecimentos no sistema'. Desde então, a lingüística é sincrônica inicialmente e a própria diacronia não é inteligível senão como comparação dos estados de sistemas anteriores e posteriores; a diacronia é comparativa; nisso ela depende da sincronia. Finalmente, os acontecimentos não são apreendidos senão realizados num sistema, isto é, recebendo ainda dele um aspecto de regularidade."²⁶ Ricoeur reporta-se a uma passagem de **O pensamento selvagem**: "Supondo-se um momento inicial (cuja noção é inteiramente teórica) em que o conjunto dos sistemas tenha sido exatamente ajustado, esse conjunto reagirá a qualquer mudança que afete inicialmente uma de suas partes como uma máquina de **feedback**: dominada (nos dois sentidos do termo) por sua harmonia anterior, ela orientará o órgão desarranjado no sentido de um equilíbrio que será, pelo menos, um compromisso entre o estado antigo e a desordem introduzida de fora."²⁷

Tais considerações encontram eco semelhante no sistemismo, **mutatis mutandis**. Partindo da dimensão nomotética da ciência, Bertalanffy ataca o conceito **idiográfico** da história, segundo o qual captaria individualidades irrepetíveis. Se para cada individual a metodologia tivesse de reconstruir o instrumental de captação, a ciência se reduziria a esforço metodológico impossível. A ciência é possível porque os fenômenos se repetem, porque são no fundo ordenados e regulares. "Todos concordam, porém, que o processo histórico não é completamente acidental, mas obedece a regularidades ou leis que podem ser determinadas."²⁸ Trata-se, pois, de descobrir regularidades da história, ainda que as grandes teorias sejam "modelos muito imperfeitos".²⁹ Liga-se ao intento tão discutível de certos autores de descobrir modelos e leis na história, como o fizeram Marx, Spengler, Toynbee etc. "A construção de modelos conceituais na história não somente é permissível, mas, em verdade, está na base de qualquer interpretação histórica à medida que esta se distingue da mera enumeração de dados, isto é, da crônica ou dos anais."³⁰ Porque seria indiscutível a existência de "leis diacrônicas, ao lado das sincrônicas, admitidas estas por todos. Mesmo acontecendo que o homem faça a história e que seja livre,³¹ não é possível igualar a vontade livre "com a completa arbitrariedade". Portanto, "temos de admitir com relutância que os modelos cíclicos da história saem aprovados no mais importante teste da teoria científica".³²

Nesta perspectiva, a história tem sentido explicativo secundário; o mínimo que se poderia dizer é que não seria produtiva, como quer a dialética histórico-estrutural, quando se espera dela radicalidade nos conteúdos. Não se introduz o novo propriamente na história, porque é mais marcadamente reino as regularidades cíclicas.

Ainda assim, é necessário acentuar que o sistemismo é bem mais dinâmico que o estruturalismo e também que o funcionalismo. Isto se desprende sobretudo de três conceitos básicos:

- a) **Contingência**. Denota que todo sistema tem organização contingente, no sentido de que sua rigidez não é a de uma ponte fixa.
- b) **Coerções**. É o reverso da contingência: algo organizado supõe liame suficiente entre as partes para que não se esfacele. A capacidade de coadunação do todo é signi-

25. GABORIAU, M. Antropologia estrutural e história. In: LIMA, L. C., org. **O estruturalismo de Lévi-Strauss**. Petrópolis, Vozes, 1970.

26. RICOEUR, P. Estrutura e hermenêutica. In: LIMA, L. C., org. **O estruturalismo de Lévi-Strauss**. Petrópolis, Vozes, 1970. p. 159-60.

27. Idem, ibidem. p. 177.

28. BERTALANFFY, L. Op. cit. p. 263.

29. Idem, ibidem. p. 266.

30. Idem, ibidem. p. 156.

31. Idem, ibidem. p. 161.

32. Idem, ibidem. p. 165.

ficada pela coerção, ou seja, por aquilo que mantém o todo unido, que mantém de maneira homogênea um todo heterogêneo.

- c) **Graus de liberdade.** Retoma-se o primeiro conceito, acrescentando-se apenas o caráter probabilístico de toda organização. Por mais organizado que seja um sistema, a possibilidade de desorganização não pode ser eliminada, mesmo porque faz parte da visão dinâmica de sistema.³³

Tais conceitos permitem a colocação tão cara ao sistemismo de "sistema aberto". Sistema é aberto, se não se basta a si mesmo. Não há só dinamismo interno, isolado em si, mas convivência com mundos externos, com os quais interatua por vezes conflituosamente. Não se parte de um equilíbrio funcionalista, mas da sobrevivência em ambiente adverso, o que permite ver que seus limites, de si tendencialmente fechados, não são preserváveis facilmente, significando por vezes conquista dura.

Tal postura dinamiza muito o sistemismo e chama a atenção para fenômenos de grande significação, como a resistência do capitalismo na história, mais forte do que a maioria das teorias marxistas gostariam de supor, ou a capacidade de recuperação da ecologia, que ressuscita após períodos de depredação profunda e sistemática.

Entretanto, parece-nos que o sistemismo tem como marca a capacidade de explicar como os sistemas se mantêm, como resistem à mudança, o que trai a herança funcionalista. Isto se pode ver melhor no contexto do poder.

8.6 APLICAÇÃO À POLÍTICA

Além de outras tentativas, vale ressaltar a aplicação do modelo cibernético à política, em versões tidas já como clássicas de Deutsch e Easton,³⁴ ou na prevalência de ciências sociais sistêmicas na administração governamental.

Também a política é visualizada como sistema, ainda que extremamente complexo, dinâmico para dentro e para fora, o que permitiria captar sobretudo a tendência histórica notória de sua preservação. Poder, visto de cima para baixo, é intestivamente sistêmico:

- não admite conflitos insuperáveis;
- luta para se institucionalizar;
- considera-se sempre administrável.

Dentro deste quadro é fácil perceber o que se chama "efeito sistêmico" das políticas governamentais, que, nem sempre colocado à primeira vista, faz parte integrante de tudo o que se põe e dispõe. Política social, por exemplo, enquadra-se como a luva na mão. Sua finalidade mais típica, embora não exclusiva, é o controle social, cuja perspectiva fundamental é desarmar resistências e tornar o sistema palatável pelo menos.

Faz parte da argúcia sistêmica prever conflitos, levantar dados para saber de possíveis focos de contestação, armar sistema completo de informação de toda ordem, com vistas a introduzir no sistema garantias de sua sobrevivência. Tratando-se de conflitos maiores, cuja solução não é por qualquer razão praticável, é da esperteza sistêmica inventar compensações, para distrair as vítimas.

Planos de governo também possuem esta marca, desde a marca pertinente de conceber um plano de maneira globalizante, totalizante, concatenada, até a marca de sua finalidade mais típica: não se faz plano em primeiro lugar para resolver os problemas diagnosticados, mas para legitimar uma nova gestão e para ter à mão elementos manipuláveis em favor da preservação do sistema.

Ademais, o conluio com os técnicos não poderia ser mais "feliz". Formados, de modo geral, na universidade, uma instituição argutamente sistêmica, produtora de acadêmicos acima de qualquer suspeita metodologicamente, dotados de qualidade formal, mas despidos de qualidade política, são capazes de "tocar" o sistema, em termos administrativos, sem questioná-lo. Precisamente, o "perito sistêmico" é aquele que sabe com perfeição preservar o sistema, instrumentá-lo neste sentido, colocar à disposição todo o arsenal científico vigente, sem entrar na discussão dos fins.³⁵

Por isso, tem como tarefa montar política social em sentido formal-sistêmico, dentro das finalidades definidas pelos donos do sistema, que não entram na discussão. Exige-se competência formal, em alto grau. Os técnicos sabem muito de estatística e econometria, sabem colher, trabalhar e sofisticar dados, sabem montar sistema computacional de sofisticação impressionante, sabem prever conflitos, diagnosticar zonas de contestação, manejar riscos políticos, sabem teorias instrumentais, e tudo isto colocam à disposição dos donos do poder e do dinheiro.

33. BUCKLEY, W. Op. cit. p. 124-6.

34. EASTON, D. *Uma teoria de análise política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968. DEUTSCH, K. W. *Los nervios del gobierno*. Buenos Aires, Paidós, 1966.

35. SENGHAAS, D. *Análise de sistemas, tecnocracia e democracia*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1974. MACKENZIE, W. J. M. Modelos de tomada de decisão coletiva. In: ANHOIN, P. K. et alii. Op. cit. p. 13-88. GUILLAUMAUD, J. *Cibernética e materialismo dialético*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1970.

Esta é precisamente a "utilidade" das ciências sociais. São instrumento formidável de domesticação das massas, de legitimação técnica de gestões políticas, de assessoria especializada no tratamento da sobrevivência de organizações e de estruturas de poder. Como vimos, nesta esparrela caiu também a Escola de Frankfurt: o sistema foi mais ardiloso que ela, transformando seu confronto crítico, porém vazio na prática, em componente de legitimação de uma democracia em grande parte farsante. Mostrou-se aí habilidade até então desconhecida: como engolir elegantemente a crítica radical pela cooptação sistêmica.

Tudo isto se reverte num fenômeno de dimensões incalculáveis hoje: a capacidade crescente de resistência a mudanças, através do domínio de técnicas sistêmicas de controle. De certa maneira, aperfeiçoa-se o lado das condições subjetivas de superação histórica, mas pelo avesso, porque se sabe muito mais como não mudar, como coibir movimentos sociais indesejáveis, como desarmar o revolucionário, como cooptar o alternativo.

Ademais, o sistemismo é o protagonista verdadeiro na discussão sobre dialética não antagônica. Olhando bem, a dialética castrada da antítese antagônica é sistemismo redondo, porque voltada unicamente para a preservação de um sistema considerado já insuperável. Corresponde à expectativa dos que estão no poder mostrar aos súditos que o sistema vigente é o melhor possível. Se tem defeitos, são de pouca monta e facilmente tratáveis. Superar o sistema só pode ser idéia de maluco, o que propende a colocar qualquer projeto de mudanças radicais no rol das insanidades, da anormalidade.

A metodologia sistêmica foi o maior achado em ciências sociais, aos olhos dos que dominam a cena do poder, seja porque se pode aliar nela qualidade formal extrema com qualidade política invertida, seja porque seu manuseio é relativamente transparente e recebeu apoio inconfundível no campo da informática. Tanto é assim que informação é tida como fonte de poder. Dominá-la é condição de sobrevivência histórica. Toda uma indústria floresce à sombra deste interesse político avassalador.

O poder espera das ciências sociais precisamente isto: não como mudar, como superar, como mobilizar, mas como instrumentar o sistema no sentido de sua preservação. Não a dinâmica da superação, mas a dinâmica da preservação. De certa maneira, aí pode-se ver alguma explicação do fenômeno aparentemente intrigante: estuda-se a pobreza com competência formal persistente, mas não para resolver propriamente; tais estudos são utilizados como componentes do sistema de informação científica, com vistas ao controle social. Este cresce assustadoramente.

Buckley, que sem dúvida alimenta muitas simpatias pela metodologia sistêmica, não perde de vista a complexidade desta proposta. "Um modelo simples de realimentação cibernética da busca explícita de metas de grupo não se acomoda à maioria das sociedades do passado e do presente em virtude da ausência, nessas sociedades, de direção centralizada, informada e de comportamentos de meta difundidos e fomentativamente interdependentes de indivíduos e subgrupos. Em alguns casos na história já ocorreu um desenvolvimento ou uma mudança social planejada, em grande escala, ajustável a esse modelo, baseada numa vigorosa liderança centralizada e num aparelho administrativo eficiente; mas as metas atingidas não chamaram a atenção de vastos segmentos da população e, mais cedo ou mais tarde, surgiram problemas de coesão e consenso internos, que entravaram o processo. As extensas e conscientes tentativas de dirigir uma sociedade complexa numa forma viável, adaptativa, só agora começaram na história moderna e faz-se preciso ainda aprender muita coisa para evitar os erros do passado. É essencial a íntima compreensão do funcionamento do nível sócio-cultural do sistema adaptativo complexo."³⁶ Entretanto, parece incontestável que a capacidade de desenvolver expedientes de controle social tem crescido, o que poderia ser visto até mesmo na habilidade de desfazer focos de resistência ou de preservar contextos culturais conformistas em meio a pobreza extrema.

Apesar de tudo, há autores que vêem no sistemismo "a introdução do tempo na ciência",³⁷ porque atinge nível dinâmico dos fenômenos. Mas deixam de perceber, como diz De Latil, que "nada se estabiliza senão pelo feedback".³⁸

8.7 ELEMENTOS DO FUNCIONALISMO DE PARSONS

Fazemos um pequeno excursão sobre Parsons, na esteira de Freud, apenas para não deixarmos de lado a proposta funcionalista, de modo geral mais conhecida. Esta faceta de Parsons é menos trabalhada, mas pode mostrar muito bem algumas raízes de seu funcionalismo.

No prefácio de sua obra central — **The social system** — aponta para suas origens em termos de autores: Pareto, Durkheim, Weber, acrescentando logo: "e a isto concorre ainda de modo todo especial

36. BUCKLEY, W. Op. cit. p. 292.

37. GUILLAUMAUD, J. Op. cit. p. 113.

38. LATIL, P. de. **O pensamento artificial**. São Paulo, Ibrasa, 1973. p. 112.

Freud".³⁹ Também foi muito influenciado pela escola inglesa de Malinowski, Radcliffe-Brown, Evans Pritchard, Leach. De Pareto herdou a idéia de "equilíbrio"; de Durkheim, a idéia de "anomia" ou comportamento desviado; de Weber a idéia de "ação social"; da escola inglesa, a idéia ligada à analogia do organismo; e de Freud, a problemática em torno do **processo de socialização**.

8.7.1 Sistema social e personalidade

Parsons, simplificando muito, monta quatro dimensões totalizantes da realidade: o sistema social (**social system**); o sistema de valores (**cultural system**), o organismo humano (**behavior organism**) e a personalidade individual (**personality system**), que interagem mutuamente.⁴⁰

Somente o sistema social e o de personalidade são sistemas de ação propriamente ditos. O organismo é o pressuposto fisiológico. O sistema cultural compõe-se de valores, normas e símbolos que orientam as possibilidades de escolha do agente e delimitam seus tipos de interação. O sistema social é composto de agentes, que têm sua ação social orientada segundo outros agentes, dentro de um quadro relativamente consensual de fins coletivos. O sistema da personalidade é centrado sobre o agente individual, que tende a satisfazer suas necessidades e a adotar comportamento compatível dentro da sociedade.

O ponto de encontro entre Parsons e Freud é a plataforma em que o sistema social e o da personalidade se tocam, e aí surge a questão: como se explicaria o fenômeno de que um indivíduo, que como recém-nascido não passa de um ser destituído de quadro social de referência, com o tempo se torna socializado, adaptando-se às expectativas comportamentais dos adultos e adquirindo para si semelhantes padrões de expectativas? Para a resposta desta questão,

que outra não é que a da **socialização**, Freud forneceu a Parsons elementos decisivos. "O conceito de socialização abrange aqueles processos individuais psicológicos da aprendizagem e apropriação de orientação valorativa, de modos de comportamento e de conhecimentos funcionais específicos, que são de importância funcional para um sistema: através da interiorização — internalização — são assimiladas e fixadas as orientações valorativas relevantes na estrutura dos sistemas pessoais. Segundo Parsons, estas orientações valorativas precisam ser tais que sejam, em grau considerável, função da estrutura fundamental dos papéis e dos valores dominantes do sistema social. Por meio do processo de socialização são produzidas e sempre de novo reproduzidas as estruturas de um caráter social adaptado às exigências do sistema social vigente."⁴¹ Assim sendo, talvez seja correto acentuar que nenhum conceito é tão próprio para indicar o funcionalismo como o da socialização: no fundo, indica com precisão a educação que os agentes sociais exercem sobre os novos agentes para que assumam os mesmos padrões sociais de ação — é a própria fonte da funcionalidade. A ação socializada é a específica dos papéis inteiramente adaptados aos padrões vigentes, que cunham os mecanismos socializadores.

8.7.2 Esquema básico

Freud ofereceu ao sociólogo elementos interessantes para a avaliação do decurso social de uma pessoa, desde seu nascimento, passando pela maturidade, até ao final da vida. Freud concebeu a idéia das fases infantis e do tratamento psicanalítico que Parsons tenta "sociologizar". Imaginou descobrir esquema básico do funcionamento de alguns processos de socialização, realizando, assim, um dos pressupostos fundamentais de sua metodologia, que é definida como "**estrutural-funcionalismo**". A saber, além da vertente funcionalista, aproveita, sobretudo de fontes do funcionalismo inglês e de Durkheim, o aspecto estruturalista, segundo o qual os fenômenos acontecem dentro de formas invariantes, devido à estrutura básica geral e comum.

Partindo do estudo de Bales, que teria estatuído quatro fases relativas a pequenos grupos formados para executar uma tarefa (**task-performance-group**), e do estudo do processo de socialização infantil e psicoterapêutico, Parsons teria descoberto relação muito particular entre os dois casos: transcorrem em quatro fases, apenas em direção oposta. Diz ele: "Achamos que há uma relação importante entre as fases, isto é, as mudanças no quadro da ação através

39. PARSONS, T. *The social system*. Glencoe, 1951. p. XI. MITCHELL, W. C. *Sociological analysis and politics*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1967. p. 17. DEVEREUX, E. C. Parsons sociological theory. In: BLACK, M., org. *The sociological theory of T. Parsons*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1961. p. 7. PARSONS, T. *Societies: evolutionary and comparative perspectives*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1966. — et alii. *Presencia de Max Weber*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1971. KOZYR-KOWALSKI, S. Weber y Marx. In: PARSONS, T. et alii. *Presencia de Max Weber*. Op. cit. p. 243-65. STARK, W. *Max Weber y la heterogonia de los fines*. In: PARSONS, T. et alii. *Presencia de Max Weber*. Op. cit. p. 191-208.

40. SCHLOTTMANN, U. *Primære und sekundære Individualitet*. Stuttgart, Koesel, 1968. p. 20. PARSONS, T. et alii, org. *The theories of society*. Glencoe, Free Press, 1961. 2 v. PARSONS, T. *Social structure and personality*. Glencoe, Free Press, 1964. — Grundzuge einer strukturell-funktionalen Theorie sozialer Systeme. In: RUESCHENMEYER, D., org. *Beitraege zur soziologischen Theorie*. Berlin, Luchterhand, 1964. BERGMANN, J. E. Die Theorie des sozialen Systems von T. Parsons. In: — *Frankfurter Beitræge zur Soziologie*. 1967. MALINOWSKI, B. *Uma teoria científica da cultura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. RADCLIFFE-BROWN, A. R. *Estrutura e função na sociedade primitiva*. Petrópolis, Vozes, 1973. PARSONS, T., org. *A sociologia americana: perspectivas, problemas, métodos*. São Paulo, Cultrix, 1970. ROCHER, G. T. *Parsons e a sociologia americana*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.

41. BERGMANN, J. E. Op. cit. p. 41. PARSONS, T. *Psychoanalysis and social science*. In: ALEXANDER, R. & ROSS, H., orgs. *20 years of psychoanalysis*. New York, Humanities Press, 1953. PARSONS, T. *Psychology and sociology*. In: GILLIN, J., org. *For a science of social man*. New York, Humanities Press, 1954.

do tempo, de um grupo do tipo **task-performance**, entre as fases do processo psicanalítico (de modo mais geral: do controle social), e as fases do processo de socialização. O princípio essencial da relação é que ambos — a terapia e a socialização — abrangem as mesmas fases básicas que o **task-performance-group**, apenas em ordem contrária." ⁴² Esta disposição estrutural é visualizada no quadro a seguir com seu respectivo código.⁴³

Segundo o quadro, o **task-performance-group** perpassaria as seguintes fases:

- Aa) **adaptative-instrumental**: trata-se da primeira fase de encontro, do reconhecimento inicial, acompanhada de forte preocupação instrumental de adaptação mútua;
- Ga) **instrumental-expressive (goal-gratification)**: toma-se conhecimento dos fins e de sua execução, o que vem expresso sobretudo pela "gratificação em vista do fim", que seria a base de coadunação dos membros em torno da mesma tarefa;
- la) **integrative**: a partir da especificação consciente dos fins a serem executados, o grupo entra em fase de interação e de coesão;
- La) **latent**: fase em que a execução da tarefa já se faz automaticamente; o grupo funciona de tal modo que sua vitalidade parece latente.

Código:

- a) task-performance phases (A-G-I-L)
- b) learning-social-control phases (L-I-G-A)
- c) phases of psychossexual development (L-I-G-A)
- d) crises of transition (d: 1-4).

Como se verifica, a designação A-G-I-L foi retirada basicamente deste percurso (no caso G, preferiu-se a designação ligada a **goal-gratification**). L-I-G-A nada mais é que o percurso em direção contrária, que vai ser o caso do processo psicanalítico:

- Lb) **permissiveness**: atinge diretamente a situação da associação livre, em que o analista solicita ao paciente que lhe narre o problema com total permissividade, a fim de evitar bloqueios e os esquecimentos motivados;

42. PARSONS, T. & BALES, M. *Family, socialization and interaction process*. Glencoe, Free Press, 1955. PARSONS, T. & SHILS, E. A. *Values, motives and systems of action*. In: *Toward a general theory of action*. Cambridge, Harvard University Press, 1951. [A citação refere-se ao primeiro livro, p. 38].
 43. BALDWIN, A. L. *The parsonian theory of personality*. In: BLACK, M. org *The sociological theories of T. Parsons*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1961.

Adolescence
d-4

| | | | | | | |
|---|--|---|---|---|--|---------------------|
| A | | G | | | | |
| Oral crisis d-1 | <table border="1"> <tr> <td>a) adaptative-instrumental b) manipulation of rewards c) maturity (latency) (8-fold system)</td> <td>a) instrumental-expressive (Goal-gratification) b) denial of reciprocity c) Oedipus phase (4-fold system)</td> </tr> <tr> <td>a) latent b) permissiveness c) oral dependency (mother-child-dependency-identity)</td> <td>a) interative b) support c) love attachment (mother-self-diferentiation)</td> </tr> </table> | a) adaptative-instrumental b) manipulation of rewards c) maturity (latency) (8-fold system) | a) instrumental-expressive (Goal-gratification) b) denial of reciprocity c) Oedipus phase (4-fold system) | a) latent b) permissiveness c) oral dependency (mother-child-dependency-identity) | a) interative b) support c) love attachment (mother-self-diferentiation) | Oe-dí-pal Phase d-3 |
| a) adaptative-instrumental b) manipulation of rewards c) maturity (latency) (8-fold system) | a) instrumental-expressive (Goal-gratification) b) denial of reciprocity c) Oedipus phase (4-fold system) | | | | | |
| a) latent b) permissiveness c) oral dependency (mother-child-dependency-identity) | a) interative b) support c) love attachment (mother-self-diferentiation) | | | | | |
| L | | I | | | | |

Anal phase d-2

- lb) **support**: o analista procura forjar ambiente de total confiança, para que o paciente se sinta à vontade, se sinta compreendido e supere os recalques; apresenta-se como apoio à uma pessoa desamparada;
- Gb) **denial of reciprocity**: para provocar no paciente atitude madura de independência pessoal, o suporte é gradativamente negado; tem a finalidade de evitar o parasitismo típico de quem só consegue viver agarrado ao apoio de outros;
- Ab) **manipulation of rewards**: em complementação à situação obtida antes, o analista manipula recompensas para provocar no paciente a atitude desejada, por exemplo, elogiando certo comportamento e sancionando negativamente os resquícios do comportamento neurótico.

Note-se que o processo psicanalítico tem as mesmas fases do item **b** no esquema **learning social control** — ou seja, o processo de aprendizagem do controle social. Este processo é o que delimita mais imediatamente o processo de socialização, porque, na verdade, descreve a atuação da mãe e da família sobre a criança.

A mãe, a princípio, é permissiva, no sentido de que evita qualquer sanção. Consegue com isso também incutir no filho a confiança necessária de ver na mãe o maior apoio de que dispõe.

Como se trata, porém, de ensinar o controle social, começa a fase restritiva de recusa da reciprocidade: a mãe começa a negar certas coisas e a conchamar a criança à independência pessoal. Enfim, com a manipulação de recompensas ela consegue implantar na criança o comportamento desejado: o comportamento esperado é recompensado positivamente, o comportamento desviado é sancionado negativamente.

Assim, a criança passa da permissividade ao controle: surge mais um agente social socializado, ou seja, que interiorizou as normas de comportamento da sociedade vigente. O processo de socialização descreve, portanto, o processo de assimilação do controle sobre as possibilidades disruptivas que um comportamento abandonado aos instintos assumiria. Também o processo psicanalítico faz o mesmo: reintegra a pessoa na sociedade, fazendo-a assumir o comportamento dito normal.

Na verdade, o esquema é estritamente estrutural-funcionalista, de sorte que vale também para cada fase tomada isoladamente. Se separássemos, por exemplo, a fase I, constataríamos dentro dela o mesmo mecanismo tetrafásico: A-G-I-L ou L-I-G-A. Haveria descontinuidade entre uma fase e outra, o que serviria tanto para demarcar o fim da fase anterior, como também para voltar o processo para a estabilização na fase subsequente. O exemplo talvez mais flagrante pode ser verificado na evolução da criança, a partir da fase fetal. Ao sair desta fase existe uma perturbação, que é compensada pela estabilização da fase posterior, quando a criança experimenta a fase da identidade com a mãe (Lc). Caracteriza-se pela dependência total para com a mãe, o que transparece no fato de que a criança sequer consegue imaginar que é algo diferente da mãe; em termos de crise, trata-se da crise oral (d-1). Daí passamos à fase anal (d-2), qualificada como fase de maior independência: a criança aprende controlar funções orgânicas e vislumbra que é algo diferente da mãe: trava-se uma relação de apego amoroso (Ic) em que a criança consegue perceber sua identidade própria, à medida que a dependência extrema já assume o contorno do amor mútuo. A fase edipiana (d-3) aumenta a dimensão da autonomia, na proporção que percebe as diferenças sexuais e adquire visão primeira do círculo familiar: pai, mãe, irmão, irmã. Teríamos a colocação do sistema tetrapartido (Gc): a criança perceberia os quatro elementos básicos da família. Na fase anterior o sistema era bipartido: a criança e a mãe. E na primeira fase havia o sistema unitário, em virtude da identidade entre mãe e filho, A crise edipiana dissolve-se na latência (Ac), em que aparece a adolescência (d-4): a carga erótica anterior se acalma, retornando apenas na adolescência. O sistema amplia-se para 8, ao perceber a constituição não só de sua família, mas também de outra família: pai, mãe, irmão, irmã, tio, tia, primo, prima.

Não aprofundaremos mais estas considerações, porque já são suficientes para dar uma idéia da proposta metodológica. Utiliza ainda outros espaços da teoria freudiana, para demonstrar no fundo que a sociedade tende a padronizar os papéis sociais, dentro do contexto de valores, normas, sanções, à base de consenso geral em torno da manutenção de padrões vigentes. Cada fase infantil (oral, anal, edipiana) tem significado profundo na implantação de um tipo de comportamento padronizado na sociedade, porque recompensa a atitude esperada e sanciona a atitude estranha. O tabu do incesto serve fundamentalmente para a socialização, à medida que leva os membros das famílias a se unirem com membros de outras famílias. O símbolo do pai serve para solidificar papéis sociais importantes, como é o papel do líder, do modelo etc.

8.7.3 Traços metodológicos

Baldwin⁴⁴ lança contra Parsons a acusação de que seu funcionalismo iria até à defesa de um **isomorfismo unitário**. "Vê todos os fenômenos do mundo social, das instituições, das sociedades, das personalidades (...) como formais e mutuamente isomórficos. Com o mesmo molde descreve quase todo fenômeno como uma rede de gavetinhas, que contém uma parte dentro da outra ulterior, dentro de outra parte ulterior, e assim por diante, cada uma isomórfica para com o todo."⁴⁵ Este traço parece importante. Existiria uma ordem geral comum subjacente a todos os fenômenos, de tal forma que seus processos se explicam pelo mesmo esquema básico e sempre na mesma perspectiva. O processo de socialização revela orientação metodológica calcada em **pattern maintenance and tension management**: manutenção de padrões e controle da tensão. O pressuposto da funcionalidade parece excluir o conflito causador de superações históricas, mesmo porque o grande fenômeno privilegiado é a funcionalidade dos elementos componentes da sociedade.

A certa altura do **The social system**, Parsons apresenta justificativa inteligente: "Uma teoria geral do processo de mudança do sistema social não é possível no estado atual de conhecimento."⁴⁶ Apenas são captáveis mudanças dentro do sistema. Será isto fundamentação ou fuga? Cremos ser mais propriamente justificativa ideológica, porque a perspectiva de mudança do sistema não cabe no campo estreitado de seu espaço metodológico. Se o único horizonte de produção de instrumental metodológico é o sistema, é claro

44. BALDWIN, A. L. Op. cit. p. 155-8.

45. Idem, *ibidem*. p. 155.

46. PARSONS, T. **The social system**. Glencoe, Free Press, 1951. p. 486.

que qualquer instrumental que o ultrapasse estoura a capacidade. O funcionalismo de Parsons consegue abranger todos os conflitos e mudanças que ocorrem dentro do sistema, desde que não atentem contra o próprio sistema. Neste sentido, conhece também a dinâmica social. O vício metodológico básico está na exclusão sistemática de certos fenômenos por deficiência de instrumental de captação: mutação, conflito, pólos contrários, superação de sistemas etc.⁴⁷

Deve-se, todavia, distinguir entre pesquisa funcional e funcionalista. A primeira interessa-se por investigar funções de algo na sociedade, sem reduzi-lo a este aspecto, o que já seria funcionalismo. Esta faceta foi criticada por muitos cientistas.⁴⁸ A crítica freqüente de que o funcionalismo é conservador tem alguma razão de ser, e não é por acaso que é metodologia típica de países avançados, mais interessados em manter sua hegemonia do que em fomentar críticas capazes de impulsionar mudanças radicais.⁴⁹

Tal crítica não precisa valer na mesma proporção para Merton, que já representa algum avanço.⁵⁰ Ao introduzir distinções importantes, como entre funções manifestas e latentes, o alargamento dos tipos de comportamento social no quadro da anomia etc., abriu novas perspectivas de análise e certa recepção crítica. No todo, porém, o funcionalismo de Merton guarda os mesmos traços metodológicos.

Também não podemos restringir a contribuição de Parsons a seus esforços de contato com Freud. Escolhemos esta ótica apenas porque nos parece muito elucidativa, além de ser pouco explorada. Reconhecidamente, Parsons é autor complexo, no que também foi muito criticado.⁵¹ De todos os modos, tornou-se um clássico da sociologia, apesar de toda crítica.⁵²

47. DAHRENDORF, R. *Ensaio de teoria da sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

48. REX, J. *Problemas fundamentais da teoria sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973. COSER, A. *The functions of social conflict*. New York, Humanities Press, 1964.

49. NICOLAS, J. D. *Sociología entre el funcionalismo y la dialéctica*. Barcelona, Guadiana, 1971. VELHO, G., org. *Desvio e divergência; uma análise da patologia social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

50. MERTON, R. K. *Social theory and social structure*. New York, The Free Press, 1968. DEMO, P. *Sociologia; uma introdução crítica*. São Paulo, Atlas, 1985.

51. MITCHELL, W. C. *Sociological analysis and politics*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1967. p. 209-12: encontra-se aí uma lista de críticas em livros e revistas. Até seu linguajar foi criticado: FARIAS, E. Recensão do "The social system". *American Sociological Review* 18, 1953, p. 105. Foi mesmo ridicularizado: MILLS, C. R. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

52. É preciso conceder que este tratamento dado ao sistemismo é bastante sumário, restrito a aspectos metodológicos. Por justiça é mister chamar a atenção para movimentos com caráter alternativo, como o da cibernética social. Mesmo partindo de noções sempre sistêmicas, colocam ênfase específica sobre a criatividade pessoal e social, buscando no horizonte da auto-regulação a motivação para o exercício da autonomia criativa. Particularmente importante no Brasil é a obra de Waldemar Gregori. Cf. GREGORI, W. *Cibernética social*. São Paulo, Cortez, 1984. IDATE, P. *Chaves da cibernética*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972. D'AZEVEDO, M. D. *Cibernética e vida*. Petrópolis, Vozes, 1972.

9

Metodologias Alternativas – Algumas Pistas Introdutórias

A idéia de metodologia alternativa pode ser banal, mas é uma necessidade essencial, porque corresponde não só ao cansaço das metodologias tradicionais, como sobretudo à busca persistente de caminhos novos diante de uma realidade que sempre é nova. Após termos percorrido várias abordagens, levantando virtudes e defeitos no sentido de uma crítica interna, podemos colocar-nos, ainda que de modo introdutório apenas, o desafio de ocupação alternativa do intento metodológico, sem diletantismos.

Desde sempre houve buscas alternativas, que podemos referenciar nas expressões da **hermenêutica**, entendida como arte da interpretação e da comunicação humanas, onde sempre há algo de mistério, para além de horizontes científicos, ou da **fenomenologia**, entendida como compromisso em tornar as ciências sociais algo existencial, do cotidiano, da relevância significativa, para além da forma científica. Ultimamente têm surgido outros movimentos de grande impacto, ainda que seus resultados práticos sejam por demais discutíveis, como a **pesquisa participante ou pesquisa-ação**, voltadas para a ligação indestrutível entre teoria e prática, ou a **avaliação qualitativa**, comprometida em avaliar manifestações sociais dotadas de qualidade política.

Diante de caminhos surrados da metodologia científica, que estabelecem o primado do método sobre a realidade, as metodologias alternativas procuram andar ao contrário, ou seja, partir da realidade social na sua complexidade, na sua totalidade quantitativa e qualitativa, na sua marcha histórica humana, também dotada de horizontes subjetivos, e depois construir métodos adequados para captá-la e transformá-la. No seu berço existe a convicção de profunda crise das ciências sociais:

- nem de longe correspondem à expectativa da sociedade, no sentido de serem alavancas efetivas no tratamento teórico e prático da questão social;
- ao contrário, cresce a convicção de que a competência formal delas se serve principalmente para a fabricação de instrumentos de controle social e de desmobilização da potencialidade contestatória popular;
- as ciências sociais abrigam, por vezes mais implicitamente, por vezes mais explicitamente, projeto de dominação, que instrumentalizam cientificamente;
- o cientista social não é a figura que apregoa ser: tende a ser laçao do poder; embora tenha posição ambivalente, pois como assalariado tende a proletarizar-se, e como pequeno-burguês adota a burguesia como vocação mais típica;
- as ciências sociais afastam-se da prática, cultivando a prática teórica como subterfúgio para escamotear o serviço que prestam aos poderosos; ao mesmo tempo, afastam-se do cotidiano, vivendo contexto esotérico, pretensamente superior, que as torna "inúteis" aos anseios populares, embora utilíssimas para o grupo dominante;
- imitam excessivamente as ciências naturais, desconhecendo totalmente a dimensão qualitativa/política da realidade social;
- escondem-se atrás do "estudo" dos problemas sociais, insistindo que não é sua tarefa enfrentá-los; de certo modo, fazem como o médico que não cura o paciente, para não perder sua fonte de renda.¹

É visível que metodologias alternativas guardam postura dialética mais ou menos discernível, pelo menos no sentido de que partem da idéia de que a realidade social necessita de método próprio, embora não exclusivo. Não se pode dizer, certamente, que metodologias alternativas só podem ter como fundamento metodológico o materialismo dialético, seja porque este é apenas uma versão da dialética, seja porque este tipo de crítica científica pode buscar suas origens em outros contextos. Comprometer-se com mudanças sociais de base é uma decisão que se alimenta muitas vezes de posturas marxistas, mas pode provir de outros campos, certamente.

1. DEMO, P. *Investigación participante: mito y realidad*. Buenos Aires, Kapelusz, 1985. — *Ciências sociais e qualidade*. São Paulo, Almed, 1985. — *Avaliação qualitativa*. São Paulo, Cortez, 1987. — *Ciência, ideologia e poder: uma sátira às ciências sociais*. São Paulo, Atlas, 1988.

Neste sentido, não vamos aqui repetir referenciais dialéticos, já colocados no capítulo respectivo. Supomos, de modo geral, um tipo de dialética histórico-estrutural, capaz de compor a dimensão metodológica da qualidade formal e política. Embora metodologias alternativas facilmente se unilateralizem na qualidade política, destruindo-a em conseqüência, é importante lembrar que uma não é maior, nem melhor que a outra. Ambas são da mesma importância metodológica.

9.1 PESQUISA PARTICIPANTE

9.1.1 Pontos de partida

Não fazemos aqui distinção entre pesquisa participante e pesquisa-ação, porque nos parece que o compromisso com a prática é o mesmo em ambas, ainda que pudéssemos inventar filigranas, do tipo: nem toda ação precisa ser diretamente política, o que levaria a aceitar que participação é apenas um tipo de ação social. Por outra, se partimos da característica social histórica de que o homem é animal político intrinsecamente, todas as suas ações guardam contexto político maior ou menor. Ainda, na intenção original da pesquisa-ação não está a colocação genérica e dispersa de qualquer ação social, mas ação conscientemente política, no sentido de aliar conhecimento e mudança.²

O movimento da pesquisa participante tem como um dos pontos de partida a decepção diante da pesquisa tradicional. Entende-se por pesquisa tradicional aquela feita dentro dos cânones metodológicos usuais, de feição empirista e positivista, que selecionam na realidade social aquilo que cabe no método. Cultivam a neutralidade científica, afastam-se da prática e não atingem relevância social para as camadas populares que necessitam de profundas transformações sociais.³

Esta decepção pode ser sistematizada em alguns tópicos mais recorrentes, tais como:

I — A pesquisa tradicional, sobretudo a empírica, quando exclusiva, provoca distorções notáveis em vários sentidos. De um lado, cultiva a ditadura do método sobre a realidade, colhendo desta somente o que cabe no método. Em conseqüência, deixa-se de lado

2. THIOLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo, Cortez, 1986. SILVA, M. O. S. & SOUZA, S. M. P. S. *Prática da investigação-ação*. São Paulo, Cortez, 1984. BORDA, O. F. *Conhecimento y poder popular*. México, Siglo 21, 1985.

3. BRANDÃO, C. R., org. *Pesquisa participante*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

toda a dimensão da qualidade política, dos fenômenos carregados de subjetividade, dos horizontes existenciais mais complexos, restringindo-se muitas vezes a registros descritivos de faces parciais da realidade mensurável.

Por outro lado, confunde-se relevância com mensurabilidade. Assim, para tratar de qualquer fenômeno social, não se parte propriamente dele, adequando o método de captação à tessitura reconhecida da realidade, mas parte-se do método, que é a medida tanto da realidade, como da produção científica. Só é tratável cientificamente aquilo que aparece sob forma de taxa, índice, coeficiente, indicador, pode ser manipulado em computador, é acessível ao manuseio estatístico etc.

Raramente a face empírica é a mais relevante, até porque existe a convicção de que a realidade propriamente dita somente se revela na profundidade, para além da casca empírica. Embora a pesquisa empírica possa aduzir instrumentações úteis ao manuseio quantitativo da realidade, produz conhecimentos superficiais, parcelares, estereotipados.

Este tipo de ciência social é caudatário da ciência natural, no sentido da subserviência. Para captar a realidade social é mister antes fazer um desbastamento que a "naturalize". A realidade social "naturalizada" cabe na expectativa nomotética e formalizante, aparecendo como "objeto" em sentido estrito. Corta-se dela tudo que não condiga com esta expectativa metodológica, sobretudo seu horizonte político-qualitativo. Entretanto — acham os pesquisadores participantes —, com isto corta-se a maior e a melhor parte.

Não se trata, de modo geral, de defender um estatuto exclusivo para as ciências sociais, exceto em ambientes mais exaltados que imaginam fazer guerra contra a lógica. A lógica, por ser formalmente rígida, não significa que seja o signo da dominação rígida. Esta antropomorfização da lógica é metáfora forçada e no fundo incompetente. De modo geral, procura-se afastar a ditadura do método, no sentido de que para a realidade social — que tem dimensões não redutíveis à realidade natural — é mister defender metodologia suficientemente específica, que saiba compor sua face natural, com seus horizontes específicos. A dialética histórico-estrutural procura exatamente tal postura intermediária. A "diferença suficiente" funda metodologia "suficientemente diferente", sem exclusividade, pelo que lógica continua parte integrante de qualquer projeto científico.

II — Considera-se uma violência contra a realidade social tratá-la como mero "objeto", imaginando que entre sujeito e objeto somente possa existir relação formal. Ao lado da relação formal, existe em qualquer relação social a polarização política. Assim, entre sujeito

e objeto nas ciências sociais trava-se um relacionamento do estilo do diálogo, em sentido estrito, como já colocávamos. De um lado, não pode haver diálogo sem forma comunicativa, sem linguagem estruturada, sem regras relacionais, que aqui são subsumidas pela lógica. De outro, trata-se de uma relação viva, unidade de contrários, onde um influencia o outro e vice-versa, até porque no fundo sujeito e "objeto" coincidem.

Esta visão baseia-se ademais na repulsa à neutralidade científica em ciências sociais, não só porque impossível no contexto de sujeitos políticos por definição, mas sobretudo porque indesejável, ao constituir-se em manobra sub-reptícia de manipulação da realidade social. Neste contexto, tratar a realidade social como "objeto" não significa em absoluto estabelecer relação cientificamente resguardada pelo rigor metodológico, mas introduzir relacionamento violento, manipulativo, de cima para baixo, muito mais na linha do abuso da realidade, do que de seu tratamento meticuloso.

Tal marca negativa é surpreendida de muitas maneiras, sobresaindo o fato de que o pesquisador vai às comunidades, levanta todos os dados possíveis, pede sua colaboração no sentido de proporcionar as informações sem restrição, mas as trata como "mero objeto", não restituindo o conhecimento elaborado às suas custas e nas suas costas, e, pior que isto, colocando tal conhecimento a serviço do sistema dominante, que o usa para refinar as estratégias de controle social.

Existe o caso freqüente de comunidades que já não suportam pesquisas, porque quase todo dia aparece gente com questionários, perguntando sobre tudo e sobre todos. Tornam-se "cobaias" em sentido estrito do uso manipulativo por parte dos cientistas. Não passam de "campo de observação", "grupo de controle", lugar para testes metodológicos, e assim por diante. As comunidades não chegam a perceber que utilidade tais conhecimentos teriam para elas mesmas.

III — Uma face relevante da decepção está na distância extrema entre o desenvolvimento dos conhecimentos e a capacidade prática de enfrentar os problemas conhecidos. Esta discussão geralmente se volta para a pesquisa da pobreza. É certo que a pesquisa da pobreza cresceu enormemente nos últimos tempos, pelo menos em quantidade. Sabe-se muita coisa sobre o pobre: onde mora, que tipo de família constrói, como vê os governantes, como trabalha e produz, que tipo de pressão exerce sobre o mercado de trabalho, seu potencial contestador, e assim por diante.

Entretanto, o combate concreto à pobreza continua bisonho como sempre. Muitos diriam que, à revelia da pesquisa, a pobreza tem

aumentado, pelo menos em termos relativos. O que cresceu com certeza é a capacidade do grupo dominante de controlar os pobres, sobretudo através da oferta de políticas sociais cada vez mais envolventes e compensatórias.

A partir disso, pode-se desenvolver crítica pesada contra as ciências sociais. O primeiro ponto é sem dúvida o lançamento da invectiva de que elas guardam projeto de dominação, nas entrelinhas, e por vezes nas próprias linhas. Ao contrário do discurso manifesto, que aparece pintado da promessa de estudar a questão social para enfrentá-la e mesmo resolvê-la, a pesquisa serve tipicamente para o avesso: estudar para não resolver. Quer dizer: progride muito mais o desdobramento de estratégias científicas de manipulação da população pesquisada, para o que pesquisar é essencial, do que o avanço de soluções. Com certeza, sabe-se muito mais como não mudar, cientificamente.⁴

Por vezes esta crítica se torna apressada, buscando no ativismo barato o corretivo para o teorismo inútil, ou reduzindo as ciências sociais a simples eco do poder dominante, ou desprestigiando a própria pesquisa como descabida. Em que pesem tais excessos, compreensíveis como reação forte a um absurdo também forte, a crítica contém o filão essencial do desmascaramento de um tipo de pesquisa assentado cientificamente numa farsa social.

Um segundo ponto é a vituperação do deslocamento entre teoria e prática, como se não fosse uma prática, tipicamente conservadora por ingenuidade, ou por esperteza. Foge-se da prática, porque não suporta a teoria. Quanto mais radical a crítica, tanto mais vazia, se não alimentar a coerente prática. Neste contexto, está invertida a imagem comum das ciências sociais como repositório privilegiado do intelectual orgânico da contra-ideologia, pois não costumam ultrapassar o limiar da estratégia de envolvimento dos incautos e dos oprimidos. Fazem o contrário do que dizem.

Ainda, é mister lembrar que o uso conservador da pesquisa, desde a seleção de métodos e tópicos ligados à manutenção da ordem vigente, até a repressão de propostas avançadas em nome desta mesma ordem, não é próprio apenas dos decisores políticos, das autoridades em exercício, dos donos do poder e do dinheiro, como seria quase óbvio. É também próprio do cientista social que, como pequeno-burguês, tende a defender-se sob as asas da burguesia. O próprio cientista social, em média, possui vocação conservadora, a partir já de sua condição de elite. Pesquisa muito mais como não

mudar, do que como mudar. Aprecia ciência formal, pretensamente neutra, porque esta encobre mais facilmente seus engajamentos conservadores. Uma falsa objetividade, que é pura estratégia.

Supervaloriza-se o conhecimento formal, embora seja fundamental para intervir na realidade. Mas não é correto afirmar que a intervenção só é possível após o conhecimento, primeiro porque mudar não depende necessariamente de conhecer; segundo, porque conhecer não implica querer mudar — pode implicar o contrário; terceiro, porque é dicotomizar artificialmente a relação entre mudar e conhecer, como se um viesse antes que o outro, ou fosse superior ao outro — a prática também gera conhecimento; quarto, porque esconde uma estratégia malandra no sentido de se fazer insubstituível.

Todavia, sempre é possível defender que a intervenção na realidade pode adquirir maior eficiência e eficácia, se embasada em pesquisa científica adequada.

IV — No lastro desta crítica, aparece outra ligada à socialização conservadora das ciências sociais. Este resultado não é colocado de modo manifesto, até porque é típico da ideologia esconder-se sob capas atraentes como ciência, neutralidade, participação. Mas é típico.

O primeiro passo está na definição de ciência como construção formal apenas, de estilo instrumental, que consagra, entre outras coisas, o afastamento altamente estratégico entre teoria e prática. Entende-se, por aí, formação científica como adestramento metodológico, baseado no trato formal do objeto a partir do sujeito, que estabelece relação neutralizada, de observação externa, de manipulação laboratorial. Valoriza-se um tipo de ascese cáustica, envolto na expressão solene do rigor científico, da disciplina metódica, da sistematização analítica, da coerência lógica, e assim por diante, que sempre é mais importante que a própria realidade.

Daí emerge o cientista que apenas estuda, mede, experimenta, sistematiza, explica, mas não se compromete. Faz deste "descompromisso" seu próprio compromisso. Apresenta-se como isento, porque se teria afastado, por força de treino metódico, de qualquer ideologia. Apresenta a academia como lugar da isenção, onde mora gente acima de qualquer suspeita, cujos estudos são indiscutíveis. Por força de sua isenção produzem influência compulsória.

O segundo passo está na estratégia política sub-reptícia que esta competência formal, quando isolada e superdimensionada, permite. O sistema dominante cultiva particularmente este tipo de cientista, porque alia a competência formal à submissão fácil, já que aceita

4. DEMO, P. *Pesquisa educacional na América Latina e no Caribe: tentativa de síntese e de discussão crítica*. Brasília, Orealc, Ipea/Iplan, jul. 1987. 122 p. Mimeografado.

encerrar-se na produção de meios, repelindo intrometer-se na problemática dos fins. Esta isenção é por demais estratégica para o sistema. Faz parte da figura do tecnocrata: competente em ciência formal e adepto do sistema por isenção. Produz para o sistema tudo que o sistema quer, cientificamente.

Com isto produz sobretudo instrumentos científicos de controle social.

Aí está uma raiz profunda do conservadorismo das ciências sociais, tanto mais conservadora, quanto fica escondida sob a terra. Isto explica pelo menos um pouco da "lógica da revelia" de produtos científicos no campo do Estado e dos governos, por exemplo. As políticas sociais, que na fachada partem de diagnósticos por vezes muito competentes em termos formais, tendem a interessar-se em primeiro lugar por estratégias de controle dos problemas. Produzem muito mais "emasculação" da sociedade, do que soluções adequadas. Especializam-se em prometer cientificamente soluções impossíveis, como garantir a todos justiça social, ou em prometer cientificamente soluções para evitá-las, como distribuir doações desmobilizadoras. Planos sociais possuem esta finalidade em primeiro lugar: não se destinam a soluções condizentes com os compromissos assumidos politicamente em praça pública, embora isto possa haver, mas a justificar uma nova gestão, dentro da aura científica de quem sabe das coisas e por isso merece crédito. Ao final do mandato, quando se compara o plano com o realizado, vê-se escancaradamente que um pouco tem a ver com o outro, ou mesmo é o contrário do outro.

"As temáticas que são objeto de estudo variam segundo cada contexto sócio-político, mas, por toda parte, um mesmo padrão de comportamento é adotado pelo pesquisador em relação ao objeto de sua pesquisa: são sempre os oprimidos e os contestatários que são identificados, analisados, quantificados e programados **de fora** pelo cpressor ou por aqueles que o representam. São sempre aqueles que detêm o saber e o poder social que, com auxílio dos instrumentos científicos, determinam unilateralmente o que, como e quando deve ser pesquisado e que decidem sobre o destino a ser dado ou o uso a ser feito dos resultados da pesquisa. Os grupos observados não têm nenhum poder sobre uma pesquisa que é feita **sobre eles** e nunca **com eles**. Para o pesquisador, tais grupos são simples objetos de estudo e pouco se lhe importa que os dados e respostas colhidos durante a pesquisa possam ser utilizados pelos que financiam o seu trabalho para melhor controlar os grupos que ameaçam a coesão social. Na verdade, os problemas estudados não são nunca os problemas vividos e sentidos pela população pesquisada. É esta população em si mesma que é percebida e estudada como um pro-

blema social do ponto de vista dos que estão no poder. As ciências transformam-se, assim, em meros instrumentos de controle social." ⁵

V — Por fim, a crítica se completa no reconhecimento de que as ciências sociais **são úteis pelo avesso**. Esta seria a **lógica da revelia**, seja no sentido de que, na mesma lógica, se oprime, em vez de emancipar, seja no sentido de que se colhe o contrário do que teoricamente se planta, seja no sentido de que a formalização instrumental se torna fim de si mesma.

Seguem as farsas típicas:

- dificilmente se poderia imaginar neutralidade mais comprometida do que esta;
- dificilmente se poderia encontrar teorismo mais prático que este;
- dificilmente se poderia imaginar estratégia mais sibilina de conhecer para não mudar, ou de mudar para manter;
- dificilmente se poderia imaginar possível crítica tão radical, quanto conservadora, porque incoerente na prática.

9.1.2 Traços da pesquisa participante

Supondo que sua metodologia básica se contextua na dialética histórico-estrutural, podemos visualizar de forma mais concreta sua estratégia metodológica no quadro do que se chama **planejamento participativo**.

Apresenta três momentos essenciais:

- a) **Autodiagnóstico**, entendido como confluência entre conhecimento científico e saber popular, precisamente na acepção teórico-prática do diagnóstico realizado no fundo pelo próprio interessado; o conhecimento científico é fundamental, mas instrumental e somente se torna útil à comunidade se for digerido por ela como autodiagnóstico; idéias podem vir de fora, desde que se tornem de dentro; usam-se técnicas formais de levantamento empírico que nada têm a ver com empirismo; levantamento científico bem feito só ajuda, embora nunca esgote a realidade e o problema.

5. OLIVEIRA, R. D. & OLIVEIRA, M. D. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, C. R., org. **Pesquisa participante**. São Paulo, Brasiliense, 1982. p. 18-9. BRANDÃO, C. R., org. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo, Brasiliense, 1984. BARBIER, R. **A pesquisa-ação na instituição educativa**. Rio de Janeiro, Zahar, 1985. TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Atlas, 1988. SAUL, A. M. **Avaliação emancipatória**. São Paulo, Cortez, 1988.

Pode-se perceber que o autodiagnóstico possui sua face formal importante de pesquisa, conhecimento, acumulação e sistematização de dados, para o que a ciência tradicional traz sua colaboração útil. Entretanto, faz parte essencial do autodiagnóstico — diagnóstico participativo, dos próprios participantes, sem relação artificial entre sujeitos e objetos — a tomada de consciência, em sentido político. Por exemplo, a comunidade precisa compreender que pobreza não é sina, casualidade, descuido, mas injustiça social, opressão, exploração. Assim, não se trata apenas de sistematizar formalmente as faces empíricas possíveis da pobreza, mas de compreendê-la como prática histórica causada, contextualizada, produzida.⁶

A comunidade não cresce apenas em conhecimento de si mesma, sobretudo se conhece a si mesma politicamente. Indaga-se pelo seu lugar na história, por que é vítima de interesses dominantes, o que querem fazer dela, o que se lhes coíbe. Formula a noção de direitos e deveres.⁷

O autodiagnóstico chega à cidadania. Ciência a serviço da emancipação.

- b) A partir deste tipo de conhecimento dotado de qualidade formal e política, surge o momento de construir **estratégia de enfrentamento prático** dos problemas detectados; da teoria, para a prática; estudar, discutir, pesquisar, para mudar; estabelecem-se prioridades, buscam-se recursos, parte-se para a ação.

A estratégia de enfrentamento prático comprova a capacidade comunitária de construir projeto comum, capaz de aglutinar as forças e de abrir rota própria. Por definição, toda comunidade, sobretudo a pobre, levanta um rol infinito de problemas, que vão desde os materiais mais imediatos — fome, falta de moradia, falta de emprego, enfermidades etc. — até os mais qualitativos — problemas de identidade cultural, falta de solidariedade, falta de organização política etc.

Diante deste rol é mister acertar prioridades, que nada mais significam que a seleção conjuntural do que se imagina mais imediatamente necessário, ou mais factível no momento. Não se confunda o mais imediato com o mais importante. Todas as necessidades comunitárias são importantes e não há como vê-las aos pedaços. Mas, se os recursos e as forças forem limitados, é estratégico garantir o possível e assim garantir o avanço nas soluções. Isto significa, a

rigor, planejar: tentar direcionar o desenvolvimento possível da comunidade, dentro de condições objetivas e subjetivas, para sair da posição de objeto de manipulação e fazer acontecer.⁸

- c) O terceiro momento coloca a **necessidade de organização política** da comunidade, como meio e fim; como meio, é estratégia para garantir competência no enfrentamento dos problemas, já que o pobre isolado não é nada; como fim, é a sociedade que se deseja, democrática, participada, capaz de construir um quadro tolerável de desigualdades sociais.⁹

O problema da organização política coloca um mundo de questões, particularmente o horizonte da qualidade política. A pesquisa participante exige na mesma pessoa o pesquisador formalmente competente e o cidadão politicamente qualitativo. Esta é a garantia mais efetiva da união entre teoria e prática. É também o lugar do espaço educativo, em sentido político, tanto do pesquisador, quanto da comunidade. No âmago está o processo de autopromoção, para o qual deve servir o conhecimento formal. Se afastarmos a relação inadequada e prepotente entre sujeito e objeto, podemos também dizer que ninguém, a rigor, promove ninguém, porque seria manipulação. Qualquer promoção só faz sentido se vier a ser autopromoção, precisamente como educação política autêntica. Isto explica, ademais, por que pesquisa participante nasceu entre educadores e continua sendo característica de cientistas sociais compromissados com educação, mesmo não sendo pedagogos.¹⁰

Acredita-se que a prática é maneira de conhecer, nem sempre sofisticada como a teoria formal, mas por vezes mais adequada ao dia-a-dia da sociedade, que não pode apresentar para todo momento uma teoria do momento. Entretanto, não se subordina a teoria à prática e vice-versa. Uma não substitui a outra. Equivale também a dizer que saber popular não substitui o conhecimento científico.

Não faz sentido embaralhar os papéis. O comunitário espera do cientista que seja competente como cientista e não que se fantasie de proletário, destroçando sua origem e sua marca social. Este populismo não leva a nada, tanto porque elimina o espaço próprio da ciência formal, quanto porque vive a ilusão de substituir o proletário. Por outra, não se trata de intelectualizar o comunitário, vendendo a idéia de que ciência é condição fatal de mudança social.

6. DEMO, P. *Pobreza política*. São Paulo, Cortez, 1988.

7. PRIETO, C. D. *El autodiagnóstico comunitário*. Quito, Ciespal, 1984.

8. CONTRERAS B., E. *Planificación comunitária*. Quito, Ciespal, 1984.

9. DEMO, P. *Participação é conquista*. São Paulo, Cortez, 1988.

10. BARBIER, R. Op. cit.

A pesquisa participante coloca, de modo geral, o quadro mais coerente para a gestação do intelectual orgânico, ao aceitar identificar-se com a comunidade na prática, trazendo como colaboração eminente a construção cuidadosa, inteligente, arguta, efetiva da contra-ideologia: ciência a serviço da emancipação social. A posição do intelectual orgânico neste sentido histórico prático supõe trajeto árduo de crítica e autocrítica, porque sem reconhecer a vocação pequeno-burguesa típica do intelectual, não é realizável a identificação coerente com a comunidade.

Não se trata, outra vez, de inventar a fantasia da identificação objetiva, no sentido de passar a comer do lixo, a viver debaixo da ponte, a não tomar mais banho etc. Trata-se da identificação subjetiva prática, no plano da ideologia.

Esta postura, coloca, ademais, o problema eterno da presença da ideologia. Sem alongar a discussão, basta lembrar que é típico da pesquisa participante aceitar a ideologia como parte integrante das ciências sociais, intrinsecamente, e controlar pela via de seu enfrentamento aberto, nos quadros da discutibilidade. Mais do que nunca, tendo em vista os riscos do ativismo, é fundamental insistir na condição discutível de toda e qualquer ideologia. O que significa também que é vital voltar sempre à teoria, por amor à prática.¹¹

Com isto seria possível realizar o quadro totalizante da pesquisa que conhece e que transforma a realidade. Entretanto, é mister lembrar que, por coerência, pesquisa participante coloca duplo desafio: **pesquisar e participar**. Dois desafios de extrema exigência, o que torna pesquisa participante algo muito complexo. Ao contrário do que muitos pensam, que pesquisa participante se resolve rapidamente no ativismo, no desprezo pela teoria, na excitação política da comunidade, sua efetivação qualitativa (formal e política) exige:

- a) realização perceptível do fenômeno participativo; sem organização comunitária, a rigor, não sai autodiagnóstico;
- b) produção de conhecimento, também a partir da prática, evitando-se simples ativismo;
- c) equilíbrio entre forma e conteúdo; não há por que desprezar levantamentos empíricos, construções científicas lógicas, como não há sentido em submeter a prática ao método, tornando este fim de si mesmo;
- d) decisão política do pesquisador de correr o risco da identificação ideológica com a comunidade, para não desapa-

recer da cena na primeira batalha, abandonando-a à sua própria sorte, o que seria, de novo, fazê-la de cobaia;

- e) ao lado da competência formal acadêmica, é fundamental experiência em desenvolvimento comunitário — teoria e prática.

De modo geral, pesquisa participante se faz apenas de forma aproximativa, já que, na sua compleição, assemelha-se a um projeto de vida. Mesmo como estratégia aproximativa faz sentido, porque traz a preocupação com tratamento mais honesto da população, com a devolução das informações colhidas, com a coerência entre teoria e prática. Por isso mesmo, é incorreto exigir de todo pesquisador social que seja "participante", primeiro porque é possível dedicar-se a pesquisas clássicas, formais, como espaço normal dentro das ciências sociais; segundo, porque não está em todos entregar-se a projetos comprometedores politicamente.¹²

9.2 AVALIAÇÃO QUALITATIVA

Avaliação qualitativa está dentro do mesmo paradigma da pesquisa participante; apenas centra-se especificamente no tratamento metodológico da dimensão qualitativa da realidade social. O problema que se coloca é:

- partindo-se de que a dimensão qualitativa existe, é importante, coincide com participação política principalmente;
- partindo-se de que as ciências sociais usuais não a captam ou evitam de captá-la;
- como pensar uma estratégia de tratamento teórico e prático.

Em termos práticos, o desafio é como realizar metodologicamente a qualidade política. Sem desprezar a qualidade formal.

Assim, tenta-se responder a questões da realidade social do seguinte teor:

- como saber se uma associação de moradores está no caminho certo...
- como reconhecer qualidade política num sindicato...

11. BORDA, O. F. & BRANDÃO, C. R. *Investigación participante*. Montevideo, Banda Oriental, 1986.

12. GAJARDO, M. *A pesquisa participante na América Latina*. São Paulo, Brasiliense, 1986. HAAG, F. et alii., org. *Aktionsforschung*. Stuttgart, Juventa, 1972. MOSER, H. *Methoden der Aktionsforschung*. Stuttgart, Koesel, 1977. — & ORNAUER, H., org. *Internationale Aspekte der Aktionsforschung*. Stuttgart, Koesel, 1978.

- como arranjar critérios que distingam quantidade de qualidade...

Normalmente, as ciências sociais não possuem resposta adequada, porque se coloca apenas o lado formal. Pesquisam a quantidade de uma associação, de um projeto de educação, de um fenômeno de identidade cultural: quantos membros existem, como vivem, quanto ganham, onde moram etc. Mas que democracia está em jogo, é algo valorativo, mais difícil de definir e sistematizar, que, por razões de método, se expulsa do tratamento dito científico. Fica para "políticos"...

Como exercício, poderíamos delinear pelo menos quatro horizontes qualitativos de um fenômeno participativo, estereotipado aqui na imagem de uma associação de bairro, ou de microcomputadores, ou de pais de alunos.¹³

- Representatividade** da liderança, obtida por eleição, de preferência com chapas concorrentes; a liderança tem caráter delegado — sua autoridade é derivada, não própria; não interessam liderança carismática (que não se transfere e é tendencialmente centralizadora), liderança externa (de gente que não é da comunidade), liderança imposta, bem como pretensa; interessa aquela que deposita democraticamente a confiança e a esperança da comunidade e, por isso, a representa autenticamente; deve ser rotativa; deve prestar contas; deve entender-se como serviço à comunidade.
- Legitimidade** do processo, consubstanciada na vigência de um estado de direito, que regulamenta de modo democrático e comunitário as regras de jogo da associação; geralmente isto transparece nos estatutos, que, neste sentido, é obra de arte do grupo interessado — neles se diz quem é membro, que direitos e deveres tem, como se fazem e se depõem dirigentes, como se organizam reuniões, assembléias etc.
- Participação da base**, que é a alma do processo, evidenciada no comparecimento às reuniões, no compromisso de manter a associação, no controle dos dirigentes, na reivindicação dos direitos, no combate à burocratização; a fonte mais profunda de qualidade política está aqui, na democracia de baixo para cima, que funda a forma

mais radical de cidadania organizada; sem isto, resta a cúpula, que faz o que quer.

- Auto-sustentação**, como prova prática da capacidade de ter e manter projeto próprio de emancipação dentro da estratégia do planejamento participativo; transparece na contribuição de cada membro, mas sobretudo na capacidade de inventar saídas para capitalizar a associação, de tal sorte que possa deixar a posição de esmolar, para assumir a de negociador.

Estes horizontes representam apenas dimensões possíveis de um fenômeno complexo e totalizante, tendo como vantagem a preocupação de sua fácil identificação. É visível logo de partida que o lado formal das associações não precisa coincidir com qualidade política. Pode reunir-se regularmente, ter número apreciável de membros, possuir sede imponente, formalizar estatutos juridicamente corretos e, apesar de tudo isto, ser uma forma depredada de cidadania popular. Por exemplo, se a associação diz ter 500 membros, mas constatar que na assembléia só comparecem regularmente apenas 50, ou que estes 50 ficam calados, está claro que falta participação da base, sem o que não se forma qualidade política. Assim, uma associação com 500 membros não é inferior ou superior, necessariamente, a outra com 1000. Talvez se pudesse até insinuar o contrário: quanto mais aumenta o número, mais difícil é conservar a marca da qualidade política, porque democracia "boa" é a pequena, onde todos se encontram, se animam, se motivam e se controlam.

Ademais, a qualidade política não se aplica somente a fenômenos mais especificamente políticos, como associações, sindicatos, comunidades etc., mas igualmente aos horizontes em que transparecem dimensões típicas da qualidade humana, tais como: na identidade cultural das comunidades, nos processos educativos, na expressão lúdica do ser humano, enquanto manifestação da capacidade criativa, e assim por diante. Sempre será importante, por exemplo, saber numa escola que cidadania se gesta no aluno, além do aspecto instrucional.

Assim construída a problemática, surge o problema da captação. A título de exercício, podemos sugerir alguns passos crescentes:

- é preciso pelo menos **conviver** com o fenômeno, no sentido de buscar familiaridade, ultrapassando o limiar do visitante;
- é preciso **vivenciar** o fenômeno, passando da familiaridade à intimidade, tornando-se já parte aceita dele;
- por fim, o estágio mais alto é a **identificação ideológica prática**, através da qual se assume como próprio o projeto político da comunidade.

13. DEMO, P. Avaliação qualitativa. São Paulo, Cortez, 1987. p. 30-1. TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais; a pesquisa qualitativa em educação. Op. cit. SAUL, A. M. Avaliação emancipatória. Op. cit.

Nestes termos, vamos muito além da dita observação participante, que toma contato imediato com o fenômeno, mas dele não participa. Uma coisa é observar uma tribo morando lá, para poder ver de perto a vida indígena. Outra é, além disso, assumir o projeto político dos índios, tornando-se comparsa da luta pela sua sobrevivência, por exemplo.

Avaliação qualitativa é participativa, porque fazemos qualidade coincidir com participação, em seu núcleo mais central. No fundo, é auto-avaliação, cabendo-lhe a perspectiva metodológica delineada na pesquisa participante.

Não é possível fazer avaliação qualitativa a distância, ou de modo intermitente, esporádico, por encomenda, por terceiros. Convivência é o mínimo que se exige.

Na verdade, reclama relacionamento dialogal entre avaliador e comunidade, a começar pela superação da posição estereotipada de um avaliador formal, superior, distante, de um lado, e de outro a comunidade como objeto. Diálogo supõe relacionamento de igual, porque os dois lados são desiguais. Quer dizer, para haver diálogo é mister consciência crítica e autocrítica da desigualdade, que não será camuflada, mas tornada transparente. Diálogo é uma fala contrária, um confronto dialético, na unidade de contrários. Cada lado possui sua densidade própria e por isso pode colaborar. É mister haver consórcio entre o conhecimento científico do avaliador e o saber popular, sem populismos e purismos.

Talvez se possa dizer que o ponto qualitativo desta abordagem está precisamente na produção de conhecimento através do método do diálogo. Busca-se um **dado dialogado**, muito diverso do dado empírico clássico. É um dado que aparece como produto do processo de discussão, um dado discutido, curtido, construído em consórcio. Discutível por definição e por isso científico.

O que é conhecimento obtido por diálogo?

- a) em primeiro lugar, não é obtido exclusivamente pela relação formalizada entre sujeito e objeto, por observação neutralizada, por experimentação laboratorial;
- b) em segundo lugar, é autoconhecimento, que contém, além da formalização lógica, para que o diálogo seja racionalmente inteligível, consciência política da realidade social pesquisada, onde a figura do ator político é inevitável;
- c) em terceiro lugar, é um conhecimento particularmente profundo, porque remoído indefinidamente na discussão comunitária, passando pelo avesso, e que produz convicção mais pelo compromisso político que sustenta do que por formas lógicas de que se reveste;

- d) em quarto lugar, é conhecimento inspirado e comprovado na prática, teoricamente exigente, mas comprometido com a vida concreta que não pede apenas estudo, mas igualmente solução;
- e) em quinto lugar, por ser obtido no diálogo, precisa manter o compromisso com o diálogo, ou seja, realiza mais do que nunca a marca do discutível, para ser científico — deve ser democrático.

Evidentemente é um conhecimento ideológico, não como defeito, mas como condição normal. Entretanto, pode exercer controle ideológico rigoroso, porque ataca a ideologia de frente, na teoria e na prática do diálogo, que exige coerência na forma e na política. Trata-se, pois, de ciência alternativa, para se construir sociedade alternativa.

Por entender que a neutralidade é engodo, prefere outra forma de controle. Não entende ciência como ideologia, embora uma esteja inevitavelmente na outra. Este reconhecimento crítico serve precisamente para construir métodos ainda mais rigorosos de controle, que ultrapassam crivos formais, para atingir invectivas políticas, típicas do diálogo aberto, discutível.

Se nos perguntarmos pelo resultado de uma avaliação qualitativa, podemos dizer que não produz propriamente papéis escritos, registros e fichas, levantamentos, embora nada tenha contra. Seu produto mais típico, ainda que nunca exclusivo, é o **depoimento, o testemunho, a proposta**.

Uma avaliação curtida comunitariamente, pelo menos no quadro de uma convivência, aparece como depoimento, como conclusão teórico-prática a que se chegou em seu processo, e tem a qualidade política do depoente, nem mais, nem menos. Deve ser discutível, aberto a todo mundo que duvide e queira refazer o processo. Ao mesmo tempo, deve inserir-se na dinâmica histórica do fenômeno participativo, porque seria formalização artificial parar a comunidade para que possa ser avaliada. Não é parada que se avalia melhor, mas no seu movimento normal, no seu processo político.

Depoimento não é apenas um relatório, produto formal de um observador transeunte, mas um testemunho, do qual o avaliador é um todo consorciado, desde o cientista ao comunitário. Ao mesmo tempo, é proposta, que vai à prática, partindo da teoria, e vice-versa. Aponta caminhos alternativos, pistas diferenciadas, descobre outros problemas, parte para confrontações posteriores, revisa, reconstrói. Conhecer para mudar, mudar para conhecer.

Avaliação qualitativa em sentido pleno não avalia a participação dos outros, colocando-se como instância de observação externa. Isto

seria avaliação clássica, por mais cuidadosa que fosse. Implica participar, entrar no processo, adquirir familiaridade pelo menos, chegar a ser ator para poder sentir a empreitada comunitária como sua também. Somente assim emerge o dado curtido, que não é dado, é depoimento, é proposta, é reivindicação.

Existe obviamente um privilegiamento dos conteúdos, ainda que nunca em detrimento da qualidade formal. A este respeito, convém recolocar o problema da **análise de conteúdo**, geralmente vista de modo clássico. Não se refere, em primeiro lugar, ao conteúdo de um discurso, entendido como o discurso redigido formalmente. Análise de conteúdo refere-se em si a conteúdos da prática, deixando-se em plano secundário a roupagem formal da elaboração discursiva. Assim, não importa tanto se a linguagem é gramaticamente correta, se a expressão é confusa, se há contradição mais ou menos flagrante em termos de lógica. Porquanto, contradição lógica, mais que denotar maus usos de regras formais, aponta para problemas reais de conteúdo, que urge determinar.

A atenção está voltada para catalogações formais, que aparecem, por exemplo, sob a forma de fichas que sistematizam falas, mas sobretudo para o caráter de depoimento dos participantes, naquilo que têm de compromisso político, obtendo-se um dado dialogal, discutido, curtido. Conteúdo, pois, será a implicação histórica concreta de vida das pessoas, os compromissos ideológicos em jogo, as lutas que envolvem o dia-a-dia, os fins que se perseguem, os resultados obtidos, e assim por diante.

Análise de conteúdo não fica apenas nas fichas, nos relatórios, nas gravações, porque sabe que isto é instrumento, vestimenta, aparência. É preciso ir além disso, de modo hermenêutico. Saborear as entrelinhas, porque muitas vezes o que está nas linhas é precisamente o que não se queria dizer. Surpreender as insinuações, que cintilam no lusco-fusco das palavras e superam as limitações da expressão oral e escrita. Escavar os compromissos para além das verbalizações, pois jamais há coincidência necessária entre um e outro. Explorar vivências, que aparecem mais no jogo, na brincadeira, na piada, do que na formulação cuidada gramatical. Compor a intimidade da vida cotidiana, na sua mais profunda sensibilidade. Levar ao depoimento tão espontâneo que a diferença entre teoria e prática se reduza ao mínimo possível, de tal sorte que aquilo que se diz é aquilo que se faz.

Não fugimos a formalizações, porque são passos normais do tratamento científico. Diante, por exemplo, de 100 depoimentos, é mister sistematizar, catalogar, descobrir relevâncias que se repetem, estabelecer aspectos mais e menos incisivos. Não se despreza a forma, mas vê-se nela um passo metodológico, não a finalidade. Queremos

chegar aos conteúdos históricos, discuti-los, compreendê-los, criticá-los.

Por conseguinte, análise de conteúdo, na versão da avaliação qualitativa, se faz com muito "papo", muita conversa fiada, muita convivência e vivência, sobretudo com discussão constante de meios e fins. Mormente dos fins. Pode-se afirmar que a profundidade do depoimento se ganha na discussão aprofundada, repetida, tranqüila, retomada, arredondada, arraigadamente aberta, em contexto de diálogo dialético autêntico. Ademais, falamos de um conteúdo específico, chamado participação. Não é assim que participação, por ser processo dinâmico de conquista histórica, não é catalogável, formalizável. Naquilo que tem de quantitativo e lógico, é formalizável como qualquer fenômeno da realidade social.

Em conseqüência, avaliação qualitativa exige também disciplina de campo, coleta cuidadosa de material, sistematização do conhecimento, elaboração racionalmente inteligível. Mas tudo isto é instrumental, nem por isso secundário. Sua criatividade não está propriamente no desprezo da forma, que pode ser pura incompetência, mas sobretudo na construção dialogal, que produz conhecimento na prática e prática no conhecimento.

9.3 HERMENÊUTICA, FENOMENOLOGIA E OUTROS SABERES

Freqüentemente colocam-se no horizonte das metodologias alternativas também a hermenêutica e a fenomenologia, e em certos ambientes saberes alternativos de origem mais popular. Não fazemos aqui uma discussão aprofundada do assunto. Apenas queremos abrir espaço para seu tratamento, tocando alguns aspectos introdutórios relevantes.

I — A **hermenêutica** é algo tradicional em metodologia, porquanto se refere à arte de interpretar textos e sobretudo à comunicação humana. Parte da constatação de que a realidade social, e nela sobretudo o fenômeno da comunicação humana, possui dimensões tão variadas, nuançadas e mesmo misteriosas, que é mister atentar não só para o que se diz, mas igualmente para o que não se diz. Há na comunicação sentidos ocultos, cuja regra mais comum é fugir das regras. Adivinhar, por vezes, é a única saída.¹⁴

A hermenêutica se especializa em perscrutar o sentido oculto dos textos, na certeza de que no contexto há por vezes mais do que

14. GADAMER, H. G. *Wahrheit und Methode*. Tuenbigen, Mohr, 1965.

no texto. Esgueira-se nas entrelinhas, porque nas linhas está, por vezes, precisamente o que não se queria dizer. Assim, um discurso não se entende apenas na sua forma, no seu formato, na sua gramática, mas no conteúdo que quer dizer.

O ator político possui esta prerrogativa até certo ponto misteriosa: pode falar para não ser entendido; pode silenciar para ser percebido; pode insistir para tirar a atenção; pode ausentar-se para marcar presença; pode modular um sim, que é puro não. Para se chegar a compreender este sentido oculto, há que conhecer antecedentes, o passado que ficou, a cultura que o gerou, a maneira particular de ser, a circunstância momentânea.

Nenhum conteúdo está todo no texto, pois se tal coincidência existisse, nada precisaria de explicação. Ademais, não lemos; interpretamos; o que significa: ao ler, fazemos dizer, como o tradutor sempre é pelo menos um pouco "traidor". Nada se compreende sem interpretar, porque é a mesma coisa. Só compreendemos a partir do compreendido, só se elabora um conceito a partir de um pré-conceito. Quem dialoga, não apenas ouve, mas interpreta, insinua, influencia, por vezes impõe e deturpa.

Na comunicação humana há magia, polarização, contradição, confronto, carinho e ódio. Há páginas cheias de letras, mas vazias de conteúdo, porque a intenção era falar muito para nada dizer. Há sinais quase imperceptíveis, que são insinuações estratégicas, como os da mulher que quer despertar interesse no homem sem que este perceba. Há, ao trocar olhares, o meneio da cabeça, o franzir da testa, que por vezes comunicam mais que uma declaração solene.

A hermenêutica coloca problema ainda mais agudo com respeito a textos antigos, cujo contexto sócio-histórico é muito difícil de reconstruir. "Adivinhar", em meio a contradições formais ou aparentes, frases truncadas, palavras com duplo sentido, o que realmente o autor queria dizer — por vezes apesar do texto —, é uma tarefa dura, uma arte propriamente, que recebe apoio do conhecimento formal, mas se completa na sensibilidade acurada de um intérprete criativo.¹⁵

A hermenêutica toma a sério o contexto ardiloso da comunicação humana, em que a cilada interpretativa emerge a todo momento. Mas este é o lado negativo, caracterizado pelo confronto de dois atores que se medem, se desprezam, se destroem. Comunicam-se pela des-

comunicação. No outro lado, aparece a beleza do diálogo, que transborda comunicação por todos os poros e pode encontrar na forma mais um entrave do que uma libertação.

Usa como estratégia básica a "compreensão", definida como relação dialogal que nada reduz a objeto e exige do intérprete empatia, capacidade de se colocar no lugar. Assim, compreende um texto, menos porque desvendou sua gramática, mas sobretudo porque, imaginando-se no lugar de quem o escreveu ou disse, diria do mesmo jeito ou de jeito diferente.

Podemos dizer que a hermenêutica é a metodologia da interpretação, ou seja, dirige-se a compreender formas e conteúdos da comunicação humana, em toda a sua complexidade e simplicidade. O intérprete é sempre alguém dotado de bagagem prévia, porque ninguém consegue compreender a comunicação sem deter algum contexto relativo a ela, em sentido prévio. O mínimo será a capacidade de se colocar no mesmo diapasão do comunicador, pelo que não pode haver sujeito e objeto. É diálogo no sentido mais legítimo do termo. Em qualquer interpretação pode-se interpretar mal, pode-se deturpar, pode-se mesmo inventar, porque o ponto de partida é este: se a comunicação fosse totalmente interpretada, em completa fidedignidade, não teríamos necessidade da ciência. Tal coincidência não é factível sequer com respeito à realidade natural. Muito menos é viável com respeito à realidade social, que "sabe" esconder-se, "escreve direito por linhas tortas".

Diante de fenômeno tão humano, frágil e sensível, é mister um método adequado, dotado da humildade de quem se dispõe a escutar primeiro, para depois pronunciar-se, compromissado a compreender o sentido real apesar do texto, dedicado a perscrutar as entranhas das ondas comunicativas que facilmente se desgarram e "descomunicam". Ademais, a hermenêutica coloca-se a missão essencial de compreender "sentidos", ou seja, o conteúdo típico humano que se imprime a qualquer contexto histórico, no qual não existem apenas fatos dados, acontecimentos externos, mas também "significação", "sentido", "valcres". Para o homem, uma árvore morta não é apenas a constatação externa de um vegetal que deixou de viver e se encontra em estado de decomposição orgânica. Pode ser o símbolo de um modo de vida, ou a indicação da agressividade contra a natureza, ou o marco de uma identidade cultural.

Assim, o que o homem toca deixa de ser apenas "dado" para emergir como referência histórica prenhe de sentido. Compreender tais sentidos, apreender tais significados, apreender preferências culturais é tarefa da hermenêutica, que precisa saber equilibrar capacidade formal com percepção política. Na relação entre mãe e filho, por exemplo, seria absurdamente agressivo reduzir este diálogo

15. GADAMER, H. G. & VOGLER, P., org. *Die neue Anthropologie*. Tübingen, G. Thieme, 1973. vol. 4, 6, 7. BARTLEY III, W. W. *Wissenschaft und Glaube; die Notwendigkeit des Engagements*. In: GADAMER, H. G. & VOGLER, P., org. Op. cit. org. 7. p. 64-109. PANIKAR, R. *Verstehen als Überzeugtse*. In: GADAMER, H. G. & VOGLER, P., org. Op. cit. vol. 7. p. 132-67. KANBARTEL, F. *Erkennen und Handeln; methodologische Analysen zur Ethik*. In: GADAMER, H. G. & VOGLER, P., org. Op. cit. p. 289-304.

dialético cheio de comunicação a mera relação entre dois agentes, reduzido a fases formais, sistematizado em antecedentes e consequentes, estereotipado no quadro de reflexos condicionados. Há muito mais que isto: há calor humano, processo formativo, confronto dialético, risco histórico. Conteúdos que a forma não pode secundarizar, mas ajudar a revelar.¹⁶

II — A **fenomenologia**, entre outras pretensões, é uma postura que prima pela modéstia do respeito à realidade social, sempre mais abundante que os esquemas de captação. Em vez de partir de métodos prévios, dentro dos quais se ensaca a realidade, faz o caminho contrário. Primeiro tentou compreender a realidade social em sua intimidade, que reconhece como algo existencial, irredutível à realidade natural. A partir daí segue a consciência crítica de que os métodos usuais de captação são pobres e empobrecem a realidade captada.¹⁷

A subjetividade faz parte da realidade social e não pode ser acolhida metodologicamente como fator perturbante, que não deveria existir. O homem é ator, não consegue observar-se neutramente e estabelece com sua sociedade uma relação muito mais complexa que a formal-lógica da ciência clássica.

Sobretudo, as ciências sociais não podem restringir-se ao ambiente artificial, solene, pretensamente superior da academia, como se lá encontrássemos a nata da sociedade. Sociedade concreta é a cotidiana, do homem comum. Este organiza sua vida não através das ciências sociais, que seriam pouco úteis, além de pouco inteligíveis, mas pelo senso comum, pelo conhecimento imediatista que é patrimônio cultural da maioria. As ciências sociais não devem perder sua identidade de produto intelectual, mas não podem ser construídas a expensas do saber comum, tornando-se algo contra o saber comum. Quer dizer, precisam possuir significado também para a existência concreta das pessoas, para aquilo que é importante para o homem comum. É fundamental desartificializar as ciências sociais, que

16. HABERMAS, J. et alii, org. *Hermeneutik und Ideologiekritik*. Frankfurt, Suhrkamp, 1973. — Zu Gadamer's "Wahrheit und Methode". In: — *Hermeneutik und Ideologiekritik*. Op. cit. p. 45-56. — Der Universalitätsanspruch der Hermeneutik. In: — *Hermeneutik und Ideologiekritik*. Op. cit. p. 120-59. GADAMER H. G. Rhetorik, Hermeneutik und Ideologiekritik. In: HABERMAS, J. et alii, org. *Hermeneutik und Ideologiekritik*. Op. cit. p. 57-82. GIESEL, H. J. Reflexion und Emazipation. In: HABERMAS, J. et alii. *Hermeneutik und Ideologiekritik*. Op. cit. p. 244-82. CUNHA, H. P. Introdução à leitura hermenêutica. *Tempo Brasileiro*, 50, jul./set. 1977, p. 27-36. PUCHKIN, V. N. *Heurística: a ciência do pensamento criador*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969. OSAKABE, H. *Argumentação de discurso político*. São Paulo, Kayrós, 1979.

17. RUSSEL, B. O impacto da ciência na sociedade. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. — *Caminhos para a liberdade*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. BONOMI, A. *Fenomenologia e estruturalismo*. São Paulo, Perspectiva, 1974. GORMAN, R. A. *A visão dual: A. Schutz e o mito da ciência social fenomenológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979. CAPALBO, C. *Metodologia das ciências sociais; a fenomenologia de A. Schutz*. Rio de Janeiro, Antares, 1979.

se tornam cada vez mais um mundo lógico, dissecado, analítico e longe da vida real.

Embora não exista definição única de fenomenologia, contém alguns traços comuns. "Erroneamente, a sociologia fenomenológica tem sido distinguida das sociologias convencionais pela ênfase dada pela primeira ao 'mundo da vida cotidiana'. Esse programa implica que o foco de estudo para uma sociologia fenomenológica deve recair inteiramente sobre o que é mundano, corriqueiro e aceito sem exame, em oposição ao que é raro, irregular, controverso ou intrigante. As referências ao 'mundo do cotidiano' devem ser tratadas como indícios da necessidade de se focalizar e estudar suposições e áreas de potencial de investigação social, que vêm sendo negligenciadas pela sociologia. Não se trata apenas de uma recomendação para a ampliação da investigação social, mas também de uma crítica das abordagens sociológicas convencionais, que ignoram o tópico da participação do sociólogo no mundo cotidiano, e sua dependência dele, como um instrumento para o seu trabalho. Portanto, a inclusão do tópico do mundo cotidiano no inquérito sociológico não é apenas opcional, ou interessante, mas vital e necessário, como um componente do resultado de qualquer trabalho sociológico. Do ponto de vista fenomenológico, a base de qualquer pesquisa — sociológica, psicológica, da ciência natural ou social — é, na verdade, uma interpretação da vida cotidiana. Ali está a fonte de significados sociais que é central e implícita à pesquisa. Argumentar em favor de uma sociologia fenomenológica não é, porém, limitar o inquérito ao que se chama de micronível de análise."¹⁸

Smart aponta ainda para a ironia encerrada na visão objetivista de ciências sociais, porque, se de um lado se insiste no tratamento do homem como objeto, de outro, os cientistas sociais cultivam com isto "lugar especial" na sociedade, como homens da intelectualidade, do conhecimento, por cima dos "cidadãos comuns". "Isto não implica uma negativa da distinção hierárquica entre o conhecimento e as interpretações formuladas pelos sociólogos, e as do leigo, mas serve, isto sim, para chamar a atenção para o fato de que as bases da distinção poucas vezes foram explicadas a contento. Não basta valer-se da autoridade atribuída ao trabalho científico e aos cientistas, nas autoridades industriais burocráticas, nem basta referir-se simplesmente à presença ou ausência de conhecimento, segundo a participação em um grupo social. A possibilidade de conceitualizarem os sociólogos, e mesmo de assistirem, no tratamento de pessoas como objetos, na administração das pessoas, é consequência da natureza

18. SMART, B. *Sociologia, fenomenologia e análise marxista: uma discussão crítica da teoria e da prática de uma ciência da sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. p. 102.

de nossa sociedade contemporânea, onde as relações sociais assumem, como observou Marx, a forma de relação entre coisas. É nossa responsabilidade tentar entender e transformar essa situação, reconhecendo, primeiro, que a sociologia não é um humanismo científico, não facilita o entendimento ou esclarecimento social universal, mas sim perpetua as divisões sociais, justifica, teoricamente e vale-se das interpretações reificatórias da realidade social, proporcionando com isso uma glosa científica para relações sociais históricas e sócio-culturais que parecem naturais. A proliferação de sociologias do conhecimento não levou à consideração das complexas questões envolvidas nessa área, já que a intenção tem sido a de reparar ou restaurar o edifício sociológico, justificar o **status** superior do entendimento sociológico, frente ao entendimento do leigo, e não a explicá-lo ou descrevê-lo criticamente.¹⁹

O cientista social é levado a "recuar" criticamente na direção do mundo cotidiano, para nele recompor o contexto de ciências sociais devotadas a problemas relevantes, incapazes de separar teoria e prática, forma e conteúdo. Não se trata de imitar o leigo, mas de desvendar o mundo das "suposições" que cerca todo o processo de compreensão da realidade social. Neste quadro é possível recuperar ciências sociais significativas não só para os cientistas, mas sobretudo para a sociedade, na teoria e na prática.

III — Quanto a **saberes alternativos**, pode-se levantar a importância da **sabedoria**, compreendida como conhecimento oriundo mais que tudo da prática, para o qual a coincidência entre o que se diz e o que se faz é óbvia. Está menos interessada em formalizações, do que em compreender a **felicidade**. Diante da vida, da qual tem sobretudo a noção de mistério, reconhece seus limites: sabe sobretudo que não sabe.

Só precisa de explicação o que não foi bem vivido. Sua autoridade vem do exemplo. Fala, pois, de felicidade por experiência. Sua linguagem só pode ser a da comunidade; não pode ser esotérica.

Sabedoria é comunicação. É capaz de tocar as maiores profundidades da vida, da maneira mais compreensível imaginável, como são os provérbios, ou as colocações que, de tão acertadas na teoria e na prática, se tornam provérbios.²⁰

Diz, por exemplo, o sábio que o amor é eterno enquanto dura. Formalmente é ilógico. Na prática todos sentem de imediato que reside aí grande verdade. A vida é a prova.

Ao contrário da ciência que se especializa em instrumentações técnicas, desestimulando a preocupação com os fins, a sabedoria quer entender de felicidade. No vale de lágrimas, onde a infelicidade é o ponto de partida, questiona-se como se atinge pelo menos um pouco dela. Entram nesta totalidade misteriosa muita magia, também mito, religião, além de coisas materiais. Embora para ser feliz seja importante não querer demais. Ou seja, tem noção admirável de dialética, na unidade de contrários: felicidade total não existe — é o compromisso entre o desejo ardente e sua possibilidade histórica concreta. Também é felicidade digerir soberanamente a infelicidade.²¹

A sabedoria também tem defeitos, é claro, sobretudo sua tendência a conservar o caminho andado. Só pode ser sábio aquele que já viveu muito. Muitas vezes é também conformista, porque a maneira mais fácil de ficar satisfeito é exigir o mínimo.²²

O **bom senso** é outra forma de saber alternativo, se o tomamos como a inteligência do senso-comum, ou seja, como o saber mais generalizado, precisamente porque medíocre. Apesar de o bom senso não ser brilhante, tem uma virtude importante, além de ser patrimônio da maioria: tem o senso pelo óbvio. Sua marca é a **sensibilidade**. Intui, de certa maneira, presente. Diante de um problema,

19. Idem, *ibidem*. p. 104. ATKINSON, D. *Orthodox consensus and radical alternative*. London, Heinemann, 1971. BOUDON, R. *The logic of sociological explanation*. Harmondsworth, Penguin, 1974. BROWN, B. *Marx, Freud and the critique of everyday life*. New York, Monthly Rev. Press, 1973. COLFAX, J. D. & ROACH, J. L., orgs. *Radical sociology*. New York, Basic Books, 1971. DIXON, K. *Sociological theory; pretence and possibility*. Hampshire, Routledge & Kegan Paul, 1973. DOUGLAS, M., org. *Understanding everyday life*. Hampshire, Routledge & Kegan Paul, 1971. GARFINKEL, H. *Studies in ethnomethodology*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1967. GIDDENS, A., org. *Positivism and sociology*. London, Heinemann, 1974. GOULDNER, A. *The coming crisis of western sociology*. London, Heinemann, 1971. MORICK, H., org. *Challenges to empiricism*. California, Wadsworth, 1972. O'MALLEY, J. B. *Sociology of meaning*. Human Context Books, 1970. PACI, E. *The functions of the sciences and the meaning of man*. Evanston, Northwestern University Press, 1972. PELZ, W. *The scope of understanding*. Hampshire, Routledge & Kegan Paul, 1974. PSATHAS, G. *Phenomenological sociology*. New York, John Wiley, 1973. SCHUTZ, A. & LUCKMANN, T. *The structures of the lifeworld*. Evanston, Northwestern University Press, 1973. FILMER, P. et alii. *New directions in sociological theory*. New York, Collier Macmillan, 1977. Cortez, 1987. — *Ciência, ideologia e poder; uma sátira às ciências sociais*. São Paulo,

20. RADHAKRISHNAN, S. *Wissenschaft und weisheit; westliches und oestliches denken*. Stuttgart, Nymphenburger V., 1961. DEUS, J. D. A *crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974. COULSON, W. R. & ROGERS, C. R. *O homem e a ciência do homem*. Belo Horizonte, Interlivros, 1973. CARRAHER, D. W. *Senso crítico; do dia-a-dia às ciências humanas*. São Paulo, Pioneira, 1983. LAKATOS, I. & MUSGRAVE, A., org. *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo, Cultrix, 1979. CAPRA, F. *O ponto de mutação; a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo, Cultrix, 1986. KNELLER, G. F. *A ciência como atividade humana*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980. DEMO, P. *Ciência, ideologia e poder; uma sátira às ciências sociais*. São Paulo, Atlas, 1988.

21. HELLER, A. *Para mudar a vida; felicidade, liberdade, democracia*. São Paulo, Brasiliense, 1982. FEYERABEND, P. *Der Mythos von der Vernunft und einige seiner jungsten Schwierigkeiten*. In: ——— *Erkenntnis fuer freie Menschen*. Frankfurt, Suhrkamp, 1979. p. 13-24. ——— *Das Vorherrschen der Wissenschaft braucht die Demokratie*. In: ——— *Erkenntnis fuer freie Menschen*. Op. cit. p. 107-17. ——— *Die seltsame Geschichte von der Astrologie*. In: ——— *Erkenntnis fuer freie Menschen*. Op. cit. p. 156-64. ——— *Laien koennen und muessen die Wissenschaft ueberwachen*. In: ——— *Erkenntnis fuer freie Menschen*. Op. cit. p. 165-9.

22. CHAUÍ, M. *Conformismo e resistência; aspectos da cultura popular*. São Paulo, Brasiliense, 1987. DAVEIRA, A. S. *A fala do povo; a reprodução do conhecimento no saber popular*. Petrópolis, Vozes, 1985.

saca uma solução possível, a mais óbvia, por vezes pouco brilhante, mas adequada.²³

Não há ciência que substitua o bom senso, nem provém dela, até porque no ambiente científico costuma-se fazer guerra ao senso-comum, definido como conhecimento imediatista, acrítico, crédulo, ou melhor, anticonhecimento. Embora haja um lastro correto nesta interpretação, não se pode negar que pode fundar, a partir daí, postura fátua de superioridade. Socialmente falando, não há ator mais importante, produtivo e confiável do que aquele que tem bom senso. Presidente da República não precisa ser doutor em política, mas jamais pode dispensar bom senso.

Tem sobretudo a sensibilidade pelas adequações, pelo equilíbrio. É do bom senso admitir que todo excesso faz mal, que o bom dura pouco, que é importante saber esperar. Não perder a calma, agir na hora certa. Como se sabe esta hora certa? Por exemplo, como dizer cientificamente a uma mãe a hora admissível em que dar um puxão de orelhas no filho pode ser algo de bom tamanho educativo, apesar das teorias que condenam a violência? Ela não precisa de ciência para isso, pois resolve naturalmente dentro do mundo de sua sensibilidade. No bom senso.²⁴

Pode-se arrolar aqui ainda a arte como saber alternativo, ressaltando sobretudo seu ímpeto desformalizante, em nome da busca por vezes frenética de conteúdos novos. Despreza a gramática, despreza as regras da música, da pintura, do teatro, porque acredita que, para criar, é preciso desarrumar, sair do sério, até mesmo destruir.²⁵

Seu horizonte típico é a **utopia**, que acredita em argumentos contra os fatos e que é possível reconstruir tudo. O gênio tem isto de próprio: sai do padrão, está à frente da época, é louco para a média. Contra o artista volta-se a mediocridade, incomodada por alguém que a quer desinstalar. É comum que exagere no desprezo pelas formas, pela normalidade, mas é importante como indicador de alternativas. Numa sociedade excessivamente normal, o alternativo é louco. Só pode ser.²⁶

23. DIAS, M. E. B. *A dialética do cotidiano*. São Paulo, Cortez, 1982. BRONOWSKI, J. *O senso comum da ciência*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1977. DEMO, P. *Ciências sociais e qualidade*. São Paulo, Almed, 1985. ———. *Ciência, ideologia e poder; uma sátira às ciências sociais*. Op. cit.

24. DIRKS, W. et alii. *Existenzwissen*. *Frankfurter Hefte* Extra 5, Mai 1983. ZIMAN, J. *Conhecimento público*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1979. HARRÉ, R., org. *Problemas da revolução científica*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1976. FEYERABEND, P. *Consolando o especialista*. In: LAKATOS, I. & MUSGRAVE, A., org. *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo, Cultrix, 1979. p. 244-83. DEMO, P. *Ciência, ideologia e poder; uma sátira às ciências sociais*. Op. cit.

25. COLI, J. *O que é arte*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

26. COELHO, T. *O que é utopia*. São Paulo, Brasiliense, 1982. TAVARES, C. A. P. *O que são comunidades alternativas*. São Paulo, Brasiliense, 1985. RIBEIRO JR., J. *O que é magia*. São Paulo, Brasiliense, 1985. COSTA, C. T. *O que é anarquismo*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

9.4 LIMITES

Tão importante quanto valorizar metodologias alternativas é marcar seus limites. Já víamos os limites da antimetodologia, que no fundo são os mesmos das metodologias alternativas.

Para começar, podemos indigitar a tendência fácil à sua **banalização** no sentido de entender por alternativo qualquer coisa, sem pé, nem cabeça, sem método, sem teoria. Entra-se rapidamente no ativismo, no diletantismo e na desordem.

Aposenta-se de súbito todo o legado científico tradicional. Particularmente, passa-se a rejeitar de modo unilateral a pesquisa empírica, confundida com empirismo. Ora, empirismo é atitude viciada de reduzir a realidade toda à sua face empírica. Pesquisa empírica, por outra, é algo compatível e mesmo necessário, porque dificilmente uma pesquisa participante deixaria de fazer levantamentos empíricos em qualquer comunidade, pelo menos a título de informação prévia.

Ainda, po incapacidade de domínio lógico e estatístico, arma-se uma guerra contra a formalização, como se método alternativo fosse falta de método. Primeiro, falta de método não deixaria de ser um método, embora o pior deles, porque sequer sabe disso. Segundo, só pode desprezar o método quem o domina. Terceiro, conservando o método no seu plano instrumental, é algo adequado e pode ser até mesmo condição de criatividade.

Outra coisa é escravizar-se ao método. Mas é o mesmo erro, somente com sinais contrários, escravizar-se à falta de método, porque não passaria de incompetência. Dizer, por exemplo, que se descobre o método depois, no próprio caminho, Tateando, na pura inspiração, contém mais mediocridade, que criatividade, até porque se nega um dado hermenêutico fundamental: ninguém coloca uma questão a ser enfrentada, se não possui pelo menos uma expectativa de seu tratamento e solução. Destituição total de método é uma ascese impraticável. Confunde-se busca de criatividade, algo sempre na ordem do dia, com diletantismo científico.

O que está em jogo, não é pura e simplesmente a destruição dos métodos, até porque se necessita método para tanto, mas a colocação alternativa do método. Assim como dos vícios do teorismo não segue a destruição da teoria, dos vícios do método não segue a destruição do método.²⁷

27. RIBEIRO JR., J. *O que é positivismo*. São Paulo, Brasiliense, 1985. KONDER, L. *O que é dialética*. São Paulo, Brasiliense, 1982. PEREIRA, O. *O que é teoria*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

Em seguida, são limites de metodologias alternativas, sobretudo daquelas participativas, seu **caráter tópico**, a partir da própria circunscrição restrita da experiência participativa. Realizar uma experiência comunitária é algo maravilhoso, mas também muito localizado, tópico, restrito, que não permite, em si, **generalização**. É errado imaginar que a partir daí se possa desvendar os segredos do mundo e da sociedade, embora a partir daí se possam iniciar processos relevantes de mobilização política, com base em ciência alternativa.

Tais métodos não podem imitar a generalização estatística das médias tendenciais. Sua capacidade de generalização é de ordem política, ou seja: capacidade de contaminar, de influenciar, de arrastar pelo exemplo alternativo. Não é desprezível esta marca, mas tem seu lado atraente e seu lado limitado.

Por outra, não se pode aceitar a tendência ao exclusivismo de metodologias alternativas, como se outras já não fizessem sentido. É muito contraditória tal postura.

Em primeiro lugar, se um método alternativo se tornar vigente, comum, perde sua marca alternativa. Um dia, fazer pesquisa empírica era algo alternativo, diante da postura dominante de entender ciências sociais de maneira filosofante e sempre reflexiva. Hoje é café velho. Onde dialética é método comum, passa a método dominante. Assim, não há método que consiga ser sempre alternativo.

Mais importante, pois, que métodos alternativos concretos é a postura metodológica, profundamente dialética, de conservar o horizonte da alternatividade, que coincide com a discutibilidade, à sombra da qual criticar e superar métodos é do próprio método.

Em segundo lugar, há espaço para outros métodos, também tradicionais. Não é problema alguém especializar-se no domínio de métodos formais, tornando-se extraordinariamente competente em técnicas de coleta de dados, de tratamento computadorizado, de elaboração estatística, desde que não veja nisto a ciência toda.

Em terceiro lugar, é preciso alertar para uma confusão freqüente. Pesquisa participante não significa automaticamente de esquerda, na linha da elaboração da contra-ideologia. O conservador não precisa participar menos. Numa sociedade pluralista, o fenômeno participativo, também o popular, não é propriedade de intelectuais de esquerda, porque há muito mais de direita. Seria erro crasso imaginar que toda pesquisa participante realizaria um tipo necessariamente engajado de ciência a serviço das camadas populares.

Por fim, é preciso reconhecer que as metodologias alternativas são incipientes. São muito mais promessas, alertas, insurreições, do que caminhos comprovados. Por exemplo, a fenomenologia conseguiu abalar um pouco os cânones da pesquisa social tradicional, ao chamar

a atenção para o lado existencial e subjetivo da vida em sociedade, e conclamou o retorno ao método compreensivo. Mas não foi muito além disso. Não existe ainda uma bagagem visível, acumulada de pesquisa fenomenológica.

O mesmo se pode dizer da pesquisa participante. Colocada com algum rigor, como fizemos anteriormente, pesquisadores participantes são cientistas que buscam **aproximar-se** de exigências alternativas, mas dificilmente as cumprem com alguma compleição. O exemplo comum é a tentativa de fazer uma tese de mestrado dentro da metodologia participativa. De partida, pode-se dizer que a colocação tende à banalização, porque é muito difícil que, no espaço limitado de tempo previsto para a feitura de uma tese e tratando-se de um neófito em pesquisa, se possa realizar algo de profundidade razoável. Entretanto, pode-se tentar uma aproximação, útil de todos os modos, no sentido de atingir um dado mais burilado, cuidadoso, por vezes bem discutido na comunidade, ou de retornar a informação à comunidade, ou de unir teoria com uma prática, ainda que intermitente e fugaz, e assim por diante.

Realizar compromissos participativos radicais enobrece todo pesquisador, mas não acontece tão facilmente como muitos pensam, prosaicamente. Promete-se geralmente muito mais do que é possível praticar. E isto recomenda a devida modéstia, que é marca profunda do pesquisador discutível: curva-se diante de uma realidade muito mais complexa que toda sua teoria; respeita práticas diferentes, porque na sua não está toda a história da humanidade; insiste na discutibilidade, por amor a uma ciência que deve ser, ao mesmo tempo, competente na forma e democrática no conteúdo.

10

Conclusão – Ciência e Felicidade

Mais que conclusões, deixamos indagações. Após termos percorrido roteiro tão sinuoso, atulhado de polêmicas e de compromissos ideológicos, mais do que nunca aparece como conveniente a idéia da **discutibilidade**, no plano formal e político.

Uma vez Havemann foi interrogado se existe um sistema da dialética. Relutou em responder, porque reconhecia que "todas as teorias científicas tendem à axiomatização".¹ Mas, lembrava, quando atingem a axiomatização, descobrem que ainda são incompletas, o que denotaria contradição dialética. "O conhecimento é processo infinito",² porque não temos condição de fechar nosso conhecimento em fase inicial, nem podemos prever conclusão do processo histórico. E chegava a afirmar: "Permanece ainda a dialética, não como sistema axiomatizável, mas somente em sentido racional em que apreender a dialética das coisas significa compreender o nexu íntimo e profundo de todos os fenômenos em todos os domínios da realidade além dos limites das ciências isoladas."³

Colocações como estas intrigam o metodólogo, porque é patente a contradição aí contida. Falar em "nexu íntimo" significa imediatamente conceder que a realidade e seu modo de captação admitem sistematização formal. A dialética também se curva a isto. O estruturalismo coloca com clareza meridiana, embora sua conclusão seja parcial.

Não existem apenas estruturas dadas frias, do tipo formal lógico, que não admitem — parece — qualquer mutabilidade. Existem

1. HAVEMANN, R. *Dialética sem dogma*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967. p. 199.

2. *Idem*, *ibidem*. p. 201.

3. *Idem*, *ibidem*. p. 203.

igualmente estruturas históricas, em que a forma é forma de conteúdos, desenhando maneiras do acontecer, do mudar, do superar. Por certo, dentro de nosso estilo nomotético de ciência, não é possível imaginar uma superação histórica sem forma, sem modo de evoluir, sem começo, meio e fim, e sem características comuns a outros fenômenos, o que nos levaria a aplicar-lhes um conceito comum, como o de revolução. Mas são estruturas da mudança, o que vem a significar que mudança é estrutural, essencial, da normalidade histórica, porque está em sua estrutura.

Nesta visão, nem estrutura é mais essencial, nem história é mais essencial. Ambos os termos são centrais em ciências sociais, resumidos nas condições objetivas e subjetivas. Isto permite manter a perspectiva dialética de uma história como conquista humana, em parte. Não uma conquista voluntarista, subjetivista, mas uma conquista dentro de condições objetivas dadas. Estas, no entanto, não determinam, mas condicionam, fazem parte integrante do decurso histórico.

Todas as abordagens têm seus altos e seus baixos. A que nos parece menos vulnerável, embora sempre discutível, é a dialética histórico-estrutural. Mas de todas podemos aprender alguma coisa importante, sobretudo quando por trás delas existem figuras científicas de peso comprovado, em teoria e método, e por vezes também em prática, como Marx, Lévi-Strauss, Popper etc. É certamente admirável o trajeto de Marx, sobretudo naquilo que os discípulos fanáticos denegam, a saber, na busca incessante de interpretação mais científica da realidade social. Mais do que ninguém encarnou o papel do investigador irrequieto, sôfrego, aberto, que descrevia sua obra como simples "rascunho", e que se dizia não marxista... Sua versão do materialismo histórico nos parece excessiva, mas aí está marca impressionante de originalidade, que fomentou toda uma produção científica.

Também é impressionante o trajeto de Lévi-Strauss, embora tenha apresentado metodologia mais fechada, reducionista do mundo social ao mundo físico, mas com capacidade de renovação e polêmica deveras marcante. De tudo fica a impressão segura do sábio: o que mais se sabe é que sabemos pouco. Esta dialética é a alma da dialética, no que é muito mais apropriada ao manejo da realidade social do que outras abordagens. É capaz de conviver com o "mistério" de um horizonte indevassável, sem perder o rigor formal. Coloca o sentido humano da história, sem o qual não valeria a pena nada, nem teoria, nem método, como diria Horkheimer no fim da vida.

Se a ciência não é capaz de distinguir entre o malfeitor e a vítima, no fundo colabora com o malfeitor. Não é possível restringir a ciência a mera instrumentação formal para qualquer coisa, porque

esta "qualquer coisa" se orienta sempre no sentido de servir a interesses escusos. A maior miséria da ciência é ter fundado uma neutralidade tão comprometedora e tão infeliz. Por método, não entende de felicidade.

Sua ironia maior está nisto: ao lado de fantástica competência formal, que cresce em ritmo considerável, não tem nada a dizer sobre a felicidade do homem. Não é tema para ela. Não cabe no método. E com isto desfaz-se da qualidade política.⁴

A ciência emerge como possivelmente monstruosa: criatura humana que engole o homem. Sabemos demais como fazer guerra, como controlar o povo, como interferir na ecologia, mas sabemos quase nada, por vezes nada, de como sermos mais felizes.

Por não saber disso, o povo não se dirige ao cientista para tratar de suas "coisas" íntimas, importantes, vitais. Dirige-se ao sábio, ao amigo, ao curandeiro, porque vê neles figuras comunitárias, do seu tamanho. O cientista é um estereótipo distante, superior, sofisticado. Não serve para o cotidiano.

Uma das conclusões mais fortes da metodologia é certamente esta: não faz sentido buscar a cientificidade por ela mesma, porque método é apenas instrumento. Faz sentido, isto sim, fazer ciência para conseguirmos condições objetivas e subjetivas mais favoráveis de uma história sempre mais humana. É um absurdo sarcástico jogar fora da ciência o que não cabe no método. Se a ciência se der a isto, não passará de algo mesquinho.⁵

Entretanto, no outro lado da medalha, podemos vislumbrar ciências sociais alternativas, nas quais a crítica se funda na auto-crítica; conseqüentemente rejeitam a separação "útil" entre teoria e prática, entre forma e conteúdo. Em que pese o risco já clássico de banalização, o papel do "intelectual orgânico" da contra-ideologia emerge com força ímpar no cenário da desigualdade social. Esta mensagem que as ciências sociais guardam desde o berço, embora contraditória, porque sua história é a história da traição, pode ser recuperada na prática concreta de ações cientificamente fundadas em favor dos desiguais.

Para tanto, porém, é mister saber que tudo pode ser "ardil", sobretudo o discurso sobre intelectual orgânico. A elaboração teórico-prática da contra-ideologia não acontece por acaso, descuido,

vocação automática, mas por processo árduo e criativo de conquista, que começa pela derrubada do ardil. O cientista social tende a ser angelicamente complacente consigo mesmo. Facilmente adota postura do parasita de luxo, seja porque apenas permanece no plano do trabalho intelectual, teórico e formal, seja porque imagina ganhar a vida com "prática teórica", seja porque pretende ser "especialista em generalidades".

Ao mesmo tempo, é fundamental rasgar a máscara de revolucionário que insiste em vestir. De modo geral é apenas uma fantasia, que acaba na quarta-feira de cinzas, quando "cai na real". Embora exista toda dignidade do mundo na prática revolucionária coerente, não é o único lugar da prática. Talvez seja muito típica a prática reformista, para alguém que tem medos típicos de perder posição, guarda extrema sensibilidade pelas oportunidades na vida, aprecia privilégios intelectuais. Há reformas muito importantes, que, a par do risco congênito de oportunismo, instalam processos relevantes de mudança, tais como: a luta pela educação pública gratuita, sobretudo de primeiro grau e do pré-escolar; a participação em movimentos sociais que solidificam a cidadania popular; o empenho na institucionalização de esquemas de saúde pública preventiva; o enfrentamento da questão ecológica, e assim por diante. Não abalamos com isto as estruturas da história, mas já somos "úteis", no bom sentido.

Não há lógica que substitua a prática, e vice-versa.

4. DEMO, P. *Ciências sociais e qualidade*. São Paulo, Almed, 1985. MEYER-ABICH, K. M. & BIRN-BACHEL, D., org. *Was braucht der Mensch, um glücklich zu sein; Bedürfnisforschung und Konsumkritik*. München, Beck, 1979.

5. SEIFFERT, H. *Einführung in die Wissenschaftstheorie 2*. München, Beck, 1971. (Was ist Phänomenologie? p. 26-41; die Hermeneutik, p. 89-150; die Dialektik, p. 199-259). BREUER, D. & SCHANZE, H., org. *Topik*. Frankfurt, Fink, 1981.

Bibliografia

- ABDEL-MALEK, A. *A dialética social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1975.
- ABRAMCZUK, A. A. *O mito de ciência moderna: proposta de análise da física com base de ideologia totalitária*. São Paulo: Cortez, 1981.
- ADORNO, T. et al. *Der positivismusstreit in der deutschen soziologie*. Berlin: Luchterhand, 1972.
- _____. et al. *Soziologie zwischen Theorie und Empirie*. Stuttgart: Nymphenburger, 1970.
- AGATTI, A. P. R. *Os valores e os fatos: o desafio em ciências humanas*. São Paulo: Ibrasa, 1977.
- ALBERT, H. *Tratado da razão crítica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.
- _____. Wertfreiheit als methodisches Prinzip. In: TOPITSCH, E. (Org.) *Logik der Sozialwissenschaften*. Köln-Merlin: Kiepenheuer & Witsch, 1965.
- _____. Ueber die Moeglichkeit besonderer Verfahren in den Sozialwissenschaften. In: TOPITSCH, E. (Org.) *Logik der Sozialwissenschaften*. Op. cit.
- _____. Zur Verwendung formalwissenschaftlicher Techniken in den Sozialwissenschaften. In: TOPITSCH, E. (Org.) *Logik der Sozialwissenschaften*. Op. cit.
- _____, TOPITSCH, E. (Org.) *Werturteilstreit*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1971.
- ALTHUSSER, L. et al. *Dialética e ciências sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- _____. Materialismo histórico y materialismo dialéctico: teoría de la práctica teórica. In: LÉVI-STRAUSS, C. et al. *El proceso ideológico*. México: Tiempo Contemporáneo, 1971.
- _____. *La revolución teórica de Marx*. México: Siglo 21, 1971.
- _____, BALIBAR, E. *Para leer El capital*. México: Siglo 21, 1970.
- _____. *Lenine e a filosofia*. Lisboa: Estampa, 1974.
- _____. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença, 1980.

ALTHUSSER, L., BADIOU, A. *Materialismo histórico e materialismo dialético*. São Paulo: Global, 1979.

ALTHUSSER, L. et al. *Posições 1* (Resposta a J. Lewis, elementos de autocrítica, sustentação da tese em Amiens). Rio de Janeiro: Graal, 1978.

_____. *Sobre el trabajo teórico: dificultades y recursos*. Barcelona: Anagrama, 1970.

_____. *Resposta a J. Lewis: a questão do humanismo*. Lisboa: Estampa, 1973.

ALVES, R. *Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

AMARAL, J. R. (Org.) *Modos de produção: história de uma controvérsia marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

ANOHIN, P. K. et al. *Teoria de sistemas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1976.

ARON, R. *Marxismes imaginaires*. Paris: Gallimard, 1970.

_____. *Les étapes de la pensée sociologique*. Paris: Gallimard, 1967.

ATKINSON, D. *Orthodox consensus and radical alternative*. Londres: Heinemann, 1971.

AUZIAS, L. M. *Chaves do estruturalismo*. São Paulo: Livraria Brasileira, 1972.

AXELOS, K. *Introdução ao pensamento futuro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.

AYER, A. J. *The problem of knowledge*. Londres: Pelican, 1972.

_____. *As questões centrais da filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

AZZI, R. *A concepção da ordem social segundo o positismo ortodoxo brasileiro*. São Paulo: Loyola, 1970.

BACHELARD, G. Conhecimento comum e conhecimento científico. Epistemologia; a teoria das ciências questionada por Bachelard, Miller, Canghilhem, Foucault. *Tempo Brasileiro*, n. 28, p. 27-46, 1972.

_____. A atualidade da história das ciências. *Epistemologia*, n. 28, p. 22-46. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, [19--].

_____. *El compromiso racionalista*. Buenos Aires: Siglo 21, 1972.

_____. *Épistemologie*. Paris: PUF, 1971.

_____. et al. *Epistemologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 28, 1972.

_____. *O novo espírito científico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

BADCOCK, C.R. *Lévi-Strauss: estruturalismo e teoria sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

BADIOU, A. O [re]começo do materialismo dialético. In: FOUCAULT, M. et al. *Estruturalismo*. São Paulo: Martins Fontes, [19--].

_____. *Sobre o conceito de modelo*. Lisboa: Estampa, 1971.

BAGU, S. *Tiempo, realidad social y conocimiento*. Buenos Aires: Siglo 21, 1973.

BAHRO, R. *A alternativa: para uma crítica do socialismo real*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BALAN, J. et al. *Las historias de vida em ciencias sociais: teoría y técnica*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

BALDWIN, A. L. The parsonian theory of personality. In: BLACK, M. (Org.) *The sociological theories of T. Parsons*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1961.

BALLET, R. et al. *Estruturalismo e marxismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

BARBIER, R. *A pesquisa-ação na instituição educativa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BAREMBLIT, G. F. (Coord.) *O inconsciente institucional*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BARION, J. *Was ist ideologie?* Stuttgart: Bowier, 1964.

_____. *Le rationalisme appliqué*. Paris: PUF, 1970.

_____. *La philosophie du non essai d'une philosophie du nouvel esprit scientifique*. Paris: PUF, 1972.

BARROS, A. M. Saber, ciência e ideologia. In: ESCOBAR, C. H. (Org.) *Psicanálise e ciência da história*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

BARROS A. J. P., LEHFELD, N. A. S. *Fundamentos de metodologia*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1986.

BARRY, B. *Los sociólogos, los economistas y la democracia*. Buenos Aires: Amorrortu, 1970.

BARTLEY III, W. W. Wissenschaft und Glaube: die Notwendigkeit des engagements. In: GADAMER, H. G., YOGLEN, P. (Org.) *Die new anthropology*. Tübingen: G. Thieme. v. 7.

BASTIDE, R. Conclusão de um debate: o pensamento obscuro e confuso. *Tempo Brasileiro*, n. 25, p. 52-67, 1970.

_____. et al. *Pesquisa comparativa e interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1976.

_____. (Coord.) *Usos e sentidos do termo "estrutura"*. São Paulo: Edusp, 1971.

BAUMAN, Z. *Por uma sociologia crítica: um ensaio sobre o senso comum e emancipação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BAZARIAN, J. *O problema da verdade: teoria do conhecimento*. São Paulo: Alfa-Omega, 1985.

BECK, U. *Risikogesellschaft: auf dem Weg in eine andere Moderne*. Frankfurt: Suhrkamp, 1986.

BELL, D. *The sociology of ideology*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966.

BEN-DAVID, J. *O papel do cientista na sociedade*. São Paulo: Pioneira, 1974.

_____. et al. *Sociologia da ciência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975.

BENJAMIN, W. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BENOIST, J. M. *Marx est mort*. Paris: Gallimard, 1970.

BERGER, P. L. *Marxismo y sociología*. Buenos Aires: Amorrortu, 1972.

_____. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1973.

_____. *Um rumor de anjos*. Petrópolis: Vozes, 1973.

BERGMANN, J. E. Die theorie des sozialen systems von T. Parsons. In: _____ *Frankfurter Beitrage zur Soziologie*, 1967.

BERNADO, J. *Marx crítico de Marx: epistemologia, classes sociais e tecnologia em O capital*. Porto: Afrontamento, 1977. 3 v.

BERTALANFFY, L. *Teoria geral dos sistemas*. Petrópolis: Vozes, 1973.

BERTELLI, A R. et al. *Sociologia do conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

BETTANINI, T. *Espaço e ciências humanas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BETTELHEIM, C. *A luta de classes na União Soviética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BIRNBAUM, N. *Toward a critical sociology*. Oxford: Oxford University Press, 1973.

BLACK, M. (Org.) *The sociological theories of T. Parsons*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1961.

BLACKBURN, R. (Org.) *Ideologia nas ciências sociais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BLOCH, E. *Das Prinzip Hoffnung*. Frankfurt: Suhrkamp, 1959. 2 v.

_____. *Zur ontologie des Noch-nicht-seins*. Frankfurt: Suhrkamp, 1961.

BOBBIO, N. *O futuro da democracia: uma defesa das regras de jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BONOMI, A. *Fenomenologia e estruturalismo*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. et al. *Estructuralismo y filosofía*. Buenos Aires. Nueva Visión, 1971.

_____. Implicações filosóficas na obra de Lévi-Strauss. *Tempo Brasileiro*, n. 15/16.

BORDA O. F. *Conocimiento y poder popular*. México: Sigilo 21, 1985.

_____, BRANDÃO, C. R. *Investigación participante*. Montevideo: Banda Oriental, 1986.

BORNHEIM, G. A. *Dialética, teoria, práxis*. São Paulo: Globo, 1983.

BOSI, A. O trabalho dos intelectuais segundo Gramsci. *Debates & Crítica*, p. 105-114. jul. 1975.

BOTTIGELLI, E. *A gênese do socialismo científico*. Lisboa: Estampa, 1971.

BOTTIGELLI, E. et al. *Ciências da linguagem e ciências humanas*. Lisboa: Presença, [19..].

BOTTOMORE, T. B. *A sociologia como crítica social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. *Críticos da sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

BOUDON, R. *Métodos quantitativos em sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1971.

_____. *Para que serve a noção de estrutura?* Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

_____. *The logic of sociological explanation*. Harmondsworth: Penguin, 1974.

BOURDIEU, P. Campo intelectual e projeto criador. In: POUILLON, J. et al. *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____, PASSERON, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BOURRICAUD, F. *Le bricolage idéologique: essai sur les intellectuels et les passions démocratiques*. Paris: PUF, 1980.

BRANDÃO, C. R. (Org.) *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRAUDEL, F. *História e ciências sociais*. Lisboa: Presença, 1972.

BRAUN, H., HAHN, A. *Wissenschaft von der Gesellschaft*. Stuttgart: Karl Alber, 1981.

BRESSER PEREIRA, L. C. *As revoluções utópicas: a revolução política na igreja; a revolução estudantil*. Petrópolis: Vozes, 1979.

BREUR, D., SCHANZE, H. (Org.) *Topik. Fink*, 1981.

BRONOWSKI, J. *O senso-comum da ciência*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.

BROWN, B. *Marx, Freud and the critique of everyday life*. Londres: Monthly Rev, 1973.

BUBNER, R. *Dialektik und Wissenschaft*. Frankfurt: Suhrkamp, 1973.

BUCKLEY, W. *A sociologia e a moderna teoria dos sistemas*. São Paulo: Cultrix, 1971.

BUKHARIN, N. *Tratado de materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Centro do Livro Brasileiro, [19--].

CAMARA JR., J. M. O estruturalismo lingüístico. *Tempo Brasileiro*, n. 15/16, [19-].

CAMPOS, C. *O mundo como realidade*. Belo Horizonte: Gardal, 1961.

CAPALBO, C. *Metodologia das ciências sociais: a fenomenologia de A. Schütz*. Rio de Janeiro: Antares, 1979.

CAPRA, F. *O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo: Cultrix, 1986.

CARDOSO, C. F., BRIGNOLI, H. P. *Os métodos da história*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

CARDOSO, F. H. *O modelo brasileiro*. São Paulo: Difel, 1972.

CARR, E. H. *O que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

CARRAHER, D. W. *Senso crítico: do dia-a-dia às ciências humanas*. São Paulo: Pioneira, 1983.

CASANOVA, P. G. *Las categorías del desarrollo económico y la investigación en ciencias sociales*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1973.

CASTRO, A. et al. *Novas perspectivas das ciências do homem*. Lisboa: Presença, 1974.

CASTRO, C. M. *Prática de pesquisa*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.

CENTER FOR CONTEMPORARY CULTURAL STUDIES. (Org.) *Da ideologia: Althusser, Gramsci, Lukacs, Poulantzas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

CEPAUR/FUND. DAG HAMMARSKJOLD. *Desarrollo a escala humana*. Santiago: Cepaur, 1986.

CERM. *O modo de produção asiático*. Lisboa: Seara Nova, 1974.

CERVO, A. L., BERVIAN, P. A. *Metodologia científica*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1973.

CHACON, V. *História das idéias sociológicas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

CHARLES, D. Abertura e indeterminação. In: BALLEST, R. et al. *Estruturalismo e marxismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

CHATELET, F. *A filosofia das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

_____. *A filosofia do mundo científico e industrial (de 1860 a 1940)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

_____. *Logos e práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

CHAUÍ, M. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHEPTULIN, A. *A dialética materialista: categorias e leis da dialética*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

CHISHOLM, R. M. *Teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

CHOMSKY, N. *Linguagem e pensamento*. Petrópolis: Vozes, 1971.

CHURCHMAN, C. W. *Introdução à teoria dos sistemas*. Petrópolis: Vozes, 1971.

CLARKE, J. et al. Identificação errônea da ideologia: a ideologia no poder político e nas classes sociais [Poulantzas]. In: CENTER for Contemporary Cultural Studies (Org.) *Da ideologia: Althusser, Gramsci, Lukacs, Poulantzas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

CLASTRES, P. *La société contre l'état*. Paris: Minuit, 1974.

COELHO, P. A. (Coord.) *Os anarquistas julgam Marx*. São Paulo: Tempos Novos, 1987.

COELHO, T. *O que é utopia*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

COHN, G. *Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de M. Weber*. São Paulo: TAO, 1979.

_____. (Org.) *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Nacional, 1978.

COLFAX, J. D., ROACH, J. L. (Orgs.) *Radical sociology*. New York: Basic, 1971.

COLI, J. *O que é arte*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CONTRERAS, B. E. *Planificación comunitaria*. Quito: Ciespal, 1984.

COOPER, D. (Org.) *Dialética da libertação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

CORVEZ, M. *Los estructuralistas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1972.

COSER, L. *Nuevos aportes a la teoría del conflicto social*. Buenos Aires: Amorrortu, 1970.

COSER, A. *The function of social conflict*. New York: Humanities Press, 1964.

COSTA, C. T. *O que é anarquismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COULSON, W. R., ROGERS, C. R. *O homem e a ciência do homem*. Belo Horizonte: Interlivros, 1973.

COUTINHO C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

_____. *Democracia como valor universal*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

CUNHA, H. P. Introdução à leitura hermenêutica. *Tempo Brasileiro*, n. 50, p. 27-36, jul. 1977.

DAHRENDORF, R. *Sociedad y libertad: hacia un analisis sociológico de la actualidad*. Madrid: Tecnos, 1971.

_____. *Ensaio de teoria da sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

_____. *Homo sociologicus. Ensaio...*

_____. *Os valores e a ciência social. Ensaio...*

_____. *Além da utopia. Ensaio...*

_____. *A sociologia e o sociólogo: sobre o problema da teoria e da prática. Ensaio...*

_____. *Incerteza, ciência e democracia. Ensaio...*

_____. *Sociologia y sociología*. Madrid: Tecnos, 1966.

DAL PRA, M. *La dialéctica en Marx*. Barcelona: Martinez Roca, 1971.

DA MATTA, R. *Ensaio de antropologia estrutural*. Petrópolis: Vozes, 1973.

_____. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. *A casa & a rua*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

DAVEIRA, A. S. *A fala do povo: a reprodução do conhecimento no saber popular*. Petrópolis: Vozes, 1985.

DAVIES, J. C. Eine Theorie der Revolution. In: ZAPF, W. *Theorien des sozialen Wandels*. Berlin: Kiepenheuer & Witsch, 1969.

DAVIS, J. A. *Levantamento de dados em sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

D' AZEVEDO, M. O. *Teoria da informação*. Petrópolis: Vozes, 1971.

_____. *Cibernética e vida*. Petrópolis: Vozes, 1972.

DEBRAY, R. *Critique de la raison politique*. Paris: Gallimard, 1981.

DEMO, P. *Introdução à metodologia da ciência*. São Paulo: Atlas, 1985.

_____. *Sociologia: uma introdução crítica*. São Paulo: Atlas, 1985.

_____. *Ciências sociais e qualidade*. São Paulo: Almed, 1985.

_____. *Intelectuais e vivaldinos: da crítica acrítica*. São Paulo: Almed, 1982.

DEMO, P. *Investigación participante: mito y realidad*. Buenos Aires: Kapelusz, 1985.

_____. *Participação é conquista: noções de política social participativa*. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. *Avaliação qualitativa*. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. *Pobreza política*. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. *Pesquisa educacional na América Latina e no Caribe: tentativa de síntese e de discussão*. Brasília: Orealc, Ipea/Iplan, jul. 1987. 122 p. Mimeografado.

_____. *Notas gerais sobre indicadores sociais. In: Indicadores educacionais no contexto do desenvolvimento social (textos selecionados)*. Brasília: MEC/SG.

_____. *Ciência, ideologia e poder: uma sátira às ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1988.

_____. *A universidade precisa renascer. Cadernos de Pesquisa*, maio 1986.

DEUS, J. D. (Org.) *A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

DEUTSCH, K. W. *Los nervios del gobierno*. Buenos Aires: Raidos, 1966.

DIAS, M. E. B. *A dialéctica do cotidiano*. São Paulo: Cortez, 1982.

DION, M. *Sociologia e ideologia*. Lisboa: Prelo, 1974.

DIRKS, W. et al. Existenzwissen. *Frankfurter Hefte*, Extra 5, Mai 1983.

DIXON, B. *Para que serve a ciência?* São Paulo: Nacional, 1976.

DIXON, K. *Sociological theory: pretence and possibility*. Hampshire: Routledge & Kegan Paul, 1973.

DOMES, J. *China nach der Kulturrevolution*. Stuttgart: Enke, 1975.

DOUGLAS, M., ed. *Rules and meAning*. London: Chaucer, 1973.

DOUGLAS, M., (Org.) *Understanding everyday life*. Hampshire: Routledge & Kegan Paul, 1971.

DREITZEL, H. P. et al. *Tecnocracia e ideologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

DUARTE JR., J. F. *O que é realidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DUERR, H. P. *Traumzeit: Ueber die Grenzen zwischen Wildnis und Zivilisation*. Stuttgart: EVA, 1983.

DUMONT, L. *Homo aequaliz: genèse et épanouissement de l'idéologie économique*. Paris: Gallimard, 1977.

DUMONT, R. *A utopia ou a morte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

DURHAM, E. R. *A reconstrução da realidade*. São Paulo: Ática, 1978.

EASTON, D. *Uma teoria de análise política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

ECO, H. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

_____. *As formas do conteúdo*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

ELLUL, J. *Mudar de revolução: o inelutável proletariado*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Lisboa: Estampa, 1971.

ERZGRAEBER, W. *Utopie and Antiutopie*. Frankfurt: Fink, 1980.

ESCOBAR, C. H. (Org.) *Psicanálise e ciência da história*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

_____. *As ciências e a filosofia*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

_____. *Ciência da história e ideologia*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *Resposta a Carpeaux* estruturalismo. *Tempo Brasileiro*, n. 15/16.

FALEIROS, V. P. *Saber profissional e poder institucional*. São Paulo: Cortez, 1985.

FARIAS, E. Recensão do "The social system". *American Sociological Review*, n. 18, p. 105, 1953.

FATALIEV, K. *O materialismo dialético e as ciências da natureza*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

FEINBERG, J. *Filosofia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

FERNANDES, F. *O que é revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: Nacional, 1967.

_____. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

FERRARI, A. T. *Metodologia da pesquisa científica*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1973.

FERRAROTTI, F. *Uma sociologia alternativa: da sociologia como técnica do conhecimento à sociologia crítica*. Porto: Afrontamento, 1972.

FEYERABEND, P. *Contra o método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

FEYERABEND, P. Consolando o especialista. In: LAKATOS, I., MUSGRAVE, A. (Org.) *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix, 1979.

_____. Problemas da microfísica. In: MORGENBESSER, S. (Org.) *Filosofia da ciência*. São Paulo: Cultrix, 1975.

_____. *Erkenntnis fuer freie Menschen*. Frankfurt: Suhrkamp, 1979.

_____. Der Mythos von der Vernunft und einige seiner juengsten Schwierigkeiten. In: —. *Erkenntnis...*

_____. Das Vorherrschen der Wissenschaft braucht die Demokratie. In: —. *Erkenntnis...*

_____. Die seltsame Geschichte von der Astrologie. In: —. *Erkenntnis...*

_____. Laien koennen und muessen die Wissenschaft ueberwachen. In: —. *Erkenntnis...*

FILMER, P. et al. *New directions in sociological theory*. New York: Collier Mcmillan, 1972.

FINE, B. HARRIS, L. *Para reler O capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FLEISCHMANN, E. et al. *Estruturalismo y antropologia*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1971.

FOUCAULT, M, DELEUZE, G. Os intelectuais e o poder. In: —. ESCOBAR, C. H. (Org.) *Psicanálise e ciência da história*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

FOUCAULT, M. et al. *Estruturalismo (antologia)*. São Paulo: Martins Fontes, [19--].

_____. *As ciências humanas*. In: — *Estruturalismo...*

_____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1971.

FOULQUIÉ, P. *A dialética*. Lisboa Mem Martins: Europa-América, 1978.

FRANK, A. G. *Sociología del desarrollo y subdesarrollo de la sociología*. Barcelona: Anagrama, 1971.

FREITAG, B. *Política educacional e indústria cultural*. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. ROUANETT, S. P. *Habermas*. São Paulo: Ática, 1980.

_____. *A teoria crítica: ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *Sociedade e consciência: um estudo piagentino na favela e na escola*. São Paulo: Cortez, 1984.

FREUND, J. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense, 1975.

FREYER, H. *Sociologia: ciência de la realidad*. Buenos Aires: EUBA, 1946.

FRIEDMAN, Y. *Machbare Utopien: Absage an geläufige Zukunftsmodelle*. Frankfurt: Fisher Alternativ, 1979.

FROMM, E. *Haben oder Sein: die seelischen Grundlagen einer neuen Gesellschaft*. Deutsche: Verlagsanstalt, 1976.

FUGLESANG, A. *About understanding: ideas and observations on cross-cultural communication*. Estocolmo: Motala, 1982.

FURTER, P. *Dialética da esperança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTH, H. G. *Piaget e o conhecimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

GABORIAU, M. et al. *Estructuralismo y historia*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1972.

_____. Antropología estructural y historia. In: — *Estructuralismo y...*

GADAMER, H. G. Rhetorik, Hermeneutik und Ideologiekritik. In: HABERMAS, J. et al. (Org.) *Hermeneutik und Ideologiekritik*. Frankfurt: Suhrkamp, 1973.

_____. VOGLEN, P. (Org.) *Die neue Anthropologie*. Tübingen: G. Thieme, 1973. v. 4, 6, 7.

_____. *Wahrheit und Methode*. Tübingen: Mohr, 1965.

GAJARDO, M. *A pesquisa participante na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GALTUNG, J. *Teoría y métodos de la investigación social*. Buenos Aires: Universidad Buenos Aires, 1966. 2 v.

_____. *Methodologie und Ideologie*. Frankfurt: Suhrkamp, 1978. v. 1.

GALVÃO, L. A. *Marx & Marx*. São Paulo: Ática, 1977.

GAMBAZZI, P. Estrutura da práxis e análise do Capital. *Tempo Brasileiro*, n. 25, p. 16-56, 1970.

GARAUDY, R. Estruturalismo e a "morte do homem". In: BALLETT, R. et al. *Estruturalismo e marxismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. *O projeto esperança*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1978.

GARFINKEL, H. *Studies in ethnomethodology*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1967.

GAUDEMAR, P. Acontecimento, estrutura, historia: limites del rol del pensamiento formal em ciencias humanas. In: GABORIAU, M. et al. *Estructuralismo y historia*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1972.

GIANNOTTI, J. A. Contra Althusser. *Teoria e Prática*, n. 3, p. 66-82, abr. 1968.

_____. *Origens da dialética do trabalho*. São Paulo: Difel, 1966.

GIANNOTTI, J. A. *Filosofia miúda e demais aventuras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *A universidade em ritmo de barbárie*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GIDDENS, A. *Novas regras do método sociológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. *Positivism and sociology*. Londres: Heinemann, 1974.

GIEGEL, H. J. Reflexion und Emanzipation. In: HABERMAS, J. et al. (Org.) *Hermeneutik und Ideologiekritik*. Frankfurt: Suhrkamp, 1973.

GILLY, A. *Sacerdotes e burocracia: introdução ao socialismo real*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GIZYCKI, H., HABICHT, H. (Orgs.) *Oasen der Freiheit: von der Schwierigkeit der Selbstbestimmung*. Frankfurt: Fischer Alternativ, 1979.

GLASER, H., STAHL, K. H. *Die Wiedergewinnung des Aesthetischen*. Stuttgart: Juventa, 1974.

GLUCKSMANN, A. Um estruturalismo ventríloquo. *Tempo brasileiro*, n. 25, p. 86-124, 1970.

_____. *Althusser: uN estruturalismo ventríloquo*. Barcelona: Anagrama, 1971.

GODELIER, M. et al. *Epistemologia y marxismo*. Barcelona: Martinez Roca, 1974.

_____, SEVE, L. *Lógica dialéctica y análisis de las estructuras*. Barcelona: Calden, 1973.

_____. Notas sobre o conceito de estrutura e contradição. In: FOUCAULT, M. et al. *Estruturalismo*. São Paulo: Martins Fontes, [19--].

_____. História, estrutura e contradição em "O capital". In: POUILLON, J. et al. *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. *Racionalidade e irracionalidade da economia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, [19--].

GOLDMANN, L. *Dialética e ciências humanas*. Lisboa: Presença, 1972. 2 v. 1973.

_____. *Ciências humanas e filosofia: o que é sociologia?* São Paulo: Difel, 1980.

_____. *A criação cultural da sociedade moderna*. São Paulo: Difel, 1972.

_____. *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. *Sciences humaines et philosophie: pour un structuralisme génétique*. Paris: Médiations, 1966.

_____. *O que é sociologia?* São Paulo: Difel, 1974.

GONZALEZ, H. *O que são intelectuais*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GOODE, W. J., HATT, P. K. *Métodos em pesquisa social*. São Paulo: Nacional, 1973.

GORMAN, R. A. *A visão dual: A. Schutz e o mito da ciência social fenomenológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

GOULDNER, A. *The coming crisis of western sociology*. Londres: Heinemann, 1971.

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *A formação dos intelectuais*. Venda Nova Amadora, Rodrigues Xavier, 1972.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

GRANGER, G. Acontecimiento y estructura em las ciencias humanas. In: GABORIAU, M. et al. *Estructuralismo y historia*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1972.

_____. *Pensamento formal e ciências do homem I e II*. Lisboa: Presença, 1976.

GREGORI, W. *Cibernética social*. São Paulo: Cortez, 1984.

GREIMAS, A. J., LANDOWSKI, E. *Análise do discurso em ciências sociais*. São Paulo: Global, 1986.

GREIMAS, A. J. Estrutura e história. In: POUILLON, J. et al. *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

GREENWOOD, E. *Experimental sociology: a study in method*. New York: Humanities, 1945.

GRESSLER, L. A. *Pesquisa educacional*. São Paulo: Loyola, 1983.

GROSSI, F. V. Sociopolitical implications of participatory research. *Convergence*, v. 14, n. 3, 44 ss, 1981.

GUEDEZ, A. *Foucault: iniciação ao debate*. São Paulo: Edusp, 1972.

GUILLAUMAUD, J. *Cibernética e materialismo dialético*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

GUIMARÃES, A. Z. (Ed.) *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

GURVITCH. *Dialéctica y sociología*. Madrid: Alianza, 1971.

_____. *Os quadros sociais do conhecimento*. Lisboa: Moraes, 1969.

HAAG, F. et. al. (Org.) *Aktionsforschung*. Stuttgart: Juventa, 1972.

HABERMAS, J. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HABERMAS, J. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *Theorie des kommunikativen Handelns*. Frankfurt: Suhrkamp, 1981, v. 2.

_____. *Die neue Unuebersichtlichkeit*. Frankfurt: Suhrkamp, 1985.

_____, LUHMANN, N. *Theorie der Gesellschaft oder Sozialtechnologie*. Frankfurt: Suhrkamp, 1971.

_____, et al. *Hermeneutik und Ideologiekritik*. Frankfurt: Suhrkamp, 1973.

_____. Zu Gadammers "Wahrheit und Methode". In: — *Hermeneutik...*

_____. Der Universalitätsanspruch der Hermeneutik. In: — *Hermeneutik...*

_____. *Technik und Wissenschaft als "Ideologie"*. Frankfurt: Suhrkamp, 1969.

_____. *Zur Logik der Sozialwissenschaften*. Frankfurt: Suhrkamp, 1970.

HALL, S. O interior da ciência: ideologia e "sociologia do conhecimento". In: Center for Contemporary Cultural Studies (Org.). *Da ideologia: Althusser, Gramsci, Lukacs, Poulantzas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

_____. et al. Política e ideologia: Gramsci. In: Center for Contemporary Cultural Studies (Org.). *Da ideologia...*

HARNECKER, M. *Os conceitos elementais do materialismo histórico*. Santiago: Editorial Universitario, 1971.

_____. *Los conceptos elementales del materialismo histórico*. Buenos Aires: Siglo 21, 1972.

HARRÉ, R. (Org.) *Problemas da revolução científica*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

HAVEMANN, R. *Dialética sem dogma*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

HAWTHORN, G. *Iluminismo e desespero: uma história da sociologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HEGEL, G. W. *Textos dialéticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

HEGENBERG, L. *Etapas da investigação científica*. São Paulo: Edusp, 1976, v. 1.

HEIMANN, H. *Theorie ohne Praxis: Sozialwissenschaft zwischen Gegenreform und Antireformismus*. Stuttgart: EVA, 1977.

HELLER, A. *Para mudar a vida: felicidade, liberdade, democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

HEMPEL, C. G. *Filosofia da ciência natural*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

_____. Explicação científica. In: MORGENBESSER, S. (Org.) *Filosofia da ciência*. São Paulo: Cultrix, 1975.

HENKIN, L. Verdade e demonstrabilidade. In: MORGENBESSER, S. (Org.) *Filosofia da ciência*. São Paulo: Cultrix, 1975.

HENNICKE, P. (Org.) *Problem des Sozialismus und der Uebergangsgesellschaften*. Frankfurt: Suhrkamp, 1973.

HENTIG, H. *Magier oder Magister? Über die Einheit der Wissenschaft im Verstaendigungsprozess*. Frankfurt: Suhrkamp, 1974.

HERBERT, T. Notas para uma teoria geral das ideologias. In: ESCOBAR, C. H. (Org.) *Psicanálise e ciência da história*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

HESEN, J. *Teoria do conhecimento*. Coimbra: Arménio Amado, 1968.

HINDESS, B., HIRTS, P. Q. *Modos de produção pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

HOCHKEPPEL, W., (Org.) *Soziologie zwischen Theorie und Espirie*. Frankfurt: Nymphenburger, 1970.

HORKHEIMER, M. *Die Sehnsucht nach dem ganz Andern*. Berlim: Furche, 1970.

HOWTHORN, G. *Iluminismo e desespero: uma história da sociologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HUBIG, C. *Dialektik und Wissenschaftslogik*. Stuttgart: De Gruyter, 1978.

HUME, D. *Investigação acerca do entendimento humano*. São Paulo: Edusp, 1972.

HYPOLITE, J. O "científico" e o "ideológico" sob uma perspectiva marxista. *Tempo Brasileiro*, n. 25, p. 19-28, 1970.

IDATE, P. *Chaves da cibernética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

ILLICH, I. *Selbstbegrenzung: eine politische Kritik der Technik*. Frankfurt: Rowohlt, 1975.

_____. *Sociedade sem escolas*. Petrópolis: Vozes, 1979.

JANICH, P. et al. *Wissenschaftstheorie als Wissenschaftskritik*. Stuttgart: Aspekte, 1974.

JAPIASSU, H. F. *Para ler Bachelar*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

_____. *O mito de neutralidade científica*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

_____. *Introdução ao pensamento epistemológico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

_____. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JOUHY, E. *Bleiche Herrschaft: dunkle Kulturen*. Stuttgart: [s.n.], 1985.

KANBARTEL, F. Erkennen und Handeln; methodologische Analysen zur Ethik, In: GADAMER, H. G. VOGLEN, P. (Orgs.) *Die neue Anthropologie*. Tübingen: G. Thieme, [19--]. p. 289-304. B. 7.

KAPLAN, A. *A conduta na pesquisa: metodologia para as ciências do comportamento*. São Paulo: Herder, 1972.

KAUFMANN, F. *Metodologia das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

KELLERMANN, P. *Kritik einer Soziologie der Ordnung*. Frankfurt: Rombach, 1967.

KERLINGER, F. N. *Metodologia da pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Edusp, 1980.

KNELLER, G. F. *A ciência como atividade humana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

KOENIG, R. El problema de los juicios de valor en Max Weber. In: PARSONS, T. et al. *Presencia de Max Weber*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1971.

_____. Werturteilsfreiheit bei Max Weber. *Koelner Zeitschrift fuer Soziologie* v. 16, 1964.

KOFLER, L. *Soziologie des Ideologischen*. Berlin: Kohlhammer, 1975.

KOLAKOWSKI, L. *Positivist philosophy: from Hume to the Vienna Circle*. Harmondsworth: Penguin, 1972.

KON, K. S. *Der Positivismus in der Soziologie*. München: DEB, 1973.

KONDER, L. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

KOPNIN, P. V. *A dialética como lógica e teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Fundamentos lógicos da ciência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KOURGANOFF, V. *A pesquisa científica*. São Paulo: Difel, 1961.

KOZYR-KOWALSKI, S. Weber y Marx. In: PARSONS, T. et al. *Presencia de Max Weber*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1971.

KRAFT, V. Geschichtsforschung als strenge Wissenschaft. In: TOPITSCH, E. (Org.) *Logik der Sozialwissenschaften*. Köln-Merlin: Kiepenheuer & Witsch, 1965.

KRIEGEL, A. *Um comunismo diferente?* Lisboa: Antônio Ramos, 1978.

KUHN, T. S. Lógica da descoberta ou psicologia da pesquisa. In: LAKATOS, I., MUSGRAVE, A. (Orgs.) *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix, 1979.

_____. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LABROUSSE, E. et al. *Sistema e liberdade: estrutura social e história*. Lisboa: Presença, 1968.

LACLAU, E. *Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAING R., COOPER, D. G. *Razão e violência*. Petrópolis: Vozes, 1976.

LAKATOS, E. M. MARCONI, M. A. *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1982.

_____. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1982.

LAKATOS, I., MUSGRAVE, A. (Org.) *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix, 1979.

LAMBERT. K., BRITTAN, G. G. *Introdução à filosofia da ciência*. São Paulo: Cultrix, 1972.

LASSWELL, H. Das Quantitative und das Qualitative in Politik – und rechtswissenschaftlichen Untersuchungen. In: TOPITSCH, E. (Org.) *Logik der Sozialwissenschaften*. Köln-Merlin: Kiepenheuer & Witsch, 1965.

LATIL, P. de. *O pensamento artificial*. São Paulo: Ibrasa, 1973.

LATOUCHE, S. *Análise econômica e materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

LAZARFELD, P. F. *A sociologia*. Lisboa: Bertrand, 1970.

_____. Medição. In: PARSONS, T. (Org.) *A sociologia americana: perspectivas, problemas, métodos*. São Paulo: Cultrix, 1970.

_____. Wissenschaftslogik und empirische sozialforschung. In: TOPITSCH, E. (Org.) *Logik der Sozialwissenschaften*. Köln-Merlin: Kiepenheuer & Witsch, 1965.

LEACH, E. *Lévi-Strauss, antropólogo y filósofo*. Barcelona: Anagrama, 1970.

LEÃO, E. C. *Aprendendo a pensar*. Petrópolis: Vozes, 1977.

LEDERER, K. (Ed.) *Human needs*. Königstein: Gunn & Hain, 1980.

LEDUC. V. et al. *Ciências da linguagem e ciências humanas*. Lisboa: Presença, s.d.

LEFÈBVRE, H. *Materialismo dialético e sociologia*. Lisboa: Presença, [19--].

LEFÈBVRE, H. *Sociologia de Marx*. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

_____. *Lógica formal, lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. Reflexiones sobre el estructuralismo y la historia. In: GABORIAU, M. et al. *Estructuralismo y historia*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1972.

_____. O conceito de estrutura em Marx. In: BASTIDE, R. (Coord.) *Usos e sentidos do termo "estrutura"*. São Paulo: Edusp, 1971.

_____. Lévi-Strauss y el nuevo eleatismo. In: BONOMI, A. et al. *Estructuralismo y filosofía*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1971.

LENINE, V. I. *A comuna de Paris*. Lisboa: Avante, 1975.

LEONHARD, W. *Die Dreispaltung des marxismus*. München: Econ, 1970.

LEPARGNEUR, H. *Antropologia do prazer*. Campinas: Papyrus, 1985.

LÉPINE, C. *O inconsciente na antropologia de Lévi-Strauss*. São Paulo: Ática, 1974.

LÉVI-STRAUSS, C. et al. *El proceso ideológico*. México: Tiempo Contemporaneo, 1971.

_____. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

_____. *Antropologia estrutural II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

_____. *Antropologie structurale deux*. Paris: Plon, 1967.

_____. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Edusp, 1970.

_____. *L'Arc Documentos*. São Paulo: Documentos, 1968.

_____. *El oso y el barbero*. Barcelona: Anagrama, 1970.

_____. A noção de estrutura em etnologia. *Tempo Brasileiro*, n. 15/16, 1972.

_____. *Le cru et le cuit*. Paris: Plon, 1974.

_____. Aula inaugural. In: LIMA, L. C. (Org.) *O estruturalismo de Lévi-Strauss*. Petrópolis: Vozes, 1970.

_____. Philosophie et anthropologie. *Cahiers de Philosophie*, n. 1, 1966.

_____. *Tristes trópicos*. São Paulo: Anhembi, 1957.

LIDSKY, P. *Los escritores contra la Comuna*. Buenos Aires: Siglo 21, 1971.

LIMA, L. C. (Org.) *O estruturalismo de Lévi-Strauss*. Petrópolis: Vozes, 1970.

_____. *Mimesis e modernidade: formas das sombras*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

LIMA, L. O. *Por que Piaget?: a educação pela inteligência*. São Paulo: Senad, 1980.

- LIMA, L. O. *Mutações em educação segundo McLuhan*. Petrópolis; Vozes, 1971.
- LOBROT, M. *A favor ou contra a autoridade*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- LOEW, K. *Ausbeutung des Menschen durch den Menschen*. Stuttgart: DIV, 1974.
- LOPES, J. L. *Ciência e libertação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *La ciencia y el dilema de América Latina: dependencia o liberación*. Buenos Aires: Siglo 21, 1972.
- LOWY, M. *Método dialético e teoria política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- _____. *Para una sociología de los intelectuales revolucionários*. Buenos Aires. Siglo 21, 1978.
- LUHMANN, N. *Zweckbegriff und Systemrationalitaet*. Frankfurt: Suhrkamp, 1977.
- _____. *Soziologische Aufkalarung*. Frankfurt: Westdeutscher, 1974. vol. 3.
- LUKACS, G. *História e consciência de classe*. Lisboa: Escorpião, 1974.
- LUXEMBURG, R. de. *Reforma, revisionismo e oportunismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- LYRA, P. *Literatura e ideologia*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- MACHADO, R. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- MACKENZIE, W. J. M. Modelos de tomada de decisão coletiva. In: ANOHIN, P. K. et al. *Teoria de sistemas*. Rio de Janeiro: FGV, 1976.
- MACKENZIE, W. *A ciência política*. Lisboa: Bertrand, 1970.
- MACRAE, D. G. *As idéias de Max Weber*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- MAFFESOLLI, M. *A conquista do presente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- _____. *Lógica da dominação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MAGEE, B. *As idéias de Popper*. São Paulo: Cultrix, 1974.
- MALATESTA, E. *Anarquia e outras ensaios*. São Paulo: Novos Tempos, 1987.
- MALINOWSKI, B. *Uma teoria científica da cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- MANDEL, E. *Marxismo revolucionário atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *Crítica do eurocomunismo*. Lisboa: Antídoto, 1977.
- MANN, P. H. *Métodos da investigação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- MANNHEIM, K. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- _____. *Wissenssoziologie*. Berlin: Luchterhand, 1970.
- MARAVALL, J. M. *La sociologia de lo posible*. Buenos Aires: Siglo 21, 1972.
- MARC-LIPIANSKY, M. *Le structuralisme de Lévi-Strauss*. Paris: Payot, 1973.
- MARCUSE, H. *Reason and revolution: Hegel and the rise of social theory*. New York: Humanities, 1954.
- _____. *Ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- _____. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- _____. Industrialización y capitalismo en la obra de Max Weber. In: PARSONS, T. et al. *Presencia de Max Weber*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1971.
- _____, POPPER, K. R. *Revolution oder Reform?: eine Konfrontation*. Berlin: Koesel, 1971.
- _____. *Zum Problem der Dialektik*. Die Gessellschaft, n. 17, p. 27-28, 1930.
- _____. *Soviet marxism*. New York: Columbia University Press, 1960.
- _____. *Zur Geschichte der Dialektik*. In: _____ *Sowjetsystem und demokratische gesellschaft*. München: Herder, 1966. v. 1.
- MARKOVIC, M. *Dialektik der praxis*. Frankfurt: Suhrkamp, 1971.
- MARINHO, P. *A pesquisa em ciências humanas*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- MARROU, H. I. *Do conhecimento histórico*. Lisboa: Aster, 1974.
- MARX, K. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa: Estampa, 1973.
- _____. *Sociedade e mudanças sociais*. Lisboa: Edições 70, 1970.
- _____. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- MARX/ENGELS. *Werke*. Berlin Oriental: Dietz, 1983. vol. 23.
- _____. *Obras escogidas*. Madrid: Ayuso, 1975. 2 v.
- MASTERMANN, M. A natureza de um paradigma. In: LAKATOS, I., MUSGRAVE, A. (Orgs.) *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix, 1979.
- MATOS, A. M. (Coord.) *Sociologia nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: FGV, 1971.
- MAUSS, M. *Sociología y antropología*. Madrid: Tecnos, 1971.
- MAYNTZ, R. Soziologie in der Eremitage?: Kritische Bemerkungen zum Vorwurf des Konservantismus der Soziologie. In: TOPITSCH, E. (Org.) *Logik der Sozialwissenschaften*. Köln-Merlin: Kiepenheuer & Witsch, 1965.

McDONOUGH, R. A. A ideologia como falsa consciência: Lukacs. In: CENTER FOR CONTEMPORARY CULTURAL STUDIES. *Da ideologia: Althusser, Gramsci, Lukacs, Poulantzas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

McLENNAN, G. et al. A teoria de Althusser sobre ideologia. In: CENTER FOR CONTEMPORARY CULTURAL STUDIES. *Da ideologia: Althusser, Gramsci, Lukacs, Poulantzas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

MEEK, R. L. *Economia & ideologia: o desenvolvimento do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

MEKINNEY, J. C. *Tipología constructiva y teoria social*. Buenos Aires: Paidós, 1968.

MERQUIOR, J. G. *A estética de Lévi-Strauss*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

_____. *As idéias e as formas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

_____. *A natureza do processo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

MERTON, R. K. *Social theory and social structure*. New York: The Free Press, 1968.

MEYER-ABICH, K. M., BIRNBACHEL, D. (Orgs.) *Was braucht der Mensch, um gluecklich zu sein: Beduerfnisforschung und Konsumkritik*. München: Beck, 1979.

MILLS, C. R. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MITCHELL, W.C. *Sociological analysis and politics*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1967.

MOLES, A. *A criação científica*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

MORAZÉ, C. *A lógica da história*. São Paulo: Difel, 1970.

MORGENBESSER, S. (Org.) *Filosofia da ciência*. São Paulo: Cultrix, 1975.

MORICK, H. (Org.) *Challenges of western sociology*. Londres: Heinemann, 1972.

_____. (Org.) *Challenges to empiricism*. Califórnia: Wadsworth, 1972.

MOSCOVI, S. *Sociedade contra natureza*. Petrópolis: Vozes, 1975.

MOSER, H. *Methoden der Aktionsforschung*. Berlim: Koesel, 1977.

_____. ORNAUER, H. (Org.) *Internationale aspekte der aktionsforschung*. Stuttgart: Koesel, 1978.

MOULOU, N. O método das ciências de estruturas e os problemas do conhecimento racional. In: BALLE, R. et al. *Estruturalismo e marxismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MOURA, C. *A sociologia posta em questão*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

MOURÃO, G. M. *A invenção do saber*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MUTTI, A. SEGATTI, P. *A burguesia de Estado: estrutura e funções da empresa pública*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MYRDAL, G. *O valor em teoria social*. São Paulo: Pioneira, 1965.

NAGEL, E. *La lógica metafísica*. Madrid: Tecnos, 1974.

_____. *Ciência: natureza e objetivos*. In: MORGENBESSER, S. (Org.) *Filosofia da ciência*. São Paulo: Cultrix, 1975.

NEURATH, O. *Wissenschaftliche Weltauffassung: Sozialismus und sozialer Empirismus*. Frankfurt: Suhrkamp, 1979.

NEVES, F. B. *O paradoxo do coringa e o jogo do poder & do saber*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

NICOLÁS, J. D. *Sociología entre el funcionalismo y la dialéctica*. Barcelona: Guadiana, 1971.

NICOLAUS, M. *El Marx desconocido: proletariado y clase media en Marx*. Barcelona: Anagrama, 1972.

OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica da razão dualista. *Seleções Cebrap*. São Paulo: Brasiliense, n. 1, 1975.

OLIVEIRA, R. C. Estruturalismo e estruturalistas na antropologia social. *Tempo Brasileiro*, n. 15/16, 1972.

OLIVEIRA, R. D., OLIVEIRA, M. D. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, C. R. (Org.) *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

O'MALLEY, J. B. *Sociology of meaning*. Londres: Human Context, 1970.

OPP, K. D. *Methodologie der Sozialwissenschaften und Positivismis*. Frankfurt: Rororo, 1976.

CSAKADE, H. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Kayrós, 1979.

OS PRÉ-SOCRÁTICOS: *fragmentos, doxografia e comentários*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

RACI, E. O significado do homem em Marx e Husserl. A crise do pensamento moderno/2. *Tempo Brasileiro*, n. 23/24, 1970.

_____. *The functions of the sciences and the meaning of man*. Evanston: Northwestern University Press, 1972.

PARETO, V. *Trattato di sociologia generale*. Milão: [S.N.], 1964.

PARSONS, T. *Societies: evolutionary and comparative perspectives*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966.

_____. *The social system*. New York: Free, Glencoe, 1951.

_____. et al. *Presencia de Max Weber*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1971.

_____. (Org.) *A sociologia americana: perspectivas, problemas, métodos*. São Paulo: Cultrix, 1970.

_____. *Social structure and personality*. New York: Free, Glencoe, 1964.

_____. Grundzuege einer strukturell-funktionalen theorie sozialer systeme. In: RUESCHENMEYER, D. (Org.) *Beitraege zur soziologischen Theorie*. Berlim: Luchterhand, 1964.

_____. Psychoanalysis and social science. In: ALEXANDER, R. ROSS, H. (Orgs.) *20 years of psychoanalysis*. New York: Humanities, 1953.

_____. Psychology and sociology. In: GILLIN, J. (Org.) *For a science of social man*. New York: Humanities, 1954.

_____. Evolución y objectividad en el ámbito de las ciencias sociales: una interpretación de los trabajos de Max Weber. In: PARSONS, T. et al. *Presencia de Max Weber*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1971.

_____. BALES, M. *Family, socialization and interaction process*. New York: Free, Glencoe, 1955.

_____. SHILS, E. A. Values, motives and systems of action. In: _____ *Toward a general theory of action*. Cambridge, Harvard University Press, 1951.

PECHEUX, M., FICHANT, M. *Sobre a história das ciências*. Lisboa: Estampa, 1971.

PEIXOTO, N. B. *A sedução da barbárie; o marxismo na modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PELZ, W. *The scope of understandig*. Hampshire: Routledge & Kegan Paul, 1974.

PEREIRA, O. *O que que é teoria*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PERLMAN, J. E. *O mito da marginalidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PERROUX, F. *Aliénation et société industrielle*. Paris: Gallimard, 1970.

PETITFILS, J. C. *Os socialistas utópicos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PETROVIC, G. Praxis. In: COOPER, D. (Org.) *Dialética da libertação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

PHILLIPS, D. L. *Abandoning method: sociological studies in methodology*. Londres: Jossey-Bass, 1973.

PIAGET, J. *A situação das ciências do homem no sistema das ciências*. Lisboa: Bertrand, 1970.

_____. *O estruturalismo*. São Paulo: Difel, 1970.

_____. INHELDER, B. *Gênese das estruturas lógicas elementares*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

_____. *A epistemologia genética*. Petrópolis: Vozes, 1972.

PIERSON, D. *Teoria e pesquisa em sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

PLEKHANOV, G. *A concepção materialista da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *O papel do indivíduo na história*. Venda Nova, Amadora: Rodrigues Xavier, 1971.

POPITZ, H. *El hombre alienado*. Montevideo: SUR, 1971.

POPPER, K. R. *The logic of scientific discovery*. Londres: Hutchinson, 1965.

_____. *El desarrollo del conocimiento científico: conjeturas y refutaciones*. Buenos Aires: Paidós, 1967.

_____. Que es la dialéctica? In: _____ *El desarrollo del conocimiento científico: conjeturas y refutaciones*. Buenos Aires: Paidós, 1967.

_____. *The open society and its enemies*. Hampshire: Routledge & Kegan Paul, 1972. 2 v.

_____. *La miseria del historicismo*. Madrid: Alianza Taurus, 1973.

_____. *Objective knowledge: an evolutionary approach*. Oxford: Clarendon, 1972.

_____. *Conocimiento objetivo*. Madrid: Tecnos, 1974.

_____. POUILLON, J. et al. *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

POULANTZAS, N. *O Estado em crise*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____. Para uma dialéctica da realidade: Sartre, Lévi-Strauss, Althusser. A crise do pensamento moderno/1. *Tempo Brasileiro*, n. 17/18.

PRADO JR., C. *Dialética do conhecimento*. São Paulo: Brasiliense, 1969, 2 v.

_____. *Introdução à dialéctica*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. História quantitativa e método da historiografia. *Debate & Crítica*, jul. 1975.

PRADO JR., C. *Estruturalismo de Lévi-Strauss, marxismo de L. Althusser*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

PRIETO, C. D. *El autodiagnóstico comunitario*. Quito: Ciespal, 1984.

PRIM, R., TILMANN, H. *Grundlagen einer kritisch-rationalen Sozialwissenschaft*. München: Quelle & Meyer, 1979.

PSATHAS, G. *Phenomenological sociology*. New York: John Wiley, 1973.

PUCHKIN, V. N. *Heurística; a ciência do pensamento criador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

QUILLIET, P. (Org.) *Introdução ao pensamento de Bachelard*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

QUINE, W. V. O. Verdade necessária. In: MORGENBESSER, S. (Org.) *Filosofia da ciência*. São Paulo: Cultrix, 1975.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. *Estrutura e função na sociedade primitiva*. Petrópolis: Vozes, 1973.

RADHAKRISHNAN, S. *Wissenschaft und Weisheit: westliches und oestliches Denken*. Stuttgart: Nymphenburguer, 1961.

RAMSTEDT, O. (Org.) *Gewaltverhaeltnis und die Ohnmacht der Kritik*. Frankfurt: Suhrkamp, 1971.

RANCIRE, J. *Sobre a teoria da ideologia: a política de Althusser*. Lisboa: Portucalense, 1971.

REICHENBACH, H. *La filosofía científica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1956.

REX, J. *Problemas fundamentais da teoria sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

RIBEIRO, D. *Utopia selvagem: saudades da inocência perdida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

RIBEIRO JR., J. *O que é positivismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *O que é magia*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RICOEUR, P. Estrutura hermenêutica. In: LIMA, L. C. (Org.) *O estruturalismo de Lévi-Strauss*. Petrópolis: Vozes, 1970.

RIEGEL, U. G. *Oeffentliche Legitimation der Wissenschaft*. Berlin: Kohlhammer, 1974.

RIGOL, N. *Sociologia do terceiro mundo*. Petrópolis: Vozes, 1977.

RILEY, M. W., NELSON, E.E. *A observação sociológica: uma estratégia para um novo conhecimento social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

RITSERT, J. (Org.) *Zur Wissenschaftslogik einer kritischen Sozialogie*. Frankfurt: Suhrkamp, 1976.

ROBINSON, J. *Liberdade e necessidade: uma introdução ao estudo da sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

ROCHER, G. T. *Parsons e a sociologia americana*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

ROSSI, P. Objectividad científica y presupuestos axiológicos. In: PARSONS, T. et al. *Presencia de Max Weber*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1971.

ROUANET, S. P. *A razão cativa: as ilusões da consciência: de Platão a Freud*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RUDÉ, G. *Ideologia e protesto popular*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

RUDNER, R. S. *Filosofia da ciência social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

RUMMEL, J. F. *Introdução aos procedimentos de pesquisa em educação*. Porto Alegre: Globo, 1981.

RUSCONI, G. E. *Teoria crítica de la sociedad*. Barcelona: Martinez Roca, 1969.

RUSSEL, B. *O impacto da ciência na sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. *Caminhos para a liberdade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

_____. *Os problemas da filosofia*. Coimbra: Arménio Amado, 1974.

RYAN, A. *Filosofia das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

SAHLINS, M. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SANDRONI, P. *O que é mais-valia*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SARTRE, J. P. *A imaginação*. São Paulo: Difel, 1973.

_____. *Questão de método*. São Paulo: Difel, 1972.

SAUL, A. M. *Avaliação emancipatória*. São Paulo: Cortez, 1988.

SAVIANI, D. *Escola e democracia*. São Paulo: Cortez, 1983.

SCHAEFFER, I. *Mao Tse-Tung: eine Einfuehrung in sein Denken*. München: Beck, 1978.

SHAFF, A. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

_____. *Entfremdung als soziales phaenomen*. München: Europaverlag, 1977.

SCHLOTTMANN, U. *Primaere und sekundaere Individualitaet*. Stuttgart: DIV, 1968.

SCHNAEDELBACH, H. *Erfahrung, Berguendung und Reflexion: Versuch ueber den Positivismus*. Frankfurt: Suhrkamp, 1971.

SCRADER, A. *Introdução à pesquisa social empírica*. Porto Alegre: Globo, 1974.

SCHUETZ, A. *Das Problem der Relevanz*. Frankfurt: Suhrkamp, 1971.

SCHUTZ, A., LUCKMANN, T. *The structures of the lifeworld*. Evanston, Northwestern University Press, 1973.

SCHWARTZMAN, S. *Ciência, universidade e ideologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SEBAG, L. *Marxismo e estruturalismo*. Lisboa: Pórtico, [19--].

SEIFFERT, H. *Marxismus und buergerliche Wissenschaft*. München, Beck, 1971.

_____. *Eifuehrung in die Wissenschaftstheorie 2*. München: Beck, 1971.

SEIXAS, C. *O espelho de Narciso: linguagem, cultura e ideologia no idealismo e no marxismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

SENGHAAS, D. *Análise de sistemas, tecnocracia e democracia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1974.

SICHERE, B. Sobre a luta ideológica. In: ESCOBAR, C. H. (Org.) *Psicanálise e ciência da história*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

SIEBEL, W. *Die logik des experiments in den sozialwissenschaften*. Berlim: Duncker & Humblot, 1965.

SILBERMANN, A. *Militanter Humanismus*. Frankfurt: Stuttgart, 1966.

SILVA, M. O. S. SOUZA, S. M. P. S. *Prática de investigação-ação*. São Paulo: Cortez, 1984.

SKIDMORE, W. *Pensamento teórico em sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

SKINNER, B. F. *O mito da liberdade*. Rio de Janeiro: Bloch, 1972.

SLATER, P. *Origem e significado da escola de Frankfurt*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SMART, B. *Sociologia, fenomenologia e análise marxista: uma discussão crítica da teoria e da prática de uma ciência da sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SOFRI, G. *O modo de produção asiático: história de uma controvérsia marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SOHN-RETHEL, A. *Geistige und koerperliche Arbeit*. Frankfurt: Suhrkamp, 1972.

_____. *Warenform und Denkform*. Stuttgart: Europaeische Verlagsanstalt, 1971.

SONTHEIMER, K. *Das Elend unserer Intellektuellen*. Berlim: Hoffmann und Campe, 1976.

SORG, R. *Ideologietheorien: zun Verhaeltnis von gesellschaftlichen Bewusstsein und sozialer Realitaet*. Köln-Merlin: Kiepenheuer & Witsch, 1976.

SOTELO, I. *Sociología de América Latina: estructuras y problemas*. Madri: Tecnos, 1972.

SOUZA, A. C. *Ciência e ideologia em Althusser*. *Tempo Brasileiro*, n. 25, 1970.

SPINDEL, A. *O que é socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *O que é comunismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SPINNER, H. F. *Ist der kritische Rationalismus am Ende?* Berlim: Beltz, 1982.

SROUR, R. H. *Modos de produção: elementos da problemática*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

STINCHCOMBE, A. L. *La construcción de teorías sociales*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1970.

SWINGWOOD, A. *Marx e a teoria social moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

SZACHI, J. *As utopias*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

TANDON, R. Participatory research in the empowerment of people. *Convergence*, v. 14, n. 2, 1981.

TAVARES, C. A. P. *O que são comunidades alternativas*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

THERBORN, G. *La escuela de Frankfurt*. Barcelona: Anagrama, 1972.

THIOLLENT, M. *Opinião pública e debates políticos: subsídios metodológicos*. São Paulo: Polis, 1986.

_____. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1986.

_____. *Crítica metodológica: investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1980.

TJADEN, K. H. (Org.) *Soziale Systeme: Materialien zur Dokumentation und Kritik soziologischer Ideologie*. Berlim: Luchterhand, 1971.

TOPITSCH, E. (Org.) *Logik der Sozialwissenschaften*. Koln-Merlin: Kiepenheuer & Witsch, 1965.

_____. SALAMUN, K. *Ideologie: herrschaft des vor-urteils*. München: Langen Müller, 1972.

TOURAINÉ, A. *Em defesa da sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

- TOURAINÉ, A. *Was nützt die Soziologie?* Frankfurt: Suhrkamp, 1976.
- TRAUBE, K. *Wachstum oder Askese?* Kritik der Industrialisierung von Beduerfnissen. Frankfurt: Rororo, 1982.
- TRINDADE, L. S. *As raízes ideológicas das teorias sociais.* São Paulo: Ática, 1978.
- TRIPODI, T. et al. *Análise da pesquisa social.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.* São Paulo: Atlas, 1987.
- TROTSKI, L. *El nuevo curso: problemas de la vida cotidiana.* Madri: Pasado y Presente, 1974.
- ULIANOV, V. I. *Materialismo e empirocriticismo.* Lisboa: Estampa, 1971.
- ULLRICH, O. *Technik und herrschaft.* Frankfurt: Suhrkamp, 1977.
- UNGER, R. M. O estruturalismo e o futuro das ciências culturais. *Tempo Brasileiro*, n. 15/16, 1972.
- VASQUEZ, A. S. *Ciência e revolução: o marxismo de Althusser.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. *Filosofia da práxis.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- VELHO, G. (Org.) *Desvio e divergência: uma análise da patologia social.* Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- VERA, A. *Metodologia da pesquisa científica.* Porto Alegre: Globo, 1974.
- VERÓN, E. Condiciones de producción, modelos generativos y manifestación ideológica (hacia una teoría del proceso ideológico). In: LÉVI-STRAUSS, C. et al. *El processo ideológico.* México: Tiempo Contemporáneo, 1971.
- _____. *Ideologia, estrutura, comunicação.* São Paulo: Cultrix, 1970.
- VEYNE, P. *Comment on écrit l'histoire: essai d'épistémologie.* Paris: Seuil, 1971.
- VILAR, P., FRAENKEL, B. *Althusser, método histórico e historicismo.* Barcelona: Anagrama, 1968.
- _____. *Marxismo e história: polêmica com L. Althusser.* Lisboa: Praxis, 1974.
- _____. A noção de estrutura em história. In: BASTIDE, R. (Coord.) *Usos e sentidos do termo "estrutura".* São Paulo: Edusp, 1971.
- VINCENT, J. M. *La metodologia de Max Weber.* Barcelona: Anagrama, 1972.
- WATKINS, F. M. *A idade da ideologia.* Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- WATKINS, J. W. N. Contra a "ciência normal". In: LAKATOS, I., MUSGRAVE, A. (Orgs.) *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento.* São Paulo: Cultrix, 1974.
- WEATHERHALL, M. *Método científico.* São Paulo: [S.N.] 1970.
- WEBER, M. Die Objektivität sozialwissenschaftlicher Erkenntnis. In: _____ *Soziologie, weltgeschichtliche Analysen, Politik.* Frankfurt: Kroener, 1964.
- _____. *Der Sinn der Wertfreiheit der Sozialwissenschaft.* In: _____ *Soziologie, weltgeschichtliche Analysen, Politik.* Frankfurt: Kroener, Verlag 1964.
- WEFFORT, F. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1985.
- WEHLING, A. *Os níveis de objetividade histórica.* Lisboa: Alpha, 1975.
- WELLMER, A. *Kritische Gesellschaftstheorie und Positivismus.* Frankfurt: Suhrkamp, 1969.
- WIEHN, E. *Intellektuelle in Politik und Gesellschaft.* Berlin: Enke, 1971.
- WIENER, N. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos.* São Paulo: Cultrix, 1973.
- WILLER, D. *La sociologia científica: teoria y método.* Buenos Aires: Amorrortu, 1970.
- WOLFF, R. P. *In defense of anarchism.* New York: Harper & Row, 1970.
- YOUNG, O. R. *Introdução à análise de sistemas políticos.* Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- ZAPF, W. *Theorien des Sozialen Wandels.* Berlin: Kippenheuer & Witsch, 1969.
- ZEITLIN, I. *Ideologia y teoria sociológica.* Buenos Aires: Amorrortu, 1970.
- ZIEGLER, J. *O poder africano.* São Paulo: Difel, 1972.
- ZIMAN, J. *Conhecimento público.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.